TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

BTCU Deliberações dos Colegiados do TCU e dos Relatores

Boletim do Tribunal de Contas da União

Diário Eletrônico

Ano 6 | nº 225 | Quinta-feira, 14/12/2023

Atas 1

1ª Câmara 1

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Boletim do Tribunal de Contas da União
Regulamentado pelo art. 98 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992,
e pelos §§ 3° a 5° do art. 295 do Regimento Interno do TCU

http://www.tcu.gov.br btcu@tcu.gov.br

SAFS Lote 1 Anexo I sala 424 - CEP:70042-900 - Brasília - DF
Fones: 3527-7279/3527-7869/3527-2484/3527-5249

Presidente
BRUNO DANTAS

Vice-Presidente
VITAL DO RÊGO FILHO

Ministros
WALTON ALENCAR RODRIGUES
BENJAMIN ZYMLER
JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA
JHONATAN DE JESUS

Ministros-Substitutos
AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
MARCOS BEMQUERER COSTA
WEDER DE OLIVEIRA

Ministério Público junto ao TCU
Procuradora-Geral
CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Subprocuradores-Gerais
LUCAS ROCHA FURTADO
PAULO SOARES BUGARIN

Procuradores
MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO
JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA
SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ
RODRIGO MEDEIROS DE LIMA

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
Secretário-Geral
MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE
segedam@tcu.gov.br

Boletim do Tribunal de Contas da União de deliberações dos colegiados do TCU e relatores - v. 1, n. 1, 2018. - Brasília: TCU, 2018- .

Diário.

1. Controle externo - periódico. 2. Ato normativo - periódico. 3. Controle externo - edital. I. Brasil. Tribunal de Contas da União (TCU).

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ATAS

1ª CÂMARA

ATA Nº 43, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2023
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

Presidente: Ministro Benjamin Zymler
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Subsecretária da Primeira Câmara: AUFC Aline Guimarães Diógenes

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (participação de modo telepresencial); dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, e Weder de Oliveira, convocado para substituir o Ministro Walton Alencar Rodrigues; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

Ausente o Ministro Walton Alencar Rodrigues, em missão oficial.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata nº 42, referente à sessão realizada em 28 de novembro de 2023.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-012.235/2018-0, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

TC-005.225/2020-5, TC-015.710/2023-8, TC-017.437/2023-7, TC-020.447/2023-0, TC-022.294/2022-8, TC-022.802/2022-3, TC-029.895/2022-7, TC-035.058/2023-4 e TC-037.203/2019-3, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-004.002/2022-9, TC-006.559/2022-0, TC-014.028/2021-2 e TC-015.715/2023-0, cujo Relator é o Ministro Jorge Oliveira;

TC-022.243/2022-4, cujo Relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e

TC-004.676/2021-1, TC-007.639/2023-6, TC-015.495/2020-5, TC-021.820/2021-0, TC-029.661/2020-0 e TC-031.434/2020-7, cujo Relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 13792 a 14078.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 13696 a 13791, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-027.853/2019-5, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, o Dr. Sebastião Pedro da Silva Júnior produziu sustentação oral em nome de José Carlos Cicarino. Acórdão 13763.

Na apreciação do processo TC-018.742/2015-7, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira, o Dr. Magno Miranda Silva não compareceu para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Gislaine Di Lauro, Marlucia Rocha, Mário Amorim, Claudinei Leite, Marco Oliveira, Nilda de Oliveira, Paulo da Silva, Hélia de Almeida, Jorge de Almeida, Martha Andrade e Erildes dos Santos. Acórdão 13698.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Na apreciação do processo TC-021.455/2016-3, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira, o Dr. Wladimyr Camargos declinou de produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Andrew George William Parsons. Acórdão 13699.

Na apreciação do processo TC-016.476/2021-2, cujo relator é o Ministro Jhonatan de Jesus, o Dr. Thiago Lopes Ferraz Donnini produziu sustentação oral em nome de Ricardo Manuel dos Santos Henriques. Acórdão 13700.

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-022.654/2021-6, cujo Relator é o Ministro Jorge Oliveira, foi adiada para a sessão ordinária da Primeira Câmara de 06 de fevereiro de 2024, ante pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira, convocado para substituir o Ministro Walton Alencar Rodrigues.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo TC-030.966/2022-1 (Ata nº 28/2023) e o Tribunal aprovou o Acórdão nº 13748/2023 - 1C, sendo vencedora, por unanimidade, a proposta apresentada pelo Relator, Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 13696/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.305/2015-1.
1.1. Apensos: 022.905/2018-9; 020.041/2020-9; 022.903/2018-6; 022.904/2018-2
2. Grupo II - Classe de Assunto I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Commune (05.511.440/0001-27); José Augusto Lima Marin (065.932.218-80).
3.2. Recorrentes: Commune (05.511.440/0001-27); José Augusto Lima Marin (065.932.218-80).
4. Órgão/Entidade: Entidades do Governo do Estado de São Paulo.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: Fabricio Ryoiti Barros Osaki (OAB-SP 196.785), representando José Augusto Lima Marin e Commune.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de recurso de reconsideração interposto por Commune e José Augusto Lima Marin em face do Acórdão 5.187/2016-TCU-1ª Câmara, de relatoria do Ministro Bruno Dantas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 285 do RI/TCU, conhecer do recurso de reconsideração em análise para, no mérito, dar-lhe provimento, a fim de tornar insubsistente o Acórdão 5.187/2016-TCU-1ª Câmara;

9.2. considerar iliquidáveis as contas dos responsáveis, Commune e José Augusto Lima Marin, ordenando-se, por conseguinte, seu trancamento e arquivamento, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 10, § 3º, 20 e 21, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 201, § 3º, e 211 do Regimento Interno/TCU;

9.3. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo;

9.4. dar ciência sobre o presente Acórdão ao Ministério da Cultura e aos responsáveis, informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13696-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 13697/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.203/2000-9.

1.1. Apenso: 026.512/2011-4

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Prefeitura Municipal de Serra Dourada - BA (14.222.277/0001-73).

3.2. Responsáveis: Carlos José Mendes de Araújo (099.169.201-25); Cetepas - Centro Tecnico e Pedagogico de Assessorias S/c Ltda (03.739.914/0001-67); Consultoria Educacional Ltda (03.714.819/0001-09); Cosme Wilson Ferreira de Carvalho (295.179.405-30); Eldy Fagundes Camelo Mendes (097.261.281-53); Glicério Ataíde Ramos (186.236.975-53); Guiomar Duarte Porto (564.458.141-15); Interativa Consultoria Pedagogica Ltda - Me (03.725.125/0001-77); Jovito Teixeira de Oliveira (341.553.845-15); Maria Neuza da Silva Oliveira (245.440.351-04); Mario Antonio Ferreira (400.431.771-15); Prefeitura Municipal de Serra Dourada - BA (14.222.277/0001-73); Reginaldo Ramos de Abreu (830.601.548-72); Ronaldo Oséas da Silva (339.695.231-68); Valdina Lopes Fagundes Frota (424.590.285-04).

3.3. Recorrentes: Valdina Lopes Fagundes Frota (424.590.285-04); Jovito Teixeira de Oliveira (341.553.845-15); Eldy Fagundes Camelo Mendes (097.261.281-53); Carlos José Mendes de Araújo (099.169.201-25); Reginaldo Ramos de Abreu (830.601.548-72); Ronaldo Oséas da Silva (339.695.231-68); Mario Antonio Ferreira (400.431.771-15); e Elzita Fagundes Camelo Rocha Silva (409.668.955-68).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Serra Dourada - BA.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Glauco Alves Mendes (OAB-BA 16.050), representando Ronaldo Oséas da Silva; Glauco Alves Mendes (OAB-BA 16.050), representando Mario Antonio Ferreira; Glauco Alves Mendes (OAB-BA 16.050), representando Jovito Teixeira de Oliveira; Glauco Alves Mendes (OAB-BA 16.050), representando Carlos José Mendes de Araújo; Glauco Alves Mendes (OAB-BA 16.050), representando Reginaldo Ramos de Abreu; Glauco Alves Mendes (OAB-BA 16.050), representando Eldy Fagundes Camelo Mendes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em que se examina recursos interpostos por Valdina Lopes Fagundes Frota, Jovito Teixeira de Oliveira, Eldy Fagundes Camelo Mendes, Carlos José Mendes de Araújo, Reginaldo Ramos de Abreu, Ronaldo Oséas da Silva, Mário Antônio Ferreira e Elzita Fagundes Camelo Rocha Silva em face do Acórdão nº 3491/2010-TCU-1ª Câmara, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 33 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 285, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer dos recursos interpostos por Valdina Lopes Fagundes Frota, Jovito Teixeira de Oliveira, Eldy Fagundes Camelo Mendes, Carlos José Mendes de Araújo, Reginaldo Ramos de Abreu, Ronaldo Oséas da Silva, Mário Antônio Ferreira e Elzita Fagundes Camelo Rocha Silva como recurso de reconsideração;

9.2. com fulcro nos artigos 2º, 8º e 11 da Resolução TCU 344/2022, reconhecer a ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória;

9.3. tornar insubsistentes o Acórdão 3491/2010-TCU-1ª Câmara e o Acórdão 9.698/2011-TCU-1ª Câmara;

9.4. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e demais interessados no processo, informando que o teor integral das peças que o integram poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

9.5. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13697-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira, Antonio Anastasia (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministro-Substituto convocado que não participou da votação: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 13698/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 018.742/2015-7

1.1. Apenso: 020.173/2014-8

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Recorrentes: Claudinei Alves Leite (379.490.635-72); Gislaine Dias Di Lauro (003.579.695-29); Hélia Silva Gomes de Almeida (018.247.305-86); Marco Antônio Oliveira (444.822.485-68); Mário Sérgio Cortes Amorim (573.099.655-15); Marlúcia Teixeira Rocha (014.964.235-00); Nilda Gomes de Oliveira (660.454.365-04); Paulo Barros da Silva (401.578.735-87)

4. Unidades: Município de Barra do Choça/BA; Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos)

8. Representação legal: Jacson Costa Veiga (OAB-BA 27.517) e Francisco Fabio Batista (OAB-BA 908), representando Izabel Sergio Sampaio, Edvânia Mendes de Lima e Centro Comunitário de Barra do Choça; Guilherme Nelson Correa dos Santos (OAB-DF 51.242) e Magno Israel Miranda Silva (OAB-BA 26.125), representando Marco Antônio Oliveira, Helia Silva Gomes de Almeida, Marlúcia Teixeira Rocha, Gislaine Dias Di Lauro, Claudinei Alves Leite, Paulo Barros da Silva, Nilda Gomes de Oliveira e Mário Sérgio Cortes Amorim; Magno Israel Miranda Silva (OAB-DF 32.898), representando Jorge Amorim de Almeida, Martha de Oliveira Filadelfo Andrade, e Erildes Ramos dos Santos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão 5.320/2021-1ª Câmara, integrado pelo Acórdão 6.027/2022-1ª Câmara, por meio dos quais este Tribunal julgou irregulares as contas dos recorrentes, condenando-os em débito e multa, em processo de tomada de contas especial instaurada para quantificação do débito e identificação dos responsáveis pelas irregularidades identificadas na execução dos Termos de Parceria (TP) 23/2011, 24/2011, 25/2011 e 26/2011, firmados entre o município de Barra do Choça/BA e o Centro Comunidade de Barra do Choça (CCBC),

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. negar provimento aos recursos de reconsideração interpostos por Claudinei Alves Leite, Gislaine Dias Di Lauro, Hélia Silva Gomes de Almeida, Marco Antônio Oliveira, Mário Sérgio Cortes Amorim, Marlúcia Teixeira Rocha, Nilda Gomes de Oliveira e Paulo Barros da Silva;

9.2. corrigir, de ofício, o item 9.1 do Acórdão 5.320/2021-1ª Câmara, para alterar o credor das parcelas de débitos imputadas aos responsáveis, de forma que, onde se lê "aos cofres do Fundo Nacional de Saúde", se leia "aos cofres do Fundo Municipal de Saúde de Barra do Choça/BA";

9.3. comunicar esta decisão aos recorrentes, ao Município de Barra do Choça/BA, ao Ministério da Saúde e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Bahia.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13698-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13699/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.455/2016-3

1.1. Apensos: 000.089/2019-2; 023.323/2015-9; 005.076/2018-8; 014.347/2021-0

2. Grupo II - Classe de Assunto I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Adriano Osório de Freitas (887.653.261-72); Andrew George William Parsons (052.420.207-92); Bernardo Leal Rigo (709.631.181-53); Carlos José Vieira de Souza (594.546.017-68); Contato Organização de Eventos Ltda. - ME (05.204.646/0001-04); Daher Turismo Ltda. (41.053.034/0001-21); Glediana Ferreira de Almeida (965.908.231-20); José Amaury Russo (637.868.008-63)

3.2. Recorrentes: José Amaury Russo (637.868.008-63); Glediana Ferreira de Almeida (965.908.231-20); Andrew George William Parsons (052.420.207-92); Carlos José Vieira de Souza (594.546.017-68); Adriano Osório de Freitas (887.653.261-72)

4. Unidade: Comitê Paraolímpico Brasileiro

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos)

8. Representação legal: Ana Paula Macedo Terra (OAB-RJ 121.153), representando Andrew George William Parsons; Mário Thiago Gomes de Sá Padilha (OAB-DF 22.362) e André Roriz Bueno (OAB-DF 28.188), representando Contato Organização de Eventos Ltda. - ME; Luiz Fernando de Moraes (OAB-DF 27.437), representando Thainá Cerqueira Carneiro; Pedro Henrique Rebello de Mendonça (OAB-RJ 149.272), representando Adriano Osório de Freitas, Glediana Ferreira de Almeida e Carlos José Vieira de Souza; Livia Maria Soares Nascimbem (OAB-SP 433.499) e Paulo Victor Barchi Losinskas (OAB-SP 306.109), representando Comitê Paraolímpico Brasileiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam, nesta fase, de recursos de reconsideração interpostos por Andrew George William Parsons, José Amaury Russo, Glediana Ferreira de Almeida, Adriano Osório de Freitas e Carlos José Vieira de Souza contra o Acórdão 6.282/2021-1ª Câmara, integrado pelo Acórdão 8.319/2021-1ª Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares as contas dos dois primeiros responsáveis, condenando-os em débito, e aplicou multa a todos os recorrentes, em razão de práticas irregulares no âmbito do Comitê Paraolímpico Brasileiro, na aplicação dos recursos provenientes da Lei Agnelo/Piva,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 12, §§ 1º e 2º, 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por Andrew George William Parsons, José Amaury Russo, Glediana Ferreira de Almeida, Adriano Osório de Freitas e Carlos José Vieira de Souza;

9.2. manter suspensos os efeitos dos itens 9.3, 9.4 e 9.5 da decisão recorrida, enquanto não apreciado o mérito do recurso de Andrew George William Parson;

9.3. fixar novo e improrrogável prazo de 15 dias para que Andrew George William Parson recolha os débitos abaixo discriminados aos cofres do Comitê Paraolímpico Brasileiro, atualizados monetariamente a partir das datas especificadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, sem incidência de juros moratórios:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA	IRREGULARIDADE
21.997,02	30/10/2014	Passagem aérea para Japão e Coréia do Sul para a Sra. Marcela Frias Pimentel
6.350,30	29/9/2014	Diárias para viagem ao Japão e à Coreia do Sul para a Sra. Marcela Frias Pimentel
359,64	30/10/2014	Seguro-viagem para Japão e Coréia do Sul para a Sra. Marcela Frias Pimentel
21.248,14	15/6/2015	Passagem aérea para a Grécia para a Sra. Marcela Frias Pimentel
9.108,00	15/6/2015	Diárias para viagem à Grécia para a Sra. Marcela Frias Pimentel
156,50	15/6/2015	Seguro-viagem para a Grécia para a Sra. Marcela Frias Pimentel
10.307,56	11/7/2015	Passagem aérea para Toronto para a Sra. Marcela Frias Pimentel Parsons

9.4. informar ao responsável identificado no item 9.3 acima que a liquidação tempestiva do débito nos termos fixados saneará o processo e permitirá a alteração do juízo de suas contas, nos termos do art. 202, § 4º, do RITCU;

9.5. dar provimento integral ao recurso de José Amaury Russo, tornando sem efeito os subitens 9.6 e 9.7 da decisão recorrida;

9.6. em relação às multas aplicadas pelo subitem 9.9 da decisão recorrida:

9.6.1. dar provimento parcial ao recurso de Glediana Ferreira de Almeida, no sentido de reduzir o valor da multa aplicada a essa responsável para R$ 4.000,00 (quatro mil reais);

9.6.2. dar provimento integral ao recurso de Adriano Osório de Freitas, no sentido de afastar a multa aplicada a esse responsável;

9.6.3. negar provimento ao recurso de Carlos José Vieira de Souza;

9.7. orientar a Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação) que acompanhe o cumprimento desta decisão, emitindo pronunciamento conclusivo uma vez esgotado o prazo para recolhimento do débito de que trata o subitem 9.3 acima;

9.8. comunicar esta deliberação aos recorrentes, ao Comitê Paraolímpico Brasileiro e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13699-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13700/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 016.476/2021-2

2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Ricardo Manuel dos Santos Henriques (694.315.587-34).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

4. Órgão/Entidade: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (extinto).

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Aline Costa Apolinário (OAB-SP 455.625), representando Ricardo Manuel dos Santos Henriques.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo extinto Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos devido à não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Convênio Siconv 717474, celebrado entre aquele órgão e a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir da relação processual a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro;

9.2. julgar irregulares as contas de Ricardo Manuel dos Santos Henriques, nos termos dos arts. 1º, I, e 16, III, "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, condenando-o ao pagamento da importância a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir da data discriminada até a data da efetiva quitação do débito, abatendo-se valores já ressarcidos, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove perante o Tribunal o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, III, "a", da citada lei c/c o art. 214, III, "a", do RI/TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
9/2/2010	1.000.000,00	Débito
29/3/2012	447.642,99	Crédito

9.3. aplicar-lhe a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §1º, do RI/TCU, o parcelamento da dívida em até 36 prestações, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da anterior, o recolhimento das demais, devendo incidir sobre cada valor mensal atualizado monetariamente os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do RI/TCU;

9.6. informar o teor desta deliberação à Procuradoria da República no Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do RI/TCU, para adoção das medidas cabíveis, ao Estado do Rio de Janeiro, ao Ministério das Mulheres e ao responsável para conhecimento.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13700-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 13701/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.360/2022-3
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Aposentadoria)
3. Embargante: Fundação Universidade de Brasília (00.038.174/0001-43)
3.1. Interessado: Josino Ferreira (185.088.201-00), servidor aposentado
4. Unidade: Fundação Universidade de Brasília (FUB)
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Representação legal: José Luis Wagner (OAB-DF 17183), Luiz Antônio Müller Marques (OAB-DF 33680), Valmir Floriano Vieira de Andrade (OAB-DF 26778) e outros
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pela Fundação Universidade de Brasília (FUB) ao Acórdão 12.002/2023 - 1ª Câmara, que negou provimento a pedidos de reexame interpostos contra o Acórdão 3.380/2023 - 1ª Câmara, que julgou ilegal a aposentadoria de Josino Ferreira, em virtude da percepção de parcela da URP de fevereiro de 1989 reajustada e da rubrica referente ao Vencimento Básico Complementar, instituído pela Lei 11.091/2005, com reflexo indevido na composição do Adicional de Tempo de Serviço,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, e 287 do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer destes embargos de declaração para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. comunicar esta deliberação à embargante e ao interessado.
10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13701-43/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13702/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.362/2022-6
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Aposentadoria)
3. Embargante: Fundação Universidade de Brasília (00.038.174/0001-43)
3.1. Interessada: Nádia Dulcinea Coelho da Silva (184.896.801-91), servidora aposentada
4. Unidade: Fundação Universidade de Brasília (FUB)
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Representação legal: José Luís Wagner (OAB-DF 17183), Luiz Antônio Müller Marques (OAB-DF

33680), Valmir Floriano Vieira de Andrade (OAB-DF 26778), Bruno Conti Gomes da Silva (OAB-DF 44.300), Elaine Lourenço da Silva (OAB-DF 30670) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pela Fundação Universidade de Brasília (FUB) ao Acórdão 12.003/2023 - 1ª Câmara, por meio do qual o Tribunal negou provimento a pedido de reexame interposto pela entidade contra o Acórdão 687/2023 - 1ª Câmara, que considerou ilegal o ato de aposentadoria de Nádia Dulcinea Coelho da Silva, em virtude da percepção de parcela referente à

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

URP de fevereiro de 1989 e da rubrica referente ao Vencimento Básico Complementar, instituído pela Lei 11.091/2005, com reflexo indevido na composição do Adicional de Tempo de Serviço,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, e 287 do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer destes embargos de declaração para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. comunicar esta deliberação à embargante e à interessada.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13702-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13703/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.608/2021-4

1.1. Apenso: 008.628/2023-8

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Pedido de Reexame em Aposentadoria)

3. Embargante: Adriana de Souza Borges (481.071.746-15)

4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (OAB-DF 22256)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos por Adriana de Souza Borges, servidora aposentada do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, contra o Acórdão 2.927/2023-TCU-1ª Câmara, o qual negou provimento ao pedido de reexame contra o Acórdão 18.354/2021-1ª Câmara, que julgou ilegal o ato de sua aposentadoria em decorrência do recebimento de gratificação de atividade externa (GAE) e de quintos relativos à função (FC-4) inerente às atribuições do cargo efetivo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los;

9.2. comunicar esta deliberação à embargante e ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13703-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13704/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.106/2021-2

1.1. Apenso: 015.480/2023-2

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração (em Aposentadoria)

3. Recorrente: Connie Franchi Prado (066.471.808-69)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

4. Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (OAB-DF 22.256)
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração interpostos por Connie Franchi Prado contra o Acórdão 4.010/2023-1ª Câmara, que negou pedido de reexame contra o Acórdão 18.357/2021-1ª Câmara, que, por sua vez, considerou ilegal seu ato de aposentadoria, negando-lhe registro, em decorrência do recebimento cumulativo de GAE e quintos relativos à função, inerente às atribuições do cargo efetivo de Oficial de Justiça Avaliador, incluindo tempo exercido após 8/4/1998.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, II, e 34 da Lei 8.443/1992, e 287 do RI/TCU e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer destes embargos de declaração para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. comunicar esta deliberação à embargante e ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13704-43/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13705/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.093/2022-4
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
3. Recorrente: Ana Guilhermina dos Santos Tavora (308.710.341-15)
4. Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos)
8. Representação legal: Lauro Rocha Reis (OAB-DF 07429) e Diego Christmann Reis (OAB-DF 49516), representando Ana Guilhermina dos Santos Tavora
9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame interposto por Ana Guilhermina dos Santos Tavora contra o Acórdão 6.339/2023-1ª Câmara, que considerou ilegal e negou registro ao seu ato de aposentadoria, em virtude da inclusão da parcela "opção" em seus proventos, em descumprimento ao disposto no art. 40, caput e § 2º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998, e, ainda, cumulativamente com quintos/décimos de função comissionada,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que, caso venha a ser desconstituída ou suspensa a eficácia das decisões judiciais proferidas no Agravo de Instrumento 1041687-08.2019.4.01.0000 e na Ação Ordinária 1035883-44.2019.4.01.3400, adote as medidas necessárias ao exato cumprimento das determinações contidas nos subitens 9.3.1 (in fine) e 9.3.4 do acórdão recorrido;
9.3. comunicar esta decisão à recorrente e ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13705-43/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13706/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.898/2021-6
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
3. Recorrente: Nilza de Oliveira Telles Martins (357.184.399-15), ex-servidora
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO (TRT-14)
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos)
8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (OAB-DF 22256), Jean Paulo Ruzzarin (OAB-DF 21006) e outros
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, constituídos, originariamente, para apreciar o ato de aposentadoria de Nilza de Oliveira Telles Martins, em que se analisa, nesta fase processual, pedido de reexame interposto pela interessada contra o Acórdão 2.232/2022 - 1ª Câmara, que julgou ilegal o referido ato em decorrência do recebimento de quintos pelo exercício de função que não permite sua incorporação, bem como pela cumulação indevida dessa vantagem com a Gratificação de Atividade Externa (GAE),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei 8.443/1992 e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto por Nilza de Oliveira Telles Martins para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. encaminhar cópia desta decisão à recorrente e ao TRT-14.
10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13706-43/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13707/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.597/2017-6
1.1. Apensos: TC 019.715/2022-6, TC 019.711/2022-0, TC 019.707/2022-3 e TC 019.714/2022-0
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
3. Interessada/Responsáveis/Recorrente:
3.1. Interessada: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16)
3.2. Responsáveis: Estado do Amapá, Abo Construções Ltda. (17.267.048/0001-63), Bruno Manoel Rezende (045.275.746-04), Laura Salime Hage de Souza (432.235.322-34) e Sérgio Roberto Rodrigues de La Rocque (091.877.902-20)
3.3. Recorrente: Bruno Manoel Rezende (045.275.746-04)
4. Unidade: Estado do Amapá
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos)

8. Representação legal: Davi Machado Evangelista (OAB-DF 18.081), representando o Estado do Amapá

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o recurso de reconsideração interposto por Bruno Manoel Rezende contra o Acórdão 17.721/2021-1ª Câmara, por meio do qual este Tribunal, entre outras providências, julgou irregulares suas contas e de outros responsáveis, com imputação de débito solidário e aplicação de multas individuais, em virtude de irregularidades verificadas na execução do Termo de Compromisso/PAC 799/2007, celebrado pelo Estado do Amapá/AP perante a Fundação Nacional de Saúde, a fim de executar ação de drenagem para o controle da malária no município de Porto Grande/AP,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992 e na Súmula-TCU 145, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e, no mérito, dar-lhe provimento parcial a fim de:

9.1.1. excluir a responsabilidade de Bruno Manoel Rezende pelo débito a que se refere o subitem 9.3 do Acórdão 17.721/2021-1ª Câmara e a multa a ele imputada no subitem 9.4 daquela deliberação;

9.1.2. julgar regulares com ressalva as contas de Bruno Manoel Rezende, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18, e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-lhe quitação;

9.2. retificar, por inexatidão material, o Acórdão 17.721/2021-1ª Câmara, de forma que:

9.2.1. o débito indicado no seu subitem 9.3, de R$ 720.000,00, com os acréscimos legais a partir de 2/9/2011, passe a levar em conta os seguintes valores e datas:

Valor Original (R$)	Data da ocorrência	Débito/Crédito
165.835,47	25/5/2012	Débito
1.877,98	25/5/2012	Débito
363.780,78	25/10/2012	Débito
154.564,97	20/12/2012	Débito
89.769,55	30/12/2014	Crédito

9.2.2. as multas individuais mencionadas no subitem 9.3, de R$ 30.000,00, passem a ter o valor de R$ 26.700,00;

9.3. comunicar esta decisão ao recorrente, aos demais destinatários do acórdão original e, no âmbito das cobranças executivas apensadas, à Procuradoria-Geral da União.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13707-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13708/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.179/2022-6

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Pedido de Reexame (em Aposentadoria)

3. Recorrente: Adelina Laurinda Luz Borges de Miranda (137.709.930-04)

4. Unidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos)
8. Representação legal: José Luís Wagner (OAB-DF 17.183)
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Adelina Laurinda Luz Borges de Miranda, servidora aposentada do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, contra o Acórdão 3.536/2022-1ª Câmara, que considerou ilegal o ato de sua aposentadoria em decorrência do recebimento cumulativo de gratificação de atividade externa (GAE) e quintos relativos à função (FC-5), inerente às atribuições do cargo efetivo de Analista Judiciário, especialidade Execução de Mandatos (Oficial de Justiça Avaliador), e pelo cômputo de períodos descontínuos de serviço público para concessão de anuênios.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992 e diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. esclarecer ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região que o tempo de serviço prestado ao TRT-4 pela inativa Adelina Laurinda Luz Borges de Miranda pode ser computado para fins de anuênios;

9.3. dar ciência desta decisão à recorrente e ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13708-43/23-1.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13709/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.566/2022-8
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
3. Recorrente: Aloisio Alves Pereira Filho (190.230.493-49)
4. Unidade: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos)
8. Representação legal: Helder Lima de Lucena (OAB-CE 7195), representando Aloisio Alves Pereira Filho.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Aloísio Alves Pereira Filho contra o Acórdão 3.648/2022-1ª Câmara, por meio do qual foi negado registro ao ato de aposentadoria de seu interesse, emitido pelo então Ministério da Economia,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. comunicar esta decisão ao recorrente e ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13709-43/23-1.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13710/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.299/2022-1
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
3. Recorrente: Jorge Francisco da Silva (110.923.274-87)
4. Unidade: Fundação Nacional de Saúde
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos)
8. Representação legal: Luiz Virginio da Silva Filho (OAB/AL 9.385)
9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame interposto por Jorge Francisco da Silva, ex-servidor da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), contra o Acórdão 6.679/2022-1ª Câmara, que considerou ilegal seu ato de aposentadoria em virtude do pagamento irregular de parcelas judiciais referentes a planos econômicos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. comunicar esta decisão ao recorrente e à Funasa.
10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13710-43/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13711/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.037/2023-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de Reexame (em Aposentadoria).
3. Interessada/Recorrente:
3.1. Interessada: Ivone da Cunha (281.060.911-04).
3.2. Recorrente: Câmara dos Deputados (00.530.352/0001-59).
4. Unidade: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame formulado pela Câmara dos Deputados contra o Acórdão 8.411/2023-1ª. Câmara, por meio do qual o Tribunal considerou ilegal e negou registro ao ato de aposentadoria de Ivone da Cunha, negando-lhe registro, com determinações à unidade jurisdicionada, em razão da incorporação irregular da parcela de décimos/quintos de função comissionada, bem como no reajuste indevido da parcela, que só poderiam ocorrer por meio de leis de revisão geral do funcionalismo, de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

9.1. conhecer do pedido de reexame e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. comunicar esta deliberação à recorrente.
10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13711-43/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13712/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.005/2022-6
2. Grupo I - Classe de Assunto: I -- Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
3. Recorrente: José Sérgio Pontes de Oliveira (142.638.234-00)
4. Unidade: Fundação Nacional de Saúde
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos)
8. Representação legal: Luiz Virginio da Silva Filho (OAB-AL 9.385) e outros, representando José Sérgio Pontes de Oliveira
9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame formulado por José Sérgio Pontes de Oliveira contra o Acórdão 9.166/2022-TCU-1ª Câmara (rel. Min. Benjamin Zymler), por meio do qual o Tribunal considerou ilegal seu ato de aposentadoria, negando-lhe registro,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. comunicar esta deliberação ao recorrente e à Fundação Nacional de Saúde.
10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13712-43/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13713/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.245/2021-9
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
3. Recorrente: Antônio Carlos Morgado (214.607.441-87), ex-servidor
4. Unidade: Câmara dos Deputados
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos)
8. Representação legal: Fernanda Lobo Godoy (OAB-DF 53663), Luís Maximiliano Telesca (OAB-DF 14848) e outros
9. Acórdão:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, em que se examina, nesta fase processual, peça recursal encaminhada por Antônio Carlos Morgado, servidor aposentado da Câmara dos Deputados, contra o Acórdão 8.313/2021 - 1ª Câmara, que considerou ilegais as aposentadorias de três ex-servidores daquele órgão, em decorrência do recebimento da vantagem denominada "quintos" após o advento da Lei 9.624/1998, bem como pelo reajuste dessa parcela com base na Lei 13.323/2016,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. não conhecer do pedido de reexame interposto por Antônio Carlos Morgado por ser intempestivo;

9.2. encaminhar cópia desta decisão ao recorrente e à Câmara dos Deputados.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13713-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13714/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 018.218/2014-8

1.1. Apensos: TC 030.600/2020-0 e TC 011.823/2018-6

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Carlos Eduardo Fonseca Belfort (026.559.333-62), ex-coordenador do Fundo Municipal de Saúde, e Celina Linhares de Amorim (196.668.883-00), ex-Secretária Municipal de Saúde

4. Unidade: Município de Miranda do Norte/MA

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE)

8. Representação legal: Carlos Renato Almeida Marinho (OAB-MA 5183) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) contra Celina Linhares de Amorim e Carlos Eduardo Fonseca Belfort, respectivamente ex-secretária Municipal de Saúde e ex-coordenador do Fundo Municipal de Saúde de Miranda do Norte/MA, em decorrência de fraude no pagamento de consultas oftalmológicas e dispensação de medicamentos com recursos do SUS,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "c" e "d" e § 3º; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 209, § 7º; 214, inciso III; 215 a 219 e 267 do Regimento Interno do TCU e ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar Carlos Eduardo Fonseca Belfort revel, dando-se seguimento à análise do processo com os elementos nele contidos;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Celina Linhares de Amorim;

9.3. julgar irregulares as contas de Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Celina Linhares de Amorim, condenando-os, solidariamente, ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Saúde das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora desde as datas indicadas até a data do pagamento, abatendo-se, na oportunidade, as quantias já ressarcidas, conforme cálculos constantes dos demonstrativos às peças 90 e 91, destes autos:

Data de Ocorrência	Valor Histórico (R$)	Data de Ocorrência	Valor Histórico (R$)
06/08/2010	51.155,27	27/04/2011	39.690,00
02/09/2010	60.002,99	24/05/2011	87.704,78

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de Ocorrência	Valor Histórico (R$)	Data de Ocorrência	Valor Histórico (R$)
23/09/2010	35.285,55	24/05/2011	24.668,52
01/11/2010	40.306,28	24/05/2011	139.311,90
04/01/2011	57.931,50	11/07/2011	105.189,56
17/01/2011	76.153,59	11/07/2011	27.809,60
17/01/2011	54.209,84	11/07/2011	116.450,46
17/01/2011	73.321,08	11/07/2011	32.057,88
03/03/2011	66.182,35	08/08/2011	112.703,10
03/03/2011	44.067,52	02/09/2011	158.760,00
11/04/2011	70.781,76	02/09/2011	103.352,76
11/04/2011	39.200,84	02/09/2011	41.052,00
11/04/2011	49.523,64	02/09/2011	21.953,54
27/04/2011	66.919,66	15/09/2011	96.482,28

9.4. aplicar a Carlos Eduardo Fonseca Belfort e Celina Linhares de Amorim multas individuais de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.5. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. autorizar, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar os responsáveis de que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. enviar cópia deste acórdão aos responsáveis e à Procuradoria da República no Maranhão, para as providências cabíveis.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13714-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13715/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.307/2021-4
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria)
3. Recorrente: Myriam Torres Ribeiro (066.472.178-86)
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos)
8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (OAB/DF 22.256 e OAB/RJ 170.271) e outros
9. Acórdão:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

VISTO, relatado e discutido o pedido de reexame interposto por Myriam Torres Ribeiro contra o Acórdão 2.450/2022-1ª Câmara, por meio do qual se considerou ilegal seu ato de aposentadoria, em decorrência da incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e da percepção da parcela denominada "opção",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto por Myriam Torres Ribeiro, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, a fim de:

9.1.1. excluir as determinações contidas nos subitens 9.3.1 e 9.3.3 do acórdão recorrido;

9.1.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP que, caso reformada a sentença proferida na Ação Civil Coletiva 1047485-95.2020.4.01.3400, da 4ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal:

9.1.2.1. interrompa o pagamento da parcela denominada "opção" à interessada, no prazo de 15 dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.1.2.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade, submetendo-o à apreciação deste Tribunal;

9.2. comunicar esta decisão à recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13715-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13716/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.763/2023-6

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Militar

3. Interessada: Rosângela César de Alcântara (076.084.417-80), pensionista

4. Unidade: Comando da Marinha

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que examinam ato de concessão de pensão militar instituído por Flávio Antônio Penna de Alcântara em benefício de Rosângela César de Alcântara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos art. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e na Súmula-TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão militar de Flávio Antônio Penna de Alcântara;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Comando da Marinha que, no prazo indicado, contado da ciência desta deliberação:

9.3.1. em 15 (quinze) dias:

9.3.1.1 cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.1.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso no TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento do apelo;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

9.3.2. nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018, emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e o submeta ao TCU para nova apreciação e envie a esta Corte de Contas, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13716-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13717/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.280/2021-2

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Aposentadoria)

3. Recorrente: Nelma Lacerda Wanderlei (214.130.101-72), servidora aposentada

4. Unidade: Tribunal Superior do Trabalho (TST)

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos)

8. Representação legal: Marlúcio Lustosa Bonfim (OAB-DF 16.619), Augusto Guerra Martins (OAB-DF 67.266) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, agora em fase de análise de pedido de reexame, interposto por Nelma Lacerda Wanderlei, ex-servidora do Tribunal Superior do Trabalho, contra o Acórdão 1.037/20212 - 1ª Câmara, mediante o qual o TCU considerou ilegal e negou registro a seu ato de aposentadoria, em decorrência da percepção da parcela denominada "opção" e de quintos referentes a funções não efetivamente exercidas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame, mas considerar a apreciação de seu mérito prejudicada ante o reconhecimento do registro tácito do ato de aposentadoria de Nelma Lacerda Wanderlei, ocorrido em 5/2/2020;

9.2. tornar insubsistente o Acórdão 1.037/20212 - 1ª Câmara;

9.3. determinar à Unidade de Auditoria Especializada em Recursos a adoção de providências para revisão de ofício desta concessão;

9.4. encaminhar cópia desta decisão à recorrente e ao TST.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13717-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13718/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.163/2022-2

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessada: Anna Vittoria Pacini Teixeira (517.773.710-15)

4. Unidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de alteração de aposentadoria de interesse de Anna Vittoria Pacini Teixeira, emitido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos artigos 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, bem como na Súmula-TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Anna Vittoria Pacini Teixeira;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão, encaminhe a este Tribunal comprovante da data em que a interessada dele tomar conhecimento; e

9.3.4. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e o submeta ao TCU para nova apreciação, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13718-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13719/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 042.536/2021-9

1.1. Apenso: 039.538/2020-6

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: A Chaves Coimbra (12.023.960/0001-56); Ana Virginia Vieira Fanali (517.065.712-91); André Luiz Monteiro Naice (817.461.722-15); Felipe Rodrigo Costa de Souza (934.298.352-91); Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt (001.201.787-61); Leís da Silva Batista (522.705.212-34); Maria de Nazaré Monteiro Normando (564.796.462-15); Paulo José Almeida de Souza (748.453.492-72)

4. Unidade: Município de Manaus/AM

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações)

8. Representação legal: Leonizia Lima Enes (OAB-AM 9159), representando Leís da Silva Batista e Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt; Paulo Eduardo Pinto de Almeida (OAB-DF 15726), Nina Ribeiro Nery de Oliveira (OAB-DF 46126), Anna Luisa Mota Guimaraes (OAB-DF 68289), Fernanda Cristina Sena Sampaio Mendes (OAB-DF 68544), Daniel Augusto Mesquita (OAB-DF 26871), Francisco Felippe Lebrao Agosti (OAB-SP 399990), Pedro Ivo Rodrigues Velloso Cordeiro (OAB-DF 23944), Marcelo Neves Rezende (OAB-RJ 204886), Bruno Droghetti Magalhaes Santos (OAB-SP 305789),

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Mariana Fernandes (OAB-DF 50150), Gabriel Lima Lopes Brito (OAB-DF 75181), Luciano Ribeiro Reis Barros (OAB-DF 21701), Joao Paulo Romano Farhat Ferraz (OAB-DF 68550), Ticiano Figueiredo de Oliveira (OAB-DF 23870) e outros, representando A Chaves Coimbra.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada por determinação do Acórdão 2.064/2021-Plenário, para apurar o possível prejuízo decorrente de irregularidades na aquisição, por dispensa de licitação, de gêneros alimentícios para composição de kits de merenda escolar destinados ao atendimento dos alunos da rede municipal de ensino de Manaus/AM,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, em:

9.1. acolher as alegações de defesa da empresa A Chaves Coimbra, bem como as razões de justificativa de Leís da Silva Batista, Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, Felipe Rodrigo Costa de Souza e André Luiz Monteiro Naice;

9.2. julgar regulares as contas de Paulo José Almeida de Souza e de Ana Virginia Vieira Fanali, dando-lhes quitação;

9.3. comunicar esta decisão aos responsáveis e à Prefeitura Municipal de Manaus/AM;

9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13719-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13720/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 011.749/2013-0

2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Embargantes: Instituto de Cooperação Pró-Vida (04.623.490/0001-33); Tânia Maria Nunes de Araújo de Alencar (038.028.763-34).

3.1. Responsáveis: Instituto de Cooperação Pró-Vida (04.623.490/0001-33); Tânia Maria Nunes de Araújo de Alencar (038.028.763-34).

4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jhonatan de Jesus

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Fábio Fontes Estillac Gomez (OAB-DF 34.163), representando Tânia Maria Nunes de Araújo de Alencar; Fábio Fontes Estillac Gomez (OAB-DF 34.163), Alexandre Ramos de Lima (OAB-DF 45.510) e outros, representando o Instituto de Cooperação Pró-Vida.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em que se apreciam embargos de declaração opostos ao Acórdão 11.232/2023-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. não conhecer destes embargos de declaração;

9.2. informar os embargantes e a Fundação Nacional de Saúde do conteúdo desta deliberação.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13720-43/23-1.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13721/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 020.144/2015-6

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Trena Construções Ltda. (02.072.733/0001-67).

3.1. Interessado: Ministério da Integração Nacional.

3.2. Responsáveis: Eduardo Goncalves Tabosa Júnior (394.032.114-15); município de Cumaru/PE (11.097.391/0001-20); Trena Construções Ltda. (02.072.733/0001-67).

4. Órgão/Entidade: Município de Cumaru/PE.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos).

8. Representação legal: Paulo Gabriel Domingues de Rezende (OAB-PE 26.965), Marcus Vinícius Alencar Sampaio (OAB-PE 29.528) e outros, representando o município de Cumaru/PE; Antônio Fernando de Azevedo Melo (OAB-PE 18.841), representando a Trena Construções Ltda.; Raphael Parente Oliveira (OAB-PE 26.433) e José do Patrocínio Gomes de Oliveira, representando Eduardo Goncalves Tabosa Júnior.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração, interposto por Trena Construções Ltda. contra o Acórdão 7.983/2022-TCU-1ª Câmara, modificado pelo Acórdão 25/2023-TCU-1ª Câmara, por meio dos quais este Tribunal julgou irregulares as suas contas, condenou-a a pagamento de débito e aplicou-lhe multa,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992 e diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e, no mérito, negar a ele provimento;

9.2. informar a recorrente, os demais responsáveis e o interessado acerca desta deliberação.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13721-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13722/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 045.839/2021-2

2. Grupo II - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessada: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (extinta).

3.1. Responsável: Ivanito Monteiro Gonçalves (023.834.622-68).

4. Entidade: município de Colares/PA.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

VISTO, relatado e discutido este processo de tomada de contas especial instaurada em razão de omissão no dever de prestar contas de recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social, no exercício de 2008, ao município de Colares/PA para a execução dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, com fundamento nos arts. 8º e 11 da Resolução-TCU 344/2022, em:

9.1. reconhecer a ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento objeto deste processo;

9.2. informar esta deliberação ao responsável, à Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social e à Procuradoria da República no Pará;

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13722-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13723/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 002.618/2023-0.

2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Ato de Admissão.

3. Interessada: Maria Barbara Kernbeis Amaro (CPF 340.436.018-40).

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de admissão submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3 (ato nº 12226/2020), relativo à admissão de Maria Barbara Kernbeis Amaro, ordenando, excepcionalmente, o respectivo registro, nos termos do artigo 7º, inciso II, da Resolução TCU 353/2023;

9.2. esclarecer à entidade de origem que a presente admissão poderá ser mantida, em razão de estar amparada por decisão judicial transitada em julgado;

9.3. dar ciência desta deliberação à Caixa Econômica Federal; e

9.4. autorizar o arquivamento destes autos, cumpridos os termos deste Acórdão.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13723-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 13724/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: TC 003.108/2022-8
2. Grupo: II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Mírian Borges Gobbi, CPF 078.872.708-71.
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro - Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade técnica: AudPessoal.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Mírian Borges Gobbi, negando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. avalie, para a interessada nos presentes autos, as balizas subjetivas da decisão judicial transitada em julgado proferida nos autos da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0/DF, proposta pela Associação Nacional do Servidores da Justiça do Trabalho - ANAJUSTRA, adotando como referência, para tanto, os critérios definidos pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 573.232, já que, para a Sr.ª Mírian Borges Gobbi ser beneficiária do mencionado feito, se faz necessário: (i) apresentar autorização expressa do interessado para que a referida entidade associativa pudesse representá-la na ação ordinária referida; e (ii) comprovar que, à época do protocolo da ação, o interessado era filiado à referida associação;

9.3.3. após a verificação do subitem 9.3.2, aplique, para a parcela decorrente da incorporação de "quintos/décimos" pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, a depender da análise do caso concreto, a modulação de efeitos prevista no Recurso Extraordinário 638.115, dando ciência a esta Corte de Contas das providencias levadas a efeito;

9.3.4. alerte a interessada no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que a Sr.ª Mírian Borges Gobbi teve ciência desta deliberação;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP;

9.5. determinar à AudPessoal que:

9.5.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.5 deste Acórdão;

9.5.2. cumpridos os termos deste acórdão, arquive os autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13724-43/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 13725/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 003.877/2022-1.
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (extinto).
3.2. Responsáveis: Patrícia Barge Hage (292.574.682-91); Sérgio da Graça Amaral Pingarilho (050.852.332-04).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Prainha - PA.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: Allan Fabio da Silva Pingarilho, Carlos Augusto Medeiros Pingarilho e outros, representando Sérgio da Graça Amaral Pingarilho.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Social, em razão da omissão no dever de prestar contas e da não comprovação da boa e regular aplicação de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social repassados ao município de Prainha/PA no exercício de 2012,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel a responsável Patrícia Barge Hage, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas da responsável Patrícia Barge Hage, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 18 e 23, inciso II, da mesma Lei, dando-lhe quitação;

9.3. arquivar o presente processo em relação aos herdeiros do responsável Sérgio da Graça Amaral Pingarilho, sem julgamento de mérito, por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, com fundamento no art. 212 do Regimento Interno c/c os arts. 6º, inciso II, e 19, caput, da IN/TCU 71/2012;

9.4. dar ciência deste acórdão aos responsáveis e ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13725-43/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13726/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: TC 004.211/2022-7
2. Grupo: II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Sandra Cristina Ribeiro, CPF 047.286.078-01.
4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro - Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade técnica: AudPessoal.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Sandra Cristina Ribeiro, negando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. avalie, para a interessada nos presentes autos, as balizas subjetivas da decisão judicial transitada em julgado proferida nos autos da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0/DF, proposta pela Associação Nacional do Servidores da Justiça do Trabalho - ANAJUSTRA, adotando como referência, para tanto, os critérios definidos pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 573.232, já que, para a Sr.ª Sandra Cristina Ribeiro ser beneficiária do mencionado feito, se faz necessário: (i) apresentar autorização expressa do interessado para que a referida entidade associativa pudesse representá-la na ação ordinária referida; e (ii) comprovar que, à época do protocolo da ação, o interessado era filiado à referida associação;

9.3.3. após a verificação do subitem 9.3.2, aplique, para a parcela decorrente da incorporação de "quintos/décimos" pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, a depender da análise do caso concreto, a modulação de efeitos prevista no Recurso Extraordinário 638.115, dando ciência a esta Corte de Contas das providencias levadas a efeito;

9.3.4. alerte a interessada no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que a Sr.ª Mírian Borges Gobbi teve ciência desta deliberação;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP;

9.5. determinar à AudPessoal que:

9.5.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.5 deste Acórdão;

9.5.2. cumpridos os termos deste acórdão, arquive os autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13726-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13727/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.773/2023-7.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Claudio Saraiva de Souza, CPF 844.606.017-53.

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3 (ato nº 8765/2021), relativo à concessão inicial de aposentadoria a Claudio Saraiva de Souza, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. avalie, para o interessado nos presentes autos, as balizas subjetivas da decisão judicial transitada em julgado proferida nos autos da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0 (novo número 0039464-12.2004.4.01.3400), apresentada pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho - Anajustra, adotando como referência, para tanto, os critérios definidos pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 573.232, já que, para que o Sr. Claudio Saraiva de Souza seja beneficiário do mencionado feito, se faz necessário: (i) apresentar autorização expressa e tempestiva do interessado para que a referida entidade associativa pudesse representá-lo na ação ordinária referida; e (ii) comprovar que, à época do protocolo da ação, o interessado era filiado à referida associação;

9.3.2. após a verificação do subitem 9.3.2, aplique, para a parcela decorrente da incorporação de quintos pelo exercício de funções no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, a depender da análise do caso concreto, a modulação de efeitos prevista no Recurso Extraordinário 638.115;

9.3.3. comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.4. alerte o Sr. Claudio Saraiva de Souza no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.3.6. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à AudPessoal que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.6 supra;

9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste acórdão.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13727-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13728/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 006.048/2023-4.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Reforma.

3. Interessado: Jose Luiz Freitas Pereira, CPF 105.204.657-68.

4. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de reforma submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de alteração da reforma de Jose Luiz Freitas Pereira (ato nº 18250/2021), negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte o interessado no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de reforma, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à AudPessoal que:

9.4.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 deste Acórdão; e

9.4.2. arquive os autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13728-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13729/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 007.139/2023-3.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Sonia Correa, CPF 515.499.307-10.

4. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3 (ato nº 15646/2019), relativo à concessão inicial da aposentadoria a Sonia Correa, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte a Sra. Sonia Correa no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à AudPessoal que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 supra;

9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste acórdão.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13729-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13730/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 007.582/2023-4.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessados: Lucas Gabriel Modesto de Souza, CPF 530.158.602-59; Nila Modesto de Souza, CPF 109.453.502-87; Nilcilene Modesto de Melo, CPF 161.328.902-20; Nilziete Modesto Damiano, CPF 077.115.902-10.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de pensão militar submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão inicial da pensão militar instituída por Joao Modesto em favor de Lucas Gabriel Modesto de Souza, Nila Modesto de Souza, Nilcilene Modesto de Melo e Nilziete

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Modesto Damiano (ato nº 24700/2020), negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique aos interessados o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte os interessados no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.3.4. dê ciência à Sra. Nila Modesto de Souza acerca da necessidade de que demonstre a efetiva opção pelos benefícios legalmente acumuláveis, nos termos do art. 29 da Lei 3.765/1960, tendo em vista a indevida configuração da percepção de três benefícios custeados pelos cofres públicos por meio do ato nº 24700/2020, e, a depender da providência por ela adotada, emita novo ato de pensão, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à AudPessoal que:

9.4.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 deste Acórdão; e

9.4.2. arquive os autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13730-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Jorge Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.4. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13731/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.356/2023-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessada: Norma da Fonseca Cunha, CPF 214.302.091-00.

4. Órgão/Entidade: Superior Tribunal Militar.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de pensão civil submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão inicial da pensão civil instituída por Luiz Carlos Cunha em favor de Norma da Fonseca Cunha (ato nº 7206/2021), negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte a Sra. Norma da Fonseca Cunha no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de pensão civil, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à AudPessoal que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 supra; e

9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste Acórdão.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13731-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13732/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.529/2022-5.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Justiniano Gibara, CPF 240.514.387-91.

4. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de alteração da aposentadoria de Justiniano Gibara (ato nº 99095/2019), negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

9.3.2. alerte o interessado no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Sukow da Fonseca;

9.5. determinar à AudPessoal que:

9.5.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 deste Acórdão; e

9.5.2. arquive os autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13732-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13733/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.624/2004-9.

1.1. Apensos: 016.065/2018-2; 011.927/2018-6.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Prestação de Contas (Exercício 2003).

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Departamento Regional do Sesi No Estado do Paraná (03.802.018/0001-03).

3.2. Responsáveis: Altavir Zaniolo (000.598.629-04); Antônio Bento Rodrigues Pontes (028.870.538-68); Clodovil Silverio (056.632.459-87); Elias Martins (264.300.377-20); Geraldo Serathiuk (360.145.919-15); Joao Noma (005.380.439-20); Jose Maria Freitas (084.793.649-04); Jose Sangenito da Silva (017.740.939-87); José Carlos Gomes Carvalho (000.122.119-15); Luiz Carlos Setim (003.086.769-04); Marcos Mueller Schlemm (087.649.139-53); Mario Marcondes Lobo (002.215.389-68); Milton Wittig Bueno (124.944.459-49); Nelson Luis Strobel (225.867.509-00); Rodrigo Costa da Rocha Loures (002.928.269-15); Ronaldo Duschenes (049.442.408-72); Ubiratan de Lara (320.837.939-00).

4. Órgão/Entidade: Departamento Regional do Sesi No Estado do Paraná.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

8. Representação legal: Fabio Dias Vieira (OAB/PR 36.687), Rodrigo Pozzobon (OAB/PR 25.997) e outros, representando Departamento Regional do Sesi No Estado do Paraná.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de contas anuais do Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Estado do Paraná, relativo ao Exercício de 2003,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. levantar o sobrestamento dos presentes autos em face da apreciação do TC 032.185/2013-8;

9.2. reconhecer a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória atinentes às ocorrências verificadas no período de 1º/10 a 31/12/2003, nos termos do art. 8º da Resolução-TCU 344/2022 e, com fundamento no art. 11 da mesma Resolução, arquivar os presentes autos; e

9.3. encaminhar cópia desta deliberação aos responsáveis, ao Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Estado do Paraná e à Controladoria Geral da União no Paraná.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13733-43/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13734/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: TC 011.054/2022-0.
2. Grupo: II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Maria Clara Alvares Correa Dias, CPF 238.896.161-00.
4. Unidade: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro - Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade técnica: AudPessoal.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II do Regimento Interno desta Corte de Contas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Maria Clara Alvares Correa Dias, negando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. proceda, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, o destaque do valor correspondente aos reajustes incidentes sobre a VPNI derivada de "quintos/décimos" de funções comissionadas, desde a vigência da Lei 13.302/2016, sujeitando-o à absorção por quaisquer reajustes remuneratórios posteriores a 23/10/2020;

9.3.3. após a adoção da providência indicada no subitem anterior, promova o destaque da parcela de "quintos/décimos" incorporadas pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-a em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, na hipótese de incorporação decorrente de decisão judicial sem trânsito em julgado ou por via de medida administrativa, comunicando a este Tribunal as medidas adotadas, a teor dos arts. 262, caput, do Regimento Interno e 8º, caput, da Resolução 206/2007;

9.3.4. alerte a Sr.ª Maria Clara Alvares Correa Dias no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.4. dar ciência desta deliberação à Câmara dos Deputados;

9.5. determinar à AudPessoal que:

9.5.1. acompanhe, com rigor, o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.5 deste Acórdão;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

9.5.2. cumpridos os termos deste acórdão, arquive os autos.
10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13734-43/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13735/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 014.016/2022-2.
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração.
3. Interessada: Anísia Maria Barbosa, CPF 224.465.591-15.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados.
4.1. Embargante: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: AudPessoal.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS e discutidos estes autos em que ora são apreciados Embargos de Declaração opostos pela Câmara dos Deputados em face do Acórdão 11.970/2023 - 1ª Câmara, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992 e 287, caput, do Regimento Interno desta Corte de Contas c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência do Tribunal de Contas da União,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los, ante a ausência de omissão, contradição ou omissão;

9.2. retificar, por inexatidão material, o Acórdão 11.970/2023 - 1ª Câmara, como a seguir:

9.2.1. no Relatório e Voto: onde se lê "Anísia Maria Cardoso", leia-se "Anísia Maria Barbosa", e onde se lê "Analista Legislativo", leia-se "Técnico Legislativo";

9.2.2. no Acórdão: onde se lê "Anísia Maria Cardoso", leia-se "Anísia Maria Barbosa";

9.3. dar ciência desta deliberação à Câmara dos Deputados;

9.4. arquivar os autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13735-43/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13736/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 016.129/2023-7.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Militar.
3. Interessada: Bernardeth Bacellar do Nascimento, CPF 037.892.683-72.
4. Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade técnica: AudPessoal.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de pensão militar submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato de alteração da pensão militar instituída por Reginaldo Cerqueira do Nascimento em favor de Bernardeth Bacellar do Nascimento (ato nº 28484/2022), negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte a interessada no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3.4. dê ciência à Sra. Bernardeth Bacellar do Nascimento acerca da necessidade de que demonstre a efetiva opção pelos benefícios legalmente acumuláveis, nos termos do art. 29 da Lei 3.765/1960, tendo em vista a indevida configuração da percepção de quatros benefícios custeados pelos cofres públicos por meio do ato nº 28484/2022), negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte, e, a depender da providência por ela adotada, emita novo ato de pensão, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à AudPessoal que:

9.4.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 deste Acórdão; e

9.4.2. arquive os autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13736-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Jorge Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.4. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13737/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 016.169/2023-9.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessadas: Marinalva Herculina Silva, CPF 180.495.324-53; Ruth Goncalves da Silva, CPF 153.436.774-87.

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de pensão militar submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão inicial da pensão militar instituída por Ageu Silva em favor de Marinalva Herculina Silva e Ruth Goncalves da Silva (ato nº 84002/2022), negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique às interessadas o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte as interessadas no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que as interessadas tiveram ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à AudPessoal que:

9.4.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 deste Acórdão; e

9.4.2. arquive os autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13737-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13738/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 019.215/2022-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Joao Primo Minari, CPF 705.174.108-00.

4. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão inicial de aposentadoria a Joao Primo Minari (ato nº 28611/2021), negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte o Sr. Joao Primo Minari no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.3.4. em relação aos proventos do Sr. Joao Primo Minari, promova o destaque da(s) parcela(s) de quintos incorporada(s) pelo exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-a(s) em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, a teor dos arts. 262, caput, do Regimento Interno e 8º, caput, da Resolução 206/2007, a não ser que devidamente demonstrado que a rubrica está amparada por decisão judicial transitada em julgado;

9.3.5. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à AudPessoal que:

9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.5 supra;

9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste acórdão.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13738-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13739/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: TC 020.255/2022-5.

2. Grupo: I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Walter Mendes Lucas, CPF 151.523.401-00.

4. Unidade: Câmara dos Deputados.

5. Relator: Ministro - Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Walter Mendes Lucas, negando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. proceda, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, o destaque do valor correspondente aos reajustes incidentes sobre a VPNI derivada de "quintos/décimos" de funções comissionadas, desde a vigência da Lei 13.323/2016, sujeitando-o à absorção por quaisquer reajustes remuneratórios posteriores a 23/10/2020;

9.3.3. após a adoção da providência indicada no subitem anterior, promova o destaque da parcela de "quintos/décimos" incorporadas pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-a em "Parcela Compensatória" a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, na hipótese de incorporação decorrente de decisão judicial sem trânsito em julgado ou por via de medida administrativa, comunicando a este Tribunal as medidas adotadas, a teor dos arts. 262, caput, do Regimento Interno e 8º, caput, da Resolução 206/2007;

9.3.4. alerte o Sr. Walter Mendes Lucas no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.4. dar ciência desta deliberação à Câmara dos Deputados;

9.5. determinar à AudPessoal que:

9.5.1. acompanhe, com rigor, o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.5 deste Acórdão;

9.5.2. cumpridos os termos deste acórdão, arquive os autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13739-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13740/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 021.066/2023-0.

2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Ato de Admissão.

3. Interessado: Nelson Malanga Neto, CPF 009.212.509-32.

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de admissão submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3 (ato nº 23483/2020), relativo à admissão de Nelson Malanga Neto, ordenando, excepcionalmente, o respectivo registro, nos termos do artigo 7º, inciso II, da Resolução TCU 353/2023;

9.2. esclarecer à entidade de origem que a presente admissão poderá ser mantida, em razão de estar amparada por decisão judicial transitada em julgado;

9.3. dar ciência desta deliberação à Caixa Econômica Federal; e

9.4. autorizar o arquivamento destes autos, cumpridos os termos deste Acórdão.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13740-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13741/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 026.321/2020-3.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Angela Maria Goncalves (434.427.907-78); Instituto de Tecnologia Socio-ambiental do Baixo Sul da Bahia (05.913.376/0001-00); Victor Pinheiro de Sousa Nilo Dantas (033.232.795-73).

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Cleiciana Rodrigues Brito (OAB-DF 65451), representando Victor Pinheiro de Sousa Nilo Dantas; Evando Alves de Oliveira (OAB-BA 62491), representando Angela Maria Goncalves

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (mandatária da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário) em desfavor do Instituto de Tecnologia Socioambiental do Baixo Sul da Bahia (Instituto Terraguá) e de seus ex-dirigentes Ângela Maria Gonçalves (gestão 1º/10/2008 a 7/5/2010) e Victor Pinheiro de Sousa Nilo Dantas (gestão 8/5/2010 a 1°/10/2012), em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Contrato de Repasse n.º 0283060-91 (Siafi 648204), que tinha por objeto a promoção do desenvolvimento sustentável de agricultores,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel o Instituto de Tecnologia Socio-Ambiental do Baixo Sul da Bahia, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas pelo responsável Victor Pinheiro de Sousa Nilo Dantas;

9.3. rejeitar as alegações de defesa apresentadas peça responsável Ângela Maria Goncalves;

9.4. julgar irregulares as contas dos responsáveis Ângela Maria Goncalves e Instituto de Tecnologia Socioambiental do Baixo Sul da Bahia, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “a”, “b” e “c”, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, condenando-os solidariamente ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
6/11/2009	950,13
13/11/2009	3.000,00
13/11/2009	79,98
13/11/2009	35,02
13/11/2009	19,60
13/11/2009	800,40
13/11/2009	10.216,00
18/11/2009	3.000,00
18/11/2009	1.600,00
18/11/2009	17.500,00
8/2/2010	1.517,00
8/2/2010	4.200,00
8/2/2010	2.986,00
8/2/2010	3.000,00
8/2/2010	14.220,00
8/2/2010	12.000,00
9/3/2010	6.360,00
13/11/2009	6.000,00

9.5. aplicar individualmente aos responsáveis Ângela Maria Goncalves e Instituto de Tecnologia Socioambiental do Baixo Sul da Bahia, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 10.000,00 e R$ 20.000,00, respectivamente, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.8. dar ciência desta deliberação à Caixa Econômica Federal e aos responsáveis.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13741-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13742/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 028.107/2022-5.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Marco Antônio Correa Oliveira, CPF 334.167.530-20.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Marco Antônio Correa Oliveira, autorizando-lhe, excepcionalmente, o correspondente registro, nos termos do inciso II do art. 7º da Resolução 353/2023, desta Corte de Contas;

9.2. esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS que, a despeito da chancela de ilegalidade da aposentadoria do Sr. Marco Antônio Correa de Oliveira, o pagamento da parcela remuneratória alusiva a "quintos"/"décimos" decorrente do exercício de função comissionada, incorporados após a edição da Lei 9.624/1998 por força de decisão judicial transitada em julgado, poderá subsistir nos exatos termos da modulação de efeitos estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115,

9.3. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS, esclarecendo que o pagamento da parcela relativa aos anuênios poderá subsistir no mesmo percentual que foi concedida, em face de sua regularidade;

9.4. arquivar os autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13742-43/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13743/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: TC 030.886/2022-8.
2. Grupo: I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Ronaldo Paes Acha, CPF 601.183.347-00.
4. Unidade: Ministério da Defesa - Comando da Marinha
5. Relator: Ministro - Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade técnica: AudPessoal.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Ronaldo Paes Acha, negando-lhe o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. determinar ao órgão de origem que:

9.2.1. acompanhe o desfecho do processo 2011.51.51.017374-0, que tramita no 2º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro, e, no caso de deslinde desfavorável ao interessado, proceda a supressão da

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

parcela remuneratória referente à GDATEM, cientificando o Tribunal da providência tomada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.2.2. dê ciência ao interessado do inteiro teor deste Acórdão e envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que o Sr. Ronaldo Paes Acha teve ciência desta deliberação;

9.3. dar ciência desta deliberação ao Comando da Marinha;

9.4. determinar à Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) que:

9.4.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.2.1 e 9.2.2 deste aresto;

9.4.2. arquive os autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13743-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13744/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.845/2023-1.

2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Ato de Admissão.

3. Interessado: Demostenes Lopes Soares, CPF 451.173.812-20.

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de admissão submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 2 (ato nº 12725/2020), relativo à admissão de Demostenes Lopes Soares, ordenando, excepcionalmente, o respectivo registro, nos termos do artigo 7º, inciso II, da Resolução TCU 353/2023;

9.2. esclarecer à entidade de origem que a presente admissão poderá ser mantida, em razão de estar amparada por decisão judicial transitada em julgado;

9.3. dar ciência desta deliberação à Caixa Econômica Federal; e

9.4. autorizar o arquivamento destes autos, cumpridos os termos deste Acórdão.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13744-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13745/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 032.696/2023-0.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Alexandre Chaves Farias Leite, CPF 551.957.417-00.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

4. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade técnica: AudPessoal.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de aposentadoria submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 2 (ato nº 22989/2019), relativo à concessão inicial de aposentadoria a Alexandre Chaves Farias Leite, ordenando, excepcionalmente, o respectivo registro, nos termos do artigo 7º, inciso II, da Resolução TCU 353/2023;

9.2. esclarecer ao órgão de origem que, a despeito do julgamento pela ilegalidade da aposentadoria do Sr. Alexandre Chaves Farias Leite, a parcela alusiva à GDIBGE, por haver sido calculada conforme à decisão judicial transitada em julgado e com o acordo homologado na fase de cumprimento de sentença, poderá subsistir, sendo desnecessária a emissão de novo ato concessório;

9.3. dar conhecimento desta deliberação à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

9.4. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13745-43/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13746/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 033.223/2023-8.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Militar.
3. Interessada: Dinadja Nicacio Rosa dos Santos, CPF 803.490.644-15.
4. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade técnica: AudPessoal.
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de pensão militar submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão inicial da pensão militar instituída por Narciso Rosa dos Santos em favor de Dinadja Nicacio Rosa dos Santos (ato nº 105853/2022), negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

9.3.1. comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte a interessada no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à AudPessoal que:

9.4.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 deste Acórdão; e

9.4.2. arquive os autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13746-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13747/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 038.305/2021-6.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Alexandre Stalin Silveira Chammas (255.388.208-40); Instituto Ibec de Educação e Cultura (63.074.116/0001-95); Renata Silveira Chammas D´ Atri (164.674.438-10).

4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (extinta).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Edison Lorenzini Junior (OAB/SP 160.208), representando Instituto Ibec de Educação e Cultura; Alexandre Stalin Silveira Chammas e Renata Silveira Chammas D´ Atri.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela então Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, em desfavor da entidade Instituto IBEC de Educação e Cultura e de seus administradores Alexandre Stalin Silveira Chammas e Renata Silveira Chammas D'Atri, em razão de omissão no dever de prestar contas e da não comprovação da regular aplicação dos recursos do Convênio 00061/2009, registro Siafi 726083, firmado junto ao Ministério do Trabalho e Emprego,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões apresentadas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas dos responsáveis Instituto Ibec de Educação e Cultura, Alexandre Stalin Silveira Chammas e Renata Silveira Chammas D'Atri (então Diretor Presidente e Diretora-Secretária do Ibec), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", e § 2º, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, e condená-los solidariamente ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
15/3/2010	1,00	Débito
26/6/2010	13,50	Débito
24/6/2010	30.000,00	Débito
24/6/2010	5.400,00	Débito
28/6/2010	1.431,17	Débito
28/6/2010	600,00	Débito
28/6/2010	1.111,12	Débito
28/6/2010	1.464,58	Débito
28/6/2010	8,00	Débito
29/6/2010	554,00	Débito
29/6/2010	963,00	Débito
1/7/2010	600,00	Débito
1/7/2010	600,00	Débito
6/7/2010	600,00	Débito
7/7/2010	1.200,00	Débito
7/7/2010	8,00	Débito
14/7/2010	5.000,00	Débito
15/7/2010	8,00	Débito
16/7/2010	5.000,00	Débito
16/7/2010	8,00	Débito
5/8/2010	1.200,00	Débito
5/8/2010	1.200,00	Débito
5/8/2010	1.200,00	Débito
5/8/2010	1.200,00	Débito
5/8/2010	7.500,00	Débito
5/8/2010	1.200,00	Débito
5/8/2010	1.200,00	Débito
6/8/2010	9.906,13	Débito
12/8/2010	1.400,00	Débito
12/8/2010	600,00	Débito
27/8/2010	500,00	Débito
27/8/2010	500,00	Débito
27/8/2010	500,00	Débito
27/8/2010	500,00	Débito
1/9/2010	9.503,52	Débito
2/9/2010	7.691,82	Débito
3/9/2010	1.200,00	Débito
3/9/2010	1.200,00	Débito

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
9/9/2010	500,00	Débito
10/9/2010	1.200,00	Débito
10/9/2010	1.200,00	Débito
10/9/2010	1.200,00	Débito
10/9/2010	1.200,00	Débito
10/9/2010	500,00	Débito
10/9/2010	500,00	Débito
10/9/2010	500,00	Débito
10/9/2010	8,00	Débito
10/9/2010	8,00	Débito
10/9/2010	8,00	Débito
10/9/2010	8,00	Débito
10/9/2010	8,00	Débito
13/9/2010	500,08	Débito
13/9/2010	500,10	Débito
13/9/2010	500,13	Débito
13/9/2010	500,11	Débito
13/9/2010	500,09	Débito
13/9/2010	8,00	Débito
13/9/2010	8,00	Débito
13/9/2010	8,00	Débito
14/9/2010	500,04	Débito
14/9/2010	828,00	Débito
14/9/2010	8,00	Débito
16/9/2010	1.920,00	Débito
22/9/2010	1.487,90	Débito
23/9/2010	500,00	Débito
23/9/2010	600,00	Débito
23/9/2010	1.000,00	Débito
27/9/2010	1.000,01	Débito
27/9/2010	1.000,02	Débito
27/9/2010	1.000,03	Débito
27/9/2010	1.000,00	Débito
27/9/0200	8,00	Débito
27/9/2010	8,00	Débito
27/9/2010	8,00	Débito
27/9/2010	8,00	Débito
27/9/2010	8,00	Débito
28/9/2010	1.000,00	Débito
28/9/2010	1.000,00	Débito

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
28/9/2010	1.000,00	Débito
28/9/2010	1.000,00	Débito
28/9/2010	1.000,00	Débito
28/9/2010	1.000,00	Débito
28/9/2010	1.000,00	Débito
28/9/2010	1.518,58	Débito
28/9/2010	8,00	Débito
28/9/2010	8,00	Débito
28/9/2010	8,00	Débito
28/9/2010	8,00	Débito
28/9/2010	8,00	Débito
4/10/2010	1.500,00	Débito
4/10/2010	1.500,00	Débito
4/10/2010	1.500,00	Débito
4/10/2010	1.500,00	Débito
4/10/2010	1.500,00	Débito
4/10/2010	1.500,00	Débito
4/10/2010	1.500,00	Débito
4/10/2010	1.500,00	Débito
4/10/2010	1.500,00	Débito
4/10/2010	1.500,00	Débito
4/10/2010	8,00	Débito
4/10/2010	8,00	Débito
4/10/2010	8,00	Débito
4/10/2010	8,00	Débito
4/10/2010	8,00	Débito
4/10/2010	8,00	Débito
5/10/2010	1.500,00	Crédito
5/10/2010	1.500,00	Crédito
5/10/2010	1.500,00	Crédito
7/10/2010	1.500,00	Débito
7/10/2010	1.400,00	Débito
7/10/2010	1.200,00	Débito
7/10/2010	1.200,00	Débito
7/10/2010	8,00	Débito
13/10/2010	1.200,00	Débito
13/10/2010	1.200,00	Débito
13/10/2010	1.500,00	Débito
13/10/2010	3.487,50	Débito
14/10/2010	1.000,00	Débito

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
14/10/2010	1.500,00	Débito
14/10/2010	8,00	Débito
15/10/2010	1.500,00	Crédito
19/10/2010	1.500,00	Débito
19/10/2010	8,00	Débito
22/10/2010	1.500,00	Débito
22/10/2010	1.000,00	Débito
25/10/2010	600,00	Débito
25/10/2010	8,00	Débito
25/10/2010	8,00	Débito
28/10/2010	1.500,00	Débito
28/10/2010	1.500,00	Débito
28/10/2010	1.000,00	Débito
29/10/2010	8,00	Débito
29/10/2010	8,00	Débito
1/11/2010	1.000,00	Débito
4/11/2010	1.200,00	Débito
4/11/2010	1.490,00	Débito
4/11/2010	1.420,00	Débito
8/11/2010	1.200,00	Débito
8/11/2010	1.400,00	Débito
8/11/2010	1.200,00	Débito
11/11/2010	1.000,00	Débito
11/11/2010	1.500,00	Débito
11/11/2010	1.500,00	Débito
11/11/2010	1.500,00	Débito
11/11/2010	500,00	Débito
11/11/2010	500,00	Débito
11/11/2010	1.500,00	Débito
11/11/2010	1.500,00	Débito
11/11/2010	263,74	Débito
11/11/2010	1.000,00	Débito
11/11/2010	500,00	Débito
11/11/2010	1.500,00	Débito
11/11/2010	1.500,00	Débito
11/11/2010	1.500,00	Débito
11/11/2010	8,00	Débito
11/11/2010	8,00	Débito
11/11/2010	8,00	Débito
11/11/2010	8,00	Débito

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
12/11/2010	1.000,00	Débito
12/11/2010	500,00	Débito
12/11/2010	500,00	Débito
12/11/2010	500,00	Débito
12/11/2010	500,00	Débito
12/11/2010	1.500,00	Débito
12/11/2010	500,00	Débito
12/11/2010	8,00	Débito
12/11/2010	8,00	Débito
12/11/2010	8,00	Débito
12/11/2010	8,00	Débito
12/11/2010	8,00	Débito
12/11/2010	8,00	Débito
12/11/2010	8,00	Débito
16/11/2010	1.500,00	Débito
16/11/2010	1.000,00	Débito
16/11/2010	1.500,00	Débito
16/11/2010	8,00	Débito
16/11/2010	8,00	Débito
17/11/2010	1.500,00	Débito
17/11/2010	8,00	Débito
19/11/2010	1.500,00	Débito
19/11/2010	1.500,00	Débito
19/11/2010	8,00	Débito
19/11/2010	8,00	Débito
25/11/2010	1.000,00	Débito
6/12/2010	1.200,00	Débito
6/12/2010	1.500,00	Débito
6/12/2010	1.420,00	Débito
6/12/2010	1.500,00	Débito
6/12/2010	1.500,00	Débito
6/12/2010	500,00	Débito
6/12/2010	1.500,00	Débito
7/12/2010	1.400,00	Débito
7/12/2010	1.490,00	Débito
7/12/2010	8,00	Débito
7/12/2010	8,00	Débito
7/12/2010	8,00	Débito
8/12/2010	1.490,00	Débito
8/12/2010	1.500,00	Débito

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
8/12/2010	1.200,00	Débito
8/12/2010	1.500,00	Débito
8/12/2010	1.500,00	Débito
8/12/2010	1.500,00	Débito
8/12/2010	8,00	Débito
8/12/2010	8,00	Débito
8/12/2010	8,00	Débito
8/12/2010	8,00	Débito
9/12/2010	1.500,00	Débito
9/12/2010	8,00	Débito
10/12/2010	1.500,00	Crédito
14/12/2010	500,00	Débito
14/12/2010	8,00	Débito
15/12/2010	1.400,00	Débito
15/12/2010	7.500,00	Débito
15/12/2010	1.563,61	Débito
15/12/2010	1.768,33	Débito
15/12/2010	1.500,00	Débito
15/12/2010	1.500,00	Débito
16/12/2010	8,00	Débito
16/12/2010	8,00	Débito
20/12/2010	1.500,00	Débito
20/12/2010	1.500,00	Débito
20/12/2010	40.800,53	Débito
20/12/2010	11.999,29	Débito
20/12/2010	8,00	Débito
21/12/2010	1.400,00	Débito
21/12/2010	1.500,00	Débito
21/12/2010	8,00	Débito
22/12/2010	700,00	Débito
23/12/2010	1.500,00	Débito
23/12/2010	600,00	Débito
23/12/2010	8,00	Débito
23/12/2010	8,00	Débito
24/12/2010	1.500,00	Crédito
27/12/2010	5,00	Débito
28/12/2010	1.500,00	Débito
28/12/2010	8,00	Débito
6/1/2011	1.000,00	Débito
12/1/2011	600,00	Débito

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
17/1/2011	900,00	Débito
17/1/2011	900,00	Débito
17/1/2011	8,00	Débito
17/1/2011	8,00	Débito
25/1/2011	5,00	Débito
15/2/2011	1.500,00	Débito
15/2/2011	2.400,00	Débito
15/2/2011	1.200,00	Débito
15/2/2011	2.100,00	Débito
15/2/2011	2.670,00	Débito
15/2/2011	800,00	Débito
15/2/2011	8,00	Débito
15/2/2011	800,00	Débito
16/2/2010	800,00	Crédito
16/2/2011	13,50	Débito
16/2/2011	89.000,00	Débito
16/2/2011	25.000,00	Débito
16/2/2011	1.200,00	Débito
16/2/2011	2.878,00	Débito
16/2/2011	1.490,00	Débito
16/2/2011	1.420,00	Débito
16/2/2011	1.490,00	Débito
16/2/2011	3.540,00	Débito
16/2/2011	3.000,00	Débito
16/2/2011	8,00	Débito
16/2/2011	8,00	Débito
16/2/2011	8,00	Débito
16/2/2011	8,00	Débito
17/2/2011	1.500,00	Débito
17/2/2011	1.500,00	Débito
21/2/2011	2.400,00	Débito
21/2/2011	600,00	Débito
21/2/2011	1.200,00	Débito
21/2/2011	2.400,00	Débito
21/2/2011	1.500,00	Débito
22/2/2011	8,00	Débito
22/2/2011	8,00	Débito
22/2/2011	5,00	Débito
9/3/2011	1.200,00	Débito
9/3/2011	2.200,00	Débito

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
9/3/2011	600,00	Débito
9/3/2011	1.490,00	Débito
9/3/2011	1.200,00	Débito
9/3/2011	1.420,00	Débito
9/3/2011	3.000,00	Débito
9/3/2011	1.490,00	Débito
10/3/2011	8,00	Débito
10/3/2011	8,00	Débito
10/3/2011	8,00	Débito
11/3/2011	1.400,00	Débito
25/3/2011	1.621,80	Débito
25/3/2011	6.178,21	Débito
25/3/2011	2.533,09	Débito
25/3/2011	5,00	Débito
29/3/2011	1.200,00	Débito
29/3/2011	1.200,00	Débito
29/3/2011	8,00	Débito
29/3/2011	8,00	Débito
31/3/2011	13,50	Débito
31/3/2011	76.500,00	Débito
31/3/2011	1.059,83	Débito
31/3/2011	691,05	Débito
31/3/2011	681,43	Débito
31/3/2011	669,96	Débito
31/3/2011	8.773,62	Débito
31/3/2011	2.615,59	Débito
31/3/2011	2.598,68	Débito
31/3/2011	2.581,76	Débito
31/3/2011	1.728,81	Débito
31/3/2011	3.106,55	Débito
31/3/2011	3.086,46	Débito
31/3/2011	3.066,37	Débito
31/3/2011	1.200,00	Débito
31/3/2011	8,00	Débito
1/4/2011	1.200,00	Crédito
1/4/2011	1.200,00	Débito
1/4/2011	2.200,00	Débito
1/4/2011	1.200,00	Débito
1/4/2011	800,00	Débito
1/4/2011	1.200,00	Débito

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
4/4/2011	1.200,00	Débito
5/4/2011	8,00	Débito
11/4/2011	1.200,00	Débito
11/4/2011	30.240,00	Débito
11/4/2011	1.500,00	Débito
11/4/2011	1.490,00	Débito
11/4/2011	3.164,14	Débito
11/4/2011	5.476,97	Débito
11/4/2011	18.817,49	Débito
11/4/2011	1.420,00	Débito
11/4/2011	1.490,00	Débito
11/4/2011	8,00	Débito
11/4/2011	8,00	Débito
13/4/2011	520,00	Débito
13/4/2011	1.621,80	Débito
13/4/2011	3.864,95	Débito
13/4/2011	2.392,89	Débito
13/4/2011	3.864,95	Débito
13/4/2011	1.762,00	Débito
14/4/2011	600,00	Débito
20/4/2011	1.200,00	Débito
20/4/2011	8,00	Débito
25/4/2011	440,00	Débito
25/4/2011	5,00	Débito
26/4/2011	1.000,00	Débito
26/4/2011	1.000,00	Débito
26/4/2011	1.200,00	Débito
26/4/2011	1.200,00	Débito
26/4/2011	1.000,00	Débito
26/4/2011	1.000,00	Débito
26/4/2011	1.000,00	Débito
26/4/2011	8,00	Débito
26/4/2011	8,00	Débito
26/4/2011	8,00	Débito
26/4/2011	8,00	Débito
26/4/2011	8,00	Débito
27/4/2011	1.000,00	Débito
2/5/2011	2.400,00	Débito
2/5/2011	1.400,00	Débito
2/5/2011	800,00	Débito

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
2/5/2011	1.000,00	Débito
4/5/2011	1.000,00	Débito
4/5/2011	1.000,00	Débito
6/5/2011	1.000,00	Débito
9/5/2011	1.000,00	Débito
9/5/2011	1.000,00	Débito
9/5/2011	1.899,44	Débito
11/5/2011	1.200,00	Débito
11/5/2011	1.500,00	Débito
17/5/2011	1.000,00	Débito
17/5/2011	1.000,00	Débito
17/5/2011	8,00	Débito
20/5/2011	1.500,00	Débito
20/5/2011	1.500,00	Débito
20/5/2011	1.500,00	Débito
23/5/2011	1.500,00	Crédito
23/5/2011	1.500,00	Crédito
23/5/2011	3.000,00	Débito
23/5/2011	3.000,00	Débito
23/5/2011	1.000,00	Débito
23/5/2011	1.500,00	Débito
23/5/2011	8,00	Débito
23/5/2011	8,00	Débito
23/5/2011	8,00	Débito
23/5/2011	8,00	Débito
23/5/2011	8,00	Débito
24/5/2011	1.500,00	Débito
24/5/2011	1.000,00	Débito
24/5/2011	8,00	Débito
25/5/2011	5,00	Débito
26/5/2011	1.500,00	Débito
26/5/2011	500,00	Débito
26/5/2011	1.000,00	Débito
26/5/2011	1.000,00	Débito
26/5/2011	8,00	Débito
26/5/2011	8,00	Débito
30/5/2011	500,00	Débito
30/5/2011	1.500,00	Débito
30/5/2011	1.200,00	Débito
30/5/2011	1.200,00	Débito

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
30/5/2011	8,00	Débito
30/5/2011	8,00	Débito
30/5/2011	8,00	Débito
31/5/2011	1.500,00	Débito
31/5/2011	3.000,00	Débito
31/5/2011	1.500,00	Débito
1/6/2011	2.400,00	Débito
1/6/2011	1.400,00	Débito
1/6/2011	800,00	Débito
3/6/2011	1.500,00	Débito
7/6/2011	1.400,00	Débito
7/6/2011	3.500,00	Débito
7/6/2011	500,00	Débito
7/6/2011	3.000,00	Débito
7/6/2011	3.000,00	Débito
8/6/2011	3.000,00	Crédito
8/6/2011	8,00	Débito
9/6/2011	1.500,00	Débito
9/6/2011	1.500,00	Débito
9/6/2011	8,00	Débito
9/6/2011	8,00	Débito
10/6/2011	500,00	Débito
10/6/2011	500,00	Débito
10/6/2011	500,00	Débito
10/6/2011	500,00	Débito
10/6/2011	500,00	Débito
10/6/2011	500,00	Débito
10/6/2011	500,00	Débito
10/6/2011	500,00	Débito
13/6/2011	500,00	Débito
14/6/2011	3.000,00	Débito
14/6/2011	1.500,00	Débito
14/6/2011	1.500,00	Débito
14/6/2011	1.500,00	Débito
14/6/2011	8,00	Débito
14/6/2011	8,00	Débito
14/6/2011	8,00	Débito
14/6/2011	8,00	Débito
15/6/2011	1.000,00	Débito
15/6/2011	1.500,00	Débito

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
15/6/2011	1.500,00	Débito
15/6/2011	8,00	Débito
15/6/2011	8,00	Débito
15/6/2011	8,00	Débito
16/6/2011	1.500,00	Crédito
16/6/2011	1.500,00	Crédito
17/6/2011	500,00	Débito
17/6/2011	1.000,00	Débito
21/6/2011	1.500,00	Débito
22/6/2011	1.500,00	Débito
22/6/2011	1.000,00	Débito
22/6/2011	1.000,00	Débito
22/6/2011	1.000,00	Débito
22/6/2011	500,00	Débito
22/6/2011	1.000,00	Débito
22/6/2011	8,00	Débito
22/6/2011	8,00	Débito
22/6/2011	8,00	Débito
22/6/2011	8,00	Débito
22/6/2011	8,00	Débito
22/6/2011	8,00	Débito
24/6/2011	1.000,00	Crédito
27/6/2011	500,00	Débito
27/6/2011	5,00	Débito
29/6/2011	1.500,00	Débito
29/6/2011	8,00	Débito
1/7/2011	1.200,00	Débito
1/7/2011	2.400,00	Débito
1/7/2011	1.400,00	Débito
1/7/2011	800,00	Débito
1/7/2011	500,00	Débito
1/7/2011	1.500,00	Débito
6/7/2011	22.680,00	Débito
6/7/2011	800,00	Débito
7/7/2011	1.500,00	Débito
7/7/2011	8,00	Débito
8/7/2011	8,00	Débito
11/7/2011	3.000,00	Débito
11/7/2011	90,00	Débito
12/7/2011	1.500,00	Débito

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
12/7/2011	1.500,00	Débito
12/7/2011	800,00	Débito
12/7/2011	1.000,00	Débito
12/7/2011	1.500,00	Débito
12/7/2011	1.000,00	Débito
12/7/2011	1.000,00	Débito
12/7/2011	1.500,00	Débito
12/7/2011	8,00	Débito
12/7/2011	8,00	Débito
12/7/2011	8,00	Débito
12/7/2011	8,00	Débito
12/7/2011	8,00	Débito
13/7/2011	1.000,00	Crédito
13/7/2011	1.500,00	Débito
13/7/2011	1.500,00	Débito
13/7/2011	1.500,00	Débito
13/7/2011	1.000,00	Débito
13/7/2011	1.500,00	Débito
13/7/2011	1.500,00	Débito
13/7/2011	1.000,00	Débito
13/7/2011	1.500,00	Débito
13/7/2011	1.500,00	Débito
13/7/2011	1.000,00	Débito
13/7/2011	2.000,00	Débito
13/7/2011	2.000,00	Débito
13/7/2011	8,00	Débito
13/7/2011	8,00	Débito
13/7/2011	8,00	Débito
13/7/2011	8,00	Débito
13/7/2011	8,00	Débito
13/7/2011	8,00	Débito
14/7/2011	1.500,00	Débito
15/7/2011	4.803,71	Débito
15/7/2011	8.409,82	Débito
15/7/2011	27.417,49	Débito
18/7/2011	1.000,00	Débito
18/7/2011	1.000,00	Débito
18/7/2011	1.500,00	Débito
18/7/2011	500,00	Débito
20/7/2011	1.500,00	Débito

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
20/7/2011	1.000,00	Débito
20/7/2011	1.500,00	Débito
20/7/2011	1.500,00	Débito
20/7/2011	1.500,00	Débito
20/7/2011	1.500,00	Débito
20/7/2011	1.500,00	Débito
20/7/2011	8,00	Débito
20/7/2011	8,00	Débito
22/7/2011	1.500,00	Débito
22/7/2011	1.200,00	Débito
22/7/2011	8,00	Débito
25/7/2011	5,00	Débito
27/7/2011	500,00	Débito
27/7/2011	1.000,00	Débito
27/7/2011	1.500,00	Débito
27/7/2011	1.500,00	Débito
27/7/2011	1.500,00	Débito
27/7/2011	8,00	Débito
27/7/2011	8,00	Débito
27/7/2011	1.500,00	Débito
28/7/2011	1.500,00	Débito
28/7/2011	1.500,00	Débito
28/7/2011	8,00	Débito
29/7/2011	1.500,00	Crédito
2/8/2011	2.400,00	Débito
2/8/2011	1.400,00	Débito
2/8/2011	800,00	Débito
2/8/2011	3.000,00	Débito
2/8/2011	1.500,00	Débito
2/8/2011	3.000,00	Débito
2/8/2011	3.000,00	Débito
2/8/2011	3.000,00	Débito
2/8/2011	8,00	Débito
2/8/2011	8,00	Débito
3/8/2011	500,00	Débito
3/8/2011	1.000,00	Débito
4/8/2011	3.000,00	Débito
4/8/2011	8,00	Débito
9/8/2011	1.500,00	Débito
9/8/2011	8,00	Débito

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
10/8/2011	1.500,00	Débito
10/8/2011	1.500,00	Débito
17/8/2011	2.000,00	Débito
17/8/2011	8,00	Débito
18/8/2011	2.000,00	Crédito
25/8/2011	1.500,00	Débito
25/8/2011	2.000,00	Débito
25/8/2011	8,00	Débito
25/8/2011	5,00	Débito
29/8/2011	3.000,00	Débito
29/8/2011	3.000,00	Débito
29/8/2011	8,00	Débito
2/9/2011	2.400,00	Débito
2/9/2011	1.400,00	Débito
2/9/2011	800,00	Débito
2/9/2011	3.000,00	Débito
9/9/2011	3.000,00	Débito
9/9/2011	3.000,00	Débito
9/9/2011	3.000,00	Débito
21/9/2011	2.031,66	Débito
4/10/2011	1.400,00	Débito
4/10/2011	800,00	Débito
4/10/2011	3.000,00	Débito
4/10/2011	1.500,00	Débito
4/10/2011	3.000,00	Débito
4/10/2011	3.000,00	Débito
4/10/2011	1.500,00	Débito
4/10/2011	3.000,00	Débito
4/10/2011	8,00	Débito
4/10/2011	8,00	Débito
7/10/2011	1.500,00	Débito
14/10/2011	5,00	Débito
18/10/2011	1.500,00	Débito
20/10/2011	3.000,00	Débito
25/10/2011	5,00	Débito
28/10/2011	1.400,00	Débito
28/10/2011	800,00	Débito
28/10/2011	3.000,00	Débito
28/10/2011	1.500,00	Débito
28/10/2011	1.500,00	Débito

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
2/12/2011	5,00	Débito
26/12/2011	5,00	Débito
9/1/2012	400,00	Débito
9/1/2012	600,00	Débito
23/1/2012	1.200,00	Débito
25/1/2012	5,00	Débito
27/2/2012	5,00	Débito
15/3/2012	3.000,00	Débito
3/4/2012	5,00	Débito
22/5/2012	2,02	Débito
23/5/2012	1.100,00	Débito
23/5/2012	2,00	Débito
27/8/2012	0,98	Débito
27/8/2012	5,00	Débito
27/8/2012	5,00	Débito
27/8/2012	5,00	Débito
27/8/2012	5,00	Débito
28/8/2012	100,00	Débito
28/8/2012	1.000,00	Débito
25/9/2012	5,00	Débito
25/10/2012	4,02	Débito

9.2. aplicar aos responsáveis Instituto Ibec de Educação e Cultura, Alexandre Stalin Silveira Chammas e Renata Silveira Chammas D'Atri, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor individual de R$ 500.000,00, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4. enviar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13747-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

ACÓRDÃO Nº 13748/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.966/2022-1.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Isabel de Sousa Batista Carvalho (402.683.816-15).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

4. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Universidade Federal de Minas Gerais.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição Federal, nos arts. 1º, V, 39, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, no art. 262 do RI/TCU e no art. 7º, II da Resolução TCU 353/2023, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Isabel de Sousa Batista Carvalho, concedendo-lhe o registro, excepcionalmente;

9.2. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13748-43/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13749/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.585/2012-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria (Monitoramento).
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Maria José Santos Dantas (209.292.934-87).
3.2. Responsáveis: Domício José Gregório Arruda Silva (505.595.754/91); Maria Benedita e Silva Peixoto (662.625.184-87)
4. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Alagoas.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do Acórdão 4.068/2012-TCU-1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. reiterar à entidade de origem as determinações contidas nos itens 1.7.1.1 e 1.7.1.2 do Acórdão 7.618/2015-TCU-1ª Câmara, fixando-se novo e improrrogável prazo de trinta dias, para o respectivo cumprimento, a contar da data de ciência da presente deliberação;

9.2. alertar ao atual dirigente da Superintendência Estadual da Funasa em Alagoas que o descumprimento de decisão do TCU, sem motivo justificado, sujeitará o responsável à multa e à responsabilização solidária em relação aos valores pagos indevidamente à servidora beneficiada, nos termos do art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/1992 e do art. 268, inciso VIII e § 3º, do RI/TCU;

9.3. ordenar à AudPessoal que:

9.3.1. monitore o cumprimento das determinações exaradas no âmbito deste processo;

9.3.2. instaure - em processo autônomo e na hipótese de novo descumprimento pelo órgão de origem, após transcorrido o prazo fixado para atendimento - tomada de contas especial, visando apurar os valores

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

indevidamente pagos e responsabilizar os agentes públicos que deram causa aos pagamentos irregulares da parcela relativa a planos econômicos apurados nestes autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13749-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13750/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.557/2020-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Controladoria-geral da União (26.664.015/0001-48).

3.2. Responsáveis: Amauri Ribeiro (006.701.408-99); Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes (05.634.009/0001-78).

4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial do Esporte (extinto).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação Legal: Romulo Augusto Costa Santos (OAB-SE 5.632).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Federal de Controle Interno, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos do Convênio nº 138/2016, firmado entre o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) e a Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes (CBVD);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. acolher as alegações de defesa da Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes (CBVD) e excluí-la da presente relação processual;

9.2. considerar revel Amauri Ribeiro, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.3. julgar irregulares as contas de Amauri Ribeiro, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "d", 19, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
28/06/2016	2.830,29
28/06/2016	305,77
28/06/2016	975,67
28/06/2016	15.735,25
28/06/2016	25.877,59
28/06/2016	11.251,13
28/06/2016	0,02
28/06/2016	453,14

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
28/06/2016	3.000,30
28/06/2016	1.638,00
28/06/2016	1.638,00
28/06/2016	1.200,00
28/06/2016	1.134,00
28/06/2016	2.340,83
28/06/2016	8.000,00
28/06/2016	105,10
28/06/2016	210,00
28/06/2016	210,00
28/06/2016	210,00
28/06/2016	8,45
28/06/2016	8,45
28/06/2016	8,45
01/07/2016	2,85
01/07/2016	2,85
01/07/2016	2,85
01/07/2016	2,85
05/07/2016	1,35
28/11/2016	800,72

9.4. aplicar a Amauri Ribeiro a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor individual de R$ 11.000,00, fixando-lhe o prazo de 15 dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão, até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992; e

9.6. dar ciência deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Paraná, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e aos demais interessados.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13750-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13751/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.446/2020-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de contas especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Alírio Dantas de Azevedo Filho (178.961.345-00) e Associação Cultural Jacuipense (13.227.020/0001-41).

4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial do Esporte (extinto).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial do Esporte, em desfavor da Associação Cultural Jacuipense e Alírio Dantas de Azevedo Filho, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados pela União (Convênio 717516/2009), para produção de material esportivo, por pessoas inseridas em comunidades de reconhecida situação de vulnerabilidade social,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa da Associação Cultural Jacuipense;

9.2. julgar irregulares as contas de Alírio Dantas de Azevedo Filho e Associação Cultural Jacuipense, condenando-os solidariamente ao pagamento da importância a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23 da Lei 8.443/1992:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
22/12/2009	1.230.940,74	Débito
27/1/2012	1.270,60	Crédito

9.3. aplicar, individualmente, aos responsáveis Alírio Dantas de Azevedo Filho e Associação Cultural Jacuipense, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 600.000,00, fixando-lhes o prazo de 15 dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do Acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. dar ciência da decisão à Procuradoria da República no Estado da Bahia, ao Ministério do Esporte e aos responsáveis.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13751-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13752/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.262/2020-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Carlos Artur Soares de Avellar Júnior (764.704.664-00).

3.3. Recorrente: Carlos Artur Soares de Avellar Júnior (764.704.664-00).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Barreiros - PE.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação Legal: Luís Alberto Gallindo Martins (OAB-PE 20.189).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Carlos Artur Soares de Avellar Júnior, contra o Acórdão 7.722/2022-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração, para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando insubsistente o Acórdão 7.722/2022-1ª Câmara;

9.2. julgar regulares com ressalvas as contas de Carlos Artur Soares de Avellar Júnior, dando-lhe quitação;

9.3. dar ciência deste Acórdão ao recorrente, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco e aos demais interessados.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13752-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13753/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 035.254/2020-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame em Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Uilna Carvalho de Souza (597.939.297-15).

3.2. Recorrente: Uilna Carvalho de Souza (597.939.297-15).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Uilna Carvalho de Souza, contra o Acórdão 12.549/2020-TCU-1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no artigo 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;

9.2. tornar sem efeito o item 9.2.3 do Acórdão 12.549/2020-TCU-1ª Câmara;

9.3. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13753-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13754/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 039.277/2020-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Fundação de Apoio Ao Desenvolvimento Rural (04.699.470/0001-46); Ivanildo Soares da Silva (129.041.124-72).
4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos do Termo de Parceria 778246/2012, firmado com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural (Fundação Terra);
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar revéis Ivanildo Soares da Silva e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural (Fundação Terra), com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. julgar irregulares as contas de Ivanildo Soares da Silva e da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural (Fundação Terra), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "d", 19, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, condenando-os solidariamente ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
28/8/2015	351.750,00
17/12/2015	30.000,00
21/1/2016	137.563,73
29/3/2017	62.891,66

9.3. aplicar a Ivanildo Soares da Silva e à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural (Fundação Terra) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor individual de R$ 160.000,00, fixando-lhes o prazo de 15 dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão, até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992; e
9.5. dar ciência deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Paraná, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e aos demais interessados.
10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13754-43/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13755/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 041.035/2021-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Iaceco - Instituto Administrativo de Capacitação, Estudos, Controle e Organização (05.644.206/0001-78); Rosangela Eschberger (253.608.680-15).
4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (extinta).
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal: Marcelo Freitas (OAB-SC 11.739) e Bruno Anselmo Campagnholo (OAB-SC 20.765).
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Trabalho e Emprego contra o Instituto Administrativo de Capacitação, Estudos, Controle e Organização (Iaceco) e Rosangela Eschberger, ex-dirigente da entidade, em virtude da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados pelo Convênio 752758, cujo objeto era a qualificação dos trabalhadores do setor de turismo do Estado de Santa Catarina;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. rejeitar as alegações de defesa do Instituto Administrativo de Capacitação, Estudos, Controle e Organização (Iaceco) e de Rosangela Eschberger;
9.2. julgar irregulares as contas do Instituto Administrativo de Capacitação, Estudos, Controle e Organização (Iaceco) e de Rosangela Eschberger, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, 19 e 23 da Lei 8.443/1992, condenando-os solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo de Amparo ao Trabalhador, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
12/4/2011	2.800,00
12/4/2011	2.800,00
12/4/2011	2.800,00
12/4/2011	88,99
12/4/2011	97,10
12/4/2011	325,30
12/4/2011	916,00
12/4/2011	102,18
12/4/2011	434,54
12/4/2011	790,08

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
12/4/2011	95,71
12/4/2011	407,02
12/4/2011	740,06
12/4/2011	88,54
12/4/2011	90,95
12/4/2011	304,70
12/4/2011	916,00
12/4/2011	1.443,72
12/4/2011	105,07
12/4/2011	99,56
12/4/2011	333,53
12/4/2011	356,42
12/4/2011	648,04
12/4/2011	83,82
25/4/2011	5,00
29/4/2011	13,40
4/5/2011	4,47
4/5/2011	2.800,00
4/5/2011	916,00
4/5/2011	79,65
4/5/2011	266,82
4/5/2011	79,65
4/5/2011	643,90
4/5/2011	354,14
4/5/2011	65,36
12/5/2011	350,00
12/5/2011	5.178,45
20/5/2011	246,00
20/5/2011	265,05
20/5/2011	85,50
24/5/2011	2.540,00
30/5/2011	2.413,08
30/5/2011	150,00
31/5/2011	2.800,00
31/5/2011	916,00
31/5/2011	643,90
31/5/2011	65,36
31/5/2011	266,82
31/5/2011	79,65
31/5/2011	354,14

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
31/5/2011	79,65
1/6/2011	866,00
2/6/2011	849,45
3/6/2011	240,00
3/6/2011	330,00
3/6/2011	600,00
3/6/2011	250,00
3/6/2011	2.080,00
6/6/2011	2.745,90
7/6/2011	160,00
7/6/2011	160,00
7/6/2011	240,00
7/6/2011	400,00
7/6/2011	320,00
7/6/2011	50,00
7/6/2011	75,00
8/6/2011	2.499,00
9/6/2011	3.800,00
9/6/2011	3.977,00
13/6/2011	993,87
20/6/2011	29,66
20/6/2011	53,93
20/6/2011	43,51
20/6/2011	55,72
20/6/2011	55,72
20/6/2011	49,43
20/6/2011	89,88
20/6/2011	39,55
20/6/2011	71,91
20/6/2011	29,66
20/6/2011	53,93
20/6/2011	262,22
20/6/2011	476,77
21/6/2001	714,42
24/6/2011	3.245,00
24/6/2011	882,00
29/6/2011	1.259,50
30/6/2011	2.800,00
30/6/2011	916,00
1/7/2011	240,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
1/7/2011	640,00
1/7/2011	320,00
1/7/2011	320,00
1/7/2011	1.300,00
1/7/2011	195,00
1/7/2011	720,00
1/7/2011	411,00
4/7/2011	1.781,50
5/7/2011	80,00
5/7/2011	422,65
5/7/2011	1.600,00
5/7/2011	500,00
5/7/2011	160,00
6/7/2011	140,44
6/7/2011	151,35
6/7/2011	93,35
6/7/2011	762,00
7/7/2011	79,65
8/7/2011	68,17
8/7/2011	271,88
11/7/2011	2.376,50
11/7/2011	1.259,50
11/7/2011	151,47
12/7/2011	885,59
12/7/2011	2.508,00
12/7/2011	2.166,00
13/7/2011	1.100,00
13/7/2011	161,40
19/7/2011	400,00
19/7/2011	2.516,50
19/7/2011	69,18
20/7/2011	118,56
20/7/2011	79,65
20/7/2011	266,82
20/7/2011	354,14
20/7/2011	643,90
20/7/2011	65,36
20/7/2011	88,98
20/7/2011	161,79
20/7/2011	39,55

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
20/7/2011	71,91
20/7/2011	197,75
20/7/2011	359,55
20/7/2011	160,67
20/7/2011	292,13
20/7/2011	29,66
20/7/2011	53,93
20/7/2011	79,10
20/7/2011	143,82
20/7/2011	39,55
20/7/2011	71,91
20/7/2011	55,72
20/7/2011	29,76
20/7/2011	185,39
20/7/2011	377,07
22/7/2011	1.500,00
22/7/2011	2.000,00
25/7/2011	29,84
25/7/2011	3.045,00
27/7/2011	2.800,00
27/7/2011	916,00
27/7/2011	135,48
27/7/2011	2.352,00
3/8/2011	720,00
3/8/2011	2.229,50
4/8/2011	560,00
4/8/2011	480,00
4/8/2011	640,00
4/8/2011	640,00
4/8/2011	320,00
4/8/2011	480,00
4/8/2011	1.630,00
4/8/2011	500,00
4/8/2011	221,88
4/8/2011	56,80
5/8/2011	1.459,07
5/8/2011	435,70
8/8/2011	2.138,50
9/8/2011	84,04
10/8/2011	270,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
10/8/2011	330,83
10/8/2011	180,00
16/8/2011	1.993,50
18/8/2011	520,00
18/8/2011	160,00
23/8/2011	2.051,00
24/8/2011	2.400,00
26/8/2011	240,00
29/8/2011	2.051,00
6/9/2011	2.243,50
6/9/2011	79,65
9/9/2011	316,63
13/9/2011	1.008,00
16/9/2011	500,00
10/10/2011	1.120,00
10/10/2011	2.800,00
10/10/2011	2.800,00
10/10/2011	916,00
10/10/2011	916,00
10/10/2011	1.120,00
10/10/2011	880,00
10/10/2011	1.040,00
10/10/2011	1.545,82
10/10/2011	1.680,00
10/10/2011	4.800,00
10/10/2011	2.640,00
10/10/2011	2.280,00
10/10/2011	3.066,00
10/10/2011	2.075,50
10/10/2011	1.813,00
10/10/2011	1.120,00
10/10/2011	400,00
10/10/2011	400,00
10/10/2011	2.846,00
10/10/2011	1.918,00
10/10/2011	257,48
10/10/2011	50,59
10/10/2011	78,66
10/10/2011	157,44
10/10/2011	49,35

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
10/10/2011	88,67
10/10/2011	56,36
10/10/2011	49,28
10/10/2011	225,10
10/10/2011	47,44
10/10/2011	117,10
10/10/2011	112,05
10/10/2011	119,36
10/10/2011	77,30
10/10/2011	75,05
10/10/2011	97,50
10/10/2011	78,21
10/10/2011	224,26
10/10/2011	134,39
10/10/2011	49,02
10/10/2011	56,86
10/10/2011	95,62
10/10/2011	105,68
10/10/2011	334,15
10/10/2011	256,09
10/10/2011	125,53
10/10/2011	218,14
10/10/2011	174,94
10/10/2011	148,62
10/10/2011	167,13
10/10/2011	108,88
10/10/2011	525,00
10/10/2011	1.040,00
10/10/2011	1.920,00
10/10/2011	800,00
10/10/2011	225,00
11/10/2011	240,00
11/10/2011	560,00
11/10/2011	472,00
11/10/2011	720,00
11/10/2011	517,95
11/10/2011	480,00
11/10/2011	800,00
11/10/2011	1.680,00
11/10/2011	880,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
11/10/2011	1.040,00
14/10/2011	256,90
14/10/2011	196,30
14/10/2011	240,00
14/10/2011	400,00
17/10/2011	1.340,00
18/10/2011	1.200,00
18/10/2011	480,00
19/10/2011	400,00
19/10/2011	1.440,00
19/10/2011	160,00
20/10/2011	480,00
20/10/2011	65,36
20/10/2011	79,65
20/10/2011	266,83
20/10/2011	354,15
20/10/2011	643,90
20/10/2011	29,66
20/10/2011	53,93
20/10/2011	59,32
20/10/2011	107,86
20/10/2011	177,97
20/10/2011	323,59
20/10/2011	55,72
20/10/2011	88,98
20/10/2011	161,80
20/10/2011	98,87
20/10/2011	197,77
20/10/2011	108,76
20/10/2011	197,75
20/10/2011	128,53
20/10/2011	233,70
20/10/2011	59,32
20/10/2011	107,86
20/10/2011	49,43
20/10/2011	89,88
20/10/2011	49,43
20/10/2011	89,89
20/10/2011	98,87
20/10/2011	179,77

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
20/10/2011	49,43
20/10/2011	89,88
20/10/2011	148,31
20/10/2011	269,66
20/10/2011	69,21
20/10/2011	125,84
20/10/2011	94,00
24/10/2011	1.995,00
25/10/2011	2.416,50
25/10/2011	813,50
26/10/2011	880,00
26/10/2011	1.750,00
31/10/2011	2.800,00
31/10/2011	916,00
31/10/2011	97,12
31/10/2011	325,36
31/10/2011	431,83
31/10/2011	785,17
31/10/2011	226,05
31/10/2011	411,02
31/10/2011	36,16
31/10/2011	65,75
31/10/2011	131,52
31/10/2011	72,33
31/10/2011	67,95
31/10/2011	48,22
31/10/2011	87,68
31/10/2011	72,33
31/10/2011	131,52
31/10/2011	96,45
31/10/2011	175,37
31/10/2011	96,45
31/10/2011	175,37
31/10/2011	84,39
31/10/2011	153,44
31/10/2011	245,65
31/10/2011	446,64
31/10/2011	108,47
31/10/2011	197,29
31/10/2011	306,70

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
31/10/2011	557,67
31/10/2011	2.292,50
31/10/2011	70,00
31/10/2011	91,21
31/10/2011	305,59
31/10/2011	56,60
31/10/2011	102,94
31/10/2011	56,60
31/10/2011	102,94
31/10/2011	158,52
31/10/2011	288,24
31/10/2011	147,20
31/10/2011	267,66
31/10/2011	147,20
31/10/2011	267,66
31/10/2011	124,55
31/10/2011	226,47
31/10/2011	158,52
31/10/2011	288,24
31/10/2011	275,82
31/10/2011	501,51
31/10/2011	78,35
31/10/2011	142,48
31/10/2011	237,80
31/10/2011	432,37
31/10/2011	158,52
31/10/2011	288,24
31/10/2011	405,59
31/10/2011	737,44
31/10/2011	237,80
31/10/2011	432,37
31/10/2011	42,86
31/10/2011	74,85
31/10/2011	32,81
31/10/2011	79,69
1/11/2011	230,00
3/11/2011	190,00
3/11/2011	142,00
3/11/2011	108,50
4/11/2011	150,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
4/11/2011	56,90
4/11/2011	26,23
4/11/2011	62,55
4/11/2011	78,00
4/11/2011	50,55
4/11/2011	49,68
4/11/2011	59,57
4/11/2011	46,59
4/11/2011	118,61
4/11/2011	112,58
4/11/2011	188,21
4/11/2011	900,00
7/11/2011	470,00
7/11/2011	1.438,50
7/11/2011	79,65
8/11/2011	320,00
8/11/2011	320,00
8/11/2011	560,00
8/11/2011	201,31
8/11/2011	320,00
8/11/2011	800,00
8/11/2011	1.360,00
8/11/2011	1.360,00
8/11/2011	560,00
9/11/2011	240,00
9/11/2011	960,00
9/11/2011	315,35
10/11/2011	800,00
10/11/2011	400,00
10/11/2011	750,00
14/11/2011	250,00
16/11/2011	300,00
16/11/2011	447,80
16/11/2011	150,00
16/11/2011	140,00
16/11/2011	240,00
16/11/2011	749,00
16/11/2011	88,05
16/11/2011	131,96
16/11/2011	235,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
16/11/2011	161,09
16/11/2011	3.148,00
16/11/2011	914,00
17/11/2011	89,89
17/11/2011	49,43
17/11/2011	53,93
17/11/2011	29,66
17/11/2011	71,91
17/11/2011	39,55
17/11/2011	125,84
17/11/2011	69,21
17/11/2011	179,77
17/11/2011	98,87
17/11/2011	305,62
17/11/2011	168,08
17/11/2011	125,84
17/11/2011	69,21
17/11/2011	71,91
17/11/2011	39,55
17/11/2011	197,75
17/11/2011	108,76
17/11/2011	305,62
17/11/2011	168,08
17/11/2011	215,73
17/11/2011	118,65
17/11/2011	79,65
17/11/2011	266,83
17/11/2011	354,14
17/11/2011	643,90
17/11/2011	65,36
18/11/2011	510,00
18/11/2011	560,00
18/11/2011	4.000,00
18/11/2011	71,91
18/11/2011	39,55
18/11/2011	32,74
18/11/2011	268,00
30/11/2011	2.800,00
30/11/2011	916,00
30/11/2011	480,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
1/12/2011	374,00
2/12/2011	2.321,37
6/12/2011	400,00
6/12/2011	640,00
7/12/2011	119,47
12/12/2011	746,37
12/12/2011	130,00
12/12/2011	475,00
12/12/2011	304,00
16/12/2011	97,00
19/12/2011	160,00
19/12/2011	346,47
20/12/2011	480,00
20/12/2011	266,83
20/12/2011	79,65
20/12/2011	643,90
20/12/2011	354,14
20/12/2011	65,36
20/12/2011	125,84
20/12/2011	69,21
20/12/2011	143,82
20/12/2011	79,10
20/12/2011	55,72
20/12/2011	89,88
20/12/2011	49,43
20/12/2011	107,86
20/12/2011	59,32
20/12/2011	107,86
20/12/2011	59,32
20/12/2011	399,18
23/12/2011	975,05
23/12/2011	1.038,60
30/12/2011	2.800,00
30/12/2011	916,00
30/12/2011	411,07
6/1/2012	119,47
9/1/2012	223,13
19/1/2012	643,90
19/1/2012	354,14
19/1/2012	79,65

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
19/1/2012	267,64
19/1/2012	65,36
24/1/2012	3.273,49
25/1/2012	865,42
7/2/2012	173,68
13/2/2012	244,58
13/2/2012	73,00
1/3/2012	418,80
22/6/2012	5.881,71
22/6/2012	1.187,51
22/6/2012	1.930,78
22/6/2012	430,78

9.3. aplicar individualmente ao Instituto Administrativo de Capacitação, Estudos, Controle e Organização (Iaceco) e à Rosangela Eschberger, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 dias, a contar da notificação, para que comprovem o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. enviar cópia do Acórdão à Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 16, § 3º da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas cabíveis; e

9.6. dar ciência deste Acórdão ao Ministério do Trabalho e Emprego e aos responsáveis.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13755-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13756/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.764/2023-8.

2. Grupo II - Classe: V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Jose Ernande Santos (277.741.394-00).

4. Órgão: Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Ministério da Saúde.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição Federal, nos arts. 1º, V, e 39, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 4º, do RI/TCU e no art. 7º, § 1º, da Resolução TCU 353/3023, em:

9.1. considerar legal o ato de aposentadoria de José Ernande Santos, concedendo-lhe o registro;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

9.2. determinar ao Ministério da Saúde que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado;

9.3. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13756-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13757/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.242/2021-4.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Município de Bom Princípio do Piauí/PI (41.522.194/0001-72).

3.2. Responsáveis: Marcello Roberto Leite Soares (245.463.303-59); Município de Bom Princípio do Piauí/PI (41.522.194/0001-72).

4. Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Vitória Alzenir Pereira do Nascimento (OAB/PI 18.989), Bruna Ferreira de Andrade Pedrosa (OAB/PI 19.150) e outros, representando município de Bom Princípio do Piauí/PI; Diogo Josennis do Nascimento Vieira (OAB/PI 8.754) e Luan Cantanhede Bezerra de Oliveira (OAB/PI 17.571), representando Marcello Roberto Leite Soares.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio de termo de compromisso.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conceder novo e improrrogável prazo para que o município de Bom Princípio do Piauí/PI e o Sr. Marcello Roberto Leite Soares, em responsabilidade solidária, efetuem e comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia a seguir especificada aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizado monetariamente e sem a incidência de juros de mora, nos termos dos arts. 12, § 1º, da Lei 8.443/1992 e 202, § 3º, do RI/TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
5/7/2012	619.313,14

9.2. informar aos responsáveis que a liquidação tempestiva do débito saneará o processo e permitirá que as contas da municipalidade sejam julgadas regulares com ressalva e lhe seja dada quitação, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva acarretará o julgamento pela irregularidade das suas contas, com imputação de débito, a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios;

9.3. enviar cópia deste acórdão ao município de Bom Princípio do Piauí/PI e ao Sr. Marcello Roberto Leite Soares;

9.4. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13757-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13758/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.968/2023-6.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Reforma.
3. Interessado: Sílvio da Costa Cerqueira (006.818.148-53).
4. Órgão: Comando da Aeronáutica.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de alteração de reforma realizado pelo Comando da Aeronáutica.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição Federal, nos arts. 1º, V, e 39, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 4º, do RI/TCU e no art. 7º, § 1º, da Resolução TCU 353/3023, em:

9.1. considerar legal o ato de aposentadoria de Sílvio da Costa Cerqueira, concedendo-lhe o registro;

9.2. determinar ao Comando da Aeronáutica que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado;

9.3. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13758-43/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13759/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 032.743/2023-8.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Reforma.
3. Interessado: Arivaldo Nery Gomes (272.491.407-44).
4. Órgão: Ministério da Defesa - Comando da Marinha.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de alteração de reforma militar pelo Ministério da Defesa - Comando da Marinha.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de alteração de reforma do Sr. Arivaldo Nery Gomes, negando-lhe o correspondente registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas, presumidamente de boa-fé, com fundamento no enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

9.3. ordenar à Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) que adote os procedimentos necessários para dar início ao processo de revisão de ofício da pensão instituída pelo Sr. Arivaldo Nery Gomes, registrada por meio do acórdão 8008/2023-TCU-2ª Câmara;

9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13759-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13760/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.971/2023-8.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Maria Carreiro Machado (043.556.697-00).

4. Órgão: Comando da Marinha.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão militar concedida pelo Comando da Marinha.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de pensão militar instituído por Waldir Souza Machado, negando-lhe o correspondente registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas, presumidamente de boa-fé, com fundamento no enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. ordenar à Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) que adote os procedimentos necessários para dar início ao processo de revisão da pensão militar instituída pelo Sr. Waldir Souza Machado, registrada por meio do acórdão 10619/2023-2ª Câmara, de relatoria do ministro Aroldo Cedraz;

9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13760-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13761/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 040.712/2021-4.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Câmara dos Deputados (00.530.352/0001-59).

3.2. Responsável: Maria Eliane Saraiva de Alencar (186.417.501-00).

4. Órgão: Câmara dos Deputados.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Câmara dos Deputados, em desfavor de Maria Eliane Saraiva de Alencar, em razão do recebimento indevido de pensão civil na condição de filha solteira após estabelecer união estável.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel a Sra. Maria Eliane Saraiva de Alencar, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com base no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Maria Eliane Saraiva de Alencar, com base nos arts. 1º, I, 16, III, 'b' e 'c', 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, condenando-a ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até as datas dos seus efetivos recolhimentos, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, os recolhimentos das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, III, 'a', da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, III, 'a', do RI/TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
21/8/2008	9.314,70	21/5/2014	18.703,63
22/9/2008	9.314,70	23/6/2014	18.559,57
21/10/2008	9.314,70	22/7/2014	18.665,61
21/11/2008	9.314,70	21/8/2014	18.679,63
5/12/2008	9.451,88	22/9/2014	18.675,23
16/12/2008	13.434,39	21/10/2014	18.670,64
21/1/2009	9.519,23	21/11/2014	18.666,59
22/2/2009	12.161,17	5/12/2014	11.135,74
23/3/2009	9.519,23	18/12/2014	18.764,17
22/4/2009	9.519,23	21/1/2015	20.696,44
21/5/2009	9.519,23	23/2/2015	20.692,23
22/6/2009	16.143,67	23/3/2015	20.686,90
21/7/2009	9.519,23	22/4/2015	20.682,02
21/8/2009	9.519,23	21/5/2015	20.676,94
22/9/2009	9.519,23	22/6/2015	28.908,45
21/10/2009	9.519,23	21/7/2015	20.665,40
23/11/2009	9.519,23	21/8/2015	20.659,71
5/12/2009	9.661,25	21/9/2015	20.654,01
17/12/2009	13.643,76	21/10/2015	20.648,32
21/1/2010	9.730,08	23/11/2015	20.642,88
22/2/2010	12.372,02	7/12/2015	12.355,50
23/3/2010	9.730,08	17/12/2015	20.681,36
22/4/2010	9.730,08	21/1/2016	20.635,89
21/5/2010	9.730,08	22/2/2016	20.630,18
22/6/2010	16.354,52	22/3/2016	20.623,56
21/7/2010	12.025,76	22/4/2016	20.765,76
23/8/2010	12.025,76	23/5/2016	20.611,17

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
21/9/2010	12.025,76	23/6/2016	28.981,65
21/10/2010	12.025,76	21/7/2016	20.598,21
22/11/2010	12.025,76	22/8/2016	20.592,50
7/12/2010	12.262,59	21/9/2016	21.307,73
16/12/2010	16.245,10	21/10/2016	21.721,81
21/1/2011	12.360,27	22/11/2016	21.721,81
22/2/2011	18.269,74	8/12/2016	13.484,81
22/3/2011	13.994,04	19/12/2016	21.721,81
20/4/2011	13.994,04	23/1/2017	31.926,89
23/5/2011	13.994,04	21/2/2017	22.804,92
21/6/2011	20.252,77	21/3/2017	22.804,92
21/7/2011	13.994,04	24/4/2017	22.804,92
22/8/2011	13.994,04	22/5/2017	22.804,92
21/9/2011	13.994,04	21/6/2017	22.804,92
21/10/2011	13.994,04	21/7/2017	22.804,92
21/11/2011	13.994,04	22/8/2017	22.804,92
7/12/2011	16.602,89	21/9/2017	22.804,92
16/12/2011	20.689,13	23/10/2017	22.804,92
23/1/2012	14.345,96	21/11/2017	22.804,92
17/2/2012	18.621,66	5/12/2017	13.682,95
21/3/2012	18.621,66	18/12/2017	22.804,92
23/4/2012	18.621,66	23/1/2018	33.455,35
21/5/2012	18.621,66	21/2/2018	23.896,68
21/6/2012	23.500,39	21/3/2018	23.896,68
23/7/2012	18.621,66	23/4/2018	23.896,68
21/8/2012	18.621,66	22/5/2018	23.896,68
21/9/2012	18.621,66	21/6/2018	23.896,68
22/10/2012	18.621,66	23/7/2018	23.896,68
21/11/2012	18.621,66	21/8/2018	23.896,68
7/12/2012	7.614,71	21/9/2018	23.896,68
18/12/2012	14.631,29	22/10/2018	23.896,68
22/1/2013	17.263,50	21/11/2018	23.896,68
21/2/2013	17.263,50	6/12/2018	14.338,01
21/3/2013	17.263,50	20/12/2018	23.896,68
22/4/2013	17.263,50	22/1/2019	34.957,07
21/5/2013	17.263,50	21/2/2019	24.969,34
21/6/2013	25.895,25	21/3/2019	24.969,34
22/7/2013	17.263,50	23/4/2019	24.969,34
21/8/2013	17.263,50	21/5/2019	24.969,34
23/9/2013	17.263,50	21/6/2019	24.969,34

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
21/10/2013	17.263,50	23/7/2019	24.969,34
21/11/2013	17.263,50	21/8/2019	24.969,34
5/12/2013	8.631,75	23/9/2019	24.969,34
17/12/2013	17.263,50	21/1/2020	34.957,07
21/1/2014	25.983,40	21/2/2020	24.969,34
21/2/2014	18.647,93	23/3/2020	24.969,34
21/3/2014	18.711,79	22/4/2020	24.969,34
23/4/2014	18.559,57	21/5/2020	24.969,34

9.3. aplicar a Maria Eliane Saraiva de Alencar a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar dos recebimentos das notificações, para comprovar, perante o Tribunal, os recolhimentos da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando a responsável de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Distrito Federal, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992;

9.7. enviar cópia deste acórdão à Câmara dos Deputados e à Sra. Maria Eliane Saraiva de Alencar;

9.8. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13761-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13762/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 043.338/2018-6.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: José Eduardo Mendonça de Alencar (079.275.095-00).

4. Entidade: Município de Simões Filho/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Hítalo Oliveira Rocha Gomes (OAB/BA 31.172), representando José Eduardo Mendonça de Alencar.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal relativa ao contrato de repasse 222.617-37/2006.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. encerrar o processo e arquivar os autos, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular, com base no art. 212 do RI/TCU;

9.2. enviar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal, ao município de Simões Filho/BA e ao responsável;

9.3. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13762-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13763/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.853/2019-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Gilson Amancio (355.435.319-15); Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Para Otimização da Tecnologia e da Qualidade Aplicadas (05.601.886/0001-42); José Carlos Ciccarino (358.525.779-87); Ricardo Herrera (003.018.348-06).

3.2. Recorrentes: Ricardo Herrera (003.018.348-06); José Carlos Ciccarino (358.525.779-87)..

4. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal:

8.1. Francisco Augusto Zardo Guedes (OAB/PR 35.303) e André Leonardo Meerholz (OAB/PR 56.113), representando José Carlos Ciccarino;

8.2. Fajardo José Pereira Faria (OAB/PR 29.699), Lia Elizabeth Anastacio Faria (OAB/PR 39.153) e Maria Fernanda Faria Saboia (OAB/PR 36.365), representando Ricardo Herrera

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão 7.748/2022-1ª Câmara, proferido em tomada de contas especial,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos presentes recursos de reconsideração, nos termos dos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhes provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Procuradoria da República no Paraná.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13763-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13764/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.334/2022-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar
3. Interessada: Maria Luzia do Couto Aguiar (337.142.901-68)
4. Órgão: Comando do Exército
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão militar deferida pelo Comando do Exército,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de interesse da sra. Maria Luzia do Couto Aguiar, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Comando do Exército que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação à sra. Maria Luzia do Couto Aguiar, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação; e

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do RITCU, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13764-43/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13765/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.417/2022-7
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão (26.989.350/0007-01)
3.2. Responsável: José de Ribamar Costa Filho (149.681.003-10)
4. Órgão: Prefeitura Municipal de Dom Pedro/MA
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Maranhão em face da não comprovação da regular aplicação de parte dos recursos repassados por força do Convênio 1.837/06,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do RITCU, julgar irregulares as contas do sr. José de Ribamar Costa Filho, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
12/9/2008	90.493,67

9.2. aplicar ao sr. José de Ribamar Costa Filho multa individual no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), nos termos do art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c art. 267 do RITCU, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não seja atendida a notificação;

9.4. autorizar, caso solicitado, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovação perante o Tribunal do recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovação do recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. alertar o responsável de que a inadimplência de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. dar ciência da presente deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do RITCU; e

9.7. dar ciência do presente acórdão ao responsável, à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão e à Prefeitura Municipal de Dom Pedro/MA.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13765-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13766/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.517/2020-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Financiadora de Estudos e Projetos (33.749.086/0001-09).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

3.2. Responsáveis: Antônio Carlos Maciel (100.141.952-91); José Januário de Oliveira Amaral (162.949.042-34).

3.3. Recorrente: José Januário de Oliveira Amaral (162.949.042-34).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Maira Benarrosh Macedo (OAB-RO 9.402/, representando José Januário de Oliveira Amaral; Maira Benarrosh Macedo (OAB-RO 9.402), representando Francisco Paulo Duarte; José Alves Pereira Filho (OAB-RO 647), representando Antônio Carlos Maciel; José Alves Pereira Filho (OAB-RO 647), representando Maria Berenice Alho da Costa Tourinho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo sr. José Januário de Oliveira Amaral em desfavor do Acórdão 985/2022-1ª Câmara, retificado por inexatidão material pelo Acórdão 4.026/2022-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo sr. José Januário de Oliveira Amaral para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Financiadora de Estudos e Projetos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13766-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13767/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.135/2022-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (em Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Jazomar Vieira da Rocha (201.897.109-34).

3.2. Recorrente: Jazomar Vieira da Rocha (201.897.109-34).

4. Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: João Luiz Arzeno da Silva (OAB/PR 23510) e outros, representando Jazomar Vieira da Rocha.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos ao Acórdão 3.703/2023-1ª Câmara, alusivo a aposentadoria concedida pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo sr. Jazomar Vieira da Rocha para, no mérito, rejeitá-los;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante e à entidade de origem;

9.3. encaminhar os autos à AudRecursos para processamento do pedido de reexame objeto da peça 25.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13767-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13768/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.637/2022-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em processo de Aposentadoria) .

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Jalmo Mauricio da Rocha Lima (222.730.694-72).

3.2. Recorrente: Jalmo Mauricio da Rocha Lima (222.730.694-72).

4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Luiz Virginio da Silva Filho (OAB-AL 9.385) e outros, representando Jalmo Mauricio da Rocha Lima.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 4.331/2022-1ª Câmara, por meio do qual foi apreciado o ato de aposentadoria do sr. Jalmo Mauricio da Rocha Lima,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pelo sr. Jalmo Mauricio da Rocha Lima para, no mérito, negar a ele provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Fundação Nacional de Saúde.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13768-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13769/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.688/2022-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em processo de Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Lucia de Fátima dos Santos Pinto (342.135.894-04).

3.2. Recorrente: Lucia de Fatima dos Santos Pinto (342.135.894-04).

4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Luiz Virginio da Silva Filho (OAB-AL 9.385) e outros, representando Lucia de Fátima dos Santos Pinto.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 7.033/2022-1ª Câmara, por meio do qual foi apreciado o ato de aposentadoria da sra. Lucia de Fátima dos Santos Pinto,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pela sra. Lucia de Fátima dos Santos Pinto para, no mérito, negar a ele provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e à Fundação Nacional de Saúde.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13769-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13770/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.685/2022-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em processo de Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Hélio José de Rezende (379.630.907-00).

3.2. Recorrente: Hélio José de Rezende (379.630.907-00).

4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 5.324/2022-1ª Câmara, por meio do qual foi apreciado o ato de aposentadoria do sr. Hélio José de Rezende,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pelo sr. Hélio José de Rezende para, no mérito, negar a ele provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Fundação Nacional de Saúde.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13770-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13771/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.300/2022-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em processo de Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: José Angelo Jatobá Mendes (112.750.574-20).

3.2. Recorrente: José Angelo Jatobá Mendes (112.750.574-20).

4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Luiz Virginio da Silva Filho (OAB-AL 9.385) e outros, representando José Angelo Jatobá Mendes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 5.173/2022-1ª Câmara, por meio do qual foi apreciado o ato de aposentadoria do sr. José Angelo Jatobá Mendes,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pelo sr. José Angelo Jatobá Mendes para, no mérito, negar a ele provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Fundação Nacional de Saúde.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13771-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13772/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.584/2022-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Antônio Soares de Sena (470.821.863-04); Vadilson Fernandes Dias (281.172.633-00); e Vilson Andrade Barbosa (444.702.903-00).

4. Entidades: Município de Gonçalves Dias - MA e Ministério do Turismo.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Weberth Raiol Monroe (OAB-MA 24.458), representando Vadilson Fernandes Dias; Sérgio Eduardo de Matos Chaves (OAB-MA 7405), representando Vilson Andrade Barbosa; Airon Caleu Santiago Silva (OAB-MA 17.878), representando Antônio Soares de Sena.

9. Acórdão:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (CEF), na condição de mandatária do Ministério do Turismo, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos transferidos ao município de Gonçalves Dias/MA, por força do Contrato de Repasse 2654.0264263-47/2008, que tinha por objeto a "construção de um centro cultural",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b e "c", da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas dos Srs. Vadilson Fernandes Dias, Vilson Andrade Barbosa e Antônio Soares de Sena;

9.2. condenar os responsáveis designados no subitem anterior ao pagamento das quantias abaixo indicadas, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir das datas correspondentes até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Natureza
9/11/2011	17.842,50	D
20/9/2012	51.363,00	D
7/8/2012	6.165,00	C

9.3. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que os responsáveis comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

9.4. aplicar multas individuais de R$ 60.000,00 aos Srs. Vadilson Fernandes Dias, Vilson Andrade Barbosa e Antônio Soares de Sena, com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992;

9.5. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que os responsáveis comprovem, perante o Tribunal (arts. 214, inciso III, alínea "a", e 269 do RI/TCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, quando paga após seu vencimento, desde a data de prolação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992; e

9.7. dar ciência deste acórdão aos responsáveis, à Câmara Municipal de Gonçalves Dias/MA, ao Ministério do Turismo e à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, neste caso, com fulcro no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13772-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13773/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.181/2020-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura - Abeta (07.462.804/0001-51); e Jean Claude Marc Razel (214.057.908-90).

3.2. Recorrentes: Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura - Abeta (07.462.804/0001-51); e Jean Claude Marc Razel (214.057.908-90).

4. Órgão: Ministério do Turismo.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Frederico Barbosa Gomes (OAB-MG 91.022) e outros, representando Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura - Abeta e Jean Claude Marc Razel.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta) e pelo Sr. Jean Claude Marc Razel ao Acórdão 10.922/2023-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos para, no mérito, acolhê-los parcialmente, para o fim de dar a seguinte redação aos subitens 9.3 e 9.4 do Acórdão 4784/2022-1ª Câmara, mantendo inalterados os demais subitens dessa deliberação e do Acórdão 10.922/2023-1ª Câmara:

"9.3. julgar irregulares as contas da Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta) e do Sr. Jean Claude Marc Razel, com fundamento no art. 16, III, "b" e "c", da Lei 8.443/1992, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir da data especificada até a data do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor:

Data de ocorrência	*Valor histórico (R$)*
10/11/2020	*208.322,03 (débito)*
8/11/2011	*113.356,97 (crédito)*

9.4. aplicar, individualmente, à Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta) e ao Sr. Jean Claude Marc Razel a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;"

9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes, ao Ministério do Turismo e à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13773-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13774/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.334/2020-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Amauri Ribeiro (006.701.408-99) e Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes - CBVD (05.634.009/0001-78).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

4. Entidades: Secretaria Especial do Esporte (extinto), Ministério do Esporte e Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Romulo Augusto Costa Santos (OAB-SE 5.632), representando Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério da Cidadania, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos recebidos pela Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes (CBVD) por força do Termo de Compromisso/SLIE 1.509.652-14, cujo objeto era a execução do projeto "Campeonato Nacional de Voleibol Paralímpico",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a", "b e "c", da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Amauri Ribeiro;

9.2. condenar o responsável designado no subitem anterior ao pagamento da quantia abaixo indicada, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir das datas correspondentes até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
3/12/2015	669.543,55

9.3. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que o responsável comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

9.4. aplicar multas individuais de R$ 500.000,00 ao Sr. Amauri Ribeiro, com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992;

9.5. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que o responsável comprove, perante o Tribunal (arts. 214, inciso III, alínea "a", e 269 do RI/TCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, quando pagas após seu vencimento, desde a data de prolação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992; e

9.7. dar ciência deste acórdão, ao responsável, à Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes (CBVD), ao Ministério do Esporte e à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, neste caso, com fulcro no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13774-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13775/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.355/2022-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Saúde; Maria Marlene Dantas da Silva (045.795.422-15).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

3.2. Recorrente: Maria Marlene Dantas da Silva (045.795.422-15).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Elton José Assis (OAB-RO 631), Vinicius de Assis (OAB-RO 1.470) e outros, representando Maria Marlene Dantas da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 412/2023-1ª Câmara, por meio do qual foi considerado ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor da recorrente Maria Marlene Dantas da Silva, tendo-lhe sido negado o registro correspondente,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno desta Corte de Contas, e diante das razões expostas pelo Relator, em conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13775-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13776/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.310/2022-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em processo de Pensão Militar)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessada: Elianne Carvalho de Souza (356.640.704-63).

3.2. Recorrente: Elianne Carvalho de Souza (356.640.704-63).

4. Órgão: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Almir Marcos Mendes de Souza (OAB-PE 56.293), representando Elianne Carvalho de Souza.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame, em processo de pensão militar, interposto pela sra. Elianne Carvalho de Souza contra o Acórdão 635/2023-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar a ele provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao Comando do Exército.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13776-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13777/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.223/2022-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em processo de Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Adalberon Santos Rocha (152.067.424-49).

3.2. Recorrente: Adalberon Santos Rocha (152.067.424-49).

4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Luiz Virginio da Silva Filho (OAB-AL 9.385) e outros, representando Adalberon Santos Rocha.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 9.740/2022-1ª Câmara, por meio do qual foi apreciado o ato de aposentadoria do sr. Adalberon Santos Rocha,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pelo sr. Adalberon Santos Rocha para, no mérito, negar a ele provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Fundação Nacional de Saúde.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13777-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13778/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.015/2008-7

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial)

3. Recorrentes: Marcela Rassy Teixeira (709.197.202-34) e Distribuidora Brasil Ltda (05.004.631/0001-00)

4. Órgão: Secretaria de Estado de Educação do Pará

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidades técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos)

8. Representação legal: Jean Carlos Dias (OAB/PA 6.801), Luiz Flávio Souza Pamplona (OAB/PA 13.414), André Ramy Bassalo (OAB/PA 7.930), Marcely Caroline Baena Braga Marcal (OAB/PA 12.822) e outros

9. Acórdão:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos contra o Acórdão 4.802/2022-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes recursos;

9.2. quanto ao mérito, dar-lhes provimento;

9.3. reconhecer a incidência de prescrição intercorrente das pretensões punitiva e ressarcitória, nos termos dos arts. 1º, 8º e 11 da Resolução TCU 344/2022, cujo reconhecimento deve ser estendido em benefício dos demais devedores solidários;

9.4. tornar sem efeito os Acórdãos 14.063/2020-1ª Câmara e 4.802/2022-1ª Câmara; e

9.5. dar ciência aos recorrentes e aos demais interessados.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13778-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13779/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.966/2023-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessadas: Ana Maria Vieira (543.943.927-72); Claudia Marques Tavares (927.044.177-68).

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de pensão militar emitidos, no âmbito do Comando do Exército, em que figuram como beneficiárias as Sras. Ana Maria Vieira e Claudia Marques Tavares,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegais os atos de pensão militar emitidos em favor das Sras. Ana Maria Vieira e Claudia Marques Tavares, recusando seus registros;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas em boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Comando do Exército que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência desta deliberação às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que as interessadas tiveram ciência desta deliberação; e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13779-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Jorge Oliveira (na Presidência).

13.3. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.4. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13780/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 032.200/2020-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria (Revisão de Ofício)

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Ana Cristina Vaz Duarte (405.740.917-34); Andrea da Rocha Antunes (044.566.667-65); Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Saúde; Edna Busato Cunha (671.098.107-04); Eliane Araujo Pamplona (651.499.207-20); Jose Duarte Pinto (226.062.037-04); Maria Angela de Souza Andrade (257.585.708-26); Mauricio Guimaraes Pedro (108.678.997-00); Palmira Antunes de Figueiredo Spata (382.727.337-49); Pedro Bortone Bijos (238.174.297-20); Rosane Nogueira Brito (013.515.457-01).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de revisão de ofício do Acórdão 11.252/2020-2ª Câmara, que registrou atos de aposentadoria emitidos, no âmbito do Ministério da Saúde, em favor de dez interessados,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar prejudicada a revisão de ofício em relação ao ato de aposentadoria da Sra. Andrea da Rocha Antunes, em razão do cancelamento do seu ato de aposentaria decorrente do seu retorno à atividade;

9.2. rever de ofício o Acórdão 11.252/2020-2ª Câmara, para considerar ilegal o ato de aposentadoria emitido em favor da Sra. Edna Busato Cunha, recusando seu registro;

9.3. em relação ao ato considerado ilegal, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas em boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.4. determinar ao Ministério da Saúde que:

9.4.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.4.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação; e

9.5. à Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal), para que:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

9.5.1. esclareça à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos; e

9.5.2. instaure novo processo de revisão de ofício em relação ao ato de aposentadoria emitido em favor da Sra. Maria Angela de Souza Andrade (257.585.708-26), com a urgência que o caso requer, haja vista as informações constantes à peça 50 dos presentes autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13780-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13781/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.242/2023-2

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar

3. Interessados: Ryan Jerônimo Prestes Chagas (041.606.310-10) e Shalimar Aleixo Chagas (907.894.900-72)

4. Órgão: Comando da Marinha

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão militar deferida pelo Comando da Marinha,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de interesse dos srs. Ryan Jerônimo Prestes Chagas e Shalimar Aleixo Chagas, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelos interessados, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Comando da Marinha que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação aos srs. Ryan Jerônimo Prestes Chagas e Shalimar Aleixo Chagas, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não os exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que os interessados tiveram ciência desta deliberação; e

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do RITCU, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13781-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13782/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 035.014/2023-7
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar
3. Interessadas: Maria Beatriz Fiuza (901.790.809-20), Neide Apolônia Fiuza (093.236.038-64) e Cleide Maria Fiusa (659.690.499-72)
4. Órgão: Comando da Marinha
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão militar deferida pelo Comando da Marinha,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de interesse das sras. Maria Beatriz Fiuza, Neide Apolônia Fiuza e Cleide Maria Fiusa, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelas interessadas, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Comando da Marinha que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação às sras. Maria Beatriz Fiuza, Neide Apolônia Fiuza e Cleide Maria Fiusa, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que as interessadas tiveram ciência desta deliberação; e

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do RITCU, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13782-43/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13783/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 035.037/2023-7
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar
3. Interessada: Vera Lúcia de Andrade Esteves (106.632.087-00)
4. Órgão: Comando da Marinha
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
7. Unidade técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)
8. Representação legal: não há

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão militar deferida pelo Comando da Marinha,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de interesse da sra. Vera Lúcia de Andrade Esteves, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Comando da Marinha que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação à sra. Vera Lúcia de Andrade Esteves, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação; e

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do RITCU, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13783-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13784/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.277/2021-5

1.1. Apenso: 021.576/2022-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Monitoramento)

3. Recorrente: Walter da Silva Jorge João (028.909.682-00)

4. Entidade: Conselho Federal de Farmácia

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos)

8. Representação legal: Fillipe Guimarães de Araújo (OAB/DF 23.825), Renato José Gonzaga (OAB/DF 27.550) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 4.534/2022-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 285 e 286 do RITCU;

9.2. quanto ao mérito, negar-lhe provimento;

9.3. considerar cumprida a determinação do subitem 9.4 do Acórdão 4.534/2022-1ª Câmara; e

9.4. dar ciência desta deliberação ao recorrente e demais interessados.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13784-43/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13785/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.549/2023-1
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar
3. Interessada: Leila Cristina Pereira Lopes (847.437.947-49)
4. Órgão: Comando da Marinha
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão militar deferida pelo Comando da Marinha,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de interesse da sra. Leila Cristina Pereira Lopes, recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Comando da Marinha que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do RITCU;
9.3.2. dê ciência desta deliberação à sra. Leila Cristina Pereira Lopes, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação; e
9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do RITCU, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.
10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13785-43/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13786/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.564/2023-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

3. Interessados: Cezarina Mendonça de Albuquerque (497.012.311-04), Gina Rose Albuquerque Radtke (293.836.761-91) e Sara Jane da Silva Albuquerque (290.220.881-20)

4. Órgão: Comando da Marinha

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão militar deferida pelo Comando da Marinha,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de interesse das sras. Cezarina Mendonça de Albuquerque, Gina Rose Albuquerque Radtke e Sara Jane da Silva Albuquerque, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelas interessadas, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Comando da Marinha que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação às sras. Cezarina Mendonça de Albuquerque, Gina Rose Albuquerque Radtke e Sara Jane da Silva Albuquerque, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que as interessadas tiveram ciência desta deliberação; e

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do RITCU, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13786-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13787/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 037.586/2021-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Ricardo Silva Moura (411.704.235-15).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Valença - BA.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Everaldo de Farias Correia (OAB/BA 66.515) e Israel Ventura Mendes (OAB-BA 37.506), representando Ricardo Silva Moura.

9. Acórdão:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos federais repassados por força do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no exercício de 2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do sr. Ricardo Silva Moura, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir das datas correspondentes até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, nos termos dos arts. 1°, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
31/10/2018	526,02
31/10/2018	2.471,46
31/10/2018	2.483,20
31/10/2018	3.471,44
31/10/2018	600,00
31/10/2018	630,00
1/11/2018	3.887,40
1/11/2018	2.377,80
1/11/2018	2.039,85
1/11/2018	1.376,40
1/11/2018	514,70
1/11/2018	26,30
1/11/2018	12.015,00
1/11/2018	10.279,80
1/11/2018	5.576,40
1/11/2018	5.424,00
1/11/2018	3.360,00
1/11/2018	96,00
1/11/2018	384,00
1/11/2018	684,00
1/11/2018	760,00
1/11/2018	13.903,50
22/11/2018	410,00
22/11/2018	200,00
22/11/2018	400,00
23/11/2018	154,77
23/11/2018	78,40
23/11/2018	2.971,21
23/11/2018	48,20
23/11/2018	437,50
23/11/2018	607,32
23/11/2018	828,40

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
23/11/2018	18.568,24
23/11/2018	48,83
23/11/2018	142,75
23/11/2018	452,18
23/11/2018	480,57
23/11/2018	504,03
23/11/2018	1.614,39
23/11/2018	1.744,13
23/11/2018	780,00
23/11/2018	870,00
23/11/2018	2.448,43
23/11/2018	2.085,00
23/11/2018	2.080,78
3/12/2018	5.711,13
3/12/2018	10.092,60
3/12/2018	17.381,70
3/12/2018	34,80
3/12/2018	44,50
3/12/2018	78,30
3/12/2018	108,48
3/12/2018	110,20
3/12/2018	281,16
3/12/2018	301,60
3/12/2018	343,64
3/12/2018	345,00
3/12/2018	352,44
3/12/2018	432,54
3/12/2018	522,00
3/12/2018	589,86
3/12/2018	600,75
3/12/2018	655,57
3/12/2018	672,40
3/12/2018	843,90
3/12/2018	921,58
3/12/2018	1.708,56
3/12/2018	3.118,80
3/12/2018	3.373,92
4/12/2018	243,00
4/12/2018	257,00
4/12/2018	1.115,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
4/12/2018	361,08
4/12/2018	561,20
4/12/2018	823,00
4/12/2018	1.082,00
4/12/2018	1.108,10
4/12/2018	193,00
4/12/2018	157,00
4/12/2018	340,00
5/12/2018	4.850,61
5/12/2018	15.838,16
5/12/2018	22.406,30
5/12/2018	2.345,11
5/12/2018	775,23
5/12/2018	267,35
5/12/2018	8.583,55
10/12/2018	5.047,00
10/12/2018	5.510,00
10/12/2018	44,00
10/12/2018	482,50
10/12/2018	809,20
10/12/2018	1.325,00
10/12/2018	1.584,80
10/12/2018	65,00
10/12/2018	120,00
10/12/2018	375,00
10/12/2018	612,50
10/12/2018	1.145,36
10/12/2018	17.355,14
10/12/2018	36,00
10/12/2018	360,00
10/12/2018	585,00
10/12/2018	651,00
10/12/2018	675,00
10/12/2018	2.460,00
10/12/2018	35,00
10/12/2018	60,20
10/12/2018	137,00
10/12/2018	267,60
10/12/2018	390,50
10/12/2018	398,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
10/12/2018	461,00
10/12/2018	603,00
10/12/2018	730,40
10/12/2018	731,90
10/12/2018	838,42
10/12/2018	982,60
10/12/2018	998,56
10/12/2018	1.194,00
10/12/2018	1.929,88
10/12/2018	270,40
10/12/2018	1.721,80
13/12/2018	5.640,00
13/12/2018	1.450,06
13/12/2018	3.669,39
13/12/2018	43,52
13/12/2018	127,06

9.2. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que o responsável de que trata o subitem anterior comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

9.3. aplicar ao responsável abaixo arrolado a pena de multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, de acordo com o valor indicado:

Responsável	Valor (R$)
Ricardo Silva Moura	186.000,00

9.4. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que o responsável de que trata o subitem anterior comprove, perante o Tribunal (arts. 214, inciso III, alínea “a”, e 269 do RI/TCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, quando paga após seu vencimento, desde a data de prolação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar, desde já, caso requerido, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, incidindo, sobre cada parcela, os correspondentes acréscimos legais, alertando o responsável de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU;

9.7. dar ciência deste acórdão à Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13787-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 13788/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 039.241/2019-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Benedita da Silva Sampaio (362.933.347-87); Carlson Ruy Ferreira (480.104.647-91); Fundacao Darcy Ribeiro (01.611.780/0001-79); Gecilda Esteves Silva (172.766.398-51); Jailson de Souza e Silva (610.661.257-91); Joao Carlos Mariano Santana Costa (461.056.387-87); Maria Celia Valladares Vasconcellos (799.957.567-49); Raymundo Sergio Borges de Almeida Andrea (024.736.155-00); Ricardo Manuel dos Santos Henriques (694.315.587-34); Rodrigo Neves Barreto (072.906.237-62); Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos / RJ (02.932.524/0001-46).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça (extinta).
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).
8. Representação legal:
8.1. Paula Bomfim de Castro (OAB-RJ 109.831), representando Gecilda Esteves Silva e Maria Celia Valladares Vasconcellos;
8.2. Aline Costa Apolinario (OAB-SP 455.625), representando Ricardo Manuel dos Santos Henriques;
8.3. Marcos Andre Ceciliano Menezes (OAB-RJ 236.934), representando Benedita da Silva Sampaio;
8.4. Bruno Fernandes (OAB-RJ 167.652), representando Jailson de Souza e Silva;
8.5. Dário Martins de Lima (OAB-RJ 69.016), Fernando Camargo Reis (OAB-RJ 190.030), Lauro Mario Perdigão Schuch (OAB-RJ 37.500) e outros, representando Fundação Darcy Ribeiro;
8.6. Mayara Nicolitt Abdala (OAB-RJ 200.519), representando Joao Carlos Mariano Santana Costa.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos federais repassados mediante convênio,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, julgar regulares as contas dos srs. Raymundo Sergio Borges de Almeida Andrea, Jailson de Souza e Silva, Gecilda Esteves Silva, Maria Celia Valladares Vasconcellos, Carlson Ruy Ferreira, Ricardo Manuel dos Santos Henriquesa e João Carlos Mariano Santana Costa dando-lhes quitação plena;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas da Fundação Darcy Ribeiro e da sra. Benedita Souza da Silva Sampaio, dando-lhes quitação;
9.3. arquivar os presentes autos.
10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13788-43/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.
13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13789/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 039.962/2018-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Recurso de reconsideração)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

3.1. Responsáveis: Coordenação Regional de Associações de Pequenos Agricultores (01.371.385/0001-66); José Carlos Farias (766.010.569-87); Miguel Antônio Thomé (452.668.759-68).

3.2. Recorrente: Coordenação Regional de Associações de Pequenos Agricultores (01.371.385/0001-66).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Paraná.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Josinaldo da Silva Veiga (OAB-PR 22.255), representando Coordenação Regional de Associações de Pequenos Agricultores.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela Coordenação Regional de Associações de Pequenos Agricultores ao Acórdão 8.054/2023-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer dos embargos de declaração opostos pela Coordenação Regional da Associação de Pequenos Agricultores (Crapa), dada sua intempestividade;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e à Procuradoria da República no Estado do Paraná.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13789-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13790/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 040.312/2021-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Raimundo Nonato Lisboa Dias (239.920.851-04).

3.2. Recorrente: Raimundo Nonato Lisboa Dias (239.920.851-04).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Deyr Jose Gomes Junior (OAB-DF 06.066), Willian Guimarães Santos de Carvalho (OAB-DF 59.920) e outros, representando Raimundo Nonato Lisboa Dias.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de pedido de reexame interposto pelo servidor inativo Raimundo Nonato Lisboa Dias contra o Acórdão 17.914/2021-1ª Câmara, que considerou ilegal o ato inicial de aposentadoria do interessado,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX, e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em conhecer do pedido de reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13790-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13791/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 040.357/2021-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em processo de Pensão Militar)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Elenir da Silva Silva (911.785.251-04); Everaldo de Jesus Silva (495.089.461-72).

3.2. Recorrentes: Elenir da Silva Silva (911.785.251-04); Everaldo de Jesus Silva (495.089.461-72).

4. Órgão: Comando da Marinha.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: Augusto Fernandes Lima Leitão (OAB-RJ 214.935), representando Everaldo de Jesus Silva e Elenir da Silva Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 4.818/2022-1ª Câmara, por meio do qual foi apreciada a pensão militar instituída pelo sr. João da Silva,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pela sra. Elenir da Silva Silva e pelo sr. Everaldo de Jesus Silva para, no mérito, negar a ele provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e ao Comando da Marinha.

10. Ata nº 43/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 5/12/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-13791-43/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Weder de Oliveira.

13.3. Ministro-Substituto presente: Augusto Sherman Cavalcanti.

ACÓRDÃO Nº 13792/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.837/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aderaldo Gomes Brito (146.346.431-20); Célia Gonçalves de Oliveira (247.116.591-53); Elzamira Araújo Marialva (231.694.002-15); Ivomar Carniel Angra (328.820.250-68); Joaquim Cardoso Ribeiro (057.000.941-34).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13793/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.578/2023-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Valéria Oliveira de Moraes (138.787.782-87); Arlene Serrath Frazao de Almeida (106.586.022-68); James Luiz Paes de Souza (096.277.742-00); Maiga Efigênia Schipmann (449.136.729-91); Márcio Seixas da Costa (008.514.197-63).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13794/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão adiante relacionado se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto:

1. Processo TC-014.548/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Angela Maria Carvalho de Aragao (121.473.035-34).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13795/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, e tendo em conta que o interessado, presentemente, atende os requisitos exigidos para a inativação, em considerar legal para fins de registro, por medida de racionalidade administrativa, o ato de concessão adiante relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo das providências adiante especificadas:

1. Processo TC-015.170/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Arnaldo Ferreira da Silva (321.786.031-49).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Dar ciência ao Ministério da Agricultura e Pecuária, por meio de sua Subsecretaria de Gestão de Pessoas e de Gestão do Conhecimento, que o sr. Arnaldo Ferreira da Silva, por ocasião da publicação de sua aposentadoria, não preenchia os requisitos exigidos para a inativação sob o fundamento legal

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

invocado (art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005), tendo sido indevidamente computado - para tanto - tempo de serviço prestado posteriormente à edição da Emenda Constitucional 103/2019.

1.7.2. Determinar à AudPessoal que desenvolva e implemente, no âmbito do sistema e-Pessoal, crítica específica para identificação e adequado tratamento, em casos futuros, da falha verificada neste processo.

ACÓRDÃO Nº 13796/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 260, § 4º, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado - ressaltando a oportuna supressão, pelo órgão de origem, da parcela associada a "decisão judicial" (ref. a insalubridade) indevidamente incluída na composição inicial dos proventos -, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.544/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Antonio de Oliveira (214.676.251-91).
1.2. Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13797/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 260, § 4º, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado - ressaltando a oportuna supressão, pelo órgão de origem, da parcela associada a "decisão judicial" (ref. à URP de fevereiro de 1989 e ao IPC de março de 1990) indevidamente incluída na composição inicial dos proventos -, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.887/2023-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Salome de Oliveira (209.864.401-91).
1.2. Órgão: Ministério da Economia (extinto); Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13798/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.214/2023-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Roberto Julio Lima Marques (215.912.373-00).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 13799/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.259/2023-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Geraldo Carlos Cavalcante (109.217.704-30); Luiz Bandeira Andre (112.455.494-72); Marcos Antonio Nogueira Verissimo (115.269.631-91); Reginaldo Jose dos Santos (109.466.404-91); Roza Maria Galvao Rodrigues Pinheiro (104.921.433-15).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13800/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.421/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aderson Dias Teixeira (044.657.843-68); Antonio Gabriel Rebelo Matos (055.982.573-00); Armando de Souza Pereira (059.033.942-72); Lilian Medeiros Netto de Carvalho Rego (059.415.201-15); Manoel Castro Viana Mendes (055.013.773-49).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13801/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, e no RE 636.553/RS, em reconhecer o registro tácito do ato de alteração de aposentadoria do sr. Joaquim Lúcio Esteves da Costa, haja vista que o formulário Sisac 10272054-04-2016-000028-7 foi encaminhado a esta Corte em 14/2/2017.

1. Processo TC-034.406/2023-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Joaquim Lúcio Esteves da Costa (137.994.106-78).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à AudPessoal que verifique a ocorrência, no momento da concessão da melhoria dos proventos do interessado, da prescrição do fundo de direito e, em caso positivo, dê início ao processo de revisão de ofício.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 13802/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.421/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Cláudio Pontes Furtado (040.207.378-94); Cristina Fedeli (099.268.338-61); Jeová Gomes (825.730.778-53); José Augusto Sanches Santos (826.453.968-87); Tercilia Rech (149.472.342-53).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13803/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.429/2023-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Edmilson Gonçalves Preza (162.555.421-49); Gorete Aparecida da Silva Sanches (286.697.621-53); Ieda José Freitas Ribeiro Taques (171.793.001-87); Kazumasa Miyashiro (139.644.291-04); William Richards de Castro (176.893.331-68).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13804/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.439/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Edson Hirata (643.457.188-72); Elitamar Marinho Pontes (814.125.688-20); Geisa Maria Henna (055.476.818-65); João Cunha da Silva (299.937.769-04); Luiz Antônio Scorsatto (998.116.698-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13805/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.456/2023-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Juciene Cavalcante Ferreira Monteiro (851.857.017-49); Márcia Netto de Queiroz (642.177.106-82); Maria Andréa Wander Rosa (526.150.906-82); Reginaldo de Moraes Barros (413.854.977-34); Zoraide Antônia Ribeiro Monteiro (992.045.508-30).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13806/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.461/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Gionei Gomes da Silva (073.585.125-53); Nildea de Brito Falcão (639.362.598-87); Roberto Alvarenga Junqueira (492.035.336-72); Roberto Cesarino (264.132.997-20); Suely Ribeiro Guimarães (677.435.798-91).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13807/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.489/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Heta Chuanita Dohs (047.093.978-80); Mirian Ugliara Barone (701.319.458-15); Nídia Maria Ribeiro e Dias (016.844.578-66); Vilma Navarro Guedes (025.339.628-05); Wilson Heraldo Negrini (754.321.888-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13808/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.506/2023-3 (APOSENTADORIA)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.1. Interessados: André Luiz da Rocha Dorea (111.940.495-91); Mara Lúcia Monteiro Vieira (279.568.301-68); Maria Luiza Furquim de Almeida Vilar Feitosa (692.922.058-20); Rosemberguer de Almeida Cronemberger (132.031.853-34); Tânia Mara Righetti (040.718.208-02).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13809/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.517/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ewerton Glauco Martins Ribeiro (945.300.178-34); Jorge Luiz Bovo (327.562.089-49); Márcio Luiz Mores (435.427.519-87); Mário Mendes de Barros (012.187.588-13); Rosicler Della Torre Linham (498.849.309-10).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

ACÓRDÃO Nº 13810/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.537/2023-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Umberto de Oliveira (709.605.858-34); Marcelo Porto Rodrigues (028.155.938-40); Maria de Fatima Bassi Del Vecchio (832.228.398-91); Nancy Rodrigues Marques (075.382.178-86); Sonia de Almeida Nobrega Santos (033.074.238-86).

1.2. Órgão: Ministério da Economia (extinto).

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13811/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.539/2023-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ivan Luiz Macagnani (756.362.398-15); Josefa Carmona Ocana dos Santos (658.143.478-72); Roberto Toshiro Kasai (043.433.568-17); Sebastião Roberto Caldas (827.952.668-49); Wagner Antônio Teixeira (767.975.118-87).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13812/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.554/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Eduardo Viera Hernandes (374.338.570-87); Flávio Antônio Silveira Balestreri (244.185.520-49); Maria Otília Schmitz (221.795.260-91); Rogério José Schuster (205.761.100-00); Sérgio Lester Corcione (276.499.200-97).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13813/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.573/2023-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Ken Itsi Teruya (045.328.198-22); Carlos Alberto Nogueira Querino (066.514.291-91); Clenio Gilberto Laragnoit (118.670.158-70); Regina Helena Figueira Alexandre (043.246.548-08); Rita Lia Maria Rocchiccioli (034.985.198-08).
1.2. Órgão: Ministério da Economia (extinto).
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13814/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.593/2023-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Maria da Silva Henning (543.658.649-04); José Carlos Panatto Cardoso (289.545.219-91); Júlio Cesar Rhenns (040.594.148-08); Jussara Penha dos Santos (691.243.537-87); Wilson Nunes Kruger (316.076.080-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho (extinta).
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13815/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.600/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Maria Azevedo Campos (576.799.757-87); Elizabeth Maria Cerutti (474.833.857-15); Gilberto Brasileiro de Albuquerque (028.571.728-69); José Carlos Jabour de Rezende (557.410.707-44); Mariza Rodrigues Costa (674.161.957-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13816/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.606/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Rosângela Ribeiro Silva (271.345.126-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13817/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.221/2023-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Luzinete da Silva Santarem (245.022.271-53); Marcia Kalil Aide (783.829.127-53); Maria Elisabete Rodrigues de Souza (213.814.103-91); Valeria da Motta Telles (531.497.857-15).
1.2. Órgão: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 13818/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.259/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alda Maria da Costa Hentzy Pinto (213.688.217-15); Ana Cláudia Calomeni Moreira (933.940.637-00); Andréa Sampaio Costa (839.021.987-53); José Ricardo de Figueiredo (550.808.127-53); Roberto Saldanha Rodrigues (443.509.887-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13819/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, e em observância à tese de repercussão geral fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 636.553, em determinar à Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal que faça consignar, na base de dados desta Corte, a anotação de registro tácito do ato de concessão a seguir relacionado:

1. Processo TC-035.305/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Carlos Souza Guimaraes (374.867.647-68).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13820/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.321/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Cristina Almeida Fernandes (881.760.377-53); Carlos Alberto Coronato Melkan (818.865.278-49); Ricardo Ayoub (598.720.557-34).

1.2. Órgão: Ministério da Fazenda (extinto).

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13821/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.336/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Eliane Aparecida Medeiros de Souza (381.596.351-68).

1.2. Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13822/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.341/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Pedro Rodrigues Pereira (428.678.609-97).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Paraná.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13823/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.436/2023-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Demerval Balbino Filho (299.581.216-20); Joel de Souza Fagundes (200.085.031-68); Odete Oliveira de Souza (098.447.322-04); Rosangela Correa do Nascimento (209.008.132-53); Zelia Garcia Damasceno de Oliveira (448.191.966-34).

1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13824/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.443/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Fernando Antonio Cardoso (034.162.914-68); Marcos Manoel Tavares (081.975.714-49).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13825/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.499/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlucio Corcino de Oliveira (121.904.541-15); Dinara Maria Barreto Fernandes (156.142.714-49); Frederico Cezario Castro de Souza (183.898.725-87); Marinete de Jesus Sousa Nascimento (119.681.091-53); Nalva Maria Silva Souza (107.546.281-91).
1.2. Órgão: Advocacia-Geral da União.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13826/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, exceto o ato de interesse da sra. Marize Raquel Diniz da Rosa:

1. Processo TC-035.658/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Lívia Marques Carvalho (768.995.274-72); Maria Helena Soares de Araújo (203.714.704-04); Maria de Fátima Lopes da Silva (162.004.544-34); Marize Raquel Diniz da Rosa (185.768.854-68); Waldenice Freire das Neves (263.013.344-34).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à AudPessoal que exame os impactos, nos proventos de aposentadoria da sra. Marize Raquel Diniz da Rosa, do exercício de gerência de empresa privada (Comércio de Confecções Mager Ltda. ME).

ACÓRDÃO Nº 13827/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em determinar o retorno dos autos à unidade técnica, para reinstrução.

1. Processo TC-035.666/2023-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joelson Estevao (272.139.867-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (extinta).
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à AudPessoal que examine a legalidade da concessão do adicional por tempo de serviço ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 13828/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.696/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alex de Luca (739.968.237-20); Denise Jordão Nunes (837.035.007-00); Heloísa Helena Teles Coutinho (720.346.027-49); Núbia Araújo dos Santos (346.742.097-49); Vera Lúcia Zeque Moutinho (344.726.227-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13829/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.715/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luiz Haroldo Peixoto da Silva (212.731.205-82).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13830/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.884/2023-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Simone Greco do Espirito Santo Jorge (004.119.897-23).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 13831/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.907/2023-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Dilva Maria Regner (320.614.470-15); Jussara Souza Crippa de Almeida (168.855.380-00); Loise Maria Silva (220.399.880-68); Sandra Maria Batista Severo (122.551.140-20); Zilda Skieres (237.285.150-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13832/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.929/2023-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carmelita Velasques Brandao (113.724.272-87); Luiz Carlos Silva Ruas (400.874.170-49); Mauro Wellington Monteiro Carcara (200.137.603-00); Paulo Sergio de Souza Santos (137.863.934-00); Rony Trentin Vidigal (043.651.988-74).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13833/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.956/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Nerli Aparecida Vieira (411.538.479-49).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13834/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.978/2023-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alexandre Kupac (467.310.590-72); Kathia Bottermund Galli (572.535.360-53).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13835/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.994/2023-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Francisco Raimundo da Paciencia (222.291.321-72); Jose Ricardo Bortolon (199.527.242-68); Maria Iramir de Lima Bento (112.417.052-91); Raimunda Nonato Silva Souza (033.816.172-49); Waldivia Juca Penalber (066.673.412-72).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13836/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.010/2023-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Meire Daldegan Lopes (835.399.806-87).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13837/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.017/2023-7 (APOSENTADORIA)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.1. Interessada: Maria do Rosario de Fatima Guimaraes (405.874.104-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13838/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.038/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Cinara Rosa Figueiro (298.851.590-53); Maria Luiza Beck Rad (413.481.760-91); Maria de Fatima Alves (295.595.290-72); Marino Fernandes Miguel (010.764.238-76); Traude Nunes Augustin (330.188.120-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13839/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.055/2023-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alfredo Sulzbacher Wondracek (315.492.170-20); Isidoro Jimenez Fernandez (063.944.248-03); Mercia Ogata Fukuoka (113.358.228-10); Sergio Mauricio Fonseca (551.703.587-68); Silvio Paulo Araldi (381.611.419-91).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13840/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.088/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Paulo Roberto dos Santos (796.562.347-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13841/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.092/2023-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Maria Ines de Moraes Palomanes Jannuzzi (800.943.097-87); Rosania Quintanilha da Silva (828.486.537-87).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13842/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.211/2023-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alvaro Ataide Ramalho de Oliveira (033.811.102-68); Dennys Bastos Walsh (018.067.168-52); Jose Henrique Beirao (454.574.769-87); Juvenal de Souza Pimenta (349.383.206-06); Luciano Cardoso (245.504.771-72).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13843/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.232/2023-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ilton Faustino Campos (703.451.396-15).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13844/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.243/2023-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Roberto da Silva Bretas (019.979.018-38); Virginia Junqueira (013.161.218-28); Wagner Jose Goncalves (012.255.138-98).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13845/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.292/2023-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rozuleide Maria Bandeira Arruda (043.557.682-87).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13846/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.364/2023-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Fernandes da Silva (330.904.679-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13847/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

aposentadoria emitido em favor do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.416/2023-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Julio Colle Roth (518.991.329-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13848/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.427/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Augusto Tércio Rodrigues Soares (177.324.173-72).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13849/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.443/2023-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Coelho Lins Filho (173.491.334-72); Sebastiana Bernal Izidoro (039.334.902-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13850/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.465/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Devonir Pereira de Santana (403.107.019-53); Iolanda da Costa Freitas (751.617.889-68); Maria Francisca Dias (556.860.959-49); Sionara Eliasaro (570.651.876-91); Terezinha Alves Teixeira (827.039.907-82).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13851/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.471/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Tereza Faria (369.912.107-06).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Militar.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13852/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-039.639/2021-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Jacqueline Rosa Reis (003.578.887-90).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13853/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 169, inciso IV, do Regimento Interno e em conformidade com a orientação fixada no Acórdão 2.100/2010-Plenário, em determinar a exclusão lógica do ato de admissão adiante relacionado da base de dados do sistema e-Pessoal, por duplicidade, bem como em orientar a Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal a adotar as medidas pertinentes para assegurar que situações da espécie recebam tratamento adequado em suas rotinas de análise:

1. Processo TC-027.020/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rildo Goncalves de Moura (282.440.282-20).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Oeste do Pará.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 13854/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, constantes da Lista 28/2022, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.988/2022-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adrian Carvalho dos Santos (708.826.761-64); Alan Lucas do Nascimento (552.429.198-09); Aldivandro Jose da Silva (447.597.188-85); Alerrandro Silva Santos (706.537.161-17); Alerrandro Silva do Nascimento (714.786.321-60); Alessandro Henrique de Lima da Silva (181.823.667-20); Aline dos Santos Silva Melo (099.181.487-80); Allafy Fernando de Oliveira Ferreira (708.780.581-92); Allan Moraes Lessa Busson (135.905.757-94); Allan Vitor da Silva (171.933.767-56); Altamiro Antonio da Silveira Ribeiro (708.292.701-08); Amanda Gibson Silva Pinto (173.463.357-32); Amauri Lucio Claro Junior (523.137.018-59); Anderson Augusto Farias Silva (057.393.241-73); Andre Louredo Mira da Silva (178.236.537-02); Andre Lucas Costa Rodrigues (071.406.641-96); Anthony Augusto Lopes Marques (523.518.298-75); Arthur da Conceicao Nascimento Rodrigues (173.963.257-57); Basilio Aguiar Mendes (708.624.661-13); Brenno Henrique Leite Medeiros (102.961.194-74); Brenno Lobato da Silva (189.820.017-35); Bricio Adrian Tavares dos Santos (053.597.431-07); Brunno Fabio Carvalho de Andrade (504.068.248-43); Bruno Felipe Santos Conceicao (493.922.918-17); Bruno Filgueiras Rebelo de Matos (019.786.145-86); Bruno Lessa Garcia (207.056.947-04); Bruno Mendonca da Silva (125.453.797-00); Bruno Renato dos Reis (445.898.998-76); Bruno dos Anjos Vale (003.834.082-88); Caio Lucas Santiago dos Santos (189.367.197-69); Caio Raphael Barreto Soares (072.836.731-99); Carlos Alberto Lopes Filho (711.261.171-70); Carlos Alexandre de Almeida Sousa (052.168.191-00); Carlos Andre Camilo da Rocha (112.559.804-27); Carlos Eduardo Oliveira (708.942.931-84); Cauan Ferreira Marinho (204.548.277-41); Cristhian Lima da Conceicao (197.529.237-55); Cristhian Radomsky Brandao (071.073.434-40); Crystian Jose Silva de Carvalho (122.269.004-70); Daniel Luciano da Silva (104.998.634-29); Danilo Jeiel Lopes Soares (706.014.411-09); Danilo Sousa Araujo (737.687.151-91); Danton Melo (101.298.244-02); Davi Lisboa Ferreira (199.112.647-69); Davi de Pina Correia (710.357.161-94); David Cordeiro Moreira Santos (499.397.828-61); David Guimaraes Fontes (071.369.771-77); David da Silva Ferreira (073.965.613-96); Denilson Justino da Silva (704.944.894-05); Diogo Ferreira da Silva (447.106.478-95); Diogo Pablo Fernandes Braga (075.492.161-18); Diogo Rodrigues dos Santos (198.020.377-61); Diogo Zamperlini Cardoso (495.078.098-05); Edielson Aguiar da Silva (089.346.564-09); Edivaldo Ferreira de Arruda Neto (114.209.074-41); Elizeu Jose Fernandes de Lima (117.193.824-17); Emanuel Victor Barreto de Jesus (177.384.187-45); Enzo Raphael Vilela Silva Tito (399.637.038-52); Erick Rodrigues Pereira dos Santos (108.836.214-10); Erik Diogo Martins de Mulins (573.323.448-23); Fabio Ricardo Alves (517.823.418-97); Felipe Gabriel Ferreira Borges (423.021.068-06); Felipe Gustavo Generoso (529.950.288-52); Felipe Machado Caldeira (137.949.097-98); Felipe Prado Garcia (514.318.618-80); Gabriel Fernandes da Silva Mello (208.498.497-13); Gabriel Jose da Silva (161.740.027-05); Gabriel Mario Alves dos Santos (471.138.728-59); Gabriel Nascimento Cardim (155.294.137-06); Gabriel Santos (485.056.128-41); Gabriel Santos da Silva (190.833.267-05); Gabriel Torres da Silva dos Santos (159.050.307-40); Gabriel da Silva Sant Ana (194.522.747-86); Gabriel dos Santos de Oliveira (540.808.668-28); Glauber da Silva Figueiredo (165.013.297-28); Guilherme Laube Salles (146.189.626-66); Guilherme Rodrigues Coelho Manso (213.369.827-21); Guilherme Soares de Paula (538.542.378-55); Guilherme Trindade Conceicao (140.406.337-41); Guilherme de Oliveira Silva (240.960.748-96); Gustavo Barros do Nascimento Filho (109.759.804-75); Gustavo Marinho Ferreira (122.898.474-37); Hayanne Silva de Oliveira (166.648.237-48); Hiann Machado de Lima (158.011.517-96); Hugo Henrique dos Santos Costa (705.698.544-07); Igor Christian Dorneles de Abreu (210.687.117-10); Igor Jesus Tursi de Souza (561.858.108-67); Igor Martins Evangelista Ramos (478.516.128-02); Jaime Ribeiro Junior (491.621.088-32); Jerry Gustavo Silva Paixao (534.029.128-64); Jhonatan Ventura Pereira da Rosa (518.332.058-63); Joalison Francisco da Silva (212.254.107-54); Joao Gabriel de Lima Ferreira (046.846.870-66); Joao Pedro dos Santos Leite (491.121.648-44); Joao Pierre Costa Brito da Silva (180.396.997-03); Joao Victor Moura Tenorio (177.392.947-05); Joao Victor da Silva

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Lima (176.111.617-76); Joao Vitor Faria de Oliveira Alfredo (507.576.648-06); Joao Vitor Rizzo de Oliveira Pereira (444.852.118-43); Johan Jonathan Goncalves da Silva (153.530.057-40); Jonathan Anselmo Simonassi (191.688.737-60); Jorge de Oliveira Silva (195.540.827-03); Jose Luiz de Souza Saldanha (003.629.187-08); Jose Messias Trindade de Souza (060.855.562-25); Josue Lopes Monteiro (048.223.832-10); Joyce Amanda dos Santos Barbosa (162.679.177-54); Juan Gabriel de Souza e Silva (052.622.452-50); Juan Rodrigues da Silva (167.503.917-88); Juliana Alves Maia (995.179.732-68); Kaio Gabriel Brito dos Santos (154.894.227-85); Kelvin Henrique Santos de Sousa (491.085.008-27); Keven Donald Braga Borges (032.441.432-37); Kevyn Marcos Barros de Alencar (021.429.162-60); Leonardo da Cruz Silva (470.292.888-07); Lucas da Silva Patacho (159.835.987-83); Luidson Pedro Ribeiro de Souza (145.025.447-01); Luis Fernando Leite de Oliveira Lopes (198.383.397-50); Luis Henrique Rocha de Souza (205.011.527-09); Luiz Dyogo de Oliveira Lobo (187.150.317-56); Luiz Felipe Souza Silva (542.249.068-13); Luiz Fernando Guedes Antunes Pereira (486.306.818-29); Luiz Gabriel Gonçalves da Silva (242.471.188-70); Luiz Henrique Paulino Nascimento (182.602.217-13); Luís Felipe Costa Silva (518.236.698-16); Marcelo Duraes Filho (487.441.838-44); Marco Antonio dos Santos Felix (429.931.448-47); Marcos Gabriel Silva Pinheiro de Almeida (535.309.788-25); Marlon da Silva de Sousa (172.899.507-80); Matheus Diniz Walter Peixoto (197.979.537-18); Matheus Farias Gomes (186.700.937-40); Matheus Henrique Dias dos Santos Oliveira (516.124.428-38); Matheus Henrique dos Santos Silva (531.896.688-84); Matheus Mota Marques (179.863.647-69); Matheus Trombini Ricardo (464.205.938-59); Matheus Viegas do Nascimento (157.130.047-32); Matheus da Silva Veras (173.592.377-00); Miguel Pessoa Nolasco (189.546.807-80); Miqueias Gomes Fernandes (545.324.928-58); Misael Sezimbra Martins (102.081.679-19); Moises da Costa de Almeida (180.578.177-47); Nalbert Tavares de Almeida (118.510.984-61); Nathan do Prado Costa (190.559.727-46); Otávio Antunes Miguel (469.842.818-14); Patrick Duarte Cotrim da Silva (166.011.297-47); Patrick Marques Moreira (165.879.617-97); Paulo Lopes da Silva (487.976.958-40); Paulo Ronilson Soares Barbosa (705.549.044-89); Paulo Silas Alves da Cruz (143.668.584-28); Paulo Vitor Machado (512.605.088-54); Pedro Henrique Dias Marcondes da Costa (175.964.727-61); Pedro Henrique Fernandes Marcelino (133.272.456-65); Pedro Henrique Lourenco Negreiros Lima (508.291.918-01); Pedro Henrique Magalhaes de Souza (516.695.358-43); Pedro Henrique Pacheco de Lima (017.876.124-90); Pedro Henrique Reis Fernandes (148.472.877-70); Pedro Igor Sousa Lima (193.985.897-61); Pedro Lucas Rosa Firmino (176.123.727-62); Pedro Micael Ferreira dos Santos (112.742.214-63); Rafael de Abreu Crispim (206.530.867-25); Rafael de Paulo Souza Pinheiro (151.191.847-07); Ramires Bevenuto Dantas Junior (704.024.724-03); Rhevson Leandro Acioli da Silva (705.097.774-81); Ricardo Pinheiro da Silva Junior (708.703.984-90); Richard Almeida da Silva (574.183.928-26); Richard Rodrigues dos Santos (529.346.128-13); Rivaldo de Carvalho Brito (477.890.148-70); Rodrigo Alves da Silva (517.490.888-60); Rodrigo Pereira dos Santos (151.025.017-47); Roger de Salles Lima (512.793.798-04); Ronaldo de Souza Cassiano (193.956.157-45); Ruan Silva Canario Benevides de Paulo (208.849.457-07); Ruan Victor Teixeira Pacheco (201.797.537-03); Samuel Eduardo da Silva Santos (445.711.578-94); Samuel Silva Moraes (194.237.117-90); Taylan de Lima dos Reis (178.340.147-81); Thales Henrique Dias Marcolino (145.693.867-33); Thalles Santana de Carvalho (185.892.327-19); Thiago Mota de Resende (164.313.787-50); Thiago Vieira Correa (141.608.197-61); Thiago Vinicius Reis da Silva (512.142.778-61); Thiago dos Santos Barcelos Batista (173.745.437-86); Thiago dos Santos Bitencourt (160.349.207-01); Thierry Henrique Goiembiesqui de Souza (503.167.998-07); Valdeir Godinho Ferreira (076.385.087-00); Victor Hugo Braga da Silva (191.112.877-99); Victor de Almeida Boaes (175.324.977-55); Vinicios Eduardo de Jesus Lacerda (152.907.257-33); Vinicius Martins Brum (124.086.567-88); Vinicius de Paula Ferreira (152.514.347-66); Vyckytthor Bhryann Martins Coutinho (121.440.317-46); Weliques Lucas Rodrigues de Souza (520.539.788-80); Wellington Dourado dos Santos (172.732.797-73); William Jose Pereira de Moraes (536.103.838-52).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica; Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13855/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.700/2023-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Neuda Carlos Sousa (599.149.045-72).
1.2. Órgão/Entidade: Polícia Rodoviária Federal.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13856/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.853/2023-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Alcione Nascimento da Silva (767.269.674-20).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13857/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar legais para fins de registro os atos de concessão de interesse da sra. Ieda Stela Moulin de Alencar; e

b) considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão de interesse da sra. Myriam Granja Moyses e do sr. Luiz Antonio Lauro.

1. Processo TC-018.599/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ieda Stela Moulin de Alencar (981.564.117-49); Ieda Stela Moulin de Alencar (981.564.117-49); Luiz Antonio Lauro (002.255.841-15); Myriam Granja Moyses (024.602.227-26).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 13858/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, à exceção daquele de interesse da sra. Andreia Cristina Vieira da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, bem como em fazer a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-020.345/2023-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Andreia Cristina Vieira da Silva (025.926.957-37); Cleonice Monteiro de Paulo Nunes Pereira (407.564.677-72); Vera Lucia da Silva Mendonca (017.900.097-74).

1.2. Órgão: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Determinar à AudPessoal que, previamente à apreciação conclusiva do ato de pensão civil de interesse da sra. Andreia Cristina Vieira da Silva, manifeste-se, em específico, sobre o "indício de acumulação" detectado.

ACÓRDÃO Nº 13859/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.391/2023-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Helenice Nunes de Salles (199.268.557-68); Sueli Oliveira de Paula (693.903.987-20); Zalete Aguiar dos Santos (487.763.007-49).

1.2. Órgão: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13860/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.732/2023-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Elsa Stein Mattos (046.128.057-47); Maria Arlinda da Silva Fehr (416.505.221-34); Maria Lidia de Fatima Pires Oliveira (084.711.001-00); Maria de Fatima Nogueira Pelaes (209.838.912-49); Silvia Goncalves Maia (363.782.329-20).

1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 13861/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.633/2023-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Cercina Alves Zetoles da Rosa (303.077.322-15); Katia da Silva Santos (915.043.507-82); Maria da Conceicao Araujo da Silva (466.950.104-63); Maria das Gracas Dantas da Silva (267.778.274-04); Nelcy Badaro Francisco Ferreira (054.142.187-57).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13862/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.682/2023-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Socorro Santana Araujo (025.271.224-26).

1.2. Órgão: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinto).

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13863/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.713/2023-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Alfredo Romero Rodrigues de Vasconcellos (282.486.007-34).

1.2. Órgão: Advocacia-Geral da União.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13864/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.723/2023-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Paulo Sergio Santos de Jesus (035.031.975-83).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.2. Entidade: Universidade Federal da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13865/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.830/2023-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Adil Correa da Costa (002.354.541-09); Auricelia dos Santos Brito (504.699.161-68); Zilda de Paula Perussi (273.115.111-00).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13866/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.913/2023-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ayme Zanata Cizotto (028.666.098-91); Francisco Xavier de Souza Rocha (046.976.695-68); Maria do Carmo da Silva dos Santos (175.171.254-00); Olivanda de Paiva Moreira (309.261.906-44); Vanda Pereira Negrão (055.609.428-04).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à AudPessoal que verifique se está sendo observada regra insculpida no § 2º do art. 24 da Emenda Constitucional 103/2019 relativamente ao pagamento de pensão/aposentadoria às sras. Ayme Zanata Cizotto e Olivanda de Paiva Moreira e ao sr. Francisco Xavier de Souza Rocha.

ACÓRDÃO Nº 13867/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.936/2023-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria de Lourdes dos Santos (069.688.847-55).
1.2. Órgão: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13868/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.948/2023-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Carlos Heitor Ferreira da Escossia (050.130.094-56); Carlos Hugo Silva da Escossia (137.031.804-98); Francisca Milza de Oliveira Silva (720.754.904-06).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Semiárido.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13869/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, exceto o ato de interesse da sra. Rita de Cássia dos Santos Chaves, e fazer as determinações que se seguem:

1. Processo TC-035.796/2023-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: André Efigênio da Silva (183.559.727-08); Georgete Guimarães Moreira (030.237.187-76); Maria Suely Pereira Ramos Sá Conceição (054.599.427-64); Rita de Cássia dos Santos Chaves (407.073.427-91); Ruth Pinheiro da Costa (419.449.687-68); Sônia Maria Efigênio da Silva (118.714.777-00).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à AudPessoal que reinstrua o processo relativamente à pensão instituída pelo sr. Amâncio Pereira Chaves, nos seguintes termos:

1.7.1.1. verificar possível acumulação irregular de cargos;

1.7.1.2. esclarecer o motivo de a aposentadoria do instituidor Amâncio Pereira Chaves que deu origem à pensão em exame ter sido classificada como "sanção", consoante informação cadastrada no formulário e-Pessoal 110503/2022;

1.7.1.3. obter junto à origem cópia do processo administrativo 2642/96, da DPcVM/Ciaga;

1.7.1.4. esclarecer o porquê de ter havido cancelamento dessa concessão em 18/10/2022, segundo informação constante do formulário e-Pessoal 153174/2021, e o motivo para a emissão do presente ato.

ACÓRDÃO Nº 13870/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1. Processo TC-035.849/2023-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Adalgiza Oliveira do Nascimento (183.189.831-49); Michel Jean Maurice Vincent (003.461.017-00).

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13871/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.930/2023-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Jucelia da Silva Bacelar (919.041.886-72); Maria Joana de Souza Lima (800.374.966-20).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Itajubá.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13872/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão emitidos em favor das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.957/2023-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Juraci Jose de Mello (073.848.807-00); Maria Nilda de Jesus Cavalcante (126.061.892-72); Nilza Maria Diniz dos Santos (693.294.197-04); Sirlene Eugenia da Silva (666.826.227-91); Telma Carla Braga Lima (466.898.507-49).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13873/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão emitidos em favor das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar as determinações adiante especificadas:

1. Processo TC-035.962/2023-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Margarida Muller Vasconcelos (595.272.857-04); Iracelma da Silva dos Santos (733.714.164-53); Samia Medeiros Cordeiro (353.458.024-91).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações: à Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) para que:
1.7.1. proceda ao destaque do ato de pensão em que figura como instituidor o Sr. Paulo Roberto Jurema de Dutra (018.508.654-34), a fim de que seja realizada diligência para que se verifique o efetivo cumprimento do art. 24 da EC 103/2019 em relação ao benefício instituído em favor da Sra. Maria Hilza Bernardo Cartaxo Jurema de Dutra (793.987.904-91); e
1.7.2. dê conhecimento ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome que a beneficiária do programa bolsa família, Sra. Samia Medeiros Cordeiro (353.458.024-91), é pensionista do ex-servidor Edivaldo Antônio da Silva (073.164.964-87) junto à Universidade Federal de Pernambuco, a fim de que seja verificado se a interessada atende aos requisitos previstos em lei para permanência no programa, adotando-se as providências cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 13874/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.
1. Processo TC-035.969/2023-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Anilza Maria Rodrigues de Lima (143.577.474-49); Izabel Alves Ribeiro (027.620.047-05); Odete Jussara Lippert (341.756.790-49); Peralta Rocha e Silva (271.791.920-15); Priscilla Depine (846.370.991-53).
1.2. Órgão/Entidade: Polícia Rodoviária Federal.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13875/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão emitidos em favor dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar as determinações adiante especificadas:
1. Processo TC-035.981/2023-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alzenira Ferreira da Silva (052.891.853-21); Euclides Souza (445.031.727-00); Tereza Machado (010.543.960-60).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações: à Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) para que:
1.7.1. proceda ao destaque dos atos de pensão em que figuram como instituidores os Srs. Francisco Alberto Menna Barreto (004.095.700-44) e Antonio Samir Bertacco (132.047.690-20), a fim de que seja realizada diligência para que se verifique o efetivo cumprimento do art. 24 da EC 103/2019 em relação ao benefício instituído em favor das Sras. Maria Elisabeth Wortmann Gomes (472.000.650-72) e Naira Lopes Bertaco (462.250.800-15); e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.7.2. dê conhecimento ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome que a beneficiária do programa bolsa família, Sra. Alzenira Ferreira da Silva (052.891.853-21), é pensionista do ex-servidor Absolon Rodrigues da Silva (041.734.493-72) junto ao Ministério da Saúde, a fim de que seja verificado se a interessada atende aos requisitos previstos em lei para permanência no programa, adotando-se as providências cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 13876/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-035.995/2023-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Virginia Clemente Sabatucci (924.239.816-00).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13877/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, exceto aquele de interesse da sra. Maria Abadia da Silva Borges.

1. Processo TC-036.066/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Divina Mainarte Amorim (881.153.996-04); Lúcia Helena Barros Manara (849.228.698-91); Maria Abadia da Silva Borges (796.347.376-68).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à AudPessoal que examine a legalidade do pagamento do adicional por tempo de serviço na aposentadoria do instituidor Carlos Silvério Borges e de suas repercussões nos proventos da pensão posteriormente instituída.

ACÓRDÃO Nº 13878/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.085/2023-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Angela Maria Nardelli Rosi (302.298.209-72); Leni Furquim de Camargo Scorsin (394.391.009-15).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Paraná.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13879/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão emitidos em favor dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.106/2023-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Cristina da Silva (832.024.047-68); Jose Pires Vaz (238.842.407-06); Maria Raimunda da Silva (010.877.327-27).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13880/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.119/2023-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Elisabete Iria Marcos Rosa (472.038.706-34); Maria Jose de Miranda (695.570.126-68); Raimunda Maria Aleixo (038.876.366-35).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13881/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão emitidos em favor das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.140/2023-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Francinete Roque dos Santos (584.423.243-72); Maria Ordenilde Ferreira Marcelino (262.197.434-15); Maria de Lourdes Nascimento Gomes da Silva (069.689.117-44); Nieves Fernandes Figueiredo Rocha (822.477.907-63); Thereza Ferreira de Carvalho (909.582.337-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 13882/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.161/2023-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Maria Pereira de Oliveira (231.216.702-63); Edith Moreira Antunes (164.029.522-49); Elielson de Souza Andre (703.597.012-64); Jadson Gilmar Magalhaes Sadovski (013.653.002-85); Maria Raimunda Quaresma Coelho (106.222.922-34).

1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13883/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão emitidos em favor dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar as determinações adiante especificadas:

1. Processo TC-036.184/2023-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Andreia Silva Santos (539.293.572-91); José Valdemir Teixeira de Novaes (225.062.331-72); Maria Ivete Campos da Silva (081.815.863-87).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações: à Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) para que:

1.7.1. proceda ao destaque dos atos de pensão em que figuram como instituidores os Srs. Antonio Carlos Vieira de Souza (211.964.607-44) e Arlindo Fernandes (022.626.308-87), a fim de que seja realizada diligência para que se verifique o efetivo cumprimento do art. 24 da EC 103/2019 em relação ao benefício instituído em favor das Sras. Maria do Carmo de Souza (174.728.651-68) e Duzolina Gumiero Fernandes (145.949.598-57); e

1.7.2. dê conhecimento ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que a beneficiária do programa de amparo social ao idoso, Sra. Maria Ivete Campos da Silva (081.815.863-87), é pensionista do ex-servidor José Deodato da Silva (004.782.374-72) junto ao Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas, a fim de que seja verificado se a interessada atende aos requisitos previstos em lei para permanência no referido programa, adotando-se as providências cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 13884/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.199/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Clara Maria Emidio (605.301.706-04); Erica Almeida da Silva (042.318.362-13); Gervina Maria Pereira Matos (253.298.396-53); Maria Odilia Souza da Silva (372.497.464-72); Marilda Aparecida Silveira de Faria (255.366.056-15); Midia Bonifacio da Silva (026.433.312-81).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13885/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão emitidos em favor das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-036.204/2023-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Cleonice Vidal dos Santos (097.308.787-06); Marie Jeanne Nathalie Diane Helene Baptista de Faria (054.688.717-18).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação: à Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) para que proceda ao destaque do ato de pensão em que figura como instituidor o Sr. João Batista Cruz (092.153.956-87), a fim de que seja realizada diligência para que se verifique o efetivo cumprimento do art. 24 da EC 103/2019 em relação ao benefício instituído em favor da Sra. Maria do Carmo Pinto Coelho Muller (130.098.696-49).

ACÓRDÃO Nº 13886/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, exceto o ato de interesse do sr. Gilberto Matias Pereira:

1. Processo TC-036.215/2023-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Euda Reis Alvim (119.543.961-04); Gilberto Matias Pereira (123.439.516-91); Ivanir Barp Garcia (444.823.299-91); Kleber de Carvalho (658.316.671-20); Maria Lucia de Barcellos Rocha (197.837.607-34).
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao Banco Central do Brasil que encaminhe os elementos com base nos quais apurou o início da união estável do sr. Gilberto Matias Pereira com a instituidora Maria Helena Felizardo.

ACÓRDÃO Nº 13887/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.252/2023-9 (PENSÃO CIVIL)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.1. Interessados: Adolfina Torres Tavares (113.964.741-53); Ana Izabel de Oliveira Martins (553.528.201-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13888/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão à sra. Viviane Prelle, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, e adotar as medidas a seguir mencionadas:

1. Processo TC-038.671/2023-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Viviane Prelle (424.295.101-97); Zelman Faria Duarte Chinali (010.969.156-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Universidade Federal do Mato Grosso que cadastre no e-Pessoal o ato de aposentadoria do instituidor Wilson Chinali no prazo de quinze dias;
1.7.2. determinar à AudPessoal que examine o ato de pensão do instituidor Wilson Chinali à luz das informações constantes do ato de aposentadoria que vier a ser cadastrado, em especial o percentual de adicional por tempo de serviço considerado;
1.7.3. informar à Universidade Federal do Mato Grosso que o sr. Cleber Vieira Costa exerceu, ao longo de sua vida funcional, a gerência de sociedade privada (VP Laboratório de Análises Clínica Ltda. e Exato Laboratório de Análises Clínicas), o que é vedado pelo inciso X do art. 117 da Lei 8.112/1990 e deveria sujeitar o então servidor a processo administrativo com vistas a sua demissão.

ACÓRDÃO Nº 13889/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, exceto o ato de interesse da sra. Edvalcy Guimarães Costa:

1. Processo TC-038.828/2023-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ângela Maria da Silva (031.688.716-13); Edvalcy Guimarães Costa (070.595.626-13); Maria Abadia Gonçalves Nascimento (210.711.366-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1.1. determinar ao Ministério da Agricultura e Pecuária que cadastre no sistema e-Pessoal, no prazo de quinze dias, o ato de aposentadoria do sr. Edi Alves da Costa;
1.7.1.2. determinar à AudPessoal que:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.7.1.2.1. faça juntar cópia do formulário que vier a ser cadastrado em decorrência do subitem anterior para fins informativos, de modo a verificar os impactos dos proventos de aposentadoria deferidos com base na fundamentação legal então adotada nos proventos da pensão ora em exame;

1.7.1.2.2. reinstrua este processo à luz das informações que vierem a ser colacionadas.

ACÓRDÃO Nº 13890/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.475/2023-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Eloise Barbosa Silva Pereira (617.625.683-65); Maria do Carmo Vieira (128.729.383-20).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13891/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em determinar o retorno dos autos à unidade técnica para a reinstrução.

1. Processo TC-009.493/2023-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Júlia Helena Bentes Monteiro (148.269.922-20); Maria das Graças dos Santos Bentes (080.908.152-00); Rosângela Bentes Cardoso (392.840.502-00).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à AudPessoal que verifique a legalidade do pagamento do adicional por tempo de serviço ao instituidor e seus reflexos na pensão instituída.

ACÓRDÃO Nº 13892/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em determinar o retorno dos autos à unidade técnica para a reinstrução.

1. Processo TC-009.495/2023-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Margarida Cavalheiro de Oliveira Lemes (885.840.700-87).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à AudPessoal que verifique a legalidade do pagamento do adicional por tempo de serviço ao instituidor e seus reflexos na pensão instituída.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 13893/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em determinar o retorno dos autos à unidade técnica para reinstrução.

1. Processo TC-015.093/2023-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Claudia Ferreira Tobias (024.482.124-06); Izabel Cristina Ferreira Tobias (021.616.164-98); Maria Luiza Ferreira Tobias (022.085.064-05).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à AudPessoal que:

1.7.1.1. examine a legalidade da concessão do adicional por tempo de serviço ao instituidor Jayme de Moraes Tobias;

1.7.1.2. esclareça a aparente incongruência entre o fundamento legal da reforma (invalidez para o serviço militar, situação que não se enquadra no § 1º do art. 33 da Lei 2.370/1954), com o pagamento de proventos de segundo tenente, grau hierárquico em muito superior ao do militar (soldado).

ACÓRDÃO Nº 13894/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de interesse das sras. Cândida Maria Furtado Rodrigues e Miralda Marli Rocha Klug, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.354/2023-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Cândida Maria Furtado Rodrigues (101.075.682-68); Francione Aline da Silva Faustino (081.323.534-04); Janete Azevedo da Silva (855.734.937-87); Miralda Marli Rocha Klug (359.648.639-49); Rosângela Moreira Campos (865.711.927-72).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Comando da Aeronáutica que faça juntar a estes autos, no prazo de quinze dias:

1.7.1.1. os documentos com base nos quais foi aferida a união estável do militar Manoel Silvano de Moura com a sra. Francione Aline da Silva Faustino;

1.7.1.2. o laudo médico que reconheceu a invalidez do militar José Francisco Campos;

1.7.2. determinar à AudPessoal que:

1.7.2.1. verifique se a promoção do militar Leonildes Lino da Silva, instituidor da pensão da sra. Janete Azevedo da Silva, observou o disposto no art. 3º da Lei 12.158/2009;

1.7.2.2. esclareça como se chegou à base de cálculo adotada para os proventos de pensão da sra. Rosângela Moreira Campos (remuneração de Primeiro-Sargento);

1.7.2.3. confira prioridade à instrução deste processo.

ACÓRDÃO Nº 13895/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

relacionados, à exceção daquele de interesse das sras. Alice Gervason Marco Fernandes, Aparecida Lamy Marco, Julia Gervason Marco e Jurema Gervason Marco, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, bem como em fazer a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-017.514/2023-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Alice Gervason Marco Fernandes (332.838.506-15); Aparecida Lamy Marco (830.518.996-15); Julia Gervason Marco (040.715.296-28); Jurema Gervason Marco (453.664.466-00); Mafalda Maria Veiga Pereira Calili (465.200.406-06); Maria Aparecida de Avila Souza (675.163.516-87); Maria da Costa Quinino (028.780.736-30); Tania Lucia Leal de Miranda (631.341.876-04).

1.2. Órgão: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Determinar à AudPessoal que, previamente à apreciação conclusiva do ato de concessão de interesse das sras. Alice Gervason Marco Fernandes, Aparecida Lamy Marco, Julia Gervason Marco e Jurema Gervason Marco, informe o fundamento para a melhoria dos proventos do instituidor, por ocasião de sua passagem para a reserva remunerada, em dois graus hierárquicos.

ACÓRDÃO Nº 13896/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.525/2023-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Adelina Ferreira (106.506.361-04); Ana Lucia Drumond Moraes (041.419.247-84); Ana Lucia Felix de Melo Rocha (033.391.558-52); Maria Imaculada Feres de Melo (201.179.652-00); Maria Jose Barbosa da Fonseca (507.839.127-49); Marilene Barbosa da Silva (817.231.997-53); Sueli Aparecida de Souza Castro (573.132.299-68).

1.2. Órgão: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13897/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, exceto o ato de interesse da sra. Dinizette Alves da Cunha:

1. Processo TC-018.227/2023-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Célia Regina da Costa Lima (813.226.407-00); Célia Regina dos Santos (305.930.697-49); Dinizette Alves da Cunha (466.491.667-15); Kátia Regina de Castro Martins (246.564.102-68); Maria Ligia Oliveira de Jesus (382.696.517-53); Sandra Maria Lima Rodrigues (014.824.747-43).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à AudPessoal que informe o último posto/graduação ocupado pelo instituidor Agostinho Carlos da Cunha, em razão da aparente incompatibilidade entre essa informação constante do formulário e-Pessoal 23002/2023 e o fundamento legal de sua inativação informado (promoção para a graduação superior, consoante art. 33 da Lei 2.370/1954).

ACÓRDÃO Nº 13898/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.483/2023-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Albertina Nunes de Medeiros (064.257.639-49); Arlinda da Silva Serrano (037.036.727-81); Auricea Maciel da Silva (202.476.304-97); Miraci Santos do Nascimento (916.322.004-06); Rosana Magna de Oliveira Souza (456.113.864-15); Rosilene Maciel da Silva Xavier (423.597.244-87).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13899/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.444/2023-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Cláudia Moura Ribeiro da Silva (301.595.238-26).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13900/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão militar emitido em favor da interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.616/2023-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Marlene Schettini Elahel (071.607.947-02).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 13901/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão militar emitido em favor das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.623/2023-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Claudia Regina Portella Almeida Gomes (023.467.737-60); Tania Maria Portella Almeida Grattapaglia (776.755.847-91).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13902/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno-TCU, bem como nos pareceres emitidos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão da interessada a seguir indicada.

1. Processo TC-037.900/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria do Socorro Lima (340.686.781-20).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13903/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno-TCU, bem como nos pareceres emitidos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão dos interessados a seguir indicados.

1. Processo TC-038.191/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Celso Renato Marques Gonzatto (407.614.600-04); Irineu Antonio Miller (488.080.089-91); Josane Isabel Reischl de Andrada (335.853.260-72).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13904/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno-TCU, bem como nos pareceres emitidos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão da interessada a seguir indicada.

1. Processo TC-038.346/2023-0 (APOSENTADORIA)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.1. Interessada: Marta Mendes de Oliveira Pinto Pereira (518.237.996-04).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 6ª Região.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13905/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno-TCU, bem como nos pareceres emitidos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão dos interessados a seguir indicados.

1. Processo TC-038.371/2023-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edna dos Anjos Alves (377.752.191-49); Marcos Marinho Ferreira de Andrade (453.666.676-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho (extinta).
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13906/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno-TCU, bem como nos pareceres emitidos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão da interessada a seguir indicada.

1. Processo TC-038.411/2023-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Angela Elisabeth Luhning (617.678.325-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Bahia.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13907/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno-TCU, bem como nos pareceres emitidos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão dos interessados a seguir indicados.

1. Processo TC-038.415/2023-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carmem Maria Costa Mendonca Fiori (426.909.194-00); Ederli Cristina Torres Marins (615.977.599-53); Eroni Vieira Peres (536.727.989-91); Jaime Marcelino Peletti (465.131.759-68); Walter Oleschko Arruda (322.896.189-34).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13908/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno-TCU, bem como nos pareceres emitidos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão do interessado a seguir indicado.

1. Processo TC-038.475/2023-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Evandro Mandu da Silva (520.739.207-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Museus.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13909/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno-TCU, bem como nos pareceres emitidos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão da interessada a seguir indicada.

1. Processo TC-036.125/2023-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Costa de Melo (113.970.123-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13910/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno-TCU, bem como nos pareceres emitidos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão do interessado a seguir indicado.

1. Processo TC-036.153/2023-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Francisco Braz de Souza (060.532.117-53).
1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13911/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno-TCU, bem como nos pareceres emitidos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão do interessado a seguir indicado.

1. Processo TC-036.206/2023-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Leonardo Bicalho Costa (073.180.377-90).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13912/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno-TCU, bem como nos pareceres emitidos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão das interessadas a seguir indicadas.

1. Processo TC-036.225/2023-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Clarice Romagnoli Pires (060.447.388-50); Elifa Martins de Oliveira (138.830.378-77); Joselia de Souza Viana (080.740.204-44); Maria Suzana Teles (853.036.318-34); Vera Lucia Nogueira Goncalves (133.723.458-35).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13913/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno-TCU, bem como nos pareceres emitidos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão do interessado a seguir indicado.

1. Processo TC-038.663/2023-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Marcos Rogerio Barbosa Correa (651.307.310-34).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13914/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão da pensão militar instituída por Manoel Tavares de Melo em favor de Cassandra Maria do Céu Tavares Biasuz; Jussyara Maria das Dores Tavares, Kaia Katarina Tavares de Melo, Maria Aparecida Tavares Fialho Bezerra, Maria Katia Tavares de Melo, Maria da Conceição Tavares Pinto, Maria do Socorro Tavares de Melo Barros e Yara Fernanda de Cassia Tavares Alves, emitido pelo Comando do Exército e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que, ao analisar o ato, a unidade instrutora constatou ter havido majoração de proventos para o grau hierárquico imediatamente superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em virtude de invalidez posterior à reforma do instituidor;

considerando que a vantagem questionada somente é devida para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada;

considerando que o procedimento adotado está em desacordo com a orientação contida no Acórdão 2.225/2019 - Plenário (relator: Ministro Benjamin Zymler), decisão paradigmática na qual se concluiu pela

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, bem como para o acréscimo de dois postos no cálculo dos proventos;

considerando que essa orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas nos Recursos Especiais 1.784.347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

considerando que existe presunção de boa-fé das interessadas, de modo que se aplica o Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do Tribunal;

considerando que o ato em exame deu entrada no TCU há menos de cinco anos, em 09/08/2022, não se operando o prazo decadencial da Lei 9.784/1999;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando, por fim, que os pareceres da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal e do Ministério Público junto ao Tribunal foram convergentes pela ilegalidade do ato.

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, 261 e 262 do Regimento Interno, e no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão da pensão militar instituída por Manoel Tavares de Melo em favor de Cassandra Maria do Céu Tavares Biasuz, Jussyara Maria das Dores Tavares, Kaia Katarina Tavares de Melo, Maria Aparecida Tavares Fialho Bezerra, Maria Katia Tavares de Melo, Maria da Conceição Tavares Pinto, Maria do Socorro Tavares de Melo Barros e Yara Fernanda de Cassia Tavares Alves;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelas beneficiárias até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

c) expedir os comandos especificados no subitem 1.7.

1. Processo TC-032.734/2023-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Cassandra Maria do Céu Tavares Biasuz (199.539.502-10); Jussyara Maria das Dores Tavares (569.681.324-00); Kaia Katarina Tavares de Melo (379.665.104-68); Maria Aparecida Tavares Fialho Bezerra (225.522.352-04); Maria Katia Tavares de Melo (504.343.904-10); Maria da Conceição Tavares Pinto (207.512.904-59); Maria do Socorro Tavares de Melo Barros (204.183.704-78); Yara Fernanda de Cassia Tavares Alves (691.464.704-68).

1.2. Unidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando do Exército que:

1.7.1 no prazo de 15 dias, a contar da notificação desta decisão:

1.7.1.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de pensão militar com base no grau hierárquico incorreto, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.1.2. comunique esta deliberação às interessadas e as alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não as eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. no prazo de 30 dias, a contar da notificação desta decisão:

1.7.2.1. comprove ao TCU a comunicação às interessadas;

1.7.2.2. emita novo ato de concessão, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 13915/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo de tomada de contas especial instaurado pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, em desfavor de Luiz Firmino Martins Pereira e Construtora Norberto Odebrecht S. A., em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos do Termo de Compromisso 0001/2009, registro Siafi 652985, que foi firmado entre o então Ministério do Desenvolvimento Regional e o Estado do Rio de Janeiro, e que tinha por objeto "dragagem do rio Ururai, da lagoa Feia e do canal das Flechas, no município de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro", no valor de R$ 15.000.000,00. O valor do débito apurado é de R$ 2.222.116,30.

Considerando a edição da Resolução-TCU 344, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

considerando que, nos termos dessa norma, "(...) incide a prescrição intercorrente se o processo ficar paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, sem prejuízo da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso" (art. 8º);

considerando que o primeiro ato interruptivo da prescrição ordinária ocorreu em 1º/3/2010, sendo este o marco inicial da fluição da prescrição intercorrente, conforme entendimento fixado no Acórdão 534/2023-Plenário;

considerando que o exame efetuado pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE) confirma a ocorrência dessa espécie prescricional, tendo o processo ficado paralisado por mais de três anos na fase interna, entre a notificação de Luiz Firmino Martins Pereira para apresentar a prestação de contas final (peça 66, p. 23-29 ou peça 79), em 16/2/2011, e o Relatório de Visita Técnica 48/2014 (peça 97), em 14/8/2014, bem como entre este último evento e o Parecer 30/2019/COA/MDR (peça 97), em 17/4/2019;

considerando os pareceres uniformes emitidos nos autos (peças 160-163);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, caput e § 1º, da Lei 9.873/1999, 8º e 11 da Resolução-TCU 344/2022 e 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno, em:

reconhecer a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e de ressarcimento;

encaminhar cópia desta deliberação à unidade jurisdicionada e ao responsável;

arquivar o processo.

1. Processo TC-007.821/2022-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: CNO S.A. (15.102.288/0001-82); Luiz Firmino Martins Pereira (775.932.867-20).

1.2. Unidade: Governo do Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13916/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), em virtude da não comprovação da regular aplicação de parte dos recursos repassados pela União ao Fundo Municipal de Saúde de Rodrigues Alves/AC, no exercício de 2012. O processo foi julgado por meio do Acórdão 5.879/2023-1ª Câmara.

Considerando que o óbito do responsável Francisco Eládio Ferreira de Souza ocorreu antes do trânsito em julgado da decisão condenatória, e que, portanto, não há como persistir a penalidade de multa, por tratar-se de sanção personalíssima;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 3º, § 2º, da Resolução-TCU 178/2005, em rever, de ofício, o item 9.3 do Acórdão 5.879/2023-1ª Câmara, para tornar insubsistente a multa aplicada a Francisco Eládio

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Ferreira de Souza, em razão de seu falecimento antes do trânsito em julgado da decisão condenatória, fazendo a notificação abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.032/2021-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Francisco Eládio Ferreira de Souza (079.295.362-20); Francisco Ernilson de Freitas (095.953.412-15).

1.2. Unidade: Município de Rodrigues Alves/AC

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Carlos Bergson Nascimento Pereira (2785/OAB-AC), representando Francisco Eládio Ferreira de Souza; Carlos Bergson Nascimento Pereira (2785/OAB-AC), representando Francisco Ernilson de Freitas.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1 notificar o espólio de Francisco Eládio Ferreira de Souza, na pessoa de Bergson Alves de Souza, da dívida constituída pelo item 9.2 do Acórdão 5.879/2023-1ª Câmara, com fundamento no art. 1.797, inciso I, do Código Civil, c/c o art. 34, inciso I, da Resolução TCU 360/2023.

ACÓRDÃO Nº 13917/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Estadual da Funasa no Tocantins, em desfavor de Jose Lomazzi Filho e Aluísio Tenório Marques (falecido), em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União realizadas por meio do Convênio de registro Siafi 390626 firmado entre a Fundação Nacional de Saúde e o Município de Guaraí/TO, e que tinha por objeto o instrumento descrito como "Implantação do aterro sanitário para resíduos sólidos urbanos", no valor de R$ 238.986,61. O valor do débito apurado pelo tomador de contas foi de R$ 200.000,00.

Considerando a edição da Resolução-TCU 344, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

considerando que, nos termos dessa norma, a prescrição se interrompe por qualquer ato inequívoco de apuração do fato, com a possibilidade de se interromper por uma mesma causa, desde que, por sua natureza, seja repetível no curso do processo (art. 5º, inciso II, c/c o § 1°);

considerando que o exame efetuado pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE) confirma a ocorrência da prescrição quinquenal entre o Relatório Complementar de tomada de contas especial, de 10/12/2010 (peça 111, p. 1- 2) e o Despacho 538/2021 SECOV-TO, de 31/12/2021 (peça 111, p. 3);

considerando os pareceres uniformes emitidos nos autos (peças 130-133).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, caput e § 1º, da Lei 9.873/1999, 4º, 5º e 11 da Resolução-TCU 344/2022 e 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno, em:

reconhecer a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e de ressarcimento;

encaminhar cópia desta deliberação à unidade jurisdicionada e ao responsável;

arquivar o processo.

1. Processo TC-019.979/2022-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Aluisio Tenório Marques (falecido) (092.377.711-34); Jose Lomazzi Filho (050.285.151-15).

1.2. Unidade: Município de Guaraí/TO.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13918/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de representação formulada pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPE/PA) acerca de possíveis irregularidades na execução do Contrato de Gestão 11/2018, firmado entre o município de Santarém e o Instituto Panamericano de Gestão (IPG), para assumir o gerenciamento, a operacionalização e a execução de ações e serviços no Hospital Municipal de Santarém e em uma unidade de pronto atendimento (UPA 24 horas), com uso de recursos federais.

Considerando que, segundo a Controladoria-Geral do Município, o custeio dos serviços do contrato de gestão em apreço foi realizado com recursos municipais, estaduais e federais;

considerando que não é possível identificar a origem dos recursos em cada irregularidade apontada;

considerando que o município de Santarém/PA já está adotando providências para a apuração das irregularidades noticiadas nos presentes autos, bem como de quantificar eventual débito;

considerando a competência concorrente do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará para a fiscalização do contrato de gestão objeto da presente representação;

considerando que tramita no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará o processo 202101851-00, solicitação de auditoria, tendo por objeto o Contrato de Gestão 11/2018;

considerando que a responsabilidade primária pela fiscalização da correta aplicação dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde ao município é do Ministério da Saúde, tendo lugar a ação do TCU, em regra, após a devida atuação do repassador, evitando-se com isso a duplicidade de esforços e a supressão de responsabilidades (Acórdão 4324/2015-1ª Câmara, rel. Min. Augusto Sherman);

considerando os pareceres uniformes constantes dos autos.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso VI, e 212, do Regimento Interno do TCU, em:

a) arquivar o processo, sem julgamento do mérito;

b) dar ciência da presente decisão ao Ministério Público do Estado do Pará, ao Ministério da Saúde, à Auditoria-Geral do Sistema Único de Saúde (AudSus), ao Tribunal de Contas do Município do Pará (TCM/PA) e à Prefeitura Municipal de Santarém/PA, para as providências cabíveis.

1. Processo TC-021.966/2021-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santarém - PA.

1.2. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Saúde (AudSaúde).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13919/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de aposentadoria de Shirley de Jesus Cunha emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP e submetido a este Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CRB/1988.

Considerando que unidade instrutora identificou a inclusão irregular nos proventos da interessada de incorporação de parcela de quintos por servidor investido em função que não possui natureza de confiança;

considerando ser indevida a incorporação de quintos decorrentes de gratificação ou função comissionada (GRG, FC 5, GAE) devida exclusivamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador, vez que, independentemente do nome, a vantagem paga em razão do exercício das atribuições típicas do cargo não gera a incorporação de quintos, pois não tem a natureza de função de confiança, cuja investidura depende de escolha por parte da autoridade e cuja exoneração pode se dar ad nutum;

considerando que a Gratificação de Atividade Externa - GAE é devida exclusivamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador, instituída pelo art. 16 da Lei 11.416/2006;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

considerando que esse dispositivo (art. 16 da Lei 11.416/2006) vedou a percepção dessa gratificação para os servidores designados para o exercício de função comissionada ou nomeados para cargo em comissão;

considerando que o direito de incorporação de "quintos/décimos" decorrentes do exercício de função ou cargo no período entre 8/4/1998 e 9/9/2001, não contempla a situação em apreço, haja vista que a vantagem em discussão se refere à gratificação paga em virtude do exercício das atribuições típicas do cargo efetivo, não possuindo natureza de função, razão pela qual incompatível com o instituto da incorporação de "quintos";

considerando que, em razão de não ser passível de incorporação na forma de "quintos", a parcela em comento não está albergada pelo entendimento perfilhado pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115-CE;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas (v.g. Acórdão 2.784/2016-Plenário; Acórdãos 6.842/2017, 1.616/2017, 1.009/2018, 5..443/2020, 1.738/2021 e 13.312/2021, da 1ª Câmara; e Acórdãos 3.574/2019, 3.859/2019, 4.994/2019, 5.111/2021, 18.405/2021, da 2ª Câmara);

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não tendo se materializado o registro tácito (STF-RE 636.553/RS);

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorrer exclusivamente de questão jurídica de solução pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada; e

considerando, por fim, que os pareceres da unidade instrutora e do Ministério Público junto ao TCU foram convergentes, pela ilegalidade e negativa de registro do ato.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Shirley de Jesus Cunha, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) expedir as determinações consignadas no subitem 1.7 a seguir.

1. Processo TC-006.658/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Shirley de Jesus Cunha (032.355.028-23).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP que:

1.7.1. no prazo de 15 dias, a contar da notificação desta decisão, adote as seguintes providências:

1.7.1.1. promova a exclusão, dos proventos da interessada, da rubrica apontada em face de manifesta ilegalidade, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.1.2. informe esta deliberação à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. nos 30 dias subsequentes comprove ao TCU essa comunicação;

1.7.3. emita novo ato de aposentadoria da interessada, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 13920/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de aposentadoria de Nelba Azevedo Penna emitido pela Fundação Universidade de Brasília - FUB e submetido a este Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CRB/1988.

Considerando que, ao analisar o ato, a unidade instrutora constatou a inclusão irregular nos proventos de parcela referente à Unidade de Referência e Padrão (URP - 26,05%);

considerando que consoante Acórdão 1.614/2019 - Plenário, de relatoria da Ministra Ana Arraes, devem ser absorvidas ou eliminadas da estrutura remuneratória dos servidores públicos federais, conforme o caso, o pagamento das seguintes rubricas judiciais: a) Plano Bresser (reajuste de 26,06%, referente à inflação de junho de 1987); b) URP de abril e maio de 1988 (16,19%); c) Plano Verão (URP de fevereiro de 1989, com o índice de 26,05%); d) Plano Collor (1990, com o índice de 84,32%); e) incorporação de horas extras; f) vantagem pessoal do art. 5º do Decreto 95.689/1988, concedida com o fito de evitar o decesso remuneratório em razão do reenquadramento de docentes e técnicos administrativos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos; g) percentual de 28,86%, referente ao reajuste concedido exclusivamente aos militares pelas Leis 8.622/1993 e 8.627/1993, posteriormente estendido aos servidores civis pela Medida Provisória 1.704/1998; h) percentual de 3,17%, em função de perda remuneratória decorrente da aplicação errônea dos critérios de reajuste em face da URV (referente ao Plano Real); e i) percentual de 10,8%, concedido exclusivamente para proventos de aposentadoria e pensão civil;

considerando que as vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente (Enunciado 276 da Súmula da Jurisprudência deste Tribunal);

considerando que, segundo jurisprudência pacífica tanto do Superior Tribunal de Justiça (STJ) como do Supremo Tribunal Federal (STF), não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores na carreira devem absorver vantagens derivadas de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF, por exemplo);

considerando que o STF, no julgamento do Recurso Extraordinário 596.663-RJ, com repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

considerando que não infringe a coisa julgada decisão do TCU que afaste o pagamento de rubricas decorrentes de sentenças judiciais cujos suportes fáticos e jurídicos de aplicação já se tenham exaurido (Enunciado 279 da Súmula da Jurisprudência deste Tribunal e RE 596.663-RJ/STF);

considerando que, no caso, diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da unidade de origem e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial impugnada;

considerando, no entanto, que há liminar impedindo a supressão da rubrica relativa à URP (26,05%) dos docentes da FUB (Mandado de Segurança 26.156, em trâmite no STF);

considerando que a existência de decisão judicial não impede, em razão do princípio da independência das instâncias, que o Tribunal considere ilegal ato de pessoal sujeito a registro, deixando, contudo, de determinar a suspensão do pagamento da vantagem impugnada enquanto não for desconstituída a decisão judicial que ampare os pagamentos;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato em exame deu entrada no TCU em 15/12/2022, há menos de cinco anos, não se operando o registro tácito (STF-RE 636.553/RS);

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando, por fim, que os pareceres da unidade instrutora e do Ministério Público junto ao Tribunal foram convergentes pela ilegalidade e negativa de registro do ato.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Nelba Azevedo Penna, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Fundação Universidade de Brasília, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) expedir as determinações consignadas no subitem 1.7 a seguir.

1. Processo TC-007.219/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Nelba Azevedo Penna (270.771.870-04).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

1.7.1. caso desconstituída a decisão judicial que atualmente assegura a continuidade do dispêndio da rubrica impugnada:

1.7.1.1 adote as medidas administrativas necessárias à cessação do seu pagamento, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.1.2 promova a reposição ao erário dos valores indevidamente percebidos após ciência desta deliberação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, com a redação dada pela Medida Provisória 2.225-45/2001, na hipótese de a decisão judicial definitiva não dispor em sentido diverso;

1.7.1.3. informe esta deliberação à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. nos 30 dias subsequentes comprove ao TCU essa comunicação;

1.7.3. emita, caso venha a ser desconstituída a decisão judicial que atualmente assegura o pagamento da vantagem impugnada, novo ato de aposentadoria do interessado, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018 c/c o disposto no §8º do art. 7º da Resolução 353/2023.

ACÓRDÃO Nº 13921/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de aposentadoria de Loni Elisete Manica emitido pela Fundação Universidade de Brasília - FUB e submetido a este Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CRB/1988.

Considerando que, ao analisar o ato, a unidade instrutora constatou a inclusão irregular nos proventos de parcela referente à Unidade de Referência e Padrão (URP - 26,05%);

considerando que consoante Acórdão 1.614/2019 - Plenário, de relatoria da Ministra Ana Arraes, devem ser absorvidas ou eliminadas da estrutura remuneratória dos servidores públicos federais, conforme o caso, o pagamento das seguintes rubricas judiciais: a) Plano Bresser (reajuste de 26,06%, referente à inflação de junho de 1987) ; b) URP de abril e maio de 1988 (16,19%); c) Plano Verão (URP de fevereiro de 1989, com o índice de 26,05%); d) Plano Collor (1990, com o índice de 84,32%); e) incorporação de horas extras; f) vantagem pessoal do art. 5º do Decreto 95.689/1988, concedida com o fito de evitar o decesso remuneratório em razão do reenquadramento de docentes e técnicos administrativos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos; g) percentual de 28,86%, referente ao reajuste concedido exclusivamente aos militares pelas Leis 8.622/1993 e 8.627/1993, posteriormente estendido aos servidores civis pela Medida Provisória 1.704/1998; h) percentual de 3,17%, em função de perda remuneratória decorrente da aplicação errônea dos critérios de reajuste em face da URV (referente ao Plano Real); e i) percentual de 10,8%, concedido exclusivamente para proventos de aposentadoria e pensão civil;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

considerando que as vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente (Enunciado 276 da Súmula da Jurisprudência deste Tribunal);

considerando que, segundo jurisprudência pacífica tanto do Superior Tribunal de Justiça (STJ) como do Supremo Tribunal Federal (STF), não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores na carreira devem absorver vantagens derivadas de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF, por exemplo);

considerando que o STF, no julgamento do Recurso Extraordinário 596.663-RJ, com repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

considerando que não infringe a coisa julgada decisão do TCU que afaste o pagamento de rubricas decorrentes de sentenças judiciais cujos suportes fáticos e jurídicos de aplicação já se tenham exaurido (Enunciado 279 da Súmula da Jurisprudência deste Tribunal e RE 596.663-RJ/STF);

considerando que, no caso, diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da unidade de origem e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial impugnada;

considerando, no entanto, que há liminar impedindo a supressão da rubrica relativa à URP (26,05%) dos servidores administrativos da FUB (Mandado de Segurança 28.819, em trâmite no STF);

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato em exame deu entrada no TCU em 07/08/2020, há menos de cinco anos, não se operando o registro tácito (STF-RE 636.553/RS);

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando, por fim, que os pareceres da unidade instrutora e do Ministério Público junto ao Tribunal foram convergentes pela ilegalidade e negativa de registro do ato.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Loni Elisete Manica, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Fundação Universidade de Brasília, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) expedir as determinações consignadas no subitem 1.7 a seguir.

1. Processo TC-011.638/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Loni Elisete Manica (410.395.640-20).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

1.7.1. caso desconstituída a decisão judicial que atualmente assegura a continuidade do dispêndio da rubrica impugnada:

1.7.1.1 adote as medidas administrativas necessárias à cessação do seu pagamento, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.7.1.2 promova a reposição ao erário dos valores indevidamente percebidos após ciência desta deliberação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, com a redação dada pela Medida Provisória 2.225-45/2001, na hipótese de a decisão judicial definitiva não dispor em sentido diverso;

1.7.1.3. informe esta deliberação à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. nos 30 dias subsequentes comprove ao TCU essa comunicação;

1.7.3. emita, caso venha a ser desconstituída a decisão judicial que atualmente assegura o pagamento da vantagem impugnada, novo ato de aposentadoria da interessada, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018 c/c o disposto no §8º do art. 7º da Resolução 353/2023.

ACÓRDÃO Nº 13922/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de aposentadoria de Maria Luiza de Araujo Gastal emitido pela Fundação Universidade de Brasília - FUB e submetido a este Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CRB/1988.

Considerando que, ao analisar o ato, a unidade instrutora constatou a inclusão irregular nos proventos de parcela referente à Unidade de Referência e Padrão (URP - 26,05%);

considerando que consoante Acórdão 1.614/2019 - Plenário, de relatoria da Ministra Ana Arraes, devem ser absorvidas ou eliminadas da estrutura remuneratória dos servidores públicos federais, conforme o caso, o pagamento das seguintes rubricas judiciais: a) Plano Bresser (reajuste de 26,06%, referente à inflação de junho de 1987); b) URP de abril e maio de 1988 (16,19%); c) Plano Verão (URP de fevereiro de 1989, com o índice de 26,05%); d) Plano Collor (1990, com o índice de 84,32%); e) incorporação de horas extras; f) vantagem pessoal do art. 5º do Decreto 95.689/1988, concedida com o fito de evitar o decesso remuneratório em razão do reenquadramento de docentes e técnicos administrativos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos; g) percentual de 28,86%, referente ao reajuste concedido exclusivamente aos militares pelas Leis 8.622/1993 e 8.627/1993, posteriormente estendido aos servidores civis pela Medida Provisória 1.704/1998; h) percentual de 3,17%, em função de perda remuneratória decorrente da aplicação errônea dos critérios de reajuste em face da URV (referente ao Plano Real); e i) percentual de 10,8%, concedido exclusivamente para proventos de aposentadoria e pensão civil;

considerando que as vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente (Enunciado 276 da Súmula da Jurisprudência deste Tribunal);

considerando que, segundo jurisprudência pacífica tanto do Superior Tribunal de Justiça (STJ) como do Supremo Tribunal Federal (STF), não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores na carreira devem absorver vantagens derivadas de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF, por exemplo);

considerando que o STF, no julgamento do Recurso Extraordinário 596.663-RJ, com repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

considerando que não infringe a coisa julgada decisão do TCU que afaste o pagamento de rubricas decorrentes de sentenças judiciais cujos suportes fáticos e jurídicos de aplicação já se tenham exaurido (Enunciado 279 da Súmula da Jurisprudência deste Tribunal e RE 596.663-RJ/STF);

considerando que, no caso, diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da unidade de origem e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial impugnada;

considerando, no entanto, que há liminar impedindo a supressão da rubrica relativa à URP (26,05%) dos docentes da FUB (Mandado de Segurança 26.156, em trâmite no STF);

considerando que a existência de decisão judicial não impede, em razão do princípio da independência das instâncias, que o Tribunal considere ilegal ato de pessoal sujeito a registro, deixando, contudo, de

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

determinar a suspensão do pagamento da vantagem impugnada enquanto não for desconstituída a decisão judicial que ampare os pagamentos;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato em exame deu entrada no TCU em 07/10/2020, há menos de cinco anos, não se operando o registro tácito (STF-RE 636.553/RS);

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando, por fim, que os pareceres da unidade instrutora e do Ministério Público junto ao Tribunal foram convergentes pela ilegalidade e negativa de registro do ato.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Maria Luiza de Araujo Gastal, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Fundação Universidade de Brasília, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) expedir as determinações consignadas no subitem 1.7 a seguir.

1. Processo TC-011.641/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Luiza de Araujo Gastal (384.719.810-68).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

1.7.1. caso desconstituída a decisão judicial que atualmente assegura a continuidade do dispêndio da rubrica impugnada:

1.7.1.1. adote as medidas administrativas necessárias à cessação do seu pagamento, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.1.2. promova a reposição ao erário dos valores indevidamente percebidos após ciência desta deliberação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, com a redação dada pela Medida Provisória 2.225-45/2001, na hipótese de a decisão judicial definitiva não dispor em sentido diverso;

1.7.2. informe, no prazo de 15 dias, esta deliberação à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. nos 30 dias subsequentes comprove ao TCU essa comunicação;

1.7.4. emita, caso venha a ser desconstituída a decisão judicial que atualmente assegura o pagamento da vantagem impugnada, novo ato de aposentadoria da interessada, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018 c/c o disposto no §8º do art. 7º da Resolução 353/2023.

ACÓRDÃO Nº 13923/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de aposentadoria de Kleber Carlos Mundim emitido pela Fundação Universidade de Brasília - FUB e submetido a este Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CRB/1988.

Considerando que, ao analisar o ato, a unidade instrutora constatou a inclusão irregular nos proventos de parcela referente à Unidade de Referência e Padrão (URP - 26,05%);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

considerando que consoante Acórdão 1.614/2019 - Plenário, de relatoria da Ministra Ana Arraes, devem ser absorvidas ou eliminadas da estrutura remuneratória dos servidores públicos federais, conforme o caso, o pagamento das seguintes rubricas judiciais: a) Plano Bresser (reajuste de 26,06%, referente à inflação de junho de 1987) ; b) URP de abril e maio de 1988 (16,19%); c) Plano Verão (URP de fevereiro de 1989, com o índice de 26,05%); d) Plano Collor (1990, com o índice de 84,32%); e) incorporação de horas extras; f) vantagem pessoal do art. 5º do Decreto 95.689/1988, concedida com o fito de evitar o decesso remuneratório em razão do reenquadramento de docentes e técnicos administrativos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos; g) percentual de 28,86%, referente ao reajuste concedido exclusivamente aos militares pelas Leis 8.622/1993 e 8.627/1993, posteriormente estendido aos servidores civis pela Medida Provisória 1.704/1998; h) percentual de 3,17%, em função de perda remuneratória decorrente da aplicação errônea dos critérios de reajuste em face da URV (referente ao Plano Real); e i) percentual de 10,8%, concedido exclusivamente para proventos de aposentadoria e pensão civil;

considerando que as vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente (Enunciado 276 da Súmula da Jurisprudência deste Tribunal);

considerando que, segundo jurisprudência pacífica tanto do Superior Tribunal de Justiça (STJ) como do Supremo Tribunal Federal (STF), não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores na carreira devem absorver vantagens derivadas de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF, por exemplo);

considerando que o STF, no julgamento do Recurso Extraordinário 596.663-RJ, com repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

considerando que não infringe a coisa julgada decisão do TCU que afaste o pagamento de rubricas decorrentes de sentenças judiciais cujos suportes fáticos e jurídicos de aplicação já se tenham exaurido (Enunciado 279 da Súmula da Jurisprudência deste Tribunal e RE 596.663-RJ/STF);

considerando que, no caso, diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da unidade de origem e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial impugnada;

considerando, no entanto, que há liminar impedindo a supressão da rubrica relativa à URP (26,05%) dos docentes da FUB (Mandado de Segurança 26.156, em trâmite no STF);

considerando que a existência de decisão judicial não impede, em razão do princípio da independência das instâncias, que o Tribunal considere ilegal ato de pessoal sujeito a registro, deixando, contudo, de determinar a suspensão do pagamento da vantagem impugnada enquanto não for desconstituída a decisão judicial que ampare os pagamentos;

considerando a presunção de boa-fé do interessado;

considerando que o ato em exame deu entrada no TCU em 08/10/2020, há menos de cinco anos, não se operando o registro tácito (STF-RE 636.553/RS);

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando, por fim, que os pareceres da unidade instrutora e do Ministério Público junto ao Tribunal foram convergentes pela ilegalidade e negativa de registro do ato.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Kleber Carlos Mundim, negando-lhe registro;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Fundação Universidade de Brasília, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) expedir as determinações consignadas no subitem 1.7 a seguir.

1. Processo TC-015.704/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Kleber Carlos Mundim (123.521.601-20).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

1.7.1. caso desconstituída a decisão judicial que atualmente assegura a continuidade do dispêndio da rubrica impugnada:

1.7.1.1 adote as medidas administrativas necessárias à cessação do seu pagamento, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.1.2 promova a reposição ao erário dos valores indevidamente percebidos após ciência desta deliberação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, com a redação dada pela Medida Provisória 2.225-45/2001, na hipótese de a decisão judicial definitiva não dispor em sentido diverso;

1.7.1.3. informe esta deliberação ao interessado e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. nos 30 dias subsequentes comprove ao TCU essa comunicação;

1.7.3. emita, caso venha a ser desconstituída a decisão judicial que atualmente assegura o pagamento da vantagem impugnada, novo ato de aposentadoria do interessado, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018 c/c o disposto no §8º do art. 7º da Resolução 353/2023.

ACÓRDÃO Nº 13924/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de aposentadoria de Mario de Melo Pontara emitido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CRB/1988.

Considerando que unidade instrutora identificou a inclusão irregular nos proventos da interessada de incorporação de parcela de quintos por servidor investido em função que não possui natureza de confiança;

considerando ser indevida a incorporação de quintos decorrentes de gratificação ou função comissionada (GRG, FC 5, GAE) devida exclusivamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador, vez que, independentemente do nome, a vantagem paga em razão do exercício das atribuições típicas do cargo não gera a incorporação de quintos, pois não tem a natureza de função de confiança, cuja investidura depende de escolha por parte da autoridade e cuja exoneração pode se dar ad nutum;

considerando que a Gratificação de Atividade Externa - GAE é devida exclusivamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador, instituída pelo art. 16 da Lei 11.416/2006;

considerando que esse dispositivo (art. 16 da Lei 11.416/2006) vedou a percepção dessa gratificação para os servidores designados para o exercício de função comissionada ou nomeados para cargo em comissão;

considerando que o direito de incorporação de “quintos/décimos” decorrentes do exercício de função ou cargo no período entre 8/4/1998 e 9/9/2001, não contempla a situação em apreço, haja vista que a vantagem em discussão se refere à gratificação paga em virtude do exercício das atribuições típicas do cargo efetivo, não possuindo natureza de função, razão pela qual incompatível com o instituto da incorporação de “quintos”;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

considerando que, em razão de não ser passível de incorporação na forma de "quintos", a parcela em comento não está albergada pelo entendimento perfilhado pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115-CE;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas (v.g. Acórdão 2.784/2016-Plenário; Acórdãos 6.842/2017, 1.616/2017, 1.009/2018, 5..443/2020, 1.738/2021 e 13.312/2021, da 1ª Câmara; e Acórdãos 3.574/2019, 3.859/2019, 4.994/2019, 5.111/2021, 18.405/2021, da 2ª Câmara);

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não tendo se materializado o registro tácito (STF-RE 636.553/RS);

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorrer exclusivamente de questão jurídica de solução pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé do interessado; e

considerando, por fim, que os pareceres da unidade instrutora e do Ministério Público junto ao TCU foram convergentes pela ilegalidade e negativa de registro do ato.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Mario de Melo Pontara, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) expedir as determinações consignadas no subitem 1.7 a seguir.

1. Processo TC-023.730/2021-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Mario de Melo Pontara (015.606.248-84).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que:

1.7.1. no prazo de 15 dias, a contar da notificação desta decisão, adote as seguintes providências:

1.7.1.1. promova a exclusão, dos proventos do interessado, da rubrica apontada em face de manifesta ilegalidade, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.1.2. informe esta deliberação ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. nos 30 dias subsequentes comprove ao TCU essa comunicação;

1.7.3. emita novo ato de aposentadoria do interessado, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 13925/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-037.886/2023-1 (APOSENTADORIA)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.1. Interessados: Geralda Jose de Alcantara (271.094.021-34); Jaco Pereira de Almeida (164.095.232-20); Lucia Oliveira de Queiroz (546.434.904-97); Lucimary Goncalves dos Santos (167.126.925-04); Maira Cristina Dorea Barretto (411.105.603-20).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13926/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-037.891/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Afonso Luis Vieira Ramos (479.176.604-00); Alex Leao Vargas Vieira (445.317.021-15); Joao Humberto de Franca (711.685.756-72); Jose Adilson da Paz (580.260.534-00); Lis Sousa (381.641.081-20).

1.2. Órgão/Entidade: Polícia Rodoviária Federal.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13927/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-037.913/2023-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carla Beatriz Calvao dos Santos Gomes (867.603.947-04); Claudia de Barros Marchi (974.799.267-15); Lucia Helena Figueiredo Abrunhosa (871.527.117-04); Wanderley Moraes Silva (724.148.127-53).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13928/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-037.926/2023-3 (APOSENTADORIA)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.1. Interessados: Edson Felix da Silva (396.905.984-49); Valmir Gomes Profeta (774.519.617-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Iphan.
1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13929/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-038.218/2023-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Joao Elias de Moura Cordeiro (244.645.701-00); Marcos Vinicius Faria Drummond (291.309.481-34); Maria Aparecida Guimaraes (449.667.766-00); Maria Aparecida Guimaraes Correa (098.307.548-47); Rosane do Nascimento Coimbra Felix (343.956.361-87).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13930/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Jose Barbosa da Silva.

1. Processo TC-038.223/2023-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Barbosa da Silva (144.514.252-04).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13931/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Ariosvaldo Pinto dos Santos.

1. Processo TC-038.306/2023-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ariosvaldo Pinto dos Santos (055.820.322-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho (extinta).
1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13932/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Maria Angela Barros Garibaldi.

1. Processo TC-038.329/2023-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Angela Barros Garibaldi (402.349.320-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.
1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13933/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Celma de Cassia Rocha Melo.

1. Processo TC-038.345/2023-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Celma de Cassia Rocha Melo (785.034.936-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13934/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Francisco Xavier Lima Saraiva.

1. Processo TC-038.368/2023-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Xavier Lima Saraiva (224.248.491-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13935/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-038.445/2023-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Eni Neves da Silva Rodrigues (796.549.918-53); Jose Eduardo Penna (157.456.006-91); Naldson Ramos da Costa (761.911.098-49).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13936/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Claudia Maria Macambira Braga.

1. Processo TC-038.451/2023-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Claudia Maria Macambira Braga (261.843.977-53).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Educação de Surdos.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13937/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-038.462/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Almir Silva (110.233.255-00); Francisco Oliveira dos Santos (244.897.601-59).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13938/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de atos de concessão de pensão civil emitidos pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial e instituídos pelos ex-servidores Paulo Raimundo da Silva, Luiz Fernando Rodrigues Lage, Pedro Carlos Caetano, Ricardo Cazeiro Castro, Jairo Silveira, Ana Regina de Holanda Cavalcanti e Avelino Jose Galvaão Morgado, submetidos a este Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CRFB/1988.

Considerando que a análise empreendida pela unidade instrutora não identificou irregularidade nos atos concessórios, mas o Ministério Público junto ao Tribunal (MPTCU) constatou que o ex-servidor Jairo

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Silveira (peça 6), aposentado pelo art. 3º da EC 47/2005, instituiu pensão em favor de Juracy de Paula Silveira, na condição de viúva, a partir de 2009, com proventos calculados de acordo com o art. 40, § 7º, inciso I, da CF/1988, com a redação que lhe foi conferida pela EC 41/2003, e atualizados com base nos índices do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, enquanto deveriam ser com base na paridade de reajustes com a remuneração dos servidores em atividade;

considerando que o parágrafo único do art. 3º da EC 47/2005 assim dispõe:

Art. 3º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo. (sublinhei)

considerando o teor do art. 7º da EC 41/2003:

Art. 7º Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em fruição na data de publicação desta Emenda, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º desta Emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei. (sublinhei)

considerando que o Tribunal, ao apreciar a representação acerca do 'estudo sobre a existência ou não de paridade com a remuneração do servidor ativo das pensões decorrentes de aposentadorias concedidas anteriormente à Emenda Constitucional - EC 41/2003, bem assim daquelas decorrentes das aposentadorias concedidas com base no art. 3º da mencionada emenda constitucional', prolatou o Acórdão 2.553/2013-TCU-Plenário que decidiu, entre outras medidas, formular as seguintes orientações às unidades jurisdicionadas:

9.2. orientar os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a observar as seguintes diretrizes na concessão de pensão:

9.2.1 as pensões civis decorrentes de aposentadorias ocorridas anteriormente à Emenda Constitucional 41/2003, ou as concedidas com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 41/2003, somente gozarão de paridade com os vencimentos dos servidores em atividade se o óbito do servidor ocorreu até 31/12/2003;

9.2.2 para óbitos posteriores a 31/12/2003, os benefícios serão reajustados nos mesmos índice e data aplicáveis aos benefícios do RGPS;

9.2.3. constituem exceção à regra e continuam gozando do benefício de paridade (regra de exceção a partir da edição da Emenda Constitucional 41/2003) as pensões civis originadas por óbitos ocorridos a partir de 1º/1/2004 e que sejam decorrentes de:

9.2.3.1. aposentadorias fundamentadas no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005, por força do parágrafo único do art. 3º dessa Emenda;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

9.2.3.2. aposentadorias por invalidez, para servidores que tenham ingressado no serviço público até 31/12/2003, com base no parágrafo único do art. 6.º-A da Emenda Constitucional 41/2003, incluído pela Emenda Constitucional 70/2012, observados os efeitos financeiros estipulados no art. 2º da EC 70/2012;

9.2.4. todo e qualquer benefício de pensão civil decorrente de óbito ocorrido a partir de 20/02/2004 (data da publicação no DOU da Medida Provisória 167/2004, posteriormente convertida na Lei 10.887/2004) deve observar a forma de cálculo prevista no § 7º do art. 40 da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela EC 41/2003, bem como o disposto no art. 2º da Lei 10.887/2004;

9.2.5. em caso de redução no valor do benefício de pensão civil ou de aposentadoria pela aplicação da Emenda Constitucional 70/2012, caberá a atribuição de uma Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais dos servidores públicos federais, a qual deverá ser paulatinamente absorvida sempre que houver reorganização ou reestruturação dos cargos e das carreiras, ou das remunerações previstas em lei, até sua completa extinção; (sublinhei)

considerando que os proventos da pensionista Juracy de Paula Silveira gozam do benefício da paridade de reajustes, pois, embora o óbito do instituidor tenha ocorrido após 31/12/2003, o fundamento legal de sua aposentadoria foi o art. 3º da EC 47/2005, por força do parágrafo único deste mesmo dispositivo constitucional, sendo que nessa linha é o Acórdão 3090/2017 - Segunda Câmara (Rel. min. José Mucio Monteiro);

considerando que esta Corte, no processo TC-Processo 001.205/2008-8, referente à auditoria realizada no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT, ao constatar pagamentos de pensões instituídas após 19/2/2004, sem a observância das regras em vigor no momento do óbito dos instituidores, determinou à origem a correção da forma de cálculo dos benefícios, expedindo a seguinte determinação (Acórdão 621/2010-TCU-Plenário - Rel. min. Walton Alencar Rodrigues):

9.3.14.3. caso o servidor faleça na inatividade e tenha se aposentado com fundamento no art. 3º da EC 47/2005, o valor do benefício deve ser calculado em conformidade com o art. 40, § 7º, da CF/1988 (aplicação do redutor de 30%) e com critério de revisão previsto no art. 7º da EC 41/2003 (paridade de reajustes);

considerando que os atos destes autos deram entrada no TCU há menos de cinco anos, não tendo se materializado o registro tácito (STF-RE 636.553/RS);

considerando a presunção de boa-fé da Sra. Juracy de Paula Silveira;

considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas"; e

considerando, finalmente, o pareceres uniformes da unidade instrutora e do MPTCU pela legalidade e registro dos atos, salvo no tocante à pensão civil instituída pelo ex-servidor Jairo Silveira em benefício de Juracy de Paula Silveira, cujo parecer do Parquet foi pela ilegalidade e negativa de registro do ato.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar legais e registrar os atos de concessão de pensão civil instituídos por Pedro Carlos Caetano em benefício de Regina Fontes Caetano, Paulo Raimundo da Silva em benefício de Lucas Paulo Alvarenga da Silva e Simone da Silva Alvarenga, Ricardo Cazeiro Castro em benefício de Yone Oliveira Silva Castro, Luiz Fernando Rodrigues Lage em benefício de Joanir Ribeiro Lage, Ana Regina de Holanda Cavalcanti em benefício de Ligia de Moura Magalhães e Avelino Jose Galvão Morgado em benefício de Marly Rodrigues Morgado;

b) considerar ilegal o ato de concessão de pensão civil instituído pelo ex-servidor Jairo Silveira em benefício de Juracy de Paula Silveira, recusando-lhe o respectivo registro;

c) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

d) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1. Processo TC-003.863/2021-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Joanir Ribeiro Lage (024.852.187-06); Juracy de Paula Silveira (009.211.347-89); Ligia de Moura Magalhaes (041.457.034-05); Lucas Paulo Alvarenga da Silva (163.187.687-26); Marly Rodrigues Morgado (391.239.527-68); Regina Fontes Caetano (081.559.957-98); Simone da Silva Alvarenga (073.675.717-10); Yone Oliveira Silva Castro (251.452.827-53).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial que:

1.7.1. no prazo de 15 dias, a contar da notificação desta decisão, adote as seguintes providências:

1.7.1.1. promova a revisão da pensão civil instituída pelo ex-servidor Jairo Silveira em benefício de Juracy de Paula Silveira, em observância ao parágrafo único do art. 3º da EC 47/2005, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.1.2. informe esta deliberação à Sra. Juracy de Paula Silveira e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido,

1.7.2. nos 30 dias subsequentes comprove ao TCU essa comunicação;

1.7.3. emita novo ato de pensão civil da Sra. Juracy de Paula Silveira, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 13939/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados a baixo relacionados

1. Processo TC-036.190/2023-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Isaura Waititu Karaja (016.097.131-41); Maria Namedia das Neves Monteiro (693.591.132-04); Maria Nazare de Castro Agra Lopes (046.337.654-42); Santo Souza Coelho (109.619.841-04).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13940/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar as interessadas a seguir relacionadas.

1. Processo TC-016.170/2023-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Fatima Deosdena dos Santos (321.055.331-91); Filomena Espinoza (181.907.151-00).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13941/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de pensão militar instituída por Agnon Cipriano dos Santos em benefício de Marina de Andrade Santos, emitido pelo Comando da Marinha, nos termos do artigo 71, inciso III, da CRB/1988.

Considerando que, ao analisar o ato, a unidade instrutora identificou irregularidade relativa à majoração de proventos para o grau hierárquico imediatamente superior em virtude de invalidez posterior à reforma do instituidor;

considerando que as hipóteses de concessão de proventos com base no grau hierárquico imediatamente superior por incapacidade definitiva encontram-se disciplinadas no art. 110 da Lei 6.880/1980;

considerando que, nos termos do referido artigo, a concessão de proventos correspondentes ao grau hierárquico superior por incapacidade definitiva restringe-se a militares da ativa ou da reserva remunerada, não alcançando os que sejam considerados incapazes quando já reformados, como é o caso do ex-militar Agnon Cipriano dos Santos;

considerando que esse entendimento está em sintonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, a exemplo das decisões proferidas nos Recursos Especiais 966.142/RJ e 1.340.075/CE;

considerando que o ato em exame contempla elevação de grau hierárquico por incapacidade definitiva a militar que já estava reformado e/ou que já havia sido contemplado com proventos em posto superior ao da ativa quando da passagem para a reserva, em desacordo com a legislação de regência (Acórdão 2225/2019-TCU-Plenário, 5.411/2021-TCU-Primeira Câmara e 7.403/2021-TCU-Segunda Câmara, dentre outros);

considerando que o ato de reforma emitido em favor do instituidor e o ato de pensão militar por ele instituído, embora tenham correlação, são atos complexos independentes, de tal sorte que uma eventual irregularidade que não tenha sido analisada na reforma, apreciada pela legalidade, pode ser reavaliada no ato de pensão militar, conforme Acórdão 663/2023-TCU-Plenário;

considerando que a interessada faz jus a proventos com base no posto/graduação de Segundo Tenente e não de Primeiro Tenente;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que o ato em exame deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não tendo ocorrido o registro tácito (RE 636.553/RS);

considerando a presunção de boa-fé da interessada; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade instrutora e do Ministério Público junto ao TCU quanto à ilegalidade e negativo de registro do ato.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, 261 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal ato de pensão militar instituída por Agnon Cipriano dos Santos em benefício de Marina de Andrade Santos, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelas interessadas até a data da ciência do presente acórdão pelo Comando da Marinha, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) expedir as determinações especificadas no subitem 1.7, abaixo.

1. Processo TC-036.582/2023-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Marina de Andrade Santos (011.984.317-09).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando da Marinha que:

1.7.1. no prazo de 15 dias, a contar da notificação desta decisão, adote as seguintes providências:

1.7.1.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de pensão militar à interessada com base no posto incorreto, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.1.2. informe esta deliberação à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não as eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. nos 30 dias subsequentes comprove ao TCU essa comunicação.

1.7.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, nos termos fixados na IN-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 13942/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de pensão militar instituída por Jose Barbosa da Silva em benefício de Natalicia Barbosa Martins, emitido pelo Comando da Marinha, nos termos do artigo 71, inciso III, da CRB/1988.

Considerando que, ao analisar o ato, a unidade instrutora identificou irregularidade relativa à majoração de proventos para o grau hierárquico imediatamente superior em virtude de invalidez posterior à reforma do instituidor;

considerando que as hipóteses de concessão de proventos com base no grau hierárquico imediatamente superior por incapacidade definitiva encontram-se disciplinadas no art. 110 da Lei 6.880/1980;

considerando que, nos termos do referido artigo, a concessão de proventos correspondentes ao grau hierárquico superior por incapacidade definitiva restringe-se a militares da ativa ou da reserva remunerada, não alcançando os que sejam considerados incapazes quando já reformados, como é o caso do ex-militar Jose Barbosa da Silva;

considerando que esse entendimento está em sintonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, a exemplo das decisões proferidas nos Recursos Especiais 966.142/RJ e 1.340.075/CE;

considerando que o ato em exame contempla elevação de grau hierárquico por incapacidade definitiva a militar que já estava reformado e/ou que já havia sido contemplado com proventos em posto superior ao da ativa quando da passagem para a reserva, em desacordo com a legislação de regência (Acórdão 2225/2019-TCU-Plenário, 5.411/2021-TCU-Primeira Câmara e 7.403/2021-TCU-Segunda Câmara, dentre outros);

considerando que o ato de reforma emitido em favor do instituidor e o ato de pensão militar por ele instituído, embora tenham correlação, são atos complexos independentes, de tal sorte que uma eventual irregularidade que não tenha sido analisada na reforma, apreciada pela legalidade, pode ser reavaliada no ato de pensão militar, conforme Acórdão 663/2023-TCU-Plenário;

considerando que a interessada faz jus a proventos com base no posto/graduação de Capitão do Mar e Guerra e não de Contra Almirante;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que o ato em exame deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não tendo ocorrido o registro tácito (RE 636.553/RS);

considerando a presunção de boa-fé da interessada; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da unidade instrutora e do Ministério Público junto ao TCU quanto à ilegalidade e negativo de registro do ato.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, 261 e 262 do Regimento Interno, em:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

a) considerar ilegal ato de pensão militar instituída por Jose Barbosa da Silva em benefício de Natalicia Barbosa Martins, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelas interessadas até a data da ciência do presente acórdão pelo Comando da Marinha, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) expedir as determinações especificadas no subitem 1.7, abaixo.

1. Processo TC-036.601/2023-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Natalicia Barbosa Martins (871.186.707-82).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando da Marinha que:

1.7.1. no prazo de 15 dias, a contar da notificação desta decisão, adote as seguintes providências:

1.7.1.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de pensão militar à interessada com base no posto incorreto, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.1.2. informe esta deliberação à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não as eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. nos 30 dias subsequentes comprove ao TCU essa comunicação.

1.7.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, nos termos fixados na IN-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 13943/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar as interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.624/2023-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Rose Sanches Sanches (695.333.507-68); Vicky Sanches Sanches Galas (695.333.427-49).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13944/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, em desfavor de Ronaldo Lage Magalhaes, em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos repassados pela União por meio do Fundo Nacional de Assistência Social.

Considerando que a Resolução-TCU 344/2022 regulamenta a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento no âmbito do Tribunal de Contas da União;

considerando que, de acordo com o entendimento fixado no Acórdão 534/2023-TCU-Plenário, o marco inicial da fluição da prescrição intercorrente se inicia a partir da ocorrência do primeiro marco interruptivo da prescrição ordinária;

considerando que, em 24/1/2019, foi emitida a Nota Técnica 239/2019 (peça 5), primeiro marco interruptivo da prescrição ordinária;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

considerando que houve o transcurso do prazo de três anos entre os eventos processuais 3 (Notificação de Ronaldo Lage Magalhães, em 7/2/2019) e 4 (Nota Técnica 863/2022, de 28/4/2022) do parágrafo 18 da instrução de peça 34, ocorreu, nos autos, a prescrição intercorrente da pretensão punitiva e ressarcitória para o TCU.

considerando que, em manifestações uniformes, a Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE) e o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) propõem arquivar os autos, com base nos arts. 1º e 11 da Resolução TCU 344/2022 c/c art. 1º da Lei 9.873/1999 e do art. 169, inciso III, do RI/TCU (peças 34-37);

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, ACORDAM, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "a", e 169, inciso III, do RI/TCU; 487, inciso II, da Lei 13.105/2015 e 1º e 11 da Resolução TCU 344/2022 c/c art. 1º da Lei 9.873/1999, em arquivar o processo e informar o responsável quanto ao teor desta decisão.

1. Processo TC-008.514/2023-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Ronaldo Lage Magalhaes (128.103.396-00).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itabira - MG.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13945/2023 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos que tratam de representação interposta por licitante a respeito de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 58/2023, promovido pelo Hospital Central do Exército (HCE), que teve por objeto a aquisição de material para a ortopedia (próteses, órteses, cadeiras de banho e cadeiras de rodas).

Considerando o preenchimento dos requisitos de admissibilidade necessários ao conhecimento da representação;

considerando o questionamento do representante quanto à regularidade do requisito de habilitação previsto no subitem 9.16. do edital, referente ao registro do responsável técnico da empresa licitante na autoridade sanitária local;

considerando a aderência do dispositivo editalício questionado aos arts. 4º e 5º da Resolução-RDC 192/2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

considerando a pertinência da exigência ao objeto licitado;

considerando o encaminhamento uniforme proposto pela unidade técnica;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, arts. 1º, inciso XXVI, 143, inciso V, 'a', 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, em:

conhecer da representação, para, no mérito, considerá-la improcedente;

considerar prejudicado o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante;

informar o teor desta deliberação à representante e ao Hospital Central do Exército; e

arquivar o processo.

1. Processo TC-022.844/2023-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Centro de Controle Interno do Exército.

1.2. Órgão/Entidade: Hospital Central do Exército.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.6. Representação legal: Bruna Oliveira (42633/OAB-SC), representando Ortopedia Costa Oeste Ltda.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13946/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.601/2023-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonia Bueno de Souza (293.505.496-20); Luiz Carlos da Silva (197.964.719-49); Maria de Lourdes de Queiroz (017.447.559-49); Paulo Cesar Lemos Guarino (696.467.837-91); Sonia Regina Maria Balga (542.370.509-63).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13947/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.887/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Andreia Angel de Moraes Dominguez (010.451.677-11).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13948/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.975/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Joao Cacciatore (247.252.008-59); Nelne Larangeira Pinto (384.732.167-68); Orlando Manetti Filho (434.972.098-72); Sergio Mauricio Congilio Martins (024.197.428-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 13949/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.029/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Nerton de Souza (962.690.498-49); Dioneia dos Santos Lages (432.989.230-87); Navedir Schneider Pilati (466.448.570-00); Siro Sato (456.410.139-00); Virginia Hoeper (532.696.910-68).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13950/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.036/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Celia Turco Merlim (025.113.578-01); Debora Satie Taba Miwa (114.193.618-64); Elias Pereira (627.947.607-34); Rosali Alves (843.350.688-91).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/sp.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13951/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.058/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Francisco da Silveira Cabral Cardoso (064.666.238-40); Jose Batista Santana (058.419.845-00); Luis Henrique Dias Lima (226.251.274-49); Maria de Lourdes da Silva Medeiros (455.242.469-68); Santina Shigueko Ito Matsuura (081.774.438-01).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 13952/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.202/2023-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Catia Almeida Duarte (386.178.031-34).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13953/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.231/2023-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Alberto de Oliveira (567.627.476-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13954/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.293/2023-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Valdemar do Monte Sena (042.248.764-34).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13955/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1. Processo TC-038.339/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Hadalton Jose Magosso Martinelli (052.293.738-14); Isaias Agricola Silva Goncalves (080.869.403-06); Jose Claudio Del Duqui (276.485.241-04); Lincoln Alves Marcondes (033.770.718-90); Paulo Jose dos Reis Souza (494.424.306-53).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13956/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.392/2023-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Roberto Furian Ardenghy (331.581.500-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13957/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.402/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Alberto Amaro Correa (807.500.447-72); Gerson Rivadavia de Medeiros (339.382.880-00); Luiz Antonio dos Santos (599.346.032-68); Luiz Carlos Costa do Nascimento (210.864.862-34); Luiz Carlos da Silva Junior (065.943.498-99).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13958/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.442/2023-0 (APOSENTADORIA)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.1. Interessados: Ivone Alves Fulgencio Campos (149.950.266-49); Jose Sebastiao de Souza (268.620.427-34); Lazaro Roberto Lirmas (018.265.888-09); Manuel Joaquim Lima Martingo Pereira (022.475.838-14); Walter da Silva Pinto (150.036.046-53).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13959/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.476/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Darcy Augusto Wiethan (342.148.950-53); Ione Teresa Altermann Pozeczek Koltermann (303.201.270-87).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13960/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-034.888/2023-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Dinaldo de Moraes Caldas (146.153.202-72); Izilda Aparecida Campos Costa (881.094.298-15); Neda Cunha Dantas (887.668.884-68); Selma Goncalves Afonso Zarzur (045.531.748-80); Sofia Ismail Ollaik Cardelino (115.555.561-91).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13961/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.959/2023-1 (PENSÃO CIVIL)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.1. Interessados: Jandira Fabiano Pinto da Silva (159.456.618-64); Joao Roberto Pires da Silva (528.947.387-49); Maria da Gloria de Aguiar Meireles (933.375.237-49); Mirian Macario da Silva Fernandes (528.603.027-00); Rosana Ferro da Silva Trindade (513.382.037-20).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13962/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.983/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Belmiro Silvestre Rossini (208.560.408-00); Leontina Augusta do Nascimento (866.536.448-04); Maria Alice do Val Pompilio (214.613.998-66); Maria Cristina Damaceno (134.850.438-26); Sonia Maria Aparecida da Silva (773.415.468-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13963/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-035.998/2023-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Carmenzita de Figueiredo Nogueira (166.546.843-20); Maria Auxiliadora Souza Amorim (265.697.795-91); Maria de Jesus Souza (329.724.071-72); Mirian Pessoa Feitosa (161.099.614-34); Rosimary Araujo Silva Gomes (268.579.953-20).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13964/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1. Processo TC-036.058/2023-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Francisca de Carvalho Maia (557.184.183-49); Maria Izabel Leao Rodrigues (254.108.902-30).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13965/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.232/2023-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Maria Aparecida da Silva Paiva (071.279.258-95); Maria Bernadete de Oliveira Souza (040.901.668-37); Sandra Guedes Schmidt (019.202.578-37).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13966/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-036.246/2023-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Antonio Pereira da Silva (132.412.144-00); Carlos Alberto Ferreira Alves (338.050.834-91); Maria Luisa Nogueira Maia Venancio (007.499.758-06); Maria da Gloria Nascimento de Oliveira (067.506.484-87); Sebastiana Dantas Pereira (204.631.034-91).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13967/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-038.742/2023-3 (PENSÃO CIVIL)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.1. Interessados: Arcilda Abbati Arnez (168.212.460-68); Arcilda Abbati Arnez (168.212.460-68); Maria Madalena Leite Garcia (025.250.879-33); Neuza Teresinha de Souza Fontoura Ozelame (263.154.400-53); Vera Ribeiro Souza Lima (259.749.206-00); Vera Ribeiro Souza Lima (259.749.206-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13968/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pela então Secretaria Especial do Desenvolvimento Social em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados ao Município de Normandia/PR, por meio do Fundo Nacional de Assistência Social para a execução dos Programas de Proteção Social Básica e Especial, no exercício de 2016.

Considerando que instrução dos autos realizada pela AudTCE identificou a incidência de prescrição, à luz do disposto na Resolução TCU 344/2022, diante do transcurso de prazo superior a três anos sem ocorrência de qualquer causa interruptiva do prazo prescricional, no período de 23/3/2018 e 23/6/2021 (peça 90), resultando em prescrição intercorrente,

Considerando que em face dessa constatação a unidade instrutiva propõe o arquivamento do feito (peça 90 e pronunciamentos de peças 91/92),

Considerando que o representante do Ministério Público/TCU também se manifesta no mesmo sentido (peça 93),

Considerando, portanto, a existência de pareceres uniformes no sentido do reconhecimento da prescrição, com o consequente arquivamento deste processo,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) reconhecer a ocorrência de prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, com fundamento nos arts. 1º da Lei 9.873/1999 e arts. 1º e 8º da Resolução-TCU 344/2022;

b) deixar de prosseguir com o julgamento das contas, com fulcro no art. 12, parágrafo único, da Resolução-TCU 344/2022;

c) arquivar o processo, nos termos do art. 11 da Resolução-TCU 344/2022; e

d) dar ciência deste acórdão ao responsável.

1. Processo TC-000.540/2023-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Jairo Amilcar da Silva Araújo (225.644.382-53).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Normandia - RR.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 13969/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq em razão de descumprimento do Termo de Concessão e Aceitação de Bolsa no Exterior 200330/01-2, tendo por objeto a realização de projeto de doutorado denominado "Avaliação da Origem da Matéria Orgânica Sedimentar e dos Processos Paleoceanográficos registrados em Sedimentos Marinhos, através do uso de Indicadores Geoquímicos".

Considerando que instrução dos autos realizada pela AudTCE identificou a incidência de prescrição, à luz do disposto na Resolução TCU 344/2022, diante do transcurso de prazo superior a cinco anos sem

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ocorrência de qualquer causa interruptiva do prazo prescricional, no período de 07/3/2007 e 06/5/2014 (peça 65),

Considerando que em face dessa constatação a unidade instrutiva propõe o arquivamento do feito (peça 65 e pronunciamentos de peças 66/67),

Considerando que a representante do Ministério Público/TCU também se manifesta no mesmo sentido (peça 68),

Considerando, portanto, a existência de pareceres uniformes no sentido do reconhecimento da prescrição, com o consequente arquivamento deste processo,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) reconhecer a ocorrência de prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, com fundamento nos arts. 1º da Lei 9.873/1999 e arts. 1º e 2º da Resolução-TCU 344/2022;

b) deixar de prosseguir com o julgamento das contas, com fulcro no art. 12, parágrafo único, da Resolução-TCU 344/2022;

c) arquivar o processo, nos termos do art. 11 da Resolução-TCU 344/2022; e

d) dar ciência deste acórdão à responsável.

1. Processo TC-001.666/2022-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Patricia Matheus de Medeiros (148.111.848-07).

1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 13970/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Esporte, em 29/8/2022, tendo em vista a não comprovação da regular aplicação dos recursos da União (Lei de Incentivo ao Esporte), aprovados no valor de R$ 299.084,74 por meio do Termo de Compromisso 1101674-49 e efetivamente captados, durante o período de 17/12/2012 a 3/9/2013, em montante de R$ 115.000,00, no bojo do projeto cultural denominado “Roseli de Basquete”, com prazo de execução dos recursos de 9/12/2013 a 30/4/2014 e de prestação de contas até 19/8/2015, em desfavor de Ronaldo Soares (CPF 066.114.528-00) e Liga Esportiva de Futebol e Eventos do Município de Araraquara (Lefemara) (CNPJ 05.939.811/0001-76), na condição de gestor e beneficiário dos recursos, respectivamente (peças 22 e 68).

Considerando esgotadas as medidas administrativas sem elisão do dano, apurado no valor original de R$ 113.387,34, subsistindo os pressupostos de procedibilidade (peças 1 a 69)

Considerando que, realizada a avaliação da ocorrência da prescrição pela unidade técnica, foram identificados os seguintes marcos, à luz do que dispõe a Resolução TCU 344/2022 (peça 77):

Termo inicial da contagem do prazo prescricional		
Descrição	**Data**	**Peça**
Apresentação da prestação de contas	19/8/2015	46
Marcos interruptivos da prescrição		
Parecer 932/2021/SEESP/SENIFE/CGDPE-PCF, que rejeitou a execução física, o atingimento das metas e o cumprimento do objeto.	12/8/2021	46
Nota Técnica 307/2021 (peça 48), que concluiu pela ausência de documentos da prestação de contas e pela necessidade de solicitá-los mediante notificação.	17/9/2021	48

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Termo inicial da contagem do prazo prescricional		
Notificação de Lefemara conforme edital publicado no D.O.U.	30/11/2021	51
Parecer Financeiro 1/2022 - SE/SGFT/DTEDS/CGPCE/CAPC, que rejeitou a prestação de contas.	3/3/2022	53
Notificação de Ronaldo Soares mediante ofício.	9/6/2022	58 e 59
Notificação de Lefemara conforme edital publicado no D.O.U.	28/6/2022	62
Termo de instauração da TCE.	29/8/2022	1
Relatório do tomador de contas.	2/9/2022	68
Relatório de auditoria do controle interno.	27/9/2022	71
Autuação do processo no TCU	20/10/2022	-

Considerando o transcurso de mais de cinco anos entre a apresentação da prestação de contas e o Parecer 932/2021/SEESP/SENIFE/CGDPE-PCF, o que enseja a ocorrência da prescrição quinquenal prevista no art. 2º da Resolução TCU 344/2022;

Considerando os pareceres uniformes nos autos, exarados pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE) (peças 77 a 79) e pelo Ministério Público junto ao TCU (peça 80), no sentido de considerar consumada a prescrição punitiva e ressarcitória à luz do que estabelece a Resolução TCU 344/2022;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, com base no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 2º e 11 da Resolução TCU 344/2022, em:

a) reconhecer a ocorrência de prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, com fundamento nos arts. 1º da Lei 9.873/1999 e arts. 1º e 2º da Resolução-TCU 344/2022;

b) arquivar o processo, nos termos do art. 11 da Resolução-TCU 344/2022; e

c) dar ciência deste acórdão aos responsáveis.

1. Processo TC-024.608/2022-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Lefemara - Liga Esportiva de Futebol e Eventos do Municipio de Araraquara (05.939.811/0001-76); Ronaldo Soares (066.114.528-00).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Especial do Esporte (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13971/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 7º, I, da Resolução TCU 206/2007, no art. 260, § 5º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-002.287/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antônio Bernardo de Moura (042.603.414-72); Eufrásio de Souza Santos (005.863.234-49).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13972/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria de Ana Svartman Poyares, emitido por Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, submetido à apreciação desta Corte de Contas para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CF/1988.

Considerando que a unidade técnica e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem "quintos/décimos" oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-TCU-1ª Câmara (de minha relatoria), 7.580/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Benjamin Zymler), 7.997/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Augusto Nardes), 7.620/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Aroldo Cedraz), 8.254/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Bruno Dantas), 4.546/2020-TCU-Plenário (relator: E. Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Jorge Oliveira), 6.615/2022-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Antonio Anastasia), 12.095/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti), 9.744/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 12.561/2020-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado e que, diante da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, foi realizado o destaque do pagamento de quintos/décimos, pelo gestor de pessoal da unidade jurisdicionada, com a sua conversão em "parcela compensatória" a ser absorvida por reajustes futuros ou reestruturações do plano de cargos e salários da carreira, mantendo-se o pagamento da referida vantagem até a sua completa absorção, momento em que novo ato concessório deverá ser emitido e encaminhado a esta Corte, para o devido registro;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Ana Svartman Poyares, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, até a completa absorção da parcela compensatória originada a partir do destaque dos quintos incorporados ilegalmente, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento da presente deliberação; e

d) expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-005.755/2023-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ana Svartman Poyares (695.248.318-72).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

1.7.1.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação a Ana Svartman Poyares, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-se de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.1.2. emita novo ato, livre da irregularidade ora apontada, em substituição ao ato de aposentadoria considerado ilegal, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, por ocasião da completa absorção da parcela compensatória originada a partir do destaque dos quintos incorporados ilegalmente, na forma do artigo 260, caput, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 13973/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, ‘e’ do RI/TCU, e considerando o parecer da unidade técnica, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a contar da juntada do requerimento, 22/11/2023, os prazos para cumprimento das determinações constantes do acórdão 11384/2023- TCU-1ª Câmara.

1. Processo TC-015.617/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Zulmara de Borba Faleiro (347.919.900-30).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13974/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pela Universidade Federal do Paraná;

Considerando as propostas uníssonas da então Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip), atual AudPessoal, e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da não absorção da rubrica referente ao vencimento básico complementar (VBC) instituído pelo artigo 15 da Lei 11.091/2005, com reflexo na composição do Adicional de Tempo de Serviço;

Considerando que não houve alteração na sistemática de implantação da estrutura prevista na Lei 11.091/2005, em especial na forma de absorção do VBC;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Considerando, ainda, que os efeitos das Leis 11.784/2008 e 12.772/2012, referentes à não absorção de eventual resíduo da VBC, foram expressamente limitados aos aumentos remuneratórios promovidos por esses normativos (escalonados entre maio de 2008 e julho de 2010 e no período de 2013 a 2023, conforme art. 56 da Lei 14.673/2023);

Considerando que, no presente caso, a parcela é irregular, dado que seu valor não foi corretamente absorvido, nos termos da Lei 11.091/2005 e da jurisprudência desta Corte, a exemplo dos Acórdãos 3996/2023 e 10402/2002, ambos da 1ª Câmara (rel. min. Benjamim Zymler); 4532/2022 - 2ª Câmara (rel. min. Bruno Dantas); 8.504/2022 - 2ª Câmara (rel. ministro-substituto Marcos Bemquerer) e Acórdão de Relação 7.229/2022 - 2ª Câmara (rel. min. Aroldo Cedraz);

Considerando que, com base baseado no art. 67 da lei 8.112/1990, o Adicional de Tempo de Serviço deve ser calculado apenas com base na rubrica de "Provento Básico", sem considerar a parcela conhecida com o VBC;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do responsável;

Considerando que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, nos termos do acórdão 587/2011-TCU-Plenário, não sendo o caso, também, de registro tácito.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do RI/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor da interessada identificada no item 1.1, e expedir as determinações abaixo.

1. Processo TC-020.017/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Lilia Maria Bitar Neves (044.264.522-87).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Paraná.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas, presumidamente de boa-fé, com fundamento no enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar todo e qualquer pagamento decorrente das irregularidades apontadas, conforme art. 19, caput, II, da IN/TCU 78/2018;

1.7.2.2. promova o ajuste, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, da rubrica relativa ao vencimento básico complementar (VBC) apontada em face de manifesta ilegalidade, uma vez que ela já deveria ter sido parcialmente absorvida pelos sucessivos planos de carreira (peça 9), com o consequente recálculo do Adicional de Tempo de Serviço, nos proventos da interessada;

1.7.2.3. no prazo de 15 (quinze) dias, comunique a esta Corte as providências adotadas, sob pena de solidariedade na obrigação de ressarcimento das quantias pagas após essa data, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.443/1992, nos termos do art. 19, caput, II, e § 2º, c/c art. 6º, § 1º, da IN/TCU 78/2018;

1.7.2.3. no prazo de 30 (trinta) dias, cadastre novo ato no sistema e-Pessoal, em substituição ao ato objeto desta decisão, com indicação expressa das alterações procedidas para saneamento das irregularidades e do número deste acórdão, submetendo-o à apreciação deste Tribunal, e adote as demais medidas corretivas pertinentes, em consonância com o art. 19, § 3º, da IN/TCU 78/2018;

1.7.3. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação à interessada, informando-a que o efeito suspensivo proveniente da

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

interposição de recursos admitidos pela Lei 8.443/1992 não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos, e encaminhe a este Tribunal, no mesmo prazo, a comprovação dessa comunicação, na forma do disposto no art. 21 da IN/TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 13975/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pela Fundação Universidade Federal do Maranhão;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do Ministério Público junto ao TCU pela ilegalidade do ato em razão da incorporação irregular de quintos pelo interessado (4/5/ da função incorporada), enquanto o correto seria o interessado perceber 3/5 da função incorporada, por período de exercício de 47 meses e 18 dias;

Considerando, adicionalmente, a verificação da inclusão irregular nos proventos de parcela incorporada com fundamento em decisão judicial não transitada em julgado (10288-DECISÃO JUDICIAL N TRAN JUG AT-CD-004- VICE DIRETOR DE CENTRO), no valor de R$ 2.195,22;

Considerando que as análises realizadas nos autos apontam que a parcela supramencionada, paga com base em sentença judicial não transitada em julgado, já deveria ter sido absorvida pelas reestruturações posteriores na estrutura remuneratória dos servidores públicos federais;

Considerando que as vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente (verbete de Súmula/TCU 276);

Considerando que os pagamentos de percentual de planos econômicos não se incorporam indefinidamente aos vencimentos, dado que têm natureza de antecipação salarial, sendo devidos somente até a reposição das perdas salariais ocorridas até então;

Considerando que TCU pode promover apreciação de mérito pela ilegalidade de ato de pessoal, em posição contrária ao decidido pelo Poder Judiciário, ainda que persistam os efeitos dessa decisão, cabendo determinação ao órgão de origem para que acompanhe o desfecho da decisão judicial supracitada, devendo retirar a vantagem caso a União obtenha êxito no recurso ou ela seja modificada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que há muitos precedentes do TCU no mesmo sentido, a exemplo dos acórdãos 1357/2022- Plenário, Min. Vital do Rêgo, 3036/2022-1ª Câmara e 2829/2022- 1ª Câmara, Min. Benjamim Zymler, 1645/2021- 2ª Câmara, Min. Aroldo Cedraz;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do RI/TCU nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte;

Considerando a presunção de boa-fé do responsável;

Considerando que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, nos termos do acórdão 587/2011-TCU - Plenário, não sendo o caso, também, de registro tácito.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do RI/TCU, e o art. 7º, § 8º da Resolução TCU 353/2023, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor da interessada identificada no item 1.1, e expedir as determinações abaixo.

1. Processo TC-032.664/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Silvia Cristina Duailibe Costa (207.036.603-06).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelo interessado nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.7.2. determinar à Fundação Universidade Federal do Maranhão que:

1.7.2.1. corrija, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o valor da rubrica judicial alusiva à parcela de quintos incorporada, promovendo o recálculo da rubrica de 4/5 para 3/5 da função CD-004 - VICE DIRETOR DE CENTRO;

1.7.2.2. acompanhe a tramitação do MSC 2002.37.00.002646-7 (Justiça Federal de 1ª Instância - Seção Judiciária do Maranhão), e, uma vez desconstituída a decisão que assegura a manutenção da rubrica judicial na remuneração da interessada, promova a imediata supressão da parcela e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;

1.7.2.3. após a sentença de mérito definitiva (transitada em julgado) que vier a ser proferida no processo judicial acima referido, emita novo ato de aposentadoria da interessada indicada no item 1.1, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018, e art. 7º, § 8º da Resolução TCU 353/2023;

1.7.2.4. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 13976/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos, com a determinação abaixo.

1. Processo TC-034.062/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antônio Sérgio de Melo Braz (317.268.106-82); José Luís Correa Salles (316.859.359-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. para o ato de Aposentadoria de ANTONIO SERGIO DE MELO BRAZ, determinar à Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) que proceda a seguinte correção no campo 'Forma de envio do ato inicial de aposentadoria' (aba Concessão): onde se lê 'Não registrado", leia-se 'Sisac'

ACÓRDÃO Nº 13977/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.109/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Rozangela Maria Hoffmam de Barros (620.990.607-97).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13978/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos.

1. Processo TC-034.181/2023-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Lúcia Soares Parente (091.017.053-34); Antônio Inácio da Silva (122.430.273-72); Francisco Sebastião Cláudio de Araújo Matos (060.623.343-15); Kerginaldo Lima de Mattos Filho (033.773.183-72); Natacha Soares Coutinho (228.248.553-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13979/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos.

1. Processo TC-035.500/2023-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Júlio Cesar Maia Coutinho (090.202.504-00).
1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-Geral da União.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13980/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos.

1. Processo TC-035.508/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Josinaldo José Fernandes Malaquias (133.221.764-87); Maria Anunciada da Silva (300.238.074-15); Maria José Nunes Cirne (144.081.634-49); Maria do Socorro de Lima Lisboa (181.627.704-53); Shirley Maria Santos e Souza (674.471.394-91).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 13981/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos.

1. Processo TC-035.528/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Maria da Conceição Santos Freitas (232.155.773-72); Rita de Cássia de Almeida Antunes (266.753.233-34); Rosimary de Sousa Carvalho (045.099.433-34).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Ceará.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13982/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos.

1. Processo TC-035.630/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Francisco Modesto Silva Neto (177.319.171-34); João Pedro Valente (194.625.811-34); Sania Lúcia Camargos (445.297.166-00).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13983/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos.

1. Processo TC-035.633/2023-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: João Batista Pereira (288.347.476-15).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13984/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-036.502/2023-5 (APOSENTADORIA)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.1. Interessados: Helena Alves Barcelos (115.294.071-68); Ivan Augusto de Oliveira (127.182.201-63); Maria de Fatima Alves Porto (121.041.241-15).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13985/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.880/2023-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Evandro Sousa de Andrade (117.010.211-53).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13986/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.899/2023-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antonio de Oliveira (374.571.010-04).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13987/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos.

1. Processo TC-037.901/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Givaldo de Souza Barbosa (190.770.845-68); Joaquim Pereira da Silva Filho (331.612.757-72); Luzinete de Souza Ângelo (798.855.357-72); Maria Antônia Luzente (446.450.317-91); Maxwell Furtado de Lima (133.549.732-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13988/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.909/2023-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ligia Marina de Figueiredo Acosta (190.648.100-87); Maria da Graca Correa (084.735.280-34); Maria de Lourdes Tomatis Garibotti (184.849.130-15); Marlene Goncalves da Silva (183.129.000-63); Orelia Libera Maschmann (480.897.880-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13989/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos.

1. Processo TC-037.919/2023-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Alberto Oliveira Gonçalves (884.500.828-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13990/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.928/2023-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Harry Emerson Ronconi (042.300.888-92); Ivonilton de Araujo Mendonca (348.016.504-49); Malzino Borba de Freitas (455.398.639-68); Ricardo Nogueira Prioste (062.033.898-97); Sergio Cirio Pereira de Siqueira (257.422.804-91).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13991/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.938/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Cardoso Valadares (158.082.032-87); Ediney de Oliveira Magalhaes (261.926.915-68); Euflorzina Demetrios Skliamis (164.039.915-15); Pedro Roberto Rocha (960.321.628-34); Victor Ottoni (848.603.677-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13992/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.964/2023-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Carlos Alberto Ribeiro dos Santos (374.650.317-53); Heriberto Sanchez Meneses (008.309.846-15); Ivonete Santos Victor (308.015.407-04); Marina Silveira de Oliveira (311.004.067-00); Tania Maria Reis (351.204.107-82).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13993/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos.

1. Processo TC-037.965/2023-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Claudia Costa Teixeira (342.336.015-15); Ângelo Roberto Sangaletti Rodrigues (151.385.261-20); Aparecido Geraldo da Costa (847.078.288-68); Claudia Marina Pimentel (839.514.747-34); Irani Otília Jacoby (215.529.080-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 13994/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos.

1. Processo TC-037.972/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Clovis Luiz Zimmermann (382.096.839-34); Gabriel Amado Neto (204.028.216-53); Jorge Luiz Nogueira Viana (594.864.907-59); Maria da Penha Pereira de Melo (473.909.566-15); Sergio Antônio Martins Carneiro (091.738.892-53).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13995/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.973/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Glaucio Antonio de Aguiar Bastos (449.734.547-53); Heloisa Helena Mena da Silveira Leite (445.343.297-68); Joao Marcos Tosetti Leal (437.237.216-72); Jose Augusto Teixeira Soares Carneiro (709.016.007-68); Queops Monteiro da Silva (724.096.067-68).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13996/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-037.979/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jose Tadeu de Oliveira (226.476.941-68); Vera Lucia Tavares da Macieira (635.780.427-49).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 13997/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos.

1. Processo TC-037.982/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Ana Cristina de Souza Macedo (188.630.005-49).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13998/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos.

1. Processo TC-037.992/2023-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Cláudio Moss da Silva (310.613.700-20).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 13999/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.014/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aldo Furtado Maia (654.913.004-20); Carlos Alberto dos Santos Lima (721.587.867-87); Carlos Antonio Pereira do Nascimento (345.052.021-00); Marcia Felix de Siqueira (457.622.362-34).

1.2. Órgão/Entidade: Polícia Rodoviária Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14000/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos.

1. Processo TC-038.019/2023-0 (APOSENTADORIA)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.1. Interessados: Evania Geralda da Silva (718.324.086-04); Victor Aurélio Sobreira Araújo (861.173.607-97).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14001/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.050/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Marcia Naomi Kuniochi (035.942.258-60).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14002/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos.

1. Processo TC-038.059/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Eliseu Alves da Silva (721.010.837-87); Eunice Maria Armando (070.787.468-80); Lais Lima Quirino (103.125.298-30); Mauro Coimbra do Amaral Ribeiro (359.572.980-34); Zilda Costa Tatsumi (491.923.026-53).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14003/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.070/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Mauricio Domingues Coutinho Filho (018.577.544-68).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14004/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos.

1. Processo TC-038.081/2023-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Silvana Silva de Paula (529.305.219-53).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14005/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.082/2023-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Guilhermina Venceslau Marcelino (022.964.968-81); Luciano Marcondes Machado Nardozza (075.914.368-48); Luiz Antonio dos Reis (073.598.058-64); Maria Madalena Castro da Silva (082.788.558-03); Vera Lucia Silva Rigoni (112.144.348-60).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14006/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos.

1. Processo TC-038.098/2023-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alexandre Figueiredo Barnewitz (431.735.510-87); Arno Hubbe Filho (466.254.299-53); Jair Dias Cavalcante (314.718.895-72); Jânio Marques da Silva (387.303.599-53); Rosendo Melo (044.026.168-67).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 14007/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos.

1. Processo TC-038.105/2023-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Regina de Moura Rocha (124.906.955-68).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14008/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.119/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Joao Sinohara da Silva Sousa (770.733.718-20); Martha Cristina Motta Godinho Netto (011.663.197-09).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14009/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.180/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Rogerio Sanches Goncalves (390.096.880-20).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14010/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.193/2023-0 (APOSENTADORIA)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.1. Interessados: Braz Magno Silva (568.764.407-53); Silvia Bruno Ferreira (336.544.767-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14011/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos.
1. Processo TC-038.198/2023-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Gutemberg Roque Becil (214.088.312-87); José Reginaldo Soares Ribeiro (305.058.953-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14012/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-038.207/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Albanita Moura Silva (038.448.462-04); Antonio Carlos dos Santos Andrade (240.702.975-53); Carlos Eduardo D Avila Ramos (202.307.023-68); Ivany dos Santos Ferreira (768.032.108-63); Jose Maria do Nascimento Barbosa (146.767.292-00).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14013/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos.
1. Processo TC-038.215/2023-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio Alves de Moura (437.539.736-53); Egas Galdino dos Santos (139.497.132-04); Kennedy Furtado de Mendonça (269.871.631-20); Luís Antônio Lopes (225.117.251-34); Marisa Motta da Costa (703.850.926-87).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14014/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.228/2023-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sergio Augusto Triginelli (325.683.206-72).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14015/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.295/2023-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Wiler Gallo Filho (054.193.578-01).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14016/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.304/2023-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Geraldo Avelino Freire (070.478.354-15); Valdomiro Ferreira dos Santos (074.307.008-96).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 14017/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.312/2023-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Calide Soares Gomes (177.280.963-20).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14018/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.326/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Cristina Tereza de Azevedo Galvao de Melo (398.608.174-72).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14019/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos.

1. Processo TC-038.332/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Luís Carlos Vilela (240.159.701-87); Roberto Fernandes Abreu (044.286.568-66); Rosil de Lima Lacerda Júnior (238.118.974-20).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14020/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos.

1. Processo TC-038.351/2023-4 (APOSENTADORIA)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.1. Interessados: Eloi Luiz Favero (349.761.320-72); João Batista da Cruz Reis (142.406.292-68); Walter Silva Júnior (211.964.942-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14021/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos.
1. Processo TC-038.358/2023-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Pedro Francisco Donoso Garcia (404.873.420-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14022/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-038.370/2023-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria da Graca Silva (403.011.500-44).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14023/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:
1. Processo TC-038.397/2023-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rubens Antonio dos Santos (658.703.607-49).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14024/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos.

1. Processo TC-038.400/2023-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Esmeralda do Vale Silva (215.034.272-34).
1.2. Órgão/Entidade: Advocacia-Geral da União.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14025/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos.

1. Processo TC-038.410/2023-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Niva Maria Vasques Campos (343.952.371-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14026/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos.

1. Processo TC-038.449/2023-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Elda do Carmo Araújo Pereira (296.211.001-00).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14027/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.454/2023-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Lindalva dos Santos Rodrigues (094.016.872-34).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14028/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos.

1. Processo TC-038.464/2023-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adriana Amaral Dias (976.883.127-87); Domingos Sávio Valerio Silva (242.936.954-00); João Carlos Soares Loureiro (860.511.487-87).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14029/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.478/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Anizio Henriques Pinto de Carvalho (456.201.216-15); Juscelino Oliveira de Brito (169.222.473-53).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14030/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos.

1. Processo TC-038.479/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antenor Cesar Vanderlei Correa (266.442.151-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14031/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal, constantes na lista 11/2023, relacionados nos autos.

1. Processo TC-006.242/2023-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abraham Barouch Gilbert (101.731.141-21); Adalgisa Maria de Oliveira (027.063.813-02); Adam Luiz de Azevedo (031.022.789-57); Aderson Martins Viana Neto (019.287.633-32); Adriana de Moraes da Silva (966.748.142-53); Adrien Wilhelm Dilger Sanches (018.760.469-02); Affonso Bruno Neto (711.650.373-00); Agnaldo Francisco de Freitas Filho (005.588.013-40); Alaine Souza Lima Rocha (072.264.084-65); Alan Rodrigo de Paiva Goncalves (122.428.947-14); Alana Padilha Fontanella (088.109.759-44); Alana Padilha Fontanella (088.109.759-44); Alessandra Canal Sgulmaro Oliveira (112.410.267-18); Alessandra Cristina Pedro (062.118.619-82); Alessandra Ferreira Ribas (021.521.619-98); Alessandra Marques dos Santos (770.669.104-78); Alexander Cesar Ferreira Roman (007.555.174-82); Alexandre Antônio de Oliveira Júnior (080.857.719-00); Alexandre Checoli Choueiri (396.154.788-22); Alexandre Pereira da Silva (002.292.263-61); Alexandre de Almeida Silva (484.273.223-72); Alexsandre de Castro (070.679.577-61); Aline Almeida Figueiredo Borsaro (768.709.523-53); Aline Leticia Kozak (067.944.659-14); Aline Mendonca Fraga (004.173.590-04); Aline de Oliveira Viana (017.533.303-35); Alison Martins Meurer (090.584.799-78); Alisson Ferreira Queiroz (049.371.833-89); Álvaro Luis Pasquetti Berghetti (019.802.140-26); Amanda D Arc dos Santos Fernandes da Silva (145.246.597-57); Amanda Laiz Amâncio Sousa Gaspar (606.680.483-95); Amanda Massaneira de Souza Schuntzemberger (042.177.959-47); Amanda Nobre de Aguiar (600.169.113-42); Aminadabe Barbosa de Sousa (613.774.903-78); Ana Beatriz Fonseca dos Santos (163.108.367-81); Ana Beatriz Simões da Matta (103.038.537-86); Ana Carla Kruger Leite (001.811.822-46); Ana Carolina Maria Araújo Chagas Costa Lima (027.699.223-78); Ana Carolina Rodrigues Alves Vieira (104.606.977-22); Ana Caroline de Bassi Padilha (030.292.009-90); Ana Cecília Lopes Barbosa (914.142.963-04); Ana Cristina Sprotte Costa (059.175.689-79); Ana Célia Monteiro Xavier (480.084.433-91); Ana Jamille Tomaz Viana (992.522.363-68); Ana Luiza Beltrão Santana (061.867.659-70); Ana Luiza de Melo Rodrigues (048.495.419-92); Ana Márcia Andrade Silveira de Sousa (825.477.003-44); Ana Paula Baungarten Kersting (032.555.269-06); Ana Paula Brandao Capraro (061.925.269-31); Ana Paula Cordeiro Marques Rodrigues (047.568.483-46); Ana Paula Duarte da Cruz (102.249.617-48); Ana Paula Ferreira de Almeida Vieira Ramalho (641.042.303-91); Ana Paula Gebert de Oliveira Franco (038.516.049-62); Ana Paula de Oliveira Reis Llopis (003.829.137-10); Ana Priscila de Araújo Machado (023.238.203-46); Ana Vitória Santos Silva (070.607.353-30); Anderson Gonçalves Uchoa (059.202.783-07); André Luiz Madeira Rodrigues (144.777.767-05); André Luiz Vidal Anastacio Soares da Silva (116.341.307-07); André Pierre Prous (320.251.816-04); André Vinicius Gomes da Silva (018.675.217-25); Andrea Luciane Barbosa Pifanes Rodrigues (090.761.817-05); Andrea da Silva Pereira (042.898.153-40); Andrei Camponogara (014.330.560-38); Andreisa Paiva Monteiro Bilhar (842.829.403-87); Andressa Araujo da Silva (130.125.497-57); Andressa Contreras (105.778.437-02); Andressa Gobbi (010.330.379-07); Andressa Silva Miranda Diógenes (036.592.983-28); Andriele Maria Pauli (018.061.930-60); Angel Rafael Marino Castellanos (217.664.088-85); Angélica Priscila Parussolo Tonin (066.578.729-41); Anna Abrahão (023.512.711-65); Anna Clara Moura Bianchi (191.348.477-74); Anna Clara Teixeira Coelho (135.853.937-56); Anna Luiza Azevedo da Silva Moura (120.122.647-35); Annita Stephanie Soares Muratori (015.836.723-54); Antônia Adriana Maia Moreira (469.038.953-53); Antônio Alex Dayson Tomaz (966.065.173-20); Antônio Davi Delfino Ferreira (054.565.873-00); Antônio Nunes de Miranda Filho (560.539.403-72); Ariane Latoski (029.281.829-77); Augusto Santos Borges (134.566.817-12); Ayumi Nakaba Shibayama (030.088.379-05); Beatriz Goes Pintacilgo (151.649.467-93); Beatriz Lizavieta Vasconcelos Viana (036.650.653-64); Beatriz Marinho Silva Romão (138.053.377-52); Beatriz Miranda Nunes Cavaliere (041.649.637-78); Beatriz de Oliveira Câmara

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

(135.508.327-37); Belmino Leonardo Jorge (020.355.003-03); Bernardo Candal Vinhaes (115.728.347-06); Bernardo Correa de Almeida Teixeira (061.145.379-71); Bianca da Silveira Santana Leao (082.176.387-30); Bianka Barbosa Penha (103.534.367-39); Bruna Anastácio de Lima (113.240.867-93); Bruna Araújo de Azevedo Andrade (116.149.807-99); Bruna Cianni Araújo Joele Pinto (151.931.557-07); Bruna Moraes Battistelli (003.691.350-24); Bruna Sbano Salgueiro (059.035.497-30); Bruna Thaina Castro Amazonas (063.071.923-30); Bruna da Rocha Forte (037.744.763-30); Bruno Braga Carvalho (118.902.537-07); Bruno Costa Barbosa (078.431.417-90); Bruno Costa de Oliveira (118.709.257-69); Bruno Tokarski de Carvalho (079.739.689-62); Caio Gonçalves Maciel (126.251.867-98); Caio Marinho Mello (395.092.848-07); Calil Nunes Souza (037.537.503-10); Camila Domit (029.211.869-42); Camila Grassi Mendes de Faria (070.666.019-63); Camila Jasmin Martins (152.845.647-58); Camila Luiz Sena (094.743.356-21); Camila Morais de Freitas (004.263.523-35); Camila Seres da Roza Silva (154.362.357-35); Camila de Souza Dorneles (016.223.520-84); Camilla Gomes de Aragão Costa (134.550.937-52); Carina Folena Cardoso Paes (104.836.706-18); Carla Franciele Marcondes (063.308.229-56); Carlos Alberto Marcelino Diniz de Sousa Cruz (954.026.753-68); Carlos Alexandre Gouvea da Silva (060.413.469-00); Carlos Magno Nunes (434.215.559-15); Carlos Roberto Koscky Paier (105.561.057-02); Carolina Andrea Gomez Winkler Sudre (066.076.009-64); Carolina Batista Israel (324.748.298-90); Carolina Gomes Moraes de Araujo (147.840.057-90); Carolina Monte Ferreira Gonçalves (286.929.068-32); Carolina Monteiro de Castro de Andrada e Silva (092.060.477-36); Carolina Smanhotto Schuchovski Augusto (021.529.399-13); Carolina Veloso Lima (018.888.353-38); Carolina de Souza Walger (037.018.199-98); Caroline Benezath Rodrigues Bastos (118.918.217-33); Caroline Greco Gioia (153.855.967-60); Caroline Mazetto Mendes (049.438.209-05); Caroline de Andrade Neves Moraes (140.605.707-02); Caroliny Batista Massariol (139.864.627-08); Cassia Danieli Kuzniarski Pelegrino (033.560.889-20); Cassiane Gama Cruz de Moura (113.108.507-80); Cássio Vinicius Carvalho de Sousa (070.731.694-43); Cátia de Melo Quintella (096.344.297-00); Cesar Augusto da Silva (074.176.499-71); Chayanne Federhen (079.120.759-50); Christine Farias Coelho (037.406.574-80); Cibele Rodrigues Costa (046.065.335-01); Cintia Barcelos da Silva (159.547.677-69); Cintia Ehlers Botton (021.673.390-11); Cintia Thomaz Pimenta (124.001.107-51); Cintia de Amorim Pimenta Antunes (105.014.627-16); Ciro Peres Martins de Souza (138.060.657-80); Clara Araújo de Oliveira (171.463.267-99); Clarissa Bueno Wandscheer (028.528.199-29); Clarissa Diniz Diógenes (013.772.473-09); Clarissa Eufrásio Gomes Parente (668.276.983-00); Clarissa Notariano Biotto (337.427.038-70); Clarissa Teles Rodrigues (984.907.025-00); Claudenice Maria Veras Nascimento (592.131.673-34); Claudia Alexandra Pontes Ivantes (744.718.219-20); Claudia Damasceno Maia (006.899.503-22); Claudia Duarte dos Santos (639.930.661-20); Claudio Gioseffi Baltar (596.336.707-72); Claudio Paulino de Oliveira (082.428.247-70); Clayton Rosa Mamedes (059.292.596-07); Clecio Cardoso Santos (013.660.405-62); Cleide Straub da Silva Bicalho (953.663.939-49); Cleiton Breder Eller (361.303.928-18); Clemilda dos Santos Sousa (527.754.373-20); Clésio Cesar de Oliveira Junior (016.708.364-36); Cleverson Alex Leitão (082.899.659-82); Cleverson Alex Leitão (082.899.659-82); Crissie Teixeira Sousa (041.173.123-83); Cristiam Bosi (062.786.069-92); Cristiane Joaquim da Silva (052.163.477-63); Cristiane de Araújo Rocha (115.280.567-36); Cristiani Seixas Alves Bartha (075.886.037-47); Cristiano Sathler dos Reis (014.968.576-90); Cristiano da Costa da Silva (021.332.890-97); Cynthia Mendes Guerra (004.334.393-78); Daiane Cristina Pazin (040.074.459-74); Daniel Fonseca Ximenes Ponte (895.835.743-68); Daniel Luiz Stefenon (037.832.129-36); Daniel Patrocínio Zen (125.221.147-35); Daniel Schaumann Correia Lima (032.694.113-40); Daniel Tomaz de Sousa (052.458.523-73); Daniela Evaniki Pedroso (043.347.699-00); Daniela dos Santos Trajano (129.212.257-94); Daniele dos Santos Vitorino (144.350.697-41); Daniella Bertocchi Moreira (079.040.937-23); Danielle Franca Ribeiro (117.576.784-09); Danilo Andrade Maia (642.271.463-72); Danilo Andrade Santos (031.412.155-29); Danilo Araújo Ferreira Leite (294.854.168-90); Danniele Miranda Bacila (041.090.479-19); Davi Sampaio Marques (003.354.073-07); David Alexandre Buratto (052.697.869-40); Dayane Crystina da Silva Ceneviva (338.612.998-60); Dayane Nardoto Gomes Queiroz (099.501.827-86); Debora Maria da Conceição Roque (128.718.217-80); Deborah Pinto Correa (107.795.437-93); Deborah Rebello Lima (109.896.307-57); Deborah de Oliveira Veras (065.404.599-20); Denis Taironi Leorne da Cunha (037.443.893-59); Deogenes Pereira da Silva Júnior (049.939.231-04);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Deysi Viviana Tenazoa Wong (745.737.211-34); Diana Vilas Boas Souto Aleixo (288.572.018-21); Diane Sousa Sales (600.274.123-26); Diego Bastos Porto (620.561.313-15); Diego Domingues Peçanha Moreirão (116.411.057-80); Diego Felipe Abrahão Capraro (059.035.039-00); Diego Felipe Abrahão Capraro (059.035.039-00); Diego Ferreira (386.779.368-90); Diego Frankin de Souza Veras Sant Ana (016.787.683-08); Diego Milnitz (005.901.649-37); Diego Teixeira da Cruz (072.565.359-02); Diego Vitor Soares dos Santos (061.803.684-90); Dieric dos Santos de Abreu (026.943.863-77); Dilma Oliveira de Santana (124.028.297-45); Diogo Carvalho da Silva Teodoro (182.205.667-52); Diogo Franca do Nascimento (082.364.744-70); Diogo Luiz Ceccon (081.170.099-27); Dora de Souza Machado (181.800.307-41); Douglas Henrique Fockink (010.891.839-41); Dyego Carlos Souza Anacleto de Araújo (095.565.894-22); Eder Augusto Retka Costa (088.039.689-03); Edileusa Cristina Marques Gerhardt (052.962.179-77); Eduardo Americo Pedrosa Loureiro Júnior (426.853.383-49); Eduardo Antônio Lucas Parga (510.672.427-91); Eduardo Gelinski Júnior (374.717.599-68); Eduardo Gomes de Oliveira (063.453.656-70); Eduardo Vidal Vasconcelos (717.563.453-68); Elaine Fernandes dos Santos Bertozzo (033.877.457-29); Elaine Rodrigues da Silva (054.070.887-97); Elias Ferraz Dantas (082.556.694-00); Elias de Andrade (054.741.959-74); Elida Ariadla Dias (230.137.648-64); Elide Sbardellotto Mariano da Costa (007.621.339-02); Elisangela Mazza Matteini (079.673.947-12); Elisangela da Silva Rodrigues (057.456.794-17); Elivane Salete Capellesso (018.584.930-05); Eluana Priscila da Silva Bezerra (019.600.823-96); Emerson Mendonca Mina (043.991.653-40); Eneida Lima Ancillotti (139.103.757-07); Eraldo Antonio Bonfatti Junior (361.286.758-08); Erica Costa Calvet (003.030.003-76); Erica Sarsur Camara (102.573.926-45); Erick Henrique Aguiar Araújo (027.283.443-29); Erick Souza Alves Machado (115.960.227-10); Erika Bezerra de Meneses Pinho (998.460.713-53); Erilene Firmino da Silva (303.090.003-78); Ernande Eugênio Campelo Morais (028.738.143-90); Eugênio Alves da Conceição (103.241.377-88); Eunice Andrade de Oliveira Menezes (510.422.903-34); Evaldo Antônio Fedechem (234.373.599-91); Evaldo Silva da Costa (478.398.563-49); Evandro Lopes Costalonga (071.956.687-89); Evandro Oliveira Galvão Filho (048.621.843-08); Evania Maria Ferreira do Nascimento (052.747.017-10); Eveline Maria de Azevedo Silveira (992.368.773-20); Evelyn Paniz Possebon (024.979.360-13); Evelyn Saint Clair do Nascimento Rosa (178.216.327-16); Everton Bezerra Parente (485.125.833-04); Ewerton Julian Rubio (044.810.169-65); Fabiana Cristina Ramos Patrocínio (305.223.968-60); Fabiana Freitas Silva (029.860.423-09); Fabiana Oliveira de Souza (059.060.477-51); Fausto Frizzera Borges Filho (116.871.287-40); Felipe Barros da Silva (124.199.087-59); Felipe Carlos de Araújo Leal (048.725.193-88); Felipe Carvalho Libardi (125.444.247-29); Felippe Tose Lopes (057.886.077-52); Fernanda Kelly Tojal Gonçalves Belmonte (139.412.857-69); Fernanda Rodrigues Lemos (116.582.607-08); Fernanda Roing (038.622.135-95); Fernanda Schier de Fraga (073.523.439-62); Fernando Gleibe de Oliveira Junior (044.210.233-02); Fernando Santos de Campos e Silva (122.561.717-01); Fernando de Souza Dias dos Santos Vilhena (072.407.447-36); Flávia Ferreira de Almeida (054.849.347-29); Flávia Magalhães Barroso (140.870.047-67); Flávia Maria de Azevedo (892.889.717-34); Franciele Ribeiro Nakamura (051.285.969-82); Francisca Andrea da Silva Oliveira (669.058.343-00); Francisco Alan Martins de Sousa (047.941.143-38); Francisco Eudo da Silva (011.423.114-14); Francisco Felipe Araújo Costa (980.248.923-91); Francisco Ronaldo Tabosa da Silva (046.768.803-67); Francois Maria Leopold Peeters (603.123.823-32); Francoise Iatski de Lima (028.282.849-48); Fred Olavo Aragão Andrade Carneiro (647.664.973-68); Gabriel Adelman Cipolla (045.447.829-10); Gabriel Caio Correa Borges (133.179.587-74); Gabriel Henrique Silva dos Santos (114.756.057-90); Gabriel Simonassi de Araujo Pires (058.562.747-92); Gabriela Mourão Ferreira (075.805.636-22); Gabriela Soares Alves (145.216.247-66); Gabriela de Sousa Santos (043.979.107-31); Gardênia Vasconcelos Costa (643.888.323-91); Gbekpo Aubains Hounsou Gbo (700.633.244-31); George Hideki Sakae (058.807.459-45); George Luckas Morais Bernardo (053.504.933-10); Geraldo Bezerra da Silva Junior (860.071.573-34); Geraldo Bezerra da Silva Junior (860.071.573-34); Gerusa do Nascimento Rolim (419.160.003-63); Getúlio Fidelis Vieira (075.975.797-64); Gilberto Corso Pereira (017.997.858-66); Gilda Luiza Nogueira Veras (659.598.763-53); Gilmara do Nascimento Lima (142.340.657-57); Giovane Moreno (078.936.269-41); Giovanna Miranda Mendes (078.511.796-29); Giovanny Simon Machado (076.549.129-00); Giselle Farias Costa (000.767.882-70); Glaucia Renata Nascimento da Silva Campos (110.585.747-60); Glaucia de Castro Santos (971.800.177-87); Glória Maria

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Guimaraes Silva Santos (011.397.993-20); Gonzalo Olmo Alba (068.416.581-32); Grace Liz Justi dos Santos (086.322.537-35); Guilherme Fadel Picheth (047.106.889-66); Guilherme Nicchio Pinotte (118.821.167-63); Guilherme dos Santos Cunha (059.953.483-45); Gustavo Fabricio de Mello (068.578.329-43); Gustavo Henrique Batista Cassiolato (102.794.279-21); Gustavo Osna (059.672.929-42); Haroldo André Garcia de Oliveira (036.500.337-98); Heidyani Leão de Souza (658.052.833-87); Heitor Alves de Melo (000.418.003-89); Heloisa Deola Confortim (074.869.849-38); Hemanuela Fernandes Melo (054.898.104-32); Heriedna Cardoso Guimaraes (058.893.707-07); Hermelino Nepomuceno de Souza (035.462.993-02); Hilania Valeria Dodou Lima (980.971.303-78); Hilano Jose Rocha de Carvalho (642.472.603-91); Hitalo Joseferson Batista Nascimento (881.755.533-91); Hugo Carcanholo Iasco Pereira (107.221.976-08); Iberê Oliveira Kuntz de Souza (385.120.608-83); Igor Melo Conde Schocair (118.636.957-45); Igor Moaco Guerreiro (007.592.143-01); Igson Thadeu Mello da Silva (137.382.847-10); Ingrid da Silva Linhares (129.908.817-19); Iratan Bezerra de Saboia (774.690.203-06); Isabel Cristina Sousa Freitas (100.798.176-88); Isabela de Oliveira Martins (035.761.173-00); Isabelle Silva Leao (025.979.623-93); Isadora Meneses Rodrigues (039.106.433-96); Isadora Nogueira Mangualde (067.559.966-02); Isaide Lopes de Oliveira (020.607.079-94); Isis Moraes Ornelas Carletti (104.946.667-57); Islane Costa Ramos (840.949.823-53); Israel Eduardo de Barros Filho (009.850.254-92); Ítalo Calheiros Maranhão (038.582.483-12); Ítalo Costa Silva (617.249.253-50); Ítalo Linhares de Araújo (037.915.883-38); Itamir Caciatori Junior (006.255.149-39); Iuri Sidney Bessa (018.775.553-12); Jacilane de Holanda Rabelo (747.015.332-20); Jacqueline de Pauli Bernardin (064.119.389-03); Jair Colina Pereira da Silva Junior (079.684.157-80); Jamilson Silva Junior (118.525.497-85); Jandir Leite Moreira (033.726.437-63); Jane Ferreira Quelhas (909.045.597-34); Janine Figueiredo de Souza Justen (110.786.087-33); Janislene Mach Trentin (019.414.950-10); Jaqueline Coelho Visentin (051.096.339-08); Jaqueline Miranda dos Reis Santos (097.832.906-65); Jerfson Moura Lima (052.334.573-93); Jéssica Aline do Nascimento Silva (137.691.077-21); Jéssica Ribeiro da Silva (181.187.497-54); Jesualdo Pereira Farias (112.745.143-04); João Armando Brancher (774.709.749-20); João Carstens Machado (121.708.917-90); João Henrique Goncalves Medeiros Correa (057.787.304-03); João Marcos da Costa Lira (076.958.283-43); João Miguel Moreira Auto (501.618.903-00); João Pedro Rodrigues Deodato (045.880.603-09); João Pereira de Araújo Neto (034.888.983-69); Jonathan Kellven Martis da Conceicao de Marins (059.125.377-14); Joniel Carlos Francisco Alves dos Santos (039.382.229-05); Jordano Vieira Rocha (034.511.333-00); Jorge Felipe Euriques (058.577.739-03); Jorge Luiz Oliveira Lucas Junior (010.888.130-03); José Airton Gomes de Alcantara Filho (045.906.153-47); Jose Alberto Alves Oliveira (305.448.228-62); Jose Carlos Alves Barroso Junior (039.626.695-90); Jose Carvalho Vanzelli (351.648.998-76); Jose Eduardo Vargas (843.245.540-72); José Leonardo Esteves da Silva (054.218.223-89); José Mario Silva Rosa Filho (072.517.109-00); José Miguel Mendoza Aranda (235.341.328-58); José de Oliveira Vilar Neto (644.773.473-91); Júlia Leão de Sousa (147.414.467-51); Júlia Vasques Pessoa Camilo (100.047.737-13); Julian Simões Cruz de Oliveira (221.868.798-40); Juliana Antunes Pessanha (106.575.287-30); Juliana Crespo Lopes (054.052.839-08); Juliana Gomes da Silva (059.476.133-60); Juliana Guimarães e Silva (790.480.563-49); Juliana Labatut Portilho (037.164.369-41); Juliana Rosano da Silva (007.019.839-06); Juliana Soeiro Maia (882.949.353-87); Juliana da Costa Coelho (117.665.677-54); Juliete Silva Neves (003.388.141-32); Júlio Cesar Santos dos Anjos (416.501.230-00); Junior de Carvalho da Silva (122.241.367-14); Kadija Rahal Chrisostomo (753.470.409-04); Kahlil Schwanka Salomé (074.380.739-12); Kamila Amelia Sousa Gomes (061.356.063-95); Kamilla Malverdi Barcelos (126.291.087-08); Karen Juliana do Amaral (004.212.259-71); Karen Maria Leopoldino Oliveira (020.113.893-05); Karine Porto Lopes Ono (053.510.409-05); Karla Karoline Vieira Lopes (634.746.543-49); Karla Katiene Linhares Espíndola (426.403.853-72); Kássio Felix Cordeiro (054.756.767-71); Kátia Cristina Kampa (037.261.799-92); Kátia de Jesus Vieira Miranda (358.314.643-34); Kátia de Souza e Almeida Bizzo Schaefer (071.207.407-41); Kayo Paulo Vieira (083.248.719-85); Keel Yip Assumpcao (025.938.859-98); Kellen Raissa Brito de Pinho Neves (603.350.613-89); Keslley Siqueira Delfim (133.033.997-51); Klenilton Cesar Matos Lopes (491.179.123-34); Laiza Teixeira Delatorre (133.076.687-30); Lana Grasiela Alves Marques (474.252.293-15); Lara Roberta Rodrigues Facioli (358.705.448-74); Lara Sucupira Furtado (044.033.283-42); Larissa Barreto Sena Schueng (021.540.255-36); Larissa Garay Neves

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

(029.891.080-25); Larissa Naves de Deus Dornelas (088.956.696-81); Laura Sofia Narvaez Somoza (049.953.349-63); Laura de Oliveira Fernandes Moraes (124.359.357-14); Lea Dias Pimentel Gomes Vasconcelos (699.618.163-15); Leandro Diógenes Oliveira (006.468.443-18); Leandro Gaertner (023.050.759-01); Leandro Maciel Uchoa Gadelha (006.534.403-08); Leandro Roberto Stigliano (318.394.848-61); Leandro de Souza Reis (131.956.537-96); Leila Araújo da Silva (098.391.057-01); Leonam Cordeiro de Oliveira (031.836.070-50); Leonardo Alexandre Santiago (055.030.366-97); Leonardo Negri Furini (352.679.778-10); Leonardo Pimentel Freire (113.717.487-05); Leonardo Souza Santos (011.575.805-48); Leticia de Oliveira Borba (008.937.230-10); Lia Mesquita Lousada Quintão (656.482.263-49); Lidiana Nobre da Silva (000.409.523-55); Lidiane Figueira da Silva Verissimo (098.244.897-03); Lilian Schade (023.583.199-96); Lisiane Masson Bastos (149.657.847-31); Lissiana Magna Vasconcelos Aguiar (463.554.643-87); Livia Priori Goncalves (053.286.009-83); Livia dos Santos Costa Pimentel (089.558.047-09); Lorena Arataque Sahium Ferreira (004.886.191-06); Lourença Santiago Ribeiro (028.127.289-14); Luana Mota Ferreira (011.433.050-60); Luana da Costa Chaves (049.578.563-62); Luana de Conto (060.864.359-95); Lucas Caparelli Rissato (081.418.709-98); Lucas Lima da Silva (118.439.587-08); Lucas Martins da Silva Lino (167.804.567-56); Lucas Pacif do Prado Muniz (055.504.126-32); Lucas Resende Lucinda Mangia (094.512.806-18); Lucélia Oliveira Rodrigues (099.411.796-54); Luciana Maria da Silva de Moura (628.752.213-53); Luciana Moreira Rego (124.366.067-81); Luciane Aparecida Bolda (833.593.469-04); Luciane Dalarmi (034.411.919-00); Luciano Heitor Gallegos Marin (269.670.398-14); Luis Gomes de Lima (250.831.018-23); Luis Gustavo de Castro (018.525.709-70); Luis Ricardo Shigueyuki Kanda (045.301.889-06); Luiz Anselmo Bezerra (055.131.947-08); Luiz Dias Caldas (103.767.577-01); Luiz Eduardo de Barros Afonso (152.526.227-01); Luiz Felipe Abreu Almeida (118.912.637-06); Luiz Henrique dos Anjos Santos (056.401.223-82); Luiz Rogerio Lopes Silva (017.049.425-00); Luiz Romero de Oliveira (653.737.827-34); Luiza Diógenes Parente Martins (021.344.193-42); Lya Brasil Calvet (070.550.883-80); Lyvia Lintzmaier Petiz (021.979.040-00); Magno Markus Ferreira Formiga Goncalves de Oliveira (061.134.204-93); Maiara Bordignon (066.438.369-64); Maicon Soares de Rezende (058.319.439-76); Manuela Dreyer da Silva (007.081.729-46); Manuela Torrado Truiti (009.669.519-64); Marcela Frontelmo Gomes da Silva (116.377.247-05); Marcelo Adriano Correa Maceno (062.273.709-08); Marcelo Bragatto Dal Piaz (119.472.737-95); Marcelo Bruno de Almeida Veras (036.782.423-08); Marcelo Gondim Rocha (790.520.533-91); Marcelo Igor Barbosa da Paixao (608.719.133-05); Marcelo Paranhos de Gusmao Marra (053.599.567-98); Marcelo Tavares dos Santos (114.929.924-02); Marcia Paula Macedo (124.682.977-09); Marcileine de Paula Batista (122.904.347-01); Marcio Antônio de Almeida Alves (014.567.526-26); Marcio Avelino de Medeiros (099.135.924-02); Marcio Coraiola (856.089.989-87); Marcio Moises de Souza Barbosa (129.266.957-80); Marcio Wilker Soares Campelo (601.604.972-72); Marco Antônio de Freitas Clementino (048.243.743-08); Marco Stephan Lofrano Alves (029.080.119-21); Marco Túlio Braga (941.318.566-20); Marcondes Josino Alexandre (469.191.633-49); Marcos Cristiano Palu (038.051.679-97); Marcos Ricardo Guerra (030.326.409-89); Marcos Tomé dos Santos (025.859.253-23); Marcos Vinicius de Sousa Rocha Gomes (083.710.993-04); Marcos do Nascimento Portela (010.984.303-79); Marcus Kiiti Borges (016.976.639-07); Maria Arline Ferreira Pontes (041.922.393-29); Maria Carolina Traina Gama (307.775.748-61); Maria Carolina Vieira da Rocha (041.332.019-73); Maria Cristina Micelli Fonseca (035.702.478-80); Maria Gilnara Lima Bandeira (047.527.933-69); Maria Izabel Medeiros da Silva Ponte (033.103.527-81); Maria Janiele Damasceno Freitas (060.688.293-67); Maria José Batista (041.796.883-36); Maria Júlia Cunha Limia (742.002.167-87); Maria Juracy Filgueiras Toneli (314.966.366-00); Maria Luiza Miguez (016.215.666-92); Maria Luiza Pinto da Silva (968.401.107-53); Maria Nataly dos Santos Oliveira (026.865.993-16); Maria Rejiane Lima de Araújo (651.141.673-91); Maria Rosane Chernij (875.896.809-15); Maria Rosario Astudillo Rojas (013.354.899-67); Maria Roselise Bezerra Saraiva (458.035.443-53); Maria Rosiany Sousa Moreira (066.071.623-20); Maria Sulamita Magalhães de Matos (840.153.813-00); Maria Theresa Costa Ramos de Oliveira Patrial (052.446.004-35); Maria da Anunciação de Sá Nascimento (854.393.043-04); Maria da Glória de Macedo Carvalho (920.205.347-20); Maria da Paz Rodrigues Veras (820.255.413-68); Mariana Costa do Cabo (112.778.167-78); Mariana Nunes Monteiro (099.809.377-77); Mariana Rosa Milanez (047.441.059-55); Mariana Vera Cruz Pereira (113.975.877-25); Mariana de Freitas Coelho (074.386.706-86); Mariana de

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Santana Lourenco (069.411.389-12); Mariane Ramos de Souza Araujo (020.253.335-28); Mariane Wippel (970.707.269-53); Marianna Cardoso Reis Merlo (114.555.347-81); Marilia Locatelli Correa Ferreira (061.473.579-30); Marina Caldas Nicacio (140.606.587-07); Marina Duarte Pinto Lobo (012.531.783-21); Mario Ferreira Conceição Santos (011.304.545-09); Marlo Antônio Ribeiro Martins (017.516.369-33); Marlon Bruno Matos Paiva (013.219.183-05); Marlon Luiz Hneda (057.442.439-33); Marlon Wycliff Caeira (060.507.189-62); Mateus Darouych Scaff Pereira (061.920.649-70); Mateus Darouych Scaff Pereira (061.920.649-70); Mateus Dias Pedrini (107.855.357-21); Matheus Casimiro Gomes Serafim (020.236.513-10); Matheus Nilton Vidal Nogueira (608.152.073-01); Matheus Reisen de Albuquerque (150.955.707-50); Mauricio de Vasconcelos Moreira (605.189.303-27); Mauro Andres Cerra Florez (619.349.123-60); Mauro Dela Bandera Arco Junior (361.217.858-02); Mauro Lizot (046.449.469-90); Mauro Rodrigues Neves (144.623.067-83); Melissa Melosselli Matos Pereira (040.998.173-77); Menaouar Berrehil El Kattel (011.904.199-55); Mercia Kaline Freitas Alves (390.316.728-23); Merolyn Camila Naves de Lima Rodrigues (070.974.229-04); Milena Santos Mendes da Silva (141.452.177-48); Mirian Cristina Vidal da Rocha (057.743.027-09); Mônica Elizabete Caldeira Deyllot (184.717.078-10); Mylene de Melo Vieira (261.306.613-04); Naiara Jady Candido Oliveira (060.870.703-11); Naissa Batista da Luz (027.612.559-25); Nara Brito de Souza (114.145.157-31); Natacha Dionisio de Souza (139.764.267-09); Natália Gomes dos Santos (410.564.918-33); Natália Lopes Braga (003.472.733-78); Natália Vieira da Silva (003.191.663-50); Natanael Morais Goncalves Lima (054.574.183-16); Nathalia Ferreira Valentim da Silva (103.566.237-00); Nathalia Inacio de Souza (160.674.717-79); Nathalia Masson Bastos (149.418.037-52); Ney Wendell Matos dos Santos (042.309.713-03); Nicholas Moreno Nery (160.281.537-29); Nila Larisse Silva de Albuquerque (042.386.143-30); Nirla Gomes Guedes (918.032.683-87); Nivea Maria Cardoso de Paiva do Lago (080.549.537-12); Noa Piata Bassfeld Gnata (041.331.849-47); Noé de Lima Bezerra (108.680.367-14); Norma Leticia e Silva (670.750.967-53); Otto Jesus Hernandez Fustes (003.864.699-46); Pablo Rodrigo da Silva (669.385.703-53); Pablo Vinicius da Silva Cardoso de Melo (164.385.547-66); Pablo de Assis Azevedo (045.310.857-10); Palloma Borges Guimarães de Souza (156.682.087-10); Paloma Isabel Martes de Oliveira (150.846.967-90); Paloma Maria Rodrigues Augusto (059.576.667-69); Pamela dos Santos Silva (111.795.697-09); Patricia Cardoso Macedo do Amaral Araújo (130.662.737-09); Patricia Muller (022.594.849-48); Patricia Simone Broch (702.229.320-15); Paula Daiane Goncalves (079.484.309-38); Paula Marques da Silva (004.431.129-08); Paula Rodrigues da Silva (109.038.627-35); Paula Santana Lunardi (000.862.090-35); Paula de Souza Tavares (140.434.507-88); Paulo Cezar Gregório (078.761.009-70); Paulo Marcos Carneiro Teles Filho (035.504.023-92); Paulo Roberto Cavalcante de Vasconcelos (642.137.063-20); Paulo Rogério Marques de Carvalho (792.641.903-68); Pedro Bruno Costa Murara (076.278.809-71); Pedro Carneiro Kolb (995.115.843-91); Pedro Everson Vieira Diniz (056.608.093-16); Pedro Filho Noronha de Souza (061.331.204-01); Pedro Harrison de Freitas Teixeira (025.409.773-16); Pedro Pereira Filho (000.677.743-00); Pedro Uchoa Araújo Silva (010.263.543-90); Pedro Veras Guimaraes (012.648.720-03); Penha Ferraz Goggi (095.870.097-46); Pericles Almeida Delfino Duarte (654.214.189-87); Peterson Alexandre Sousa (630.822.503-78); Poliana de Oliveira Cavalcante Alencar (027.651.843-80); Pollianna Milan (005.213.359-14); Pollyane Rodrigues Miranda (128.212.817-57); Pollyanna Paganoto Moura (083.367.187-10); Polyana Cristina Tidre (010.549.001-67); Priscila Samara Freitas Lage (352.097.538-67); Priscilla Hygino Rodrigues da Silva Donato (132.093.497-89); Rafael Alexandre de Oliveira Deucher (028.839.979-00); Rafael Alexandre de Oliveira Deucher (028.839.979-00); Rafael Barbosa Lucas (078.208.646-21); Rafael Barcelos de Faria (105.101.447-64); Rafael Henrique Prado Silva (096.620.466-23); Rafael Prado Cartana (892.329.250-87); Rafael Torres Brum (023.061.039-09); Rafaela Gomes Bezerra (004.374.793-07); Rafaela Mayara Bezerra Costa (059.569.444-63); Rafaelli Lenceh do Nascimento (063.042.729-10); Raffael Rodrigues Silveira (058.655.327-40); Raffaele Pugliese Di Schiavi (400.089.008-50); Raimundo Nonato Ribeiro dos Santos (001.589.013-98); Ralisom Felipe Alencar de Sousa (044.100.473-37); Ralph Leal Heck (055.789.427-17); Ramon Moreira Nunes (017.754.373-61); Raniara de Almeida Faustino (026.925.243-65); Raphael Carneiro Gonçalves (092.651.867-47); Raquel Carlos Silva (121.590.377-45); Raquel Moreira Machado Fernandes (132.699.867-69); Raul Farias Fernandes (150.341.337-33); Ravine Carvalho Pessanha Coelho da Silva (140.675.777-29); Rayane Alves Lacerda (031.825.223-61); Raymond David Ward (715.478.291-92); Rebecca Prado Frota Melo

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

(600.313.773-86); Regina Lúcia Fernandes de Albuquerque (114.846.617-70); Reginaldo Marinho Lopes (008.045.304-08); Regisvania Maria Cardoso de Souza (023.408.213-55); Renan Kenji Sales Hayashi (026.764.231-85); Renan Magalhaes Montenegro Junior (358.653.263-68); Renata Alves Cabral da Cruz (095.231.867-95); Renata Freitas Lemos de Oliveira (033.744.644-08); Renata Ramos das Neves (056.350.599-02); Renata Suelem Scapin Nunes (003.166.080-09); Ricardo Borges Viana (036.667.471-40); Ricardo Schumacher (073.826.789-97); Ricardo Schumacher (073.826.789-97); Ridiney Santos Oliveira (062.119.349-63); Ridiney Santos Oliveira (062.119.349-63); Roberta Castilhos Detanico Bohrer (970.880.720-68); Roberta Guerreiro Costa (122.821.917-65); Roberto Costa Barbosa (094.878.977-80); Roberto Ferreira Prudêncio da Silva (129.531.987-09); Roberto Ribeiro de Sousa (042.687.197-92); Roberto Sarcinelli Neves (078.802.777-81); Robson Correa da Silva (116.021.247-36); Rodrigo Hagemann (006.797.849-50); Rodrigo Luiz Morais da Silva (062.659.989-00); Rodrigo Madalozzo Bordini (019.854.029-98); Rodrigo Moraes da Silveira (917.656.760-53); Rodrigo Nogueira Machado (987.930.803-44); Rodrigo Thompson Lemer Ribeiro (077.599.237-24); Roma Duarte Neptune (123.114.317-73); Romulo Henrique Sirino (058.895.039-44); Romulo Januario Augusto (150.222.967-64); Romulo Rocha Regis (882.876.963-72); Ronaldo Parente de Menezes (426.595.823-00); Rosangela Maria Laurindo Fornasier (138.108.588-11); Rosemari Povaluk Perewalo (056.099.329-39); Rubia Daniela Thieme (061.451.609-93); Samia Jardelle Costa de Freitas Maniva (903.315.753-53); Samuel Pontes Carvalho Fontenelle (034.832.013-27); Samuel Veloso Carneiro (024.357.343-01); Sandra dos Santos Silva (658.634.963-04); Sandro Alberto Vianna Lordelo (106.713.647-90); Saulo de Sousa Nogueira Costa (043.222.783-02); Sávio Martins Carneiro (024.198.873-01); Sergimar Kennedy de Paiva Pinheiro (000.311.363-97); Sérgio Gardano Elias Bucharles (940.203.709-82); Sérgio José Macedo Junior (060.576.899-41); Sérgio Ricardo Ferrazoli (067.835.178-37); Sheyliane Maria Adriano Pontes (059.392.923-30); Shirlei Miranda Camargo (874.059.899-34); Silas da Silva Caldas Junior (159.557.167-18); Silvana Gomes Venâncio (000.103.557-66); Silvia Jesseca Bezerra Lopes (036.115.133-00); Simone Mendonca dos Santos (311.496.238-61); Simony Rafaeli Quirino (052.392.609-07); Sônia Eliane Niewiadomski (071.916.029-45); Soraya Galdino Maciel (793.351.362-04); Stella Bozza Kapp (084.511.679-77); Stella Siqueira Campos (044.244.409-58); Suellem Priscilla de Carvalho Cardoso Ceciliano (104.611.147-71); Suely Salgueiro Chacon (246.096.173-15); Susy Anne Almeida Cabral (003.373.543-32); Suzana Figueira Silva (645.059.443-87); Taina Veras de Sandes Freitas (695.144.373-49); Tais Lorencon (135.309.197-05); Taiza Ramos de Souza Costa Ferreira (097.872.767-30); Talita Mariana Pinho Schimidt (078.012.999-73); Tallyssa Izabella Machado Sirino (047.444.809-69); Tamires Tolomeotti Pereira (075.853.029-32); Tamirys Ferreira Falcão (045.709.243-28); Tatiana de Abreu Oliveira Borges de Moura (025.014.887-09); Tatiane Elen de Souza (049.374.919-54); Tatiane Rodrigues de Carvalho (054.873.537-94); Tatiane dos Santos Barreto (009.486.109-99); Tatiele Estefani Schonholzer (043.004.501-88); Tavio Carneiro Carlos (056.883.653-74); Teana Fátima Brandão de Souza (617.526.063-53); Thabata Cristy Zermiani (061.575.369-85); Thais Elias Rita (075.042.029-40); Thais Kubik Martins (219.220.598-89); Thais Michie dos Santos Nakayama Lopes (069.759.579-08); Thaisa Mara Bersani Strabelli (339.510.188-60); Thaiz Batista Azevedo Rangel Miguel (084.319.197-01); Thiago Barboza Henrique Martins Pinheiro (092.828.847-16); Thiago Correa de Oliveira (658.660.613-68); Thiago Fernandes da Silva (076.680.194-21); Thiago Gilberto Silva de Almeida (156.584.567-62); Thiago Henrique Roza (064.377.129-88); Thiago Nunes Pimenta Brandao (110.778.047-09); Thiago Santos Araújo (045.712.764-35); Thiago de Almeida Rodrigues (017.331.115-65); Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino (066.621.409-37); Thiago de Oliveira Quinelato (089.294.776-40); Thiara Cezana Gomes (115.965.417-41); Tiago Leinig (051.733.179-90); Tiago Lima de Albuquerque (026.807.393-70); Tommaso Giarrizzo (526.336.242-00); Valéria Freitas de Figueiredo (710.027.077-49); Valéria da Costa Pinho (907.247.987-49); Vanessa Campos de Lara Jakimiu (008.564.549-40); Vanessa Vieira Goncalves (602.775.763-93); Vicente Bezerra Linhares Neto (044.309.233-88); Victor Farias Monteiro (035.216.793-90); Victor Hugo Costa de Albuquerque (639.256.803-49); Victor Lima Cury da Silva (139.793.807-26); Victor Nunes Leal Cruz e Silva (108.115.266-40); Victor Silveira Coswig (019.995.300-71); Victoria Pereira Baptista (159.706.077-11); Vinicius Bolzan Elias (130.556.267-45); Vinicius Fulber Garcia (017.292.770-63); Virginia Oliveira Fernandes Cortez (758.703.203-72); Vitor

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Correa da Silva (134.156.567-05); Vitor Fabricio Machado Souza (341.151.368-39); Vitor Lorival Kudlanvec Junior (045.278.319-41); Vitor Santili Depes (030.982.111-80); Vitor Viana Tagarro (099.004.357-61); Vitoria Ceni Silva (079.514.539-00); Viviane Alves Kubo (058.388.719-89); Viviane Cristina Pereira de Oliveira (069.547.287-99); Viviane Xavier da Silva Tenreiro (078.258.077-74); Viviane da Silva Barros (371.938.993-68); Vivien Cunha Alves de Freitas (057.258.613-25); Wagner Augusto Almeida de Moraes (078.501.209-57); Wagner Rodrigues Zeferino (085.013.217-70); Washington Adolfo Batista (074.432.797-01); Waslen de Carvalho Rocha (267.312.823-91); Weila dos Santos Vieira (079.327.447-84); Welber Chaves Mororo (015.241.253-00); Wendly Vieira Custer (010.396.409-66); Wesley Ferrari (153.922.357-43); Widemberg da Silva Nobre (050.412.433-10); Wilian Carlos Cipriani Barom (041.408.029-79); William Soares Pugliese (057.908.119-22); Wladiana Oliveira Matos (822.618.493-20); Wollker Cunha Soares (035.450.223-90); Yanaeh Vasconcelos Mota (028.737.983-35); Yasmin Fabris (071.055.349-82); Yasmin Fabris (071.055.349-82); Érica Filomena Araújo Barros (692.616.363-49).

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II; Universidade Federal do Ceará; Universidade Federal do Espírito Santo; Universidade Federal do Paraná.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14032/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal, constantes na lista 12/2023, relacionados nos autos.

1. Processo TC-006.277/2023-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Acácio Pedro da Silva Junior (036.668.719-09); Acla Dhones Mendes Prado (614.401.203-66); Adailton de Castro Vieira Neto (027.724.035-21); Adelaine Ellis Carbonar dos Santos (072.818.969-05); Ademir Cardoso Ferreira Junior (155.497.597-21); Adriana Pimentel de Almeida Carvalho (028.430.686-06); Adriana de Carvalho Kuerten Dellagnelo (742.000.389-00); Adriane Bastos Pompermayer (042.318.259-55); Adriano Alves Canedo (191.889.657-75); Adriano Enderle (012.091.920-63); Adriano Hidalgo Fernandes (897.628.359-72); Adson Tenorio Franca (949.729.072-15); Aécio Mota de Sousa (021.077.233-62); Afrânio Rodrigues Corsini (032.223.875-75); Agatha Borges Teixeira (135.103.087-60); Aghata Parris Rocha (157.257.817-39); Alana Assunção Moreira (949.149.075-34); Alana Keller Franco (418.663.058-59); Albert dos Santos Mattos (074.831.575-69); Alberto Cabral Ferreira (216.407.798-92); Alberto Trapani Junior (625.931.539-20); Alberto do Nascimento Silva (051.470.305-90); Aldo Nélio Laurindo (147.888.938-19); Alessandra Piske (079.111.899-19); Alex Becker (037.194.709-03); Alex Silva Cruz (033.316.025-82); Alex Tomaz (059.393.779-12); Alexandre Almeida Farias Lima da Cruz (035.092.871-18); Alexandre André Nodari (041.893.189-57); Alexandre Hohl (781.212.649-87); Alexandre Normande Guillou (076.856.674-60); Alexandre Pastoris Muller (819.412.930-34); Alexandre Plautz Lisboa (024.981.120-06); Alexandre Rios Borges (009.699.791-50); Alexandre Santos de Aquino (021.045.590-06); Alfredo Ricardo Silva Lopes (005.325.079-67); Aline Albernaz da Silva de Brito (839.541.475-72); Aline Beatris Skowronski da Silva (026.656.729-01); Aline Coimbra Sampaio (111.791.266-37); Aline Guimarães Pereira (901.185.610-49); Aline Sousa dos Santos (040.164.493-67); Aline de Andrade Rodrigues (045.311.589-62); Allax Ramalho da Silva (165.405.157-82); Allef Jorge da Silva Macedo (060.469.313-39); Allyson Benedito dos Santos (075.198.624-02); Amanda Bruno de Mello (104.583.276-62); Amanda Cieslak Kapp (066.468.269-35); Amanda Ferreira de Lima (379.213.058-06); Amanda Goncalves Guimarães (078.578.976-63); Amanda da Silva (094.365.749-08); Ana Carla Werneque Ribas (409.431.628-07); Ana Carolina Batista Gomes (095.352.636-41); Ana Caroline da Silva Santana (057.756.657-16); Ana Catarina Conte Jakovac

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

(220.190.648-39); Ana Claudia Gomes Barbosa Silva (146.732.977-09); Ana Claudia de Arruda Amorim (857.222.433-53); Ana Luiza Paraboni (031.031.270-14); Ana Paula Hilario Gregorio (080.797.599-01); Ana Paula Santos Pereira (952.338.300-00); Ana Paula de Souza Kinchescki (077.307.689-17); Anaide Loff Lima (719.052.271-91); Anayana Zago Dangui (076.580.119-16); Anderson Cipriano de Lima (068.263.884-64); Anderson Ribeiro de Almeida (010.898.601-29); Anderson Vinnicius de Arruda Machado (096.859.404-28); André Felipe dos Santos (130.897.566-09); André Guilherme Buss Lemes (099.110.079-44); André Luis Cardoso de Farias (164.018.007-98); André Luis Fonseca Melo (110.326.486-94); André Luiz (075.212.889-20); André Marcio da Silva (402.570.268-19); André Ricardo Zeist (016.927.590-60); André da Silva Schneider (033.613.619-66); Andrea Ferreira Delgado (558.333.900-44); Andreia Labrea Pereira (944.272.670-68); Andresa Lourenço da Silva (993.567.089-91); Andressa Alves Costa (041.496.131-50); Andressa Eulálio Lages (053.205.523-35); Andrew Maicon Correa Cirilo (076.474.199-35); Andrey Antunes Martins (418.797.468-75); Andrieli Diniz Vizzoto (008.067.690-17); Angela Cristina Correa (420.646.350-68); Angela Maria Ramos da Silva (086.786.049-99); Angélica Tomiello (078.643.389-25); Anna Claudia Pereira do Nascimento (037.140.564-59); Antônio Carlos Ribeiro dos Santos Junior (117.060.537-03); Antônio Felipe Ferreira Pires (037.558.591-57); Antônio José Lima de Sousa Filho (023.508.573-10); Antônio Luis Fermino (004.715.529-92); Antônio Marques da Cruz (055.223.004-93); Antônio Mauricio da Silva Junior (116.385.476-02); Ari Ojeda Ocampo More (008.976.849-31); Arielle Cristina Fornari (058.576.499-94); Arnaldo Rosa Loureiro (048.831.486-02); Arthur Almeida de Araujo (164.753.687-17); Arthur Bastos de Mattos Ferreira (165.340.607-01); Arthur Maciel Silva Rodrigues (183.977.627-79); Arthur Muniz de Siqueira (165.186.226-52); Arthur Nunes de Carvalho (147.973.046-77); Artur Monteiro da Costa (131.321.497-30); Artur Spat Ruviaro (030.750.890-01); Athila Bertoncini Andrade (003.577.459-22); Atila de Paiva Teles (106.715.597-02); Augusto Figueiredo Mascarenhas (121.955.566-50); Bárbara Antunes da Silva (053.819.519-30); Bárbara Castro do Nascimento (086.194.919-62); Bárbara Cristina Cruz Aguiar (112.237.087-30); Bárbara Maria Aquino de Moura (049.516.945-57); Bárbara Maria Fonseca Tocci de Farias (043.222.801-29); Bárbara Rafaela Zen de Andrade Bastos (110.593.279-61); Beatriz Leite Gustmann de Castro (044.559.849-25); Beatriz Schroter Brognoli (070.139.159-63); Bernardo Henrique do Nascimento (099.412.736-77); Bernardo de Franca da Silva (093.593.229-11); Bianca Romeu (009.148.209-74); Brenno Henrique Silva Felipe (014.335.334-99); Breno Augusto da Costa (099.868.016-80); Bruna Leticia de Sousa Silva Garziera (062.913.015-98); Bruno Gabriel Salvatierra Janisch (098.345.659-33); Bruno José de Souza (091.625.616-26); Bruno Pinheiro Alves (070.061.351-09); Bruno Sergio dos Santos Romão (083.964.144-32); Bruno Siberico (013.044.270-48); Bruno Vinicios do Nascimento (023.485.776-58); Bruno Zomer Ruzza (003.698.209-16); Caetano Kayuna Sordi Barbara Dias (017.262.400-29); Caio Bernardo Vieira (101.648.174-84); Caio Marcelo Lourenco (369.075.648-07); Caio de Oliveira Coelho (176.700.287-42); Caique do Nascimento Macedo (150.964.907-77); Calebe Araújo Azevedo (016.973.302-58); Calyne Vilanova Medved (036.107.871-47); Camila Fabiano de Freitas Marin (072.347.669-10); Camila Schwinden Lehmkuhl (071.410.109-55); Carlos Alexandre Correa Wengerkievicz (058.892.149-18); Carlos Eduardo Rocha de Almeida (106.087.356-71); Carlos Kosera Neto (055.911.009-02); Carlos Rafael Silva de Oliveira (055.041.159-30); Carlos Vinicius Dalto da Rosa (067.486.659-22); Carlos Walter Porto Gonçalves (242.238.407-20); Carolina Oliveira da Silva (069.804.079-10); Carolina Rogelin (006.522.179-66); Carolina de Jesus Nunes de Castro (143.662.507-64); Carolina de Sousa Gregio (068.739.549-69); Caroline Domingues Porto do Nascimento Barbieri (370.351.138-94); Caroline Fernanda da Silva Antunes (421.067.008-14); Cássia Fernanda Yano (017.613.591-00); Cassiano Melo de Moura (026.723.870-36); Cássio Oliveira Lopes (042.830.611-07); Cauê George Agardi (074.032.949-98); Celene do Carmo Gervásio de Souza Santini (041.388.259-40); Celson Fonseca (003.904.496-36); Cheila Karei Siega (052.069.569-02); Christian de Souza Brito (101.562.026-46); Christiane Wagner Mainardes Krainer (872.794.799-87); Clara Eduana Rocha Soares (055.800.423-70); Clara Padial Lucas (451.958.098-60); Clarice Hortencia de Carvalho Almeida (045.361.085-48); Clarissa Grahl dos Santos (068.404.659-85); Claudenes Viana Furtado (063.235.323-60); Claudia Priscila Chupel dos Santos (039.033.719-63); Claudia Tasso Callil (695.663.569-00); Claudio Iavorski (070.410.189-03); Cleverson Ramom Carvalho Silva (095.833.596-61); Clevis Ferreira da Silva (860.332.475-15); Cleyton dos Santos Fernandes

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

(010.122.143-62); Crislei Miorelli Rech (026.788.220-36); Cristiano Nobrega de Castro Franca (085.203.347-84); Cristiano Sarda da Conceicao (041.962.569-02); Cristiano Tolfo (587.074.250-15); Dacio Soares Nunes (082.029.556-61); Dalton Luiz Rech Vidor (485.650.320-00); Dandara de Oliveira (065.077.459-01); Daniel Di Domenico (058.736.979-57); Daniel Luiz de Medeiros (072.839.664-55); Daniel Moura Gomes (009.423.053-61); Daniel Rubem Borges (036.057.551-00); Daniel de Oliveira Vilarim (041.638.761-62); Daniele Augusta da Silva Cardoso de Souza (120.480.607-14); Daniele Galvao Santos (091.711.439-63); Daniele de Almeida Paula (099.558.456-78); Daniella Achilles Mello Rodrigues (099.123.937-75); Daniella Karine Souza Lima (607.362.832-34); Danielle Rosa Batista Lima (091.978.644-80); Danillo Moura Rodovalho (085.173.446-42); David Antônio Saboia de Araújo (036.873.803-51); David Barros Mascarenhas (053.776.623-50); David Filipe Tavares da Silva (714.003.364-14); Dayane Rodrigues de Oliveira (019.210.501-95); Dayanne Vieira de Oliveira (097.939.736-76); Débora Amanda Moura de Miranda Costa (060.007.773-02); Débora Louise Barros Silva (103.425.574-67); Débora Vieira Targino (084.912.684-30); Débora Zanghelini (058.822.999-77); Débora de Andrade Penteado Forchetti (269.435.598-69); Deborah Priscilla Coutinho Severo (089.209.636-57); Dennis Goss de Souza (060.461.789-59); Diana Santos de Jesus (065.254.975-66); Diego Fernando Dorneles Bilheri (005.379.240-86); Diego Henrique Barroso (083.778.769-65); Diego Pascoal Dolinski (075.915.299-35); Diego Pessoa Rocha (093.881.386-27); Diego Rodrigues Ferreira (062.087.369-86); Diógenes Fontenele Teixeira (005.640.571-50); Diógenes Samuel Lemos Soares Cosme (049.224.815-08); Diony Jose de Almeida (022.911.919-00); Douglas Marcelo Becker Dilkin (094.528.969-30); Douglas Oliveira Bezerra (081.608.504-84); Eder Bruno Couto Curvelo (077.214.876-76); Edila de Franca Albuquerque Galdino (094.267.254-23); Edilaine Aparecida Vieira (042.075.129-77); Edina Mateus (056.436.319-70); Edna Araújo dos Santos de Oliveira (311.659.068-05); Edson dos Santos Lima (916.259.802-30); Eduardo Fillipi Leite Mota (034.147.035-05); Eduardo Lacerda Faria Rocha (060.094.696-78); Eduardo Vedovetto Santos (008.574.929-00); Eduardo de Castro Ferreira Filho (033.426.403-08); Elaine Cristina Roschel Nunes (165.086.328-41); Elaine dos Santos Silva (024.871.355-81); Elanne Melilo de Souza (084.234.019-01); Eliana Nunes Maciel Bastos (701.819.181-53); Elias Paiva Ferreira Neto (390.942.398-17); Elisangela Vieira (035.971.399-81); Elizabeth Santos de Souza (121.741.007-46); Elizangela Silva da Paz (712.485.601-91); Elizete Pinto Cruz Sbrissia Pitarch Forcadell (004.985.399-62); Emerson Campos Contão (097.539.576-96); Emilio Romanini Netto (075.948.149-08); Enio Nobre de Araújo (014.647.583-60); Enzo Victorino Hernandez Agressott (621.045.533-69); Erick Mozarovski Ward Cavalcante (353.417.068-70); Estela Miridan Rosas (048.837.883-42); Estevão Fernando Taques Oliveira (062.682.259-96); Eugênio de Bona Castelan Neto (429.477.669-20); Evandro Luiz Dupont (621.793.499-04); Evanise Araujo Caldas Ruiz (953.961.019-20); Evely Ferreira do Nascimento (108.266.484-79); Everton Boos (087.893.329-89); Fabiana Carbonera Palombini (077.138.419-03); Fabiana Prates de Brito Lima dos Santos (932.938.601-68); Fábio Antonio da Silva (044.413.379-81); Fábio Barbosa de Souza (080.260.809-47); Fábio Henrique Silva Galvao (007.457.019-65); Fábio Moreira Sobreira (094.385.657-44); Fábio Palczewski Pacheco (049.864.599-10); Fabiola de Jesus Silva (096.328.016-36); Fabricio Herpich (021.335.260-56); Fabricio Jose Vicente (644.216.356-34); Felipe Alves Dionisio (078.851.014-28); Felipe Araújo Silva Barbosa (091.773.864-00); Felipe Eduardo Soares de Andrade (082.410.454-41); Felipe Monte Cardoso (674.723.892-34); Felipe Nery Enrich Monteiro (051.295.201-90); Fernanda Caroline Cogo (085.293.679-60); Fernanda Engel (074.292.769-54); Fernanda Eria Possatto (035.871.839-29); Fernanda Helena da Silva Nunes Piccoli (041.800.349-13); Fernanda Inácio Eduardo (100.702.367-80); Fernanda Lazzari Freitas (007.465.019-00); Fernando Bruno Antonelli Molina Benites (302.317.388-54); Fernando Campos Mesquita (071.127.206-99); Fernando Leocino da Silva (041.617.569-41); Fernando Marino Ramalho (051.552.899-47); Fernando Ribeiro de Souza (087.968.266-30); Filipe Bassan Marinho Maciel (020.030.730-43); Filipe Eduardo Reis Maggio (483.800.818-03); Flavia Augusta Cloclet da Silva (268.864.468-86); Flávia Carneiro (080.184.187-99); Flávia Encarnação Motta da Rocha (085.238.157-32); Flávia Lucena Zacchi (060.473.539-16); Flávia Maria de Menezes (815.870.317-87); Flávio Fernandes Cesar Lima (013.687.313-84); Franciele Maria Vanelli (016.619.390-90); Franciely Velozo Aragão (062.925.729-94); Francisco Ferreira Junior (036.348.559-75); Francisco Rogeanio Campos de Almeida (040.038.053-64); Francisco de Assis de Freitas (053.392.093-00); Franco Pereira dos

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Santos (913.674.925-72); Gabriel Barbosa Machado (016.948.355-02); Gabriel Dorigo Almeida (123.435.236-22); Gabriel Hahn Monteiro Lufchitz (059.794.509-80); Gabriel Novais Rocha (033.495.455-05); Gabriel Santos Bolacell (003.099.000-93); Gabriel Thaler (083.599.659-00); Gabriel Vinicius Dall Asta Rizzotto (024.183.400-74); Gabriel de Souza Prim (069.416.599-98); Gabriela Furtado Carvalho (075.496.909-60); Gabriela Miranda Marques (100.647.317-31); Gabriele Antico Freiria (059.683.799-28); Geisa Sabine Araújo Silva (005.024.675-50); George Eduardo Bezerra (127.647.226-99); Geovana Santana Santos (018.390.175-46); Gilson Alexis Godoi Muller (052.299.229-31); Giovana Carolina Bazzo (906.916.449-34); Giovani Borges Graciano (066.839.849-30); Giscard Marcial de Carvalho e Silva (005.810.486-01); Gislayne Oliveira Feitosa (072.155.304-42); Givaldo Cesar da Paixão Junior (064.929.494-71); Glaciane Pozza Soares (029.882.909-62); Glauber D Avila Santana (029.281.155-10); Glauber Silva Mascena (007.193.845-16); Gracielle Lima de Oliveira (051.650.589-05); Graziele Altino Frangiotti (318.329.918-65); Gregorio Wrublevski Pereira (006.770.109-40); Guilherme Andrade Cavalcanti (098.628.654-07); Guilherme Brasil Pintarelli (084.523.129-46); Guilherme Knust Sad (014.257.501-17); Guilherme Pazini Abatti (082.214.849-89); Guilherme Sandaka (080.870.999-23); Guilherme Xavier Lopes Silva (124.989.526-08); Gustavo Barbosa Bradulim da Silva (156.735.127-16); Gustavo Brito de Oliveira (166.331.277-07); Gustavo Ferreira de Souza (148.841.596-08); Gustavo Grassi (452.964.278-07); Gustavo Henrique Marquardt (006.544.660-76); Gustavo Henrique Pereira Coutinho (181.196.297-10); Gustavo Padilha (018.382.600-05); Gustavo Rafael Alves de Rezende (062.040.541-47); Gustavo Trierveiler Anselmo Muraski (041.296.709-05); Gustavo Valter Bregonci (188.534.097-46); Gustavo Vendrame Barbara (083.681.059-78); Gyancard dos Santos Moura (077.393.334-41); Helen Cristina Nubias Pereira (008.204.650-62); Helena Maira de Oliveira (114.433.826-39); Heloisa da Silva Pacheco (035.656.321-94); Henrique Castro de Carvalho (154.361.437-09); Henrique Kovaliauskas Bezerra (173.293.977-25); Henrique Lacet Silva Souza (084.236.174-08); Hercílio Costa Filho (023.573.589-20); Hercylio Felix de Andrade (037.549.164-32); Hernani Batista da Cruz (030.915.839-70); Hiona Valeria Dal Magro Follmann (073.301.219-16); Hugo Camargos Lima (114.188.646-41); Hugo Koji Miura (357.233.468-30); Hugo Leonardo Marandola (048.525.789-07); Hyses de Cassia Queiroz Pinheiro (101.264.936-93); Ian Moreira Ribeiro (036.390.131-07); Ieda Cristina Schleger (066.523.119-92); Igor Almeida Cardoso Cunha (857.695.485-09); Igor Carlos Beltrão Nunes (050.408.381-31); Ilen Maria de Lima Silva (127.639.197-82); Ilson Infantino Vieira (080.670.069-62); Ingrid Silveira Arruda (083.236.044-95); Isabel Colucci Coelho (053.495.619-01); Isabela Beatriz Macedo dos Santos (097.241.644-70); Isabella Lima Fernandes (098.369.816-32); Isabella Martinez Carvalho de Andrade (121.756.116-12); Isabelle Lopes de Oliveira (001.020.531-46); Isadora Guedes Bueno (048.655.741-31); Isadora Nunes (125.341.119-06); Isaias de Castro Silva (093.415.386-88); Ismael Seidel (069.944.399-76); Ivanir Gomes da Silva (034.951.109-84); Izabela de Pitta (020.156.081-09); Jaiarys Capa Bataglin da Silva (048.944.379-61); Jailton Junior de Sousa Coelho (031.113.135-22); Jaime Artur Barg Spenst (029.832.450-47); Jamille Almeida Brito (037.697.085-55); Janaine Kronbauer dos Santos (985.291.960-15); Jaqueline Ganassoli Ferreira (083.373.589-63); Jasna Maria Luna Marques (038.172.713-01); Jean Carlos Herpich (071.166.529-06); Jean Henrique da Silva Rodrigues (064.670.799-06); Jean Paulo Moraes Canezin (028.840.481-54); Jeciane do Nascimento Sousa (046.223.663-39); Jefferson Fernandes dos Santos Dutra (044.301.204-04); Jepherson Santos da Silva (835.977.270-34); Jessica Nayara Ferrarezi Sartori (082.183.419-35); Jessica de Brito Souza Luz (031.803.031-40); Jessica de Matos Fonseca (094.681.766-90); Jhonatan Copelli Silveira (155.663.547-85); Joacy Pereira de Carvalho Filho (780.884.023-87); Joana Margarida Navalho Gaspar (074.754.321-65); Joana Margarida Navalho Gaspar (074.754.321-65); João Antônio Silva Pereira (711.091.644-83); João Antônio da Costa Lagranha (008.486.480-05); João Bernardo Aranha Ribeiro (016.396.282-07); João Carlos Jardim (491.264.878-70); João Gabriel de Almeida Silva (062.179.604-27); João Otávio Nicoletti Staub (043.904.659-96); João Paulo Leao Lessa (098.120.314-05); João Paulo dos Santos Silva (027.645.463-43); João Pedro Britto da Cunha (188.624.047-78); João Pedro Mollina Cardoso Nepomuceno (105.544.077-10); João Renato Bainy Gomes de Pinho (336.634.160-20); João Rodrigues da Cunha (010.121.303-47); João Victor Pientznauer Drumond (164.588.957-20); João Vitor Martorelli Brasil (176.660.207-08); João Vitor Teixeira Silva (757.136.241-53); Joceane Sapiezcinski (072.644.269-04);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Johnnatan Vinicius de Almeida Nogueira (066.257.325-08); Joice Wolfrann (057.410.309-04); Jomar Berton Junior (075.109.889-26); Jonas Francisco Lemus do Nascimento (048.015.961-00); Jordana Farias Pereira (024.328.781-08); Jorge Henrique Lima Mendes (091.020.034-30); Jose Amaury de Sousa Santos (047.063.265-83); José Andrade de Miranda Neto (054.811.385-81); José Antônio de Oliveira Junior (050.062.433-09); José Avelar Caminha Leal Filho (051.698.133-17); José Edemar Palubiack Marinho (655.637.519-53); José Eduardo Santos Araújo (073.719.785-44); José Jurandir Pereira Junior (009.584.024-93); José Maciel Mariano da Silva (107.164.174-30); José Marcelo de Jesus Santos (993.841.755-87); José Melo Ribeiro Alcantara (689.512.641-49); José Raul Cintra da Silva (112.845.264-29); Josevaldo Ribeiro Silva (090.356.224-30); Josué Alexandre Sander (048.037.869-09); Jovane Gonçalves dos Santos (054.048.039-83); Joyce Dutra de Paiva Neves (376.622.518-96); Júlia Favretto Machado (028.049.960-42); Juliana Marlene Simões Tenório (065.219.614-46); Juliana Motta Sebben (020.340.790-35); Juliana Rielli Silveira D Angeles Mendes (106.492.036-58); Juliana Silva Ribeiro de Andrade (134.999.267-41); Júlio Eduardo Damasceno Medina (064.634.159-60); Karen Cristina Guedes Silva (097.522.356-97); Karina Gonçalves (087.188.059-81); Karina Zendron da Cunha (053.690.179-13); Karina de Oliveira Carlos (363.712.828-40); Kauê Bressan Antunes (415.467.878-79); Kayo Ander Nascimento Gomes (020.486.036-96); Keiciane Canabarro Drehmer Marques (014.500.570-47); Keitty Rodrigues Vieira (088.617.259-45); Kelson Felipe Ribeiro Manozzo (075.837.829-70); Kenia Barros Almeida Lima (000.785.103-09); Kennedy Glauber Carvalho Leite (602.863.843-96); Ketlin Adriana Tives Ribeiro (066.404.419-00); Lais Cristina Rozone de Souza (080.814.589-48); Lais Guimarães de Freitas (011.095.033-00); Lais Perpetuo Perovano (124.084.397-60); Lais Sottili de Matos (067.257.129-32); Lara Carolina Malanowski (086.322.819-41); Lara Luiza Borges Becker (117.142.326-89); Lara Ravenna Andrade Gomes (062.998.113-23); Larissa Batista Santos (070.172.915-57); Larissa Dalla Corte Euzébio (033.954.760-06); Launelle Cardozo Martins (101.857.386-05); Laura Lais Chaves (027.523.410-08); Lauri Eduardo dos Santos (065.202.699-05); Lauro de Matos Nunes Filho (058.744.439-83); Lazaro Jose Rodrigues (105.090.056-16); Leandro Dorneles dos Santos (759.227.380-20); Leandro Gomes da Silva (223.598.158-57); Leandro Pessi Orige (044.502.689-89); Leandro Silva de Moraes (073.748.924-38); Leandro da Silva Lima (093.792.886-03); Lennon Pinho Farias (007.654.893-76); Lenon Schmitz (075.982.279-42); Leonardo Augusto de Oliveira (048.141.659-51); Leonardo Costa Luz (114.465.766-04); Leonardo Henrique Cruz Borges (124.686.246-88); Leonardo Leandro Silva (029.118.183-00); Leonardo Sathler Valerio da Costa (151.442.647-19); Leonardo Sousa e Silva (059.493.633-02); Leonel Barros Galvao (858.328.845-31); Leticia Mariano de Oliveira (074.931.929-10); Liliane Andrade Rosa (072.570.916-25); Lillian Bastian (005.554.000-77); Lis Sa Souza Vilarim (103.091.866-09); Litiane Barbosa Macedo (009.309.099-41); Livia Cindra de Souza (165.307.327-64); Loren Lopes Damásio (365.920.878-70); Lorena Falabella Daher de Freitas (077.545.346-30); Lorena Goes da Luz (093.002.099-57); Lourival Goncalves de Lima Junior (835.309.759-15); Luana Barossi (029.149.829-92); Luana Costa Pierre de Messias (962.157.553-20); Luanda Alvariza Gomes Ney (009.468.720-07); Lucas Alexandre Lopes Rodrigues (137.435.616-62); Lucas Cesar Frediani Sant Ana (352.255.748-40); Lucas Cezar Pinheiro (082.867.996-74); Lucas Eduardo Ribeiro Lima (068.797.273-60); Lucas Emanoel Lenartovicz (069.587.089-03); Lucas Ferreira Botelho (462.440.598-67); Lucas Gomes de Freitas (143.134.436-22); Lucas Jose Santos Vasconcelos (048.923.695-27); Lucas Motta de Arruda (147.219.807-79); Lucas Ozorio Paixão (073.095.306-83); Lucas Sidnei Carniel (077.137.289-29); Lucas Soares Rebelo (056.060.931-03); Lucas Voigt (069.513.279-20); Lucas Weslei Auler Ramos Veloso (109.221.876-90); Lucas da Cruz Gomes da Silva (045.585.813-60); Lucian Ribeiro da Silva (016.350.400-86); Luciana Lomando Canete (027.139.019-01); Luciano Alves do Nascimento (057.738.163-69); Luciano Franco da Silva (372.590.668-81); Luciano Kurtz Jornada (601.800.800-91); Luciano Leal Almeida (788.576.432-04); Luciano Luiz Oliveira e Silva Junior (181.177.097-59); Lucineide Aparecida Orvatti Nogueira (068.035.589-83); Ludimila de Oliveira Caldeira (117.354.116-04); Ludmila Cotrim Fagundes (024.693.725-42); Luis Felipe Costa Silva (054.448.509-23); Luis Fernando Antunes Lima (104.998.026-32); Luis Henrique da Silveira Lacerda (067.967.749-65); Luisa Thome Queiroz de Carvalho (049.029.651-35); Luiz Antônio Escorteganha Pollo (073.340.829-07); Luiz Carlos da Silva (014.622.569-45); Luiz Felipe Calado da Silva (132.958.344-23); Luiz Gustavo Duarte (077.891.129-29); Luiz Magno Pinto Bastos Junior (424.352.262-68); Luiza Soragge

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Lima Leao (113.951.206-41); Luiza da Costa Real Martins (042.643.731-40); Luna Clariana de Souza (016.897.721-40); Lunahra Vasconcelos Mesquita (045.738.123-00); Lyslian Joelma Alves Moreira (004.880.529-71); Madson Lima do Carmo (601.893.413-27); Magno dos Santos Barbosa (006.505.812-70); Maiara Pereira Xavier (057.260.321-52); Marcel Mangili Laurindo (049.261.559-40); Marcela Caldeira de Souza Maia (068.582.616-30); Marcela Marta Lazaretti Tormena (350.281.298-51); Marcela Oliveira Xavier (048.401.485-46); Marcello Marangon Barreto de Freitas (136.416.817-07); Marcelo Arceno (792.967.509-20); Marcelo Lucena de Albuquerque Romeiro (088.793.074-36); Marcelo Pacheco dos Santos (094.685.519-62); Marcelo Ribeiro Silva (062.080.973-63); Marcelo de Oliveira (078.124.519-25); Marcia Cristina Esteves (841.803.829-20); Marcio Rossi Junior (033.583.471-09); Marcio Seiji Suganuma (297.000.058-01); Marco Antônio Bomtempo Ribeiro (047.122.561-41); Marco Antônio dos Santos (823.891.529-53); Marco Túlio Batista Meira (118.349.906-02); Marcos Adriano Simoes de Souza (089.094.186-64); Marcos André Braz Vaz (230.140.748-96); Marcos Antônio Camillo (908.387.349-87); Marcos Aurelio Freire Ferraz Passos (049.509.605-98); Marcos Aurelio da Rocha (655.592.749-68); Marcos Geraldo Tomazi (009.918.357-94); Marcos Leandro Rocha Moraes (116.422.486-73); Marcos Marcel Kawasaki (309.555.268-84); Marcos Paulo Nostrani (065.797.779-90); Marcos Vinicius Fagundes Padilha (078.040.709-18); Marcos Xavier Gil Junior (335.350.708-64); Marcus Vinicius de Souza Nunes (013.916.010-84); Margarida Candido Guimaraes Freire (021.964.581-71); Maria Adélia Aparecida de Souza (039.734.418-04); Maria Aparecida de Souza (707.940.659-53); Maria Camila Costa Madeira (064.539.794-62); Maria Clara Almeida Pereira e Silva (090.144.736-64); Maria Isabel Cunha Vieira Cordioli (007.386.969-43); Maria Isabel da Silveira Bordini (070.382.149-00); Maria Luísa Martins Sucupira de Farias (059.144.444-54); Maria Luísa Santos Fernandes (106.421.396-01); Maria Luísa Tonetto (087.254.919-46); Maria Luiza Mundim Pena (017.109.191-40); Maria Marcella Medeiros Melo (092.907.774-19); Maria da Penha Xavier de Albuquerque (780.142.984-20); Mariana Aparecida Euflausino dos Santos (058.636.419-67); Mariana Felipe Silva (351.883.038-41); Mariana Fernandes da Silva Pereira (062.516.195-54); Mariana Gomes Godinho de Castro (053.370.019-14); Mariana Monteiro Mendes de Souza (010.677.901-01); Marilia Isabela Cardoso Matos (015.549.875-47); Marilia Previatello da Silva (075.563.634-14); Marina Carradore Sergio (079.746.359-32); Marina Marquim Nogueira da Fonte Cornelio (100.082.954-50); Marina Pissatto (008.706.009-40); Mario Alberto Biondo Goncalves (006.119.851-01); Marisa Caetano Januario Wosch (491.173.009-91); Maristela Aparecida Camargo dos Santos (000.717.199-46); Mateus Vinicius Bavaresco (040.612.161-39); Matheus Augusto Mendes Amparo (346.297.888-83); Matheus Bismarque Machado Guimaraes (033.122.211-61); Matheus Calazans Teixeira de Mello (123.356.106-51); Matheus D El Rei Martins (102.577.009-94); Matheus Fernando Lima Zuccherelli de Souza (401.014.248-09); Matheus Luiz Xavier de Souza da Conceicao (189.612.567-00); Matheus Nunes Mesquita Peres de Carvalho (045.404.971-46); Matheus Oliveira Kuhn (062.115.039-89); Matheus Pinto Moreira (056.696.993-94); Matheus Ravelli dos Reis Freitas (042.600.883-94); Matheus Vieira Goncalves (151.191.437-84); Matheus dos Santos (042.246.355-85); Mauricio Filgueiras Damasceno (029.814.959-17); Mauricio Girardi Schappo (065.058.509-70); Mauricio Sedrez dos Reis (398.774.859-15); Mauricio Valencia Ferreira da Luz (960.926.969-91); Maurilio da Silva Morrone (015.465.730-11); Mauro Francisco de Almeida Junior (132.257.006-06); Maycon Sousa Calado (079.402.254-56); Micael Rosa Silva (059.711.329-70); Michael Sarabia Batista (035.444.909-51); Michele Caron Novaes (021.706.999-10); Michele Fernandes Goncalves (324.764.768-62); Michelle de Oliveira Borgett (320.498.768-07); Michelly Bezerra Guedes Lima (700.269.591-60); Mickaelly Vieira Alves (117.220.184-61); Milrion Gomes Martins (989.311.565-53); Milton Ricardo de Medeiros Fernandes (912.163.200-63); Miqueias Marques Pereira (146.990.716-00); Moacir Manoel Rodrigues Junior (063.501.219-70); Moises de Sousa Justiniano (151.798.227-85); Monica Dias Ribeiro (004.557.039-65); Monica Dias Ribeiro (004.557.039-65); Monique Souza Teixeira (047.705.519-24); Moyses de Oliveira Neto (910.913.909-59); Nádia Cristina de Oliveira (019.566.109-52); Nadja Regina Sousa Magalhaes (784.370.323-34); Nadson Lobo de Jesus (016.448.195-89); Nathalia Berger Werlang (050.144.779-25); Nathalia Coral Galvani (101.849.639-40); Nathalia Helena Fernandes Laffin (066.694.559-41); Nathalia Silva Leite (354.642.828-58); Nayara Amorim Conceicao (067.095.745-39); Nelson Libardi Junior (052.684.639-93); Nicholas Bruggner Grassi (388.950.018-85); Nicolle Ferreira (125.235.569-60); Nicoly Danielski dos Santos (085.951.619-92); Nilson dos Santos (892.613.305-25); Nilvan Teixeira de Araújo

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Junior (074.669.234-02); Noah Emanuel Brito Teles (054.131.365-79); Odair Eduardo Geller (944.051.669-00); Oscar Ciro Lopez Vaca (671.660.599-15); Osmar Fabiano de Souza Filho (086.007.859-01); Otavio Júnio de Oliveira Souza (023.157.091-05); Pablo Batista Couto (167.374.677-25); Pablo Ramon Silva (101.256.076-79); Pablo Ricardo de Araújo Santos (157.339.777-60); Paola Beatriz May Rebollar (019.203.749-81); Patricia Denicolo David Prati (026.960.149-06); Patricia da Silva (709.793.089-68); Patricia da Silva Neubert (835.969.090-15); Paula Fabiane de Souza (046.100.589-10); Paula Leticia Cechetto (089.731.379-80); Paullo Kaique Moura Cronemberger (044.331.693-74); Paulo Henrique Leão do Nascimento (059.394.323-60); Paulo Henrique Silva (086.818.796-85); Paulo Roberto Borella (027.617.479-84); Paulo Rogerio Medeiros de Chaves (032.002.260-99); Paulo Sergio Balbino Miguel (055.408.516-09); Paulo Sergio Ferreira de Lima Junior (058.060.309-11); Paulo Sergio Maniesi (616.223.209-30); Pedro Augusto de Aquino Morosini (022.533.391-05); Pedro Bruno Xavier Alcantara (607.168.283-59); Pedro Henrique Auler Monteiro (132.408.357-38); Pedro Henrique Oliveira Giraldes (036.601.421-82); Pedro Henrique Rosa dos Santos (050.667.221-22); Pedro Henrique Saraiva Muniz (167.144.057-90); Pedro Henrique de Oliveira Lima (466.130.278-80); Pedro Henrique de Souza Barros Ricardo (123.846.547-13); Pedro Ivo Aquino Leite Sala (006.293.411-25); Pedro Lucas Coelho Pereira Bento (198.491.877-00); Pedro Luis Angelotti Miseli (142.945.057-61); Pedro Nogueira da Gama (007.442.897-77); Pedro Rodrigues Sousa da Cruz (369.536.658-31); Pedro Romano Mileo Filho (128.216.162-87); Phellipe Melo da Silva (047.881.592-10); Philipe Rodrigo Corgozinho (074.641.656-32); Priscila Coelho Silva (099.270.596-71); Priscila Custódio Martins (090.337.379-30); Publio Macedo Lima (122.190.417-51); Rafael Augusto Pimenta (079.852.466-90); Rafael Guerra de Pontes (076.372.864-01); Rafael Haeffner (821.975.390-00); Rafael Seidi Shigueoka (062.157.619-07); Rafael Silva Santos (418.440.808-70); Rafael de Carvalho Picinin (109.948.096-54); Rafael de Lima Aguiar (009.878.389-03); Rafael de Souza (046.860.096-50); Rafaela Marques Rafael (228.699.738-10); Rafaela Rodrigues Carneiro (078.968.539-65); Raomax Charlles Moreira Matias (022.686.833-89); Raphael Ferreira Lima (059.083.847-47); Raquel Rodrigues Teixeira Benevides (231.000.978-40); Raquel Teodoro da Silva Onevetch (030.373.539-29); Regina Eirado de Araújo (677.178.965-91); Regina Maris Pinheiro D Azevedo (646.368.011-72); Renan Augusto de Almeida Gomes (509.135.588-00); Renan Sousa Sa (410.306.778-08); Renan de Oliveira Alves Takeuchi (122.163.977-33); Renata Carolina Pereira (066.449.809-45); Renata Cecilia de Lima Oliveira (050.264.069-39); Renata Lucena Dalmaso (033.904.099-80); Renata Pereira Paiva Macedo (132.749.387-00); Ricardo Azambuja Silveira (231.225.790-49); Ricardo Bohaczuk Venturelli (058.357.979-58); Ricardo El Koury Daoud (047.152.851-00); Ricardo José Pfitscher (060.431.169-95); Ricardo Luchtenberg Ribeiro (011.353.871-50); Ricardo Luiz Cavalcanti de Albuquerque Junior (849.876.344-49); Ricardo Quentel Melo (047.979.029-90); Ricardo Silva Agostinho (035.033.253-36); Ricardo Vieira Goncalves (002.466.710-25); Ricardo de Almeida Pimenta (323.732.208-30); Rita Carolina de Melo (087.498.439-40); Rita de Cassia Broker (029.635.609-31); Robert Santana da Silva (023.976.071-90); Roberto Augusto Rios Barbosa Silva (140.694.196-40); Roberto de Queiroz Cunha (183.161.557-61); Robson de Carvalho (087.426.669-61); Rodolfo Vieira Nunes (354.234.058-82); Rodrigo Costa Ugoline (128.706.936-30); Rodrigo Diego de Souza (064.374.469-00); Rodrigo Laemmle (027.100.789-37); Rodrigo Moraes Bastos (116.569.387-90); Rodrigo de Almeida Heringer (392.860.371-04); Rogerio Felipe de Andrade (144.138.486-32); Rogerio Michael Musatto (074.995.579-10); Ronaldo José Piccoli (072.886.419-37); Ronan Anacleto Lopes (063.661.229-54); Rosangela Carline Schemmer (063.645.929-29); Ruan Matheus Nascimento Toledano (514.498.032-53); Rui Ramos de Andrade Lima Bisneto (112.631.084-07); Ruth Nunes da Silva (577.933.109-00); Sabrina Lourdes Pereira de Cristo (115.624.546-09); Samanta Ramos dos Santos Leske (036.133.079-01); Samara Eliane Rabelo Suplici (912.940.886-53); Samuel Sarmento de Sa (157.865.746-60); Samuth Duarte Alves Pereira (048.744.501-56); Sanmy Rocha Nobrega (090.644.584-13); Sara Regina Naszeniak (009.641.049-38); Sarah de Sousa Martins (607.193.693-47); Saulo Vinicius da Rosa (081.909.519-20); Saulo de Souza Toledo (131.128.396-09); Saulon Guimarães Soares (086.940.075-41); Sávio Túlio de Sá Aguiar Silva (096.998.654-82); Saymon Neres Campos (043.289.022-02); Sayonara Mendes Silva (003.846.819-05); Scheila Anelise Pereira Dutra (062.103.409-62); Sebastião Alves da Cruz Neto (098.064.116-09); Sergio Augusto Dias Castro (051.277.173-10); Sheila Lorena Dutra Pereira de Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

(026.291.371-20); Sidney Eugênio de Melo (029.830.999-89); Sidney Rosa Junior (112.718.006-16); Silas Rafael da Fonseca (369.251.588-07); Silvana Matucheski (035.132.029-62); Silvana Pereira Barbosa (010.137.745-23); Silvana de Araújo Vailloes (037.087.379-38); Silvia Faria da Rocha (012.289.810-94); Simone Farias Antunez Reis (019.309.910-10); Simone Silmara Werner (049.925.219-59); Simone da Silva Castro (014.245.390-05); Sinaria Andrade de Oliveira Araujo (532.265.695-20); Stefania Peixer Lorenzini (059.199.049-09); Stephanie Thiesen (057.995.759-46); Sthefane Cristina de Lima Duarte (020.923.861-58); Suelen Priscila Ferreira Alves (070.712.859-50); Suellen Ribeiro Sousa (032.766.545-98); Suzane Conceição Pantolfi Tostes (064.012.909-94); Suzi Barletto Cavalli (384.632.290-34); Taina Barbie do Espirito Santo (042.991.689-25); Talita Floriano dos Santos (013.781.004-09); Talita Melsone Marcondes (334.782.078-94); Tamiris Dal Bo Martinello (003.633.869-98); Tamiris Saraiva de Carvalho (025.297.623-17); Tania Santos Silva (049.547.245-03); Tassio Jorge Figueiredo de Araujo (066.994.704-00); Tatiana Minchoni (053.952.964-84); Taylon Roger Souza Santos (104.516.616-21); Tayna Barbosa Correia (063.605.703-86); Taynara Cerigueli Dutra (076.341.719-05); Tayse Feliciano Marques (069.064.729-84); Thais Machado Alencar (046.293.121-88); Thaisa Mariana Santiago Rocha (077.906.139-01); Thaise Dias Alves (066.261.629-42); Thales Campos de Rezende (120.288.396-60); Thales dos Santos Chagas (188.428.067-65); Thallita Karla Silva do Nascimento Gonzaga (054.059.013-42); Thamyres de Souza Couto Simoes (140.310.597-95); Thiago Emanuel de Carvalho Pereira (046.545.293-06); Thiago Francisco de Souza Carneiro Neto (066.319.685-00); Thiago Freitas de Porfirio Sousa (042.740.871-74); Thiago Jorge Ferreira Santos (392.136.148-61); Thiago Junqueira Rezek (110.489.296-04); Thiago Mamoru Sakae (031.525.439-48); Thiago Paglarin da Silva Souza (297.860.088-80); Thiago Reginaldo (046.968.429-16); Thiago Rosa Nobre (004.385.213-07); Tiago Costa Borges (999.562.681-00); Tiago Felix dos Santos (122.629.417-00); Tiago Olivoto (019.689.590-17); Tiago Tadeu Amaral de Oliveira (083.671.179-30); Tiago da Silveira Cota (003.745.346-75); Tiberio Cesar Queiroz Sampaio (043.934.043-86); Ticiano Pereira Monteiro (921.261.893-68); Tito Cesar Marques de Almeida (751.904.357-68); Ulisses Freitas de Souza (073.502.437-58); Ulisses Wanderley Moreira de Carvalho (155.745.307-16); Valter Miotto Alessio (380.402.448-38); Vanderlei Artur Bier (913.297.529-53); Vanessa Leme Fadel Steinhauser (104.888.619-00); Vanessa Martinhago Borges Fernandes (047.659.429-45); Vanessa de Meneses Silva (086.674.274-38); Verônica Gomes Neves (032.568.067-16); Victor Leopoldo Batista de Moura Cantalice (025.338.023-52); Victor Martins Guilherme (147.994.286-32); Vinicius Castanha Campana (049.846.589-67); Vinicius Costa Cysneiros (122.971.537-16); Vinicius Gottardo (029.676.609-73); Vinicius José Henrique da Costa Leonardi (045.692.979-78); Vinicius Teixeira Brito (848.470.775-04); Vinicius Veloso Eleuterio Nogueira (096.683.696-02); Virginia Meneghini Lazzari (006.908.590-07); Virley Gardeny Lima Sena (007.990.933-78); Vitor Carneiro Melo (201.165.957-44); Vitor Carvalho Santos (062.328.795-11); Vitor Hugo da Silva Basilio (169.927.327-81); Vitor Monteiro Moraes (034.311.650-28); Vitor Vilasboas de Oliveira (042.723.615-03); Vitoria de Lara Miranda (104.981.949-73); Vivian Almeida Koslowski (011.015.240-90); Vivian Graziela Oliveira Carneiro (094.284.084-41); Vivian Nunes Gomes (060.597.779-88); Viviane Freitas Santos (004.048.685-09); Viviane Gusmao Costa (001.901.095-80); Wagner de Oliveira Araujo (898.001.412-00); Weber Luiz de Oliveira (267.921.578-80); Wendell Santana Fagundes (060.556.685-21); Wesley dos Santos Villela Batista (045.728.439-02); Weslley de Vasconcelos Rodrigues da Silva (046.941.463-43); William Cavalcante de Araújo (114.343.137-51); Willy Ferraz Vieira Lopes (102.799.946-80); Wilson Leal Rodrigues Junior (031.668.573-97); Wiviane Gama de Siqueira (027.430.621-26); Yan Alves Carvalho (047.011.071-66); Yan Levy Lima Nunes (027.518.043-30); Yuri Alexander dos Santos Antonio Almeida (161.615.327-00); Yuri Caique Pereira Sousa (142.292.466-17); Yuri Eulálio Raposo Lacerda (063.692.134-46); Zelma Ribeiro Magalhães (102.580.936-09).

1.2. Órgão/Entidade: Colégio Pedro II; Comando do Exército; Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná; Universidade Federal de Santa Catarina.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14033/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal, constantes na lista 33/2023, relacionados nos autos.

1. Processo TC-006.291/2023-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abigail Marinho da Silva (141.010.397-80); Acácia Mayra Pereira de Lima (033.427.065-03); Adelso Fidelis de Moura (270.564.488-10); Ademir Martins de Oliveira (346.147.021-04); Adianne Fernanda Santos da Costa (065.398.784-60); Adina de Oliveira Matos (842.488.902-91); Adna Evelin Gadelha Pereira Veneza (001.178.272-23); Adriana Schavarski (049.253.679-19); Adriano Guimarães de Oliveira (111.194.887-96); Adriano Makux de Paula (075.945.419-10); Ailson Gomes de Lima (020.498.832-26); Airton Sousa da Silva (054.270.362-96); Akelly Marques Peres (725.241.891-04); Alan Araújo Brandão (047.739.242-33); Alan Kardec Ferreira Gomes (075.264.877-27); Alana Maria Cerqueira de Oliveira (933.421.105-97); Alanderson Ramos de Melo (987.931.872-20); Aleff Russi (095.140.329-00); Alessandra Helena Kimura Palmeira (003.579.922-61); Alessandra Rodrigues Araújo Vieira (722.080.231-53); Alessandra Tonin Incerti (025.962.400-41); Alessandro Carlos da Silva Junior (099.626.756-50); Alessandro Peregalli Fontana (065.080.457-09); Alex Cabral de Britto (080.095.414-94); Alex Mercio Mendez Larrosa (723.349.240-91); Alexander Antony de Oliveira (034.318.662-47); Alexandre Ferreira Soares (846.405.022-49); Alexandre Moretto Ribeiro (465.957.830-53); Alexandre Troian (988.981.080-87); Alexandre de Souza (074.381.659-57); Alexsander Barbosa da Silva (114.321.804-36); Aline Aguiar Lopes (094.476.867-96); Aline Ferreira de Assis de Lima (119.564.747-65); Aline Gabriel Freire (064.659.074-02); Aline Saraiva da Silva Oliveira (011.948.492-70); Aline do Monte Spinosa (043.368.243-47); Alisson José Alves da Silva (089.846.529-03); Allan Kleyton Muniz Pinto (111.624.604-07); Allison Ribeiro e Silva (046.369.041-92); Allisson Gomes dos Santos Goes (018.941.395-69); Altemir Martins Ribeiro (492.372.920-15); Aluísio do Nascimento Wrasse (015.508.270-14); Álvaro Carvalho Monteiro (033.138.233-43); Alyson Souza dos Santos (060.060.581-70); Amanda Henriques Bessa Figueredo (033.581.155-85); Amanda Pereira de Freitas (096.466.384-81); Amanda Santos de Oliveira Pontes (133.440.407-07); Amanda Vitoria de Almeida Pires (913.164.992-00); Amilton Maia Freitas de Oliveira (084.780.456-94); Ana Claudia Nery Camuri Nunes (431.106.652-04); Ana Claudia Sobral Pompeu de Campos (089.628.766-12); Ana Lidia da Silva Cascales Correa (071.801.299-25); Ana Ligia Muniz Rodrigues (038.170.253-78); Ana Lucia Lodi Ribeiro (892.314.577-72); Ana Luiza Arcanjo de Carvalho do Carmo (086.253.674-02); Ana Paula Alves Martins (009.702.571-20); Ana Paula Matos Ximenes (123.935.717-60); Ana Paula Miguel Landim (108.345.256-82); Anália Bescia Martins de Barros (621.025.590-68); Anderson da Costa Maciel (886.611.302-63); André Hamilton Silva Pereira Vilela (035.345.126-69); André Luis Furtado da Hora (107.222.827-02); André Luis Pereira da Silva (675.901.606-87); André de Azambuja Maraschin (024.860.840-10); Andrea Cantarelli Morales (620.843.640-00); Andrea Maria Lins Bertazzo (839.995.072-68); Andrea Moreira Wood de Oliveira (109.092.387-23); Andrea de Carvalho Anacleto Ferrari de Castro (287.162.818-10); Andrea de Martino Luppi (083.064.556-06); Andrei Nunes Marciel (031.983.482-42); Andreia Galloulckydio (012.179.557-80); Andreia Melo Rodrigues (058.930.695-28); Andreia Regina dos Santos Fonseca (107.682.417-07); Andreia da Silva Mafassioli (651.755.490-49); Andressa Thais Favero Bertasi (024.748.720-19); Angélica Sayuri Mizutani (046.105.149-40); Anna Beatriz Alvim da Cunha Pereira Rodrigues (130.402.297-88); Anna Paula Navarro Reolon (340.407.138-77); Antônia Edna Sousa Leonor (051.544.393-09); Antônio dos Santos Cabral (108.786.167-56); Aquila Matheus de Souza Oliveira (052.590.673-80); Ariane Correa Pacheco (017.627.360-39); Armando Vieira de Matos Neto (025.627.612-94); Arthur William da Silva Ramos (003.719.822-00); Aurelino Matos do Amaral (519.408.172-34); Aurélio Meira Nunes (022.763.825-54);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Bárbara Caroliny Pereira Costa (108.231.216-90); Bárbara Martins do Vale (152.050.467-59); Beatriz Machado Bezerra (058.667.483-71); Bely Rodriguez Morales (062.892.417-88); Betania de Oliveira Almeida de Andrade (158.012.757-62); Bianca Lana de Sousa (099.049.356-37); Bianca Pires Ihara (009.599.553-64); Bianca Schaeffer Teixeira (155.845.277-00); Bianca Silva Araújo (100.599.214-20); Breno Igreja de Freitas (143.289.877-98); Breno Victor de Lima Valentim (086.673.394-90); Bruna Pereira Caixeta (076.421.986-39); Bruna Valeriano da Silva Lisboa (088.413.009-65); Bruna de Andrade e Silva (149.558.087-35); Bruno Araújo Lopes (051.217.411-38); Bruno Delmondes Xavier (015.822.501-54); Bruno Fonseca Feitosa (017.866.114-73); Bruno Luiz Silva Rodighiero (009.402.621-18); Bruno Ronald Gomes de Farias (104.318.094-02); Caio Cesar Peraphan Lima (118.053.257-01); Caio Cesar de Sousa Balena (037.100.051-32); Caleb Chagas de Oliveira (092.201.026-92); Camila Accioly Ary (041.152.453-44); Camila Alves de Melo (014.153.230-03); Camila Gisele Damasceno Peixoto Morais (055.304.264-50); Camila Isoton (059.463.669-80); Camila Mirella Santos de Oliveira (077.413.524-74); Camila Peres Nogues (821.848.520-15); Camile Cecilia dos Anjos (856.943.981-49); Camilla Maria Frazao Vieira (049.384.303-55); Camilo de Lellis Barreto Junior (106.213.846-58); Carina Moreira Costa (098.088.489-66); Caritsa Scartaty Moreira (088.159.244-77); Carla Germano Dourado Campos (056.567.551-69); Carla Hart Borges da Silva (035.375.842-61); Carla Maria de Almeida (076.482.134-27); Carlos Alberto Batista Maciel (764.941.286-53); Carlos Alberto Correa Costa Junior (486.605.665-72); Carlos Eduardo Henrique da Cruz (064.741.611-59); Carlos Roberto Staine Prado Filho (368.353.418-40); Carolina Christoph Grillo (097.880.167-90); Carolina Ferreira de Matos Jauris (052.319.809-43); Carolina Nonato Carneiro (164.055.067-46); Carolina Silveira Mascarenhas (962.916.800-68); Caroline Martins Mota (075.460.666-03); Caroline Tomazoni Santos (006.982.279-48); Cecilia Cavalieri de Aquino (038.676.379-89); Celiana Nogueira Cabral dos Santos (064.444.306-58); Cesar Augusto Hafele (018.531.840-12); Cesar Augusto Sene (311.306.098-20); Christian Aloys Wafo Nomsi (018.988.146-19); Christian Gonzatti (026.214.000-43); Christianne Andrade Rocha Pereira (727.371.821-15); Cibele Cheron (936.694.290-34); Cindi Luhanne Frozi (037.034.880-00); Cinthia Lopes da Silva (247.642.888-42); Cintia Ingrid Macedo Ribeiro (095.906.077-48); Cintia Teixeira Santos Galdino (140.925.937-40); Clara Bezerril Camara (060.776.714-60); Clara Machado Meurer (081.476.256-50); Claudete Marques das Neves (599.573.872-00); Claudia Olimpia Neves Mamede Maestri (051.607.326-59); Claudia de Souza Neves (592.272.307-34); Claudiane Santos da Costa (133.891.937-74); Claudio Cobas Costa Cunha (031.873.645-43); Claudiomiro Ferreira de Oliveira (004.497.623-27); Cleber Andre Cechinel (023.864.939-38); Cleiton da Silva Andrade Pires (274.773.178-27); Cleusa Vogel Ely (016.591.280-48); Conrado Cerqueira D Avila (105.483.017-78); Conrado Ermel (013.429.980-90); Cristiane Cardoso Campos (080.355.947-02); Cristiane Maciel de Souza Andrade (027.459.326-24); Cristiane Maria Colli (267.944.888-09); Cristiane Pereira Peres (009.811.351-88); Cristiano Aparecido Simoes de Toledo (040.615.096-67); Cristiano Ferrara de Resende (088.118.156-06); Cristiano Pinto Oliveira da Rosa (728.397.670-15); Cristielly Amaral Braz Paulino (092.498.896-74); Cynthya Carolina Gomes Manso (859.127.941-72); Daiani Canabarro Leite (838.587.170-53); Daniel Carvalho Oliveira (838.990.575-20); Daniel Jose de Souza Dantas Filho (013.931.794-52); Daniel Khede Dourado Villa (110.697.277-50); Daniel Lopes Martins (067.885.454-80); Daniel Luna de Menezes (090.313.074-24); Daniel Schlemper (055.125.669-97); Daniel de Brito Tavares Filho (017.944.991-56); Daniela Bastos Moutinho e Silva (071.300.356-17); Daniela Domicia da Silva (056.494.581-11); Daniela Lippstein (018.306.820-32); Daniela Magalhães Klokler (157.393.878-50); Daniela Sabarim (338.842.948-06); Daniela Tonini da Rocha (056.864.219-86); Daniela de Carvalho Cruz (101.213.307-96); Daniele Boulhosa da Rocha (806.067.682-20); Daniele da Silva Santos de Procópio (069.816.397-42); Daniella Chagas Mesquita (034.443.241-62); Danielle Cristina Gasparini (101.080.617-36); Danielle Gomes Marconato (107.171.796-05); Danielle Vannes Ferreira Gomes (730.390.801-30); Danielle Vieira Lima (037.155.996-00); Danilo Aguiar Paes Leme (335.625.168-60); Danilo Barbosa de Arruda (014.118.094-32); Danilo Oliveira Lima Teixeira (840.479.505-30); Darcilede Gomes do Vale (752.172.442-91); Darlan de Souza Marquezola (216.485.238-97); Davi Pereira de Souza (016.638.862-96); David Galvão Rosado (099.456.574-70); Dayane Ellen Vidal Pimenta Weber Costa (221.758.768-45); Dayane Pereira Batista (353.541.918-23); Dayane Resende da Mata (091.412.116-26); Debora Samara Ferreira Dias (935.391.772-72); Debora de Sales Fontoura da Silva Frantz

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

(003.621.050-14); Denise Elidia da Silva (005.941.552-58); Denison Sodré Moura (147.133.877-03); Derek Alcântara da Silva (359.438.938-30); Dernier Bruno Teixeira (000.950.273-43); Diego Addan Goncalves (050.405.919-00); Diego Rodrigues Marques (330.060.028-65); Diego Sousa Lopes (008.732.732-57); Dilclidiane Fidelis Lira (019.556.932-69); Diogo Eduardo Moyses Carvalho dos Santos (088.652.467-90); Diogo Maia Ramos Lopes (011.189.592-80); Diogo Mauricio Betiolo (054.743.829-01); Diogo Ricardo Goulart Pereira Rego (757.492.700-68); Diogo Saab Baroli (064.658.011-67); Dioney Ribeiro da Silveira Junior (101.364.479-45); Diulio Andrew Torres de Souza (534.424.742-72); Douglas João Orben (066.114.919-61); Douglas Neumar Menon (930.598.251-49); Edelson da Cruz Luz (694.108.012-49); Edelvan Hellmann Zanella (044.012.181-75); Eder Barbosa Ramos (715.467.151-34); Eder Gomes de Oliveira da Silva (036.662.561-63); Edir dos Santos Alves (441.305.700-72); Edivanobia Freire Cardoso (059.370.774-58); Edmundo Cunha Monte Bezerra (027.103.004-60); Edson Pereira Cardoso (745.040.968-20); Edson Saldiva Jordão Junior (407.230.688-60); Eduardo Pinto Machado (016.126.650-98); Eduardo Rodrigues do Nascimento (071.857.006-55); Eduardo Teixeira de Carvalho Junior (939.268.479-72); Elaine Cristina Paganotti Rezende (892.102.471-91); Eleonora Barbosa Santiago da Costa (042.783.823-16); Eliane da Conceição Silva (185.215.618-06); Eliane da Silva Campos (280.269.181-34); Elis Braga Licks (006.513.650-07); Elisa Rucks Megier (015.649.950-97); Elisandra Mottin Freschi (924.842.630-15); Elizabeth Hortêncio de Melo (024.579.944-38); Elizabeth de Souza Gomes Souza (085.602.627-17); Ellie Cristina Silva Ribeiro (022.065.212-02); Elton Oliveira Souza de Medeiros (267.758.828-58); Elysa Tomazi (055.824.029-18); Elyssa Gonçalves da Paz (731.521.451-87); Emerson Vitor Souza (124.909.656-11); Eric Valter Saconi Barbosa (005.163.151-29); Erica Cursino Pessoa (026.420.801-37); Erika Garcia Trevizo (383.183.818-66); Erika Kiyomi Yuyama (892.034.452-34); Erika Martins Araujo (057.968.963-85); Erika Martins de Figueiredo (053.312.876-54); Esperidiao Kennedy Rocha de Menezes (216.078.502-49); Euripedes Ferreira de Carvalho Junior (933.858.541-72); Evelin de Fátima Ribeiro (116.519.816-98); Everton Aguiar de Oliveira (083.618.556-02); Everton Ribeiro (054.579.289-42); Everton da Silva Barros (864.060.783-49); Expedito Augusto Cardoso Nobre Filho (008.405.412-36); Fabiane Crys Barbiero (063.174.779-65); Fabiane Machado Pavani (024.785.060-84); Fabiano Romero de Souza Badaraco (955.783.150-20); Fabiano de Cristo Araujo de Oliveira Junior (842.026.372-91); Fabio Junior Araujo Silva (061.369.294-22); Fabio Luis Winter (035.633.250-06); Fabio Rodrigo Thewes (021.589.640-81); Fabricio da Silva Nascimento Bogea (543.076.192-34); Fausto Erritto Barbo (299.337.798-18); Felipe Alves da Silva (093.620.429-08); Felipe Biguinatti Carias (117.393.077-98); Felipe Borborema Cunha Lima (979.872.044-04); Felipe Dornelles da Silva (022.693.470-56); Felipe Feitosa Nogueira (023.162.253-81); Felipe Luis Palombini (019.335.630-95); Felipe Mattar Ferraco (101.283.377-10); Felipe Miotto de Oliveira (039.427.331-10); Felipe Perin Bezerra (023.058.801-89); Felipe Pires Maciel Pereira (404.039.268-07); Felipe Ramon Less (340.325.158-67); Fernanda Aparecida Fortes Paiva (082.529.727-30); Fernanda Bianca Hesse (002.229.190-35); Fernanda Cristina de Oliveira (088.480.206-07); Fernanda Cursino Villela (063.147.145-67); Fernanda D Athayde Rodrigues (941.634.990-91); Fernanda Gabriela Silva Cordeiro de Lima (022.312.562-82); Fernanda Giendruczak Fernandes (842.488.580-53); Fernanda Maria Ribeiro (104.125.456-32); Fernanda Martins (045.441.249-56); Fernanda Mayrink Paes (123.425.887-04); Fernanda Siqueira Lima (089.686.384-03); Fernando Luciano Alves de Souza (084.898.476-57); Fernando Mateus Ribas (434.785.588-59); Fernando Vinicius do Carmo Castro (056.034.381-77); Filipe de Sousa Shockness (959.494.102-20); Flavia Renata Machado Paiani (054.780.217-09); Flávia Wanderley Cavalcanti de Almeida Pedrosa (087.736.014-62); Flávia de Freitas Costa (083.403.376-37); Flávio Araújo Pousa Paiva (079.554.356-56); Flávio Muniz Chaves (810.784.123-91); Florentino Camargo (034.811.639-08); Franci Moraes de Oliveira (671.736.242-15); Franciana Bonadeu da Silva (921.438.902-06); Franciele D Ambros (842.942.560-87); Franciele Masiero Vasconcellos (013.452.250-83); Franciele Nogueira dos Santos (528.136.572-04); Franciele da Silva Ferreira Zsigmond (064.103.819-48); Francine Baranoski Pereira (046.044.109-41); Francine Fabiana Ozaki (351.469.988-76); Francisco Bandeira Amaral Filho (853.208.462-15); Francisco Claudio Rodrigues Barbosa (587.015.592-49); Francisco Clezio de Souza Junior (010.071.863-99); Francisco Edson Terto Costa (632.843.163-53); Francisco Edvar Lima Junior (065.944.883-17); Francisco Marcos Mendes Nogueira (231.255.942-00); Franco Fernandes Machado Junior (063.766.154-06); Frederico Adão de

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Oliveira Santana (734.846.951-53); Frederico Rocha Rodrigues Alves (032.704.351-26); Gabriel Ferreira Ocampo (678.560.982-87); Gabriel Machado Lunardi (022.079.810-96); Gabriel Magalhães Tavares (113.581.417-11); Gabriel dos Santos Cavatti (140.542.857-08); Gabriel dos Santos e Silva (078.184.639-09); Gabriela Fernandes da Rosa Dias (023.350.900-38); Gabriela Marques Goncalves (021.794.961-41); Gabriela Menezes Zacareli (111.697.496-74); Gabriela Moreira Ribeiro (058.494.327-01); Gabriela Pires Menezes Feijo (036.242.552-31); Gabriela de Souza Damasceno (020.755.902-30); Gabriella Bonze Santos (110.439.397-25); Geazi Oliveira da Fonseca (081.511.246-79); Gefson Freitas Pereira Junior (061.703.702-70); George Rogers Andrade Silva (011.518.024-92); Geriane Macedo Rocha (089.171.386-75); Gerlane Freires dos Santos (058.954.844-17); Gerlisson Sampaio da Silva (056.808.982-09); Gessika Morgana Silva Santos (042.563.925-80); Giedra Regina Pasqualin (018.866.439-46); Gil Ignacio Lara Canizares (231.629.078-70); Gileaide da Silva Feitoza (484.491.992-04); Gilson Ipaxi Awyga Tapirape (000.918.581-00); Gilvanete Dantas de Oliveira Pereira (504.547.494-49); Giovana Costa Réus (066.244.679-83); Giovanna Pisicchio Zanoni (078.255.049-50); Glauci Pereira Ramos (812.547.336-04); Gleydson dos Santos Silva (700.028.002-68); Gliciene Quintão Coimbra (678.569.502-34); Gloria de Sousa Bertino Tarle da Silva (032.587.333-09); Graciete Marcolina Figueiredo Coelho (159.513.057-80); Graciete Soares Azevedo de Oliveira (045.677.076-30); Grazielle de Oliveira (074.071.939-40); Guilherme Henriques Soares (980.626.382-00); Guilherme Pereira Silva Avilar (025.537.702-94); Gustavo Danicki Aureliano Rosa (011.698.141-58); Gustavo de Oliveira Stochero (035.872.840-16); Hannah Maia Noronha (015.798.912-76); Harllesson Galucio de Almeida (881.526.502-34); Helena Cancela Cattani (011.527.970-93); Helton Luiz Santana Oliveira (480.375.081-53); Henrique Rangel da Cunha (139.060.367-90); Hercules Lopes dos Santos (733.800.162-68); Hermano Martins Domingues (091.115.796-41); Higor Miranda Cavalcante (095.770.979-01); Hoziel Domingos Rodrigues Junior (701.248.031-99); Hugo Leonardo de Oliveira Sousa (074.762.106-38); Humberto Horst Bezuska (068.166.969-13); Iago Longue Martins (138.522.907-16); Iandra Salviano Araújo Schmitberger (105.107.256-51); Iassana Martins da Silva (011.583.160-62); Ida Vaz Machado (810.137.609-72); Igo Bruno Novais Gomes (038.915.445-88); Igor Berrogain Marques Teixeira (141.447.487-31); Igor Fonseca Figueiredo (092.501.027-80); Igor Sousa Gonçalves (121.536.896-86); Igor de Tarso Maracaja Bezerra (091.356.164-90); Ila Carmosina Souza Villarinho Lira Dias da Silva (041.696.055-35); Indianara Cucco (047.844.989-58); Isabela Caldeira Lima (108.956.846-08); Isis Ribeiro do Nascimento (933.450.892-20); Isla Maria Amorim de Souza Mansour (085.521.677-86); Ismael David Ferreira Melo (726.175.351-34); Ismênia Edwirges Bernardes Marcal (123.725.076-56); Ítalo Cesar Rodrigues de Rosso (025.778.512-43); Ítalo Ruan Dantas Ferreira (054.001.243-21); Ivana Catarina Fischer (812.522.699-00); Jacintho Serra Pacheco (090.957.257-74); Jackson Pinto da Silva (719.413.202-87); Jacqueline Bonfim e Candido (108.921.016-79); Jacqueline Faria Dessimoni Pinto (087.776.446-89); Jailson Bertoli Junior (122.752.007-70); Jaime Fiomaro dos Santos Neto (421.568.968-60); Jainara Pacheco de Braga (061.204.679-63); Jair da Silva Andrade (107.542.404-60); Jakeanne Fernandes Loiola (014.076.793-25); Jane Kelly de Freitas Santos (069.406.809-85); Jaqueline Santos Moreira Leite (024.895.811-98); Jaqueline da Silva Pereira (983.431.141-91); Jaqueline de Araujo Muniz (115.830.337-85); Jarles Tarsso Gomes Santos (107.210.634-54); Jean Reis de Almeida (981.073.212-00); Jeane Cristina Faria Viana (032.815.017-70); Jeferson Scaccheti Prado (092.743.649-38); Jeferson Silva Carvalho (049.861.705-03); Jeferson Soares Marinho de Sousa Junior (992.499.523-68); Jennifer Cattem Conte (114.694.917-02); Jeronymo Dalapicolla (116.647.247-70); Jessica Alves Resende Freitas (112.364.476-46); Jessica Bruna Santos Ferreira (021.904.882-73); Jessica Cristina Maciel dos Santos (124.317.577-06); Jessica Madeira Bittencourt (048.692.285-56); Jessica Mesquita do Nascimento (052.000.123-09); Jessica Nunes de Alcantara (076.391.356-13); Jessica Ramayanna Silva Albuquerque (054.103.035-39); Jessica Santos Alves (110.186.886-41); Jhonatan dos Santos Silva (970.671.302-63); Jimmy Cardoso da Assuncao Vara (042.381.362-50); Joali Ingracia Santos de Oliveira (088.540.164-62); Joane Priscila Silva de Souza (002.841.552-33); João Antônio da Silva Neto (087.777.894-90); João Batista Araújo Barbosa Junior (024.789.501-62); João Daniel Cardoso da Costa (090.690.797-71); João Erikson da Silva Freitas (137.650.104-05); João Francisco Kleba Lisboa (044.449.449-94); João Luis Sanches Tannus (158.702.128-55); João Marcos Gomes de Oliveira Ferreira (074.336.264-09); João Paulo Alexandre de

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Sousa (042.827.591-51); João Paulo Folador (057.179.236-78); João Paulo Jordão Pontes (721.553.371-91); João Pedro Gonçalves Pacheco (101.965.037-01); João Ricardo Barros Silva (594.776.282-04); João Vicente Jorge Rodrigues (043.408.811-04); João Victor Marques da Costa (704.083.042-60); Joice Fernanda Lubke Bonow (025.519.410-24); Joilza Xavier Cortez (443.360.554-91); Jomar Borges dos Santos (008.601.475-76); Jonas Orrico Rocha (005.540.921-07); Jones Rodrigues Cardoso (014.540.102-23); Jorge Chrystiann Guimaraes da Cunha Nunes (068.104.284-29); Jorge de Oliveira Pereira do Vale (022.949.601-65); Jorgiana Kamila Teixeira do Crato (110.715.556-85); José Aldo Silva da Costa (095.862.334-13); José Almir Batista de Medeiros Gomes (073.578.134-60); José Antônio Reges de Oliveira (095.230.204-71); Jose Augusto Pires (348.134.558-59); José Davi Abreu Carli Moura (109.291.587-76); José Edilson Ferreira Filho (047.056.121-16); José Estevam da Silva e Silva (016.508.042-61); José Etimogenes Duarte Vieira Segundo (059.046.944-40); José Euclides dos Santos Junior (050.678.301-40); José Hilton Andrade Vilela (906.885.466-68); José Maria Ferreira Costa Junior (658.863.212-68); José Paulo Miketen Maltaca (080.398.769-23); José de Arimatéia Pinto Magno (079.463.534-21); Joseane Mara Prezotto (023.000.869-05); Josemar Alves (015.034.200-43); Josevan da Silva (074.481.184-80); Josi Brandão Silva (711.575.901-44); Jozelma de Oliveira Ramos (042.222.186-42); Juciane Maria Santos Sousa Vieira (023.639.633-18); Júlia Barbosa Silva (054.600.091-62); Júlia Freire Perini (116.928.157-50); Júlia de Araújo Teixeira Martins (107.901.076-94); Juliana Borges Ferreira Hartwig (946.409.120-72); Juliana Medianeira Machado (005.548.790-42); Juliana Tarsia Garcia Cafiero (052.383.847-69); Juliana Vinuto Lima (228.011.258-22); Juliana Zarpellon (040.791.909-05); Juliane Silvestre (412.941.298-13); Julianne Soares Jardim Lacerda Batista (147.096.737-56); Juliano Nunes Alves (953.119.470-04); Julieth de Oliveira Sousa (066.618.394-57); Júlio Cesar de Freitas Pinheiro (031.153.892-48); Júlio Maria do Carmo Neto (287.841.498-50); Karen Daiana Battisti (085.348.999-83); Karina dos Reis Costantin (032.443.590-86); Kátia Carli Farias (105.714.879-20); Kátia da Silva Cunha (001.151.646-18); Katiana Rodrigues da Silva (067.304.516-10); Katiesla dos Santos Costa (043.779.245-59); Katymilla Guimaraes Girotto (015.153.316-44); Kellyanne Carvalho Alves (003.888.533-60); Kenia Fonseca Pires (637.440.826-87); Kezia Cristina Peres Silva (724.275.151-91); Laila Cristina Domingos (093.899.146-98); Laiza Selau da Silva (848.261.420-72); Lara Lima Seccadio (876.202.862-68); Lara Maria Santos Brant (092.389.946-41); Lara Silva (139.190.746-96); Laressa Bentes da Silva (017.250.812-61); Larissa Alves Sincora (129.262.117-67); Larissa Claudino Ferreira (118.495.814-95); Larissa Pereira da Costa (029.558.022-47); Laura Matte Zunsztern (074.750.359-13); Laura Ver Goltz (011.611.000-75); Laura de Almeida Mariano (723.279.791-53); Laurene Colares Pereira dos Santos (981.467.262-91); Lays Salomão Freitas (014.718.491-63); Lays Sudario Oliveira Schindler (124.427.444-57); Leandro Arruda de Almeida (054.906.864-30); Leandro da Silva Almeida (051.229.896-30); Leonardo Ivan da Paz Araújo (964.219.243-87); Leonardo Moreira de Oliveira (109.965.797-02); Leonardo Mota Oliveira Cordeiro (023.000.085-13); Leonardo Muneratti (254.210.948-63); Leonardo Oliveira Araújo Crispim (019.149.331-76); Leonardo Silva Carvalho (091.774.326-14); Leticia Bartholomeu de Queiroz Lima (320.155.048-50); Leticia Gomes Zanfagnini (140.519.147-39); Leticia Oliveira Alves (088.387.136-00); Leticia Rodrigues de Souza (075.315.976-75); Leticia da Silva Souza Ferreira (002.810.281-92); Letieri Vargas Paim (030.152.640-01); Liana Gesteira Costa (009.576.774-64); Lincoln Jose Michalski (009.359.019-90); Lineu Alberto Cavazani de Freitas (091.853.599-98); Linter Cristiano Garcia Rosa (866.586.706-68); Livia Castro Crivellenti (337.557.008-24); Livia Kamila Oliveira Milhomem (060.112.801-02); Livia Koeche de Oliveira (021.539.580-83); Livia Leite de Freitas (072.532.716-29); Livia Macedo Limeira Lima (914.626.143-53); Livia de Castro Lemos Guimaraes (029.191.185-44); Livian Lino Netto (008.503.980-29); Livio Cavalcanti Gomes (009.870.924-05); Lorena Francisco de Souza (005.615.781-92); Lorena Sousa Carvalho (091.154.856-41); Lorran Marre Parlotte (006.599.992-42); Lorrayne Cristina Silva Ferreira (111.963.256-00); Louise Vitoria Melo da Silva (016.884.022-76); Luan Correia Cunha Santos (450.864.308-60); Luan Vinicius Bernardelli (088.394.839-77); Luana Curitiba Dias (134.213.127-45); Luana Karem da Silva (097.499.686-62); Luana Siqueira Andrade (029.744.120-50); Luanda Pereira Soares (012.022.643-01); Lucas Barbosa Brum (934.881.902-00); Lucas Eleoterio de Jesus (145.644.807-23); Lucas Felipe Santos de Azeredo (130.011.927-63); Lucas Kluck Raupp (110.163.179-13); Lucas Lopes Albuquerque Bastos (140.068.897-39); Lucas da Silva Gomes

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

(016.600.942-32); Lucia Monique Henrique Câmara (110.208.674-69); Luciana Alves da Nobrega (010.827.354-77); Luciana Alves do Nascimento (948.256.702-10); Luciana Araujo dos Santos (802.170.102-10); Luciana Correia da Silva (025.249.711-20); Luciana Marcenes Gonçalves de Souza (097.914.116-89); Luciana Silva Villela (067.564.206-07); Luciano Barros Zini (009.068.120-70); Luciano Roberto da Silva Leal (081.874.884-25); Luciara Leiros dos Santos Lima Vasconcelos (025.300.177-35); Lucilene Rodrigues dos Santos (002.050.592-28); Luisa Mendes Machado (024.292.080-24); Luísa Pereira da Rocha Giannini Figueira (141.501.147-81); Luiz Campos Ribeiro (342.386.542-34); Luiz Carlos Souza de Brito (053.262.587-06); Luiz Eduardo Rodrigues Gasperin (025.012.621-40); Luiz Felipe Lima Vilas Boas (008.034.534-42); Luiz Henrique Groto Garutti (406.113.128-16); Luiza Barreto Braga Fidalgo Juca (021.246.345-42); Luiza Câmara de Moraes Loureiro (112.347.117-70); Luma Branquinho Garcia de Almeida (031.476.791-60); Lydia de Oliveira Reis (325.574.138-60); Magda Pereira dos Santos (027.785.191-22); Maiara Astrigi de Araújo (080.774.009-81); Maiara Elis Lunkes (082.198.529-92); Maiara Gripp de Souza (135.842.027-01); Maiara Mentges (034.181.360-52); Mamoud Amed Bisneto (529.833.312-53); Manuela Sousa Salazar (053.213.484-21); Mara Betania Brizola Cassanego (739.198.020-04); Marcel Thadeu de Abreu e Souza (064.628.979-96); Marcela Rodrigues Aires (009.271.071-98); Marcela da Silva Cordeiro (509.933.302-82); Marcela de Andrade Moura (110.823.286-85); Marcella de Souza Sao Thiago (136.296.677-08); Marcelo Monteiro de Moraes (811.538.996-04); Marcelo Picinin Bernuci (025.222.639-94); Marcelo Rodrigo dos Santos (097.352.666-10); Marcelo Santos Silva Brandao (060.275.493-35); Marcia Bandeira Landerdahl Maggioni (952.847.450-00); Marcia Maria Pinheiro de Melo Brito (456.337.203-00); Marcilene Bernardo Silva (094.945.226-21); Marcilio Lima de Oliveira (307.979.502-49); Márcio Jose de Lemos (808.349.220-53); Márcio Martins Bites Lobo (032.701.361-37); Marco Antônio Bastos da Silva (091.485.507-79); Marco Aurelio Gomes Cordeiro da Cunha (010.019.194-08); Marco Vinicius da Silva Lima (143.307.037-50); Marcos André de Souza (022.775.987-71); Marcos José de Oliveira (033.595.372-70); Marcos Santos Machry (018.522.030-48); Marcos Souza de Almeida (661.683.680-00); Marcos Wagner Jesus Servare Junior (124.410.797-27); Maria Carolina Cornelio (079.158.569-79); Maria Carolina Povoas de Lima (015.489.322-64); Maria Clara da Silva Valadao (394.621.700-10); Maria Cristina Neves de Azevedo (956.630.537-00); Maria Eduarda Rodrigues da Silva (026.462.330-43); Maria Gracinda dos Santos Alves (398.958.661-00); Maria Ionara Gomes Machado (641.572.962-49); Maria Ivanilda Simões de Lima Camargo (437.618.951-00); Maria Rosana da Costa Oliveira (021.754.403-70); Maria Thereza Teles Renno (092.907.559-54); Mariana Albuquerque Silva de Medeiros (074.040.784-82); Mariana Albuquerque de Souza Oliveira (163.532.098-43); Mariana Furtado Guimarães (072.282.466-16); Mariana Pereira Magalhaes (053.733.735-08); Mariana Pereira da Silva (020.134.901-94); Mariana Pigozzi Veloso (033.643.281-02); Mariana Rodrigues Tavares (135.482.237-45); Mariana Silva Figueiredo (132.460.437-95); Mariane Moterani Silva (072.470.486-89); Marielly Mateus Obo (043.313.376-77); Marieta Marks Low (934.117.900-91); Marilia Caires Freire (015.515.872-46); Marilia Santos Tavares (011.672.631-89); Marina Nogueira de Almeida (651.127.333-49); Marina Rodrigues dos Santos (219.623.788-45); Marindia Brites (022.985.020-05); Mario André Coelho da Silva (088.124.906-89); Maristela Bortolon de Matos (199.740.192-49); Marizete da Silva Leao (763.382.312-72); Mark Miranda de Mendonça (071.839.747-90); Marlena Raquel dos Santos Vasconcelos (021.021.222-55); Marlo Antônio Ribeiro Martins (017.516.369-33); Marlon Campos da Silva (092.223.907-09); Mateus Arnaud Santos de Sousa Goldbarg (081.863.074-43); Mateus Grellert da Silva (836.664.940-72); Mateus Rodrigues Leal (082.926.816-20); Matheus Augusto Oliveira Medeiros (122.501.707-62); Matheus Klotz Busch (140.110.657-90); Matheus Lima Frossard (101.368.567-99); Matheus Martins Ferreira (014.660.712-06); Matheus Vinicius Moraes de Oliveira Silva (146.385.107-36); Matheus de Almeida Nogueira (139.559.377-98); Matheus de Oliveira Barnabé Costa (157.475.127-14); Matheus dos Santos da Rosa Proença (046.115.631-89); Mauricio da Silva e Silva (989.266.402-72); Mauro Trindade Saito (015.256.771-28); Mayara Duarte Pelegrini (112.685.616-90); Mayara Paes Landim Salha (010.724.653-88); Maycon Rodrigo da Silveira Torres (115.264.317-77); Maycon de Oliveira Ribeiro (151.122.997-70); Melissa Castro de Oliveira Domingues (031.215.561-18); Melody Martins Cavalcante Pereira (022.833.591-47); Micaela Gois Boechat Boaventura (077.863.929-04); Michel Baptistella Stefanello (023.493.300-36); Michele da Rocha (032.462.049-77); Michelle Evangelista Albuquerque

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

(712.272.453-00); Michelle Pereira dos Santos Menezes (024.156.191-40); Milena Karina Carneiro Cristaldo (022.404.611-01); Milena Woitovicz Cardoso (045.836.679-06); Milena dos Santos Oliveira (035.138.025-60); Mirian Carla Valentim Pimentel (099.600.367-31); Mirian Marques Rechetnicou (000.355.371-08); Mirian Pereira (249.539.460-49); Mirian Silva Ferreira (031.610.332-21); Mity Gabriela Komukai (223.799.198-79); Monaliza Medeiros Cornélio (118.223.346-59); Mônica Maria Apolinario Teixeira (104.719.837-13); Munique dos Santos Lima (036.006.270-90); Naiara Cristina Fank (023.362.911-42); Naiara Sadi Matias (046.203.471-24); Naira Gomes Lamarão (774.816.742-72); Narrysson Luiz Sousa da Costa (662.793.132-04); Natália Aparecida Bisio de Araújo (354.212.128-23); Natália Centeno Rodrigues (015.415.110-69); Nathalia Santos Franqueiro (105.581.726-36); Nayara Cristina da Silva Oliveira (881.081.121-68); Nayara Melo dos Santos (028.769.263-93); Nayla Schenka Ribeiro (954.993.267-20); Ney Bianchi Garcia (008.991.587-90); Nicole Vilas Boas Tolomelli (385.730.258-59); Noemi Marques de Carvalho (353.157.708-50); Noemi Santos da Silva (065.432.299-69); Nouara Nunes Gomes Ostetto (061.620.119-25); Osmir Costa do Nascimento (876.994.782-15); Oziel Denevan Silva de Souza (011.590.252-07); Pamella Suellen Ribeiro de Assis (114.195.666-79); Paola Luciana Rodriguez Peciar (942.625.940-68); Patricia Alves de Oliveira da Luz (015.151.389-92); Patricia Kelly Pinheiro Souza (929.410.952-68); Paula Abiko Navarro Carrion (133.494.647-77); Paula Batista Santos (127.290.746-51); Paula Delgado Nunes de Assis Silva (700.324.544-22); Paula Moreira Neves Pereira (640.750.443-00); Paula Oggione Toledo de Paula (141.543.607-01); Paula Stael Silva Barbosa (101.009.196-42); Paula Talita Cozero (335.617.638-20); Paulo Henrique Zambon Tameirao (040.234.136-82); Paulo Prates Junior (023.363.525-40); Paulo Ricardo Knob (012.982.340-69); Paulo Ricardo de Souza (074.664.169-93); Paulo Roberto Silveira Pimentel (101.438.386-28); Paulo Roberto da Silva Lucena Patriota (048.139.064-27); Paulo Victor de Araújo Brito Lisboa (118.348.127-63); Pedro Felipe Leite Carcereri (064.765.286-29); Pedro Filipe Martins Lopes (043.060.147-62); Pedro Gabriel Lucas da Silva (019.847.832-11); Pedro Henrique Gasparetto Lugão (130.857.616-16); Pedro Henrique Godinho Faccioli (324.589.388-41); Pedro Henrique Pereira Lucena (113.293.916-08); Pedro Ivo Gabriel de Castro Dourado (021.572.975-70); Pedro Lucas de Almeida Queiroz (055.759.944-06); Pedro Luiz Serafim Sobrinho (025.544.165-75); Pedro Soares Mutti de Lima (015.619.725-17); Peterson Lima Squair (036.081.026-80); Phillipe David Rodrigues Alves (121.411.827-51); Pollyanna Paganoto Moura (083.367.187-10); Priscila Ligoski (011.736.380-40); Priscila Mesquita Musa (051.653.086-00); Priscila Oliveira Monteiro Moreira (006.834.620-40); Queroanne Isabel Xavier Ferreira (094.198.716-73); Rafael Espigolan (368.310.468-60); Rafael Fagundes Mirailh (003.176.210-76); Rafael Lopes Ramos Pedro (028.086.363-26); Rafael Macedo Dias (383.251.838-02); Rafael Marcos Spada (100.371.779-90); Rafael Rocha dos Santos (382.271.558-12); Rafael Rossi Nazario (402.020.378-43); Rafael Tebaldi (004.388.440-76); Rafaella Resende Andrade (097.522.476-01); Raiana Miranda Assumpção (138.460.527-44); Raphael Igor da Silva Correa Dias (000.449.091-60); Raquel Lima Oliveira (054.191.287-99); Raquel de Morais Ramos (102.605.707-88); Raul Gomes da Silva (034.824.591-26); Rayan Aramis de Brito Feitoza (096.692.394-43); Rayana Loch Gomes (018.069.771-41); Rayane Apolinario Pires (702.363.551-39); Raysa Gardenne Pereira (008.458.542-08); Regina de Andrade Batista (072.711.694-07); Reginaldo Francisco Mendes (889.217.001-53); Reinaldo Monteverde Soares (023.893.872-76); Renata Cordeiro Peguin (026.347.772-05); Renata Ferreira Martins (050.983.803-08); Renata Guimaraes Quelha de Sá (075.422.447-36); Renata Luana de Pádua Gandra (080.300.196-70); Renata Maximo Magalhães (124.294.547-42); Renata Rodrigues Souza (049.075.681-69); Renata Rubia Ota (059.811.939-64); Renata Silva Souza (078.334.857-64); Renato Augusto de Assis Silva (091.486.536-67); Renato Costa Goes (310.315.628-69); Renato Soleiman Franco (332.361.338-48); Rhuan Guilherme Tardo Ribeiro (091.200.539-40); Ricardo Alberto Brito Wanderley Filho (054.920.064-95); Ricardo Bruel da Silveira (147.440.688-20); Ricardo Cezar Blezer (087.150.827-33); Ricardo Manuel Bardales Lozano (545.367.742-20); Ricardo Oliveira Freaza Garcia (033.256.325-13); Ricardo Regis Ferreira de Arruda (954.420.301-04); Roberto Monaco (294.456.550-87); Roberto Rossi Menegotto (018.386.250-38); Roberto Ternes Arrial (003.115.161-22); Robson Correa da Silva (173.446.507-70); Robson Rodrigues Carvalho (023.938.770-88); Robson Tavares Goncalves (571.212.302-91); Rochester Santana de Lima (116.147.807-81); Rodrigo Adriano Goncalves de Sousa (054.596.386-90); Rodrigo Borges Bertoni

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

(316.395.850-87); Rodrigo Cesar Fernandes Barbosa (122.333.417-16); Rodrigo Esteves Pereira (075.948.316-75); Rodrigo Hipólito dos Santos (116.465.597-38); Rodrigo Nohlack Correa Cesar (044.037.649-16); Rodrigo Regert (923.732.089-20); Rodrigo Sebastião Henrique (098.020.606-58); Romero Cardoso Oliveira (051.401.044-40); Ronaldo Villas Boas dos Santos (090.623.537-54); Ronilde Borges da Cunha Feitosa (018.221.003-05); Rosa Maria da Costa Medeiros (570.338.894-53); Rosali Martins Silva (606.220.063-71); Rosalia Antônia Gomes (786.275.591-04); Rosana Mauro (332.527.278-97); Rosana Pinheiro de Oliveira (088.439.857-95); Rosaria Duarte Melo (874.844.121-04); Roseane Silva de Oliveira (008.611.324-08); Rossana Maria Lucas Fernandes (768.721.654-72); Rossini Antônio da Silva Xavier (312.007.758-56); Samara Pimenta Monecchi (160.512.237-89); Samia Frota Freire (041.572.403-16); Samuel Lopes Mendes (051.544.266-65); Samy de Sousa Lourenco (010.070.112-46); Sandra Araújo de Figueredo (854.179.202-15); Sandra Denisen do Rocio Marcelino (752.409.989-49); Sandro Silva dos Santos (007.384.383-08); Santiago Bretanha Freitas (034.944.820-55); Sara Jemima Carneiro dos Reis (754.111.722-68); Saul Estevam Fernandes (058.684.884-31); Saulo Teixeira dos Santos (730.343.121-72); Sebastiao Miguel Peres da Silva (757.900.926-91); Sergio Domingues (040.809.269-60); Sergio Ricardo Godinho Salazar (658.099.981-00); Sergio Salas (047.493.298-27); Severino Pereira das Chagas Neto (120.076.674-10); Sharlene Keila Schlindwein (049.375.019-33); Sheila Larreia Alves (946.803.531-04); Silvie Janis Mossate Jobim (662.979.900-34); Silvio Kavetski (093.116.009-03); Simone Viana Braga (801.047.701-04); Simone de Freitas Chacon (766.513.202-20); Sofia Isabel Vizcarra Castillo (749.550.041-72); Sonia Fernandes Lemos (606.152.491-91); Stefhany Melo Pereira (048.691.802-51); Suellen Regina de Freitas Ferreira (885.887.182-00); Suellen da Rocha Mendes (087.802.946-00); Suely da Conceição Firmino (913.098.162-04); Suzana Saab de Souza Zarske (021.987.561-88); Taigua Correa Pereira (006.635.112-08); Tais Araújo (348.435.928-54); Tamara Simoes Silva (083.352.466-61); Tania Maria Costa de Souza (388.769.063-04); Tarcísio Rangel do Couto (113.576.157-44); Tatiane Padilha da Silva (035.871.361-73); Tatiane Rodrigues Dias (060.391.726-73); Taylon Gomes Landgraf (072.781.979-88); Thais Mesquita Muros (122.354.717-57); Thais Silva Santos Zdradek (031.742.662-11); Thaisa Marques de Lima Sanches (052.255.691-45); Thaline Tabisz (010.578.681-08); Thiago Ferreira Machado (101.889.044-09); Thiago Gomes de Almeida (066.101.256-51); Thiago Massucato (350.517.668-03); Thiago Montenegro Goes (040.696.819-57); Thiago Queiroz Bahia (094.732.166-70); Thiago de Carvalho Faria (043.430.076-42); Tiago Funk (105.161.259-40); Tiago de Paula Guimaraes Faria (000.449.941-76); Tina Tuner Silveira dos Santos (034.682.892-94); Ueliton Araújo Trindade (946.310.182-91); Ueslei Tomaz Miranda (038.632.181-75); Ulysses Tavares Teixeira (017.494.971-58); Vagner Alvares Campos (288.543.568-24); Valdeci Melo de Morais (857.162.513-15); Valdeciliana da Silva Ramos (754.116.019-91); Valeria Lopes de Aguiar Bacala (550.578.026-15); Valéria Maria Borges (006.210.941-37); Valéria Marques Rosa (804.113.201-49); Valmir Santos Lopes (005.418.222-09); Valquíria Ferreira Ribeiro (834.587.510-68); Vamberto Fernandes Spinelli Junior (029.618.854-93); Vanderlandia Tomaz de Souza (031.769.384-03); Vanessa Campos da Silva (129.378.337-48); Vanessa da Silva Moura (112.386.957-01); Vanessa dos Santos de Mello (049.060.931-75); Vanilda Barbosa Galli (686.979.292-53); Victor Alexandre Felix Bastos (062.956.786-70); Victor Benedito Carneiro dos Prazeres (000.360.842-55); Victor Hugo Ardisson e Souza (104.942.616-92); Victor Hugo Germano Machado (058.651.027-37); Vinicius Ferreira Amaral (360.746.878-89); Vinicius Lantyer Oliveira Esquivel (052.897.155-76); Vinicius Machado da Conceição (008.969.080-03); Vinicius Viamonte dos Santos (125.208.697-04); Vitor Hugo Nogueira (096.889.487-99); Vivian Sant Anna da Silva Estanislau Reis (121.111.437-66); Wagner Wendt Nabarro (379.148.828-79); Wagner de Oliveira Santos (094.908.184-10); Waldson Marcelo dos Santos Silva (047.746.304-54); Waldy Sombra Nunes Neto (042.207.873-56); Wallace Venancio Gomes (171.244.857-97); Walter Manoel Mendes Filho (651.664.263-04); Wanderleia Nogueira de Azevedo (829.083.031-91); Wanderson Maikon da Silva (008.842.372-73); Wansel Juvino de Lemos (105.669.204-92); Warney Augusto de Melo Cavalcanti (083.717.694-82); Washington Luiz Campos Roberto (052.371.267-74); Watson Oliveira dos Santos (808.384.995-20); Welanio Guedes Matias de Lima Junior (064.828.384-48); Welitania Inácia Silva (087.571.044-17); Wellington Júnio Guimarães da Costa (081.216.916-64); Wellington Oliveira de Souza (034.858.571-30); Wellington Pereira Brito (029.267.041-94); Whellyson Pereira Araujo

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

(058.030.694-18); Wiliton José de Araújo Martins (703.595.184-94); Willian Isao Tokura (043.172.881-09); Willian Scariot (087.747.509-17); Wilson Maciel Publio Filho (051.902.965-80); Wladia Raianny Melo Queiroz (044.809.233-65); Yamilla Carolaine Lira Ribeiro (006.188.862-14); Yane Silva dos Santos (097.750.939-70); Yara Coelho Neves (106.670.996-38); Yorranna Suilan Oliveira Barbosa (917.789.992-04); Yunier Sarmiento Ramirez (705.753.082-06); Yuri Prado de Souza (114.608.447-18); Yuri de Lucas Xavier Martins (086.238.586-54).

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais; Comando do Exército; Controladoria-geral da União; Fundação Universidade do Amazonas; Fundação Universidade Federal da Grande Dourados; Fundação Universidade Federal de Uberlândia; Indústrias Nucleares do Brasil S.a.; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense; Instituto Nacional de Educação de Surdos; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Ministério da Economia (extinto); Ministério Público do Trabalho; Superior Tribunal Militar; Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN; Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região; Tribunal Regional Eleitoral do Pará; Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro; Tribunal Regional Federal da 3ª Região; Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal de Goiás; Universidade Federal de Juiz de Fora; Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal de Roraima; Universidade Federal de Santa Maria; Universidade Federal do Espírito Santo; Universidade Federal do Paraná; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Federal Fluminense.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14034/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal, constantes na lista 34/2022, relacionados nos autos.

1. Processo TC-028.981/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Acenilde Marques Freitas (878.825.742-87); Adalgisa Bezerra dos Santos (146.478.184-20); Adonney Allan de Oliveira Veras (597.642.102-44); Agnes Yuri Uehara Bezerra (221.694.878-08); Airton Souza de Lima (304.986.768-03); Alan Barroso Araújo Grisolia (659.608.232-68); Alan Batista Botelho (418.929.308-38); Alan Coelho de Macedo (269.697.004-10); Alan Martins Fernandes (104.110.094-94); Alan Reis (104.712.226-07); Alan Soares Barbosa Junior (026.707.624-09); Alan de Araújo Guimarães (015.880.814-27); Alana Drizie Gonzatti dos Santos (099.213.294-05); Albanyra dos Santos Souza (073.837.724-40); Alberto Leopoldo Batista Neto (011.947.464-62); Alberto de Morais Santos (240.000.783-72); Alcides Viana de Lima Neto (066.284.134-46); Alcione Zaniboni Corral (048.733.398-55); Aldair Rodrigues da Silva (431.463.588-67); Aldair de Sousa Paiva (315.289.104-00); Aldenia Hora Nunes (234.831.995-00); Alderian Gomes de Gois (061.223.034-10); Aleff dos Santos Santana (030.793.312-14); Aleph Hassan Costa Amin

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

(835.017.702-00); Alessandra Pio Silva (047.138.887-45); Alessandro José Gomes dos Santos (940.579.072-20); Alex Henrique Alves Honorato (375.398.798-07); Alex Rafael Costa Cabral (942.328.812-04); Alexandre Correa de Lima (250.427.058-56); Alexandre Coutinho da Silveira (786.684.842-49); Alexandre Squara Neto (365.333.218-46); Alexandro de Gois Oliveira (017.148.374-08); Alexsander Jorge Duarte (001.210.546-59); Alexsandro dos Santos Júnior (430.801.598-70); Alfrana Macedo de Farias (063.453.694-03); Aline Aparecida Justo (379.091.988-84); Aline Carrero Fukuhara (395.718.108-94); Aliny Dayany Pereira de Medeiros Pranto (067.017.374-63); Allan Costa Malaquias (755.168.962-15); Almires Martins Machado (404.756.111-87); Álvaro Luís Vaz da Silva (429.373.068-02); Álvaro Magalhães Pereira da Silva (280.296.998-67); Álvaro Martins Delgado Neto (056.593.184-95); Amana Santana de Jesus (029.384.225-63); Amanda Almeida Gomes Dantas (082.101.684-95); Amanda Kelly Belo da Silva (057.463.944-67); Amanda Oliveira Magalhães (023.910.881-75); Amauri Marcos Costa de Morais Júnior (079.402.514-57); Ana Carolina Pereira de Sousa (048.972.941-00); Ana Gabriela de Figueiredo Araújo (077.001.944-75); Ana Kely Tomaz da Silva (029.753.504-81); Ana Laura da Silva Castro (116.489.656-36); Ana Luísa de Barros Pascoal (067.586.984-67); Ana Luiza Paladino Ferreira (414.270.588-14); Ana Nilce Rodrigues (838.446.008-68); Ana Paula de Oliveira Gonçalves (232.330.188-86); Ana Sophia Monteiro Barbosa (021.110.442-61); Anderson Roberto Deizepe (355.984.878-45); André Alfonso Peixoto (123.272.214-63); André Carlos Gonçalves de Moura (284.125.498-48); André Luiz Barros Almeida (072.622.654-82); André Luiz Bastos de Freitas (059.173.147-99); André Luiz Formigoni (250.358.418-71); André Luiz Zamponi Ribeiro (051.586.507-99); André Luiz dos Santos (273.680.268-30); André Rocha Rodrigues (311.435.698-22); André de Lima Coelho (409.902.728-77); Andrea Silva Domingues (159.587.918-85); Andressa Macedo Rosa (368.587.988-03); Andressa Nunes Siroky (077.017.914-26); Ane Luise Silva Mecenas Santos (799.519.025-53); Anna Beatriz Santana Luz (083.588.434-10); Anna Larissa de Castro Rego (101.800.454-82); Antenor Barbosa Calandrini de Azevedo (024.257.482-37); Antônia Marly Moura da Silva (465.092.914-87); Antônio Djackson Alves da Silva (093.668.824-63); Antônio Manuel Gouveia de Oliveira (705.739.184-65); Antônio Marcos Quadros Cunha (788.267.802-34); Antônio dos Reis de Faria Neto (356.664.268-18); Aramis Costa Santos (061.235.324-99); Ariel Starcke Buzetti (388.763.978-25); Arley Martins Quaresma (926.007.192-53); Arthur Francisco Andrade (084.960.614-42); Arthur Ivan Nobre Oliveira (069.744.644-10); Arthur Leonardo Costa Novo (068.576.499-01); Aryelly Dayane da Silva Nunes Araújo (016.738.574-77); Augusto de Franca Maia (102.541.584-12); Augusto dos Santos Lima (077.091.184-61); Augustto Correa Cipriani (103.648.476-97); Barbara Thais Abreu dos Santos (421.043.058-70); Beatriz Noele Azevedo Lopes (010.017.214-89); Beatriz Regina Barbosa (408.484.828-08); Beatriz Tavina Viana Cabral (095.621.284-07); Benedito Mendes Nunes (010.344.752-07); Bernardo Nascimento Soares (116.809.637-59); Bernardo de Lima Siqueira (079.781.924-07); Bhrenno Marangoanha (768.579.562-00); Breno Augusto Souto Maior Fontes (170.927.954-00); Bruna Kelly Paulino Souza de Freitas (071.929.114-37); Bruna Liria Avelhan (368.646.598-10); Bruna Logatti (441.955.018-06); Bruna Valença Mallorga (332.566.638-85); Bruno Araújo da Silva Dantas (074.364.684-30); Bruno Belotti (404.182.628-45); Bruno Fortunato de Lima (421.977.978-75); Bruno Roberto Spirandeli (324.548.188-84); Bruno Soeiro Vieira (319.276.532-15); Bruno dos Santos Solheid (053.456.029-64); Caio Cardoso Costacurta (009.492.332-93); Caio Cursini (353.799.858-90); Camila Backes dos Santos (980.444.940-49); Camila Catarine de Araújo Azevedo (077.038.154-54); Camila de Carvalho Ferreira (327.018.238-46); Camila de Souza Costa (082.869.836-88); Carlos Antônio Jacinto (121.914.016-35); Carlos Bispo Pinheiro (043.037.353-88); Carlos Eduardo Aguiar de Souza Costa (012.665.152-32); Carlos Eduardo Ferreira (296.815.568-79); Carlos Eduardo de Araújo Padilha (089.656.434-73); Carlos Henrique Verissimo Pereira (064.546.848-73); Carlos Roberto da Silva Guimarães Junior (425.150.958-79); Carmen Reisdoerfer (026.336.480-10); Carolina Heldt D Almeida (289.601.178-11); Carolina Leão de Freitas Gomes (387.221.578-75); Carolina Moya Fiorelli (404.403.758-27); Caroline Dantas Albuquerque Carneiro (065.505.974-12); Caroline Ribeiro dos Santos (999.058.332-34); Cássio André dos Reis Ramos (009.648.792-55); Cássio Gerez (347.293.788-22); Cássio Mauro Oliveira Tavernard (443.505.972-04); Catharinne Angélica Carvalho de Farias (837.233.404-82); Cauê de Oliveira Ferreira (488.683.798-05); Cecilia Braz Garcia (097.094.704-69); Célia Maria de Araújo Silva (321.134.634-15); Cesar Santana Alves de Queiroz

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

(024.353.971-19); Christiane Castro Lima da Silva (047.087.824-03); Christiano Henrique da Silva Maranhão (008.326.214-80); Cibelly Alessandra Rodrigues Figueiredo (426.043.542-68); Cinthya Rachel Lopes Moraes (069.083.864-65); Clara Monise Silva (067.757.174-74); Clarissa Nesi Venzon (737.379.250-20); Claudia Tavares Machado (671.457.284-00); Claudia de Fátima Oliveira (138.597.008-12); Claudio Machado Maia (521.131.240-68); Claudio Xavier Mendes dos Santos (324.155.238-10); Clayton Rosa Gervasio (067.770.926-92); Clovis Reis da Silva Junior (337.232.928-79); Cristiane Bremenkamp Cruz (110.274.397-64); Cristina Meyer (080.621.158-01); Daiane Lima do Nascimento Farias (079.408.944-55); Daniel Cavallero Colares Uchoa (017.976.492-64); Daniel Gomes da Silva Machado (071.568.254-70); Daniel Miranda (913.383.282-04); Daniel Pessanha de Queiroz (029.095.302-21); Daniel Ramos de Souza (065.636.316-90); Daniel Tezoni Borges (028.412.841-40); Daniel de Medeiros Queiroz (017.872.994-90); Danillo da Silva Rocha (353.811.288-60); Danilo Silva Santos (839.590.092-91); Danrley Natan de Lima (088.429.274-65); Dayana Lúcia Rodrigues de Freitas (050.410.194-36); Dayane Gabriela Nascimento Silva Costa (095.649.754-33); Daylton Carlos Romão (195.085.868-50); Debora Dantas Figueiredo (018.204.912-42); Debora Goldbarg (049.909.594-42); Debora Medeiros Teixeira de Araujo (102.515.714-16); Debora de Moura Mello Antunes (358.908.858-39); Denise Penha Viveiros (007.074.763-64); Deyla Moura Ramos (027.825.221-40); Diego Alan Silva Freitas (970.349.672-53); Diego Alberto dos Santos Yamazaki (740.874.281-68); Dimitria Leão de Queiroz (146.666.967-50); Dione Marcia Alves de Moraes (583.505.002-04); Djalma de Franca Junior (282.636.058-22); Djanni Martinho dos Santos Sobrinho (012.611.234-76); Dorcilio Ramos Sodré Neto (390.414.148-19); Eder Almeida Batista de Oliveira (385.894.808-01); Edidio Rubens Dantas Lima (284.673.373-20); Edilson Cesar da Cruz Junior (411.389.768-90); Edison Henrique Baptista (108.864.298-54); Edla Cristina Sarmento Costa da Silva (054.057.674-33); Edmon Neto de Oliveira (084.506.796-64); Edson Antônio Pereira (280.222.478-63); Eduardo Cristiano Hass da Silva (021.444.130-02); Eduardo Dantas Leite (362.666.358-28); Eduardo Gama Cordeiro (056.908.274-95); Eduardo de Lucena Falcão (082.822.874-40); Eglair Nery Prado Nunes (543.996.965-91); Elaine Regina Aguiar Amorim (258.877.248-03); Elaine Tayse de Sousa (087.221.304-89); Elaine de Oliveira Chagas (105.623.474-10); Elder dos Santos Oliveira Junior (019.285.190-08); Eleni Jesus de Souza Nobre (122.813.338-76); Eli Cavalcante dos Santos (103.980.984-76); Eliane Ferreira de Omena (113.915.598-94); Elivania Bezerra de Melo (065.036.784-79); Elizabeth Alline de Sousa (593.506.442-15); Elizabeth Magalhães de Oliveira (783.082.758-34); Elizama Azevedo da Fonseca (915.009.152-20); Elizangela Rocha Gondim Araujo (043.496.064-08); Emanuel Ramos Cavalcanti (737.988.863-34); Emanuele Dutra Valente Duarte (013.555.442-03); Emanuelly Cristina Rodrigues Peixoto (069.060.054-21); Emerson Rodrigues Prazeres (000.334.812-10); Emily Aline Maiolino (373.965.248-90); Érica Priscilla Carvalho de Lima Machado (080.746.554-23); Erliandro Felix Silva (303.441.298-37); Esdras Gabriel Alves e Silva (097.343.934-30); Esteniffer das Neves de Freitas (080.747.594-74); Ester Paixao Correa (782.074.872-91); Eva Lidia Manicoba de Lima (009.829.724-40); Evaldo Ferezin (141.531.088-20); Evanilson Gurgel de Carvalho Filho (107.071.674-00); Evelyn Fernandes Erickson (090.379.194-30); Evelyn Mirella Lopes Pina Diniz (071.850.134-96); Everaldo Silva de Freitas (272.620.348-55); Everton Dias de Oliveira (357.195.828-43); Fabiana Ruksenas Gianelli (405.579.578-50); Fabiana Souza Ferreira (226.603.618-19); Fábio Luciano (263.124.568-70); Fábio Wanderley Janhan Sousa (067.416.056-81); Fabiola Cristina Alves (048.808.249-84); Fabricio Malta de Oliveira (468.806.868-93); Farinaldo da Silva Queiroz (013.034.414-11); Felipe Alexander Caldas Afonso (086.806.994-97); Felipe Andrade Fernandes (040.178.101-10); Felipe Mulazzani Melo (028.664.990-00); Felipe Ramon Cirino Soares (420.410.178-05); Felipe Raphael Marins Martins (058.944.787-40); Felipe Rosa Neto (462.386.788-95); Felipe Vogt Cureau (011.425.760-43); Fernanda Christina Bottega (024.733.841-93); Fernanda Gurgel de Oliveira (079.540.544-89); Fernanda Nilvea Pompeu Varela (890.696.682-20); Fernanda Palhano Xavier de Fontes (046.458.574-01); Fernanda de Melo Fernandes (079.076.514-41); Fernando Emboaba de Camargo (372.917.828-80); Fernando Nunes da Silva (059.749.044-94); Fernando Oliveira Piedade (968.646.213-91); Fernando Rodrigues da Silva (036.165.494-42); Fernando Rodrigues de Amorim (285.355.078-84); Fernando da Cruz Pereira (256.389.838-21); Filipe Ferreira Ghidetti (123.361.537-85); Fillipe Azevedo Rodrigues (064.051.684-09); Fillipe Matos de Vasconcelos (939.801.162-04); Flávia Campello (989.439.951-72); Flávia Campos

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Junqueira (107.139.147-00); Flávia Mauricia Pereira de Carvalho Dias (698.851.093-15); Flávia Thome Franca (224.268.038-27); Flávia de Almeida Fabio Garboggini (154.766.488-60); Francione da Costa Pereira Medeiros (060.716.794-78); Francisco Jose dos Santos Neto (048.198.934-08); Francisco Leonardo da Silva Junior (084.343.844-42); Francisco Leonardo da Silva Junior (084.343.844-42); Francisco Lourenco Dantas (049.942.364-02); Francitania Soares da Silva (066.285.264-88); Franklen dos Santos Cordovil (010.724.602-38); Gabriel Alves Vasiljevic Mendes (097.268.694-04); Gabriel Gracioso Remondini (381.290.628-79); Gabriel Renato do Nascimento (062.246.934-71); Gabriel Villas Boas de Amorim Lima (018.076.242-77); Gabriela Coelho Rodrigues (018.447.602-00); Gabriela Rodrigues Ferreira (096.216.834-32); Garabed Kenchian (022.887.588-99); Genilza Gouveia Alves (110.702.424-20); Geovani Pantoja Parente (002.828.672-36); Germanna de Medeiros Barbosa (089.279.834-32); Gesa Karla Maia Cavalcanti (095.315.604-47); Gilberto Brito de Almeida Filho (132.261.787-25); Giliane Alves de Carvalho (013.753.014-54); Gilmara Jales da Costa (014.204.234-01); Giordano Bruno Soares Souza (065.989.496-37); Giovanna Chaves Cavalcante (012.746.472-74); Gisele Braga Souza (004.939.412-66); Gislana Pereira de Oliveira (061.396.774-75); Giulliana Karine Gabriel Cunha (060.358.324-58); Gorki Pires de Andrade (087.832.774-63); Graziela Ribeiro Baena (610.784.502-00); Gualter Silva Pereira (045.891.535-13); Guilherme Nunes Lucena (021.675.981-14); Guilherme Piva dos Santos (401.862.658-40); Guilherme Smaniotto Três (003.902.030-41); Guilherme Werneck de Oliveira (091.276.276-40); Gustavo Fortunato Puga (365.750.718-30); Hareton Teixeira Vechi (092.071.154-50); Helena Bonito Couto Pereira (368.702.428-87); Henrique Dias Pastor (404.534.598-11); Henrique Hilkner (391.025.438-18); Henrique Pacheco Silva (062.400.803-73); Henrique Pereira Machado (271.175.898-25); Hosana Celeste Oliveira (137.988.168-40); Hudson Barossi Trevisan (382.383.858-06); Hugo Costa Neto (072.755.044-64); Ianna Karolina Veras Lobo (063.911.454-74); Ieda Leticia de Souza Ferreira (016.792.144-46); Ignacio Sanchez Gendriz (236.535.978-70); Igor Everton Silva Monteiro (011.940.142-83); Igor Lopes de Andrade (070.945.284-50); Ilka Lorena de Oliveira Farias Costa (713.221.242-72); Inara Maria Monteiro Melo (086.857.744-89); Ingrid Antunes Carvalho (351.839.608-01); Ingrid Martins de Franca (097.987.034-80); Isabela Dantas Torres de Araújo (086.415.734-70); Isabelly Cristina Rodrigues Regalado Moura (082.897.524-82); Isadora Lorenna Alves Nogueira (065.467.054-43); Ismael da Silva Pena (226.018.098-17); Isolda Ferreira de Jesus (242.538.713-72); Israel Maria dos Santos Segundo (080.311.744-23); Israel Rosalino (364.133.818-25); Ítalo de Macedo Bernardino (102.403.604-94); Iury Helder Santos Dantas (084.209.754-60); Ivo Carvalho Silva Junior (127.876.088-17); Ivonaldo Leidson Barbosa Lima (083.750.444-90); Janaina Geisler Correa (040.994.579-07); Janete Andrade de Souza (082.295.904-60); Jaomara Nascimento da Silva (009.107.842-30); Jaqueline Ferreira Borges (046.209.651-38); Jaqueline Gomes Furtado (000.095.592-21); Jean Augusto Henrique (018.224.004-57); Jean Carlo Goncalves Ortega (004.437.341-43); Jean Claudio Carneiro Miranda (330.686.232-00); Jefferson Miranda da Silva (003.129.062-00); Jerferson Freitas da Silva (116.420.594-39); Jessica Lima de Morais (096.930.344-06); Jessica Nayara Gondim dos Santos (960.122.002-00); Jessica Tarine Moitinho de Lima (122.789.217-97); Jessicley Ferreira de Freitas (028.408.264-37); Jessyca Rodrigues Henrique da Silva (017.727.934-69); Jhonatan Sotano Galante (441.530.308-05); Jhones da Silva Amorim (042.028.515-60); Jhudson Guilherme Leandro de Araújo (018.277.334-54); Joana Dark Gomes (090.023.647-76); João Agra Neto (061.457.754-32); João Arlindo dos Santos Neto (065.997.199-29); João Augusto Cardoso (035.727.108-47); João Florencio da Costa Junior (829.248.304-78); João Manoel Lima Nascimento (394.104.928-31); João Pedro Souza Liossi (419.145.528-14); João Santiago Reis (013.078.166-57); Jociane da Silva Luciano Ferreira (079.265.694-61); Joice Siqueira de Souza (920.614.432-49); Jonatha Rodrigo de Oliveira Lira (851.435.292-04); Jones Souza Moraes (003.675.642-38); Jorge Leal Hanai (417.104.128-79); José Carlos Ferreira Junior (068.859.388-74); José Carlos Fonseca Filho (361.877.228-92); José Domingos Padilha Neto (101.218.214-20); José Eduardo Del Valle (401.251.668-00); José Gustavo de Oliveira (366.542.228-06); José Kleiton Ewerton da Costa Martins (101.575.384-19); José Medeiros do Nascimento Filho (062.560.094-01); José Melinho de Lima Neto (016.466.843-89); José Roberto Pinto (086.685.856-30); Joseane Gomes dos Santos (387.875.838-36); Joyce Figueiredo de Lima Marques (090.343.384-28); Joyce Karen Lima Vale (844.749.552-34); Joyce Pereira da Costa (067.442.324-01); Joyce dos Santos Freitas Barreto (013.603.582-50); Juliana Alves da

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Fonseca (062.881.794-00); Juliana Amorim Coelho (022.225.063-10); Juliana Aparecida Viana Dias (455.878.858-44); Juliana Carneiro da Costa (140.768.137-07); Juliana Tito Rosa Ferreira (384.396.288-03); Juliana de Kassia de Oliveira Angelim (001.750.612-38); Juliana de Melo Lima (055.276.324-19); Juliete de Lima Gonçalves (029.976.113-42); Júlio Alejandro Navoni (707.819.324-59); July Herbert da Silva Mariano (079.317.214-46); Kaio Vinicius Paiva Albarado (000.961.842-21); Kamilly Souza do Vale (751.208.012-34); Karina Louise Maues Rodrigues (006.835.042-23); Karina Perin Ferraro (351.734.498-29); Karol Veiga Cabral (603.926.300-87); Karoline Rachel Teodosio de Melo (074.452.044-40); Karolyne Santana Costa (027.801.165-95); Katherine Judith Martinez Orozco (079.448.031-44); Kátia Agg (250.291.448-54); Kátia Maheirie (645.837.409-72); Kellen Freitas Silva de Almeida (590.976.632-53); Kelly Christina da Silva Matos Pereira (012.111.514-33); Kelly Vale Pinheiro (489.477.252-34); Kesley Pablo Morais de Azevedo (096.851.734-00); Ketlin Jaquelline Santana de Castro (777.261.462-49); Keyla Mafalda de Oliveira Amorim (010.746.684-80); Kezia Katiane Medeiros da Silva Barreto (059.535.464-59); Kildo Adevair dos Santos (048.614.446-16); Kimberly Lourenco (373.907.938-05); Kyze Shannon Morais de Macedo (012.836.794-69); Laiany Rodrigues de Sousa (022.052.013-52); Lais Abreu Bastos Benevolo (022.599.335-05); Lanna Silva Lacerda (019.023.572-13); Lara Martins Barbosa (393.473.578-98); Larissa Junqueira Marques Silva (059.351.911-64); Larissa Latif Placido Sare (423.316.502-25); Larissa Melo Chaves (025.745.302-41); Larissa Tavares Moreno (382.383.218-24); Laura Carolina Lemos Aragao (069.562.834-84); Laura Carolina Lemos Aragao (069.562.834-84); Laura Carvalho da Silva (060.023.565-33); Lauri Castorino Ferreira (075.402.719-81); Lavinia Mabel Viana Lopes (090.387.024-00); Leandro Melo Campeiro (375.379.368-03); Leandro Modesto Rodrigues Junior (063.086.718-60); Leandro Molitor Sanson (469.826.648-30); Leandro Vieira Cavalcante (028.190.383-28); Leidiane Carolina Martins de Moura Fontoura (024.247.561-20); Leila Aparecida de Freitas (346.692.908-35); Leila Maria Costa Sousa (806.873.182-20); Leiliane Teixeira Bento Fernandes (096.771.474-55); Leonardo Jose Nogueira Fernandes (960.345.212-20); Leonardo Jose Tenorio Mourão Torres (030.845.014-08); Leonardo Matheus Marion Jorge (338.034.928-31); Leony Morgana Galliano (008.444.720-69); Leticia Aparecida Thimoteo Torraca (481.800.238-00); Lidiane dos Santos Dantas (266.353.468-48); Linti Ali Miranda Faiad (025.917.623-09); Livania Norberta de Oliveira (843.293.353-87); Lorena Gomes Torres de Oliveira (051.431.674-85); Louize Lidiane Lima de Moura (073.483.034-39); Luana Celly Silva Aprigio (076.480.954-75); Lucas Allan Diniz Schwarz (111.564.374-66); Lucas Borges Leal da Silva (065.402.664-56); Lucas Delbello Santos (095.464.066-78); Lucas Eduardo dos Santos Azevedo (704.235.874-04); Lucas Exposto Soares (423.462.118-85); Lucas Kenjy Bazaglia Kuroda (399.728.638-83); Lucas Sousa Fraga (365.878.648-56); Lucas do Patrocinio Sobrinho (470.028.868-00); Lucia de Fatima Campos Pedrosa (175.476.444-49); Luciana Carvalho Queiroz (973.257.322-87); Luciana da Conceicao Lindoso Teixeira (013.510.267-71); Luciano Andre Carvalho Reis (033.734.098-61); Luciano Araujo Lopes Junior (083.908.384-00); Lucineide Nunes Pimenta (040.997.086-75); Luis Fernando Freire de Souza (096.464.756-71); Luis Guillermo Meza Alvarez (061.100.367-81); Luiz Felipe da Fonseca Pereira (968.405.012-72); Luiz Gutemberg Rosario Miranda (992.442.922-20); Luiz Paulo Gomes dos Santos Rosa (061.021.374-18); Luiza Correia Lima Felix (002.419.301-11); Mab Suellen Abreu Nunes (018.662.075-63); Madson Luiz Magno da Silva (047.519.171-45); Maira Dombroski Neme (069.483.359-26); Manoel Theophilo Gaspar de Oliveira Filho (109.184.047-46); Manuela Aguiar Damião de Araújo (025.070.434-07); Manuela Lima Carvalho da Rocha (788.121.272-15); Manuela Maria de Lima Carvalhal (013.174.542-51); Marcel Alves Franco (013.686.425-27); Marcela Aparecida Aniceto dos Santos (380.770.748-47); Marcela Guimarães Moreira Lima (997.915.953-72); Marcelo Prado Amaral Rosa (821.304.420-72); Marcelo Sampaio de Alencar (143.487.304-82); Marcelo de Souza (457.974.198-66); Marcia Maria Máximo Bezerra (937.965.283-68); Marciane Novais Sousa (032.560.993-43); Marcio Dilermano Bezerra Gomes (074.485.004-57); Marcio Vieira de Almeida (327.120.798-41); Marco Antônio Zelic (073.831.768-39); Marconi Neves Macedo (052.230.464-80); Marcos Goncalves de Rezende (012.950.036-43); Marcos Laerte Gomes de Lima (395.688.978-95); Marcos Roberto Pavani (115.291.008-60); Marcos Saiande Casado (013.824.154-60); Marcos da Silva Travassos (029.676.798-01); Marcus Augusto de Oliveira (904.906.812-04); Marcus Danilo Ferreira Borges da Costa (840.567.702-04); Marcus Vinicius Costa Alves (025.728.455-98); Margarida Maria de Almeida Rodrigues (257.087.322-53); Maria Alice Freitas Queiroz (689.538.792-72);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Maria Anilde Câmara (205.388.123-20); Maria Aparecida Vieira de Melo (065.019.674-06); Maria Clara Eugênia de Oliveira (084.444.894-09); Maria Dayanne Lima de Lucena (978.760.462-15); Maria Eunice Guimarães Santos Garcia (267.007.945-87); Maria Francisca Ribeiro Correa (463.209.032-87); Maria Isabel da Conceição Dias Fernandes (055.865.624-21); Maria José de Sá Santos (198.966.465-20); Maria Julieta Lira Lopes (884.613.784-15); Maria Kersia da Silva Dourado (059.192.624-51); Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer Feitosa (424.214.974-34); Maria Niedja Pereira Martins (071.180.504-07); Maria Taiany Duarte de Oliveira (060.545.684-42); Maria Vieira Silva (539.464.726-72); Maria das Graças Santana de Almeida (178.139.644-20); Maria do Rosario de Carvalho Neta (098.911.474-01); Mariana Augusta de Araújo Silva (010.238.244-18); Mariana Domingues Von Paumgartten (946.837.432-72); Mariana Granzoto Lopes (383.078.418-01); Mariana Joyce dos Santos Nascimento (104.040.014-08); Mariana Moreira Nunes Santa Maria (351.903.698-38); Mariana do Vale Gomes (049.863.144-32); Marianne Batista Diniz da Silva (086.640.764-21); Marilia Martins de Almeida (338.352.858-82); Marilia do Vale Gois Pacheco Medeiros (016.493.554-16); Marilza Helena Ataliba (117.743.948-47); Mario Andre Wanderley Oliveira (079.106.026-85); Marisa Alicia Montrucchio (215.053.198-46); Maristela Silva Martinez (141.141.708-98); Marivane Turim Koschevic (065.329.709-21); Mariza Felippe Assunção (243.626.972-68); Marjorie Simões dos Santos (048.627.264-88); Marluce Cristina Araújo Silva (648.709.442-00); Martin Seitz (963.925.330-87); Mateus Gomes Pereira (437.137.248-14); Mateus Oliveira Leme (407.039.278-50); Matheus Cunha Botamedi (290.944.138-50); Matheus da Silva Filgueira (432.530.148-86); Mauro Sergio Zakia Jabur Arruda (029.952.438-85); Mayara Gobetti Fernandes da Silva (065.831.339-89); Mayara Midori Omai (228.236.848-75); Mayniere Kaline dos Santos Azevedo (075.816.754-75); Mayra Luiza de Moura Cardoso (075.028.224-02); Micael Douglas Diniz (427.037.578-75); Micarla Priscila Silva Dantas (072.970.464-50); Michele Calefe (282.124.378-25); Michele Fernanda Domingues (386.521.568-83); Michelle Vasconcelos de Oliveira Borges (075.827.084-40); Milena de Oliveira Santos (388.682.858-19); Milene Vasconcelos Leal (008.111.392-71); Milene da Silva Motta (377.385.808-60); Miss Lene Pereira da Silva (053.820.734-57); Moacir dos Santos Costa (818.666.663-04); Moizes da Silva Melo (071.031.734-43); Mônica Tenaglia (218.731.428-62); Mônica Xavier Tavares (035.967.464-00); Monique Pfeifer Rodrigues da Silva (097.802.864-38); Moreira Fernandes de Araújo (311.844.133-04); Murilo Pedreira Souza (461.340.768-05); Nadjane Tavares de Lira (430.932.564-53); Nailton Nazareno Carvalho de Oliveira (626.739.472-72); Nair Aparecida Rodrigues Pires (398.840.156-00); Nara Lidiana Silva Dias Carlos (062.651.504-13); Natália de Faria Coutinho (414.282.608-54); Natália de Paula e Silva (399.045.698-94); Nathalia Saraiva Rios (046.219.453-19); Nathalie de Sena Pereira (069.664.474-63); Neuraci Ferreira de Abreu (202.671.935-72); Nikolas Izoletti da Silva (427.475.158-93); Osvaldice de Jesus Conceição (784.923.195-34); Otávio Cabral Marques (007.677.909-28); Otávio Luiz Medeiros Tibagy (298.290.328-84); Pablo Salvanha (221.589.628-01); Patricia Azevedo Valença (890.320.044-68); Patricia Bittencourt Dutra dos Santos (052.024.154-19); Patricia Dominguez Campos (394.117.798-24); Patricia Maria Rocha (060.957.574-01); Patricia Possani de Oliveira (137.542.578-11); Patricia Regina Amante (032.479.486-00); Patricia Teles Sobreira de Souza (112.514.437-88); Patrick Cesar Alves Terrematte (013.330.094-37); Paula Dornelas Câmara Gabardo de Andrade (933.248.554-20); Paula Gonçalves Serafini (045.040.939-28); Paulo André Correia de Moura (075.179.914-93); Paulo Cesar Polastri (349.304.378-30); Paulo Gilberto de Paula Toro (738.408.158-00); Paulo José da Silva Neto (080.618.214-86); Paulo Roberto Mei (776.375.268-87); Paulo Roberto Ribeiro Marinho (297.997.458-70); Paulo Roberto da Costa Santos (084.015.424-05); Paulo Santiago de Sousa (771.205.232-87); Paulo Sergio Dillon Soares Filho (844.071.072-00); Paulo de Tarso Lopes e Silva (005.028.722-25); Pedro Augusto Lopes Rosa (452.172.112-53); Pedro Ernesto Schiavinatti Tavares (350.078.958-73); Pedro Hugo Nogueira Franca (375.341.378-02); Pedro Leonardo de Oliveira Pereira (092.664.064-06); Pedro Nunes de Castro (967.682.660-04); Pedro Rodrigues Mutti (058.432.927-03); Pedro Santos Barbosa (015.004.425-93); Pedro Ykaro Fialho Silva (605.965.303-07); Priscila Cristina Miranda da Silva (420.617.018-50); Priscila Matos de Pinho (765.322.322-20); Rafael Altafin Galli (268.008.318-08); Rafael Barbosa (391.159.448-83); Rafael Oliveira Nunes (006.512.053-10); Rafael Rodrigues (124.382.865-04); Rafael da Silva Fernandes (063.531.844-09); Rafael de Souza Timmermann (017.451.670-30); Rafaela Medeiros de Souza (080.904.234-77); Rafaelle Ribeiro Rabello

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

(734.309.432-72); Raffael Andrade Costa de Melo (088.515.664-10); Raiana de Freitas Paludo (017.891.310-30); Raimunda Lima Santana do Nascimento (146.962.313-72); Raimundo Gomes de Oliveira Neto (603.756.863-47); Rangel Ferreira do Nascimento (119.952.298-81); Ranniery da Silva Maia (967.987.424-91); Raquel Maria da Costa Silveira (046.465.704-08); Raquel Patriota da Silva (074.778.504-01); Rauny Oliveira de Souza (060.470.264-78); Rayanne Suelly da Costa Silva Santos (068.777.754-22); Rebeca Carneiro Americano (418.711.618-43); Rebeca Grilo de Sousa (368.746.158-07); Rebeca Previate Medina (045.551.359-70); Reinaldo Dias da Silva Neto (060.461.454-30); Renata Cardoso Oliveira (088.953.154-48); Renatha Batista dos Santos (058.504.234-94); Renato Castelo Branco de Almeida (026.672.991-67); Renato Fernandez (947.254.898-91); Renner Bento de Lima (060.736.133-69); Rhuam Diego Ambrósio Santos Leite (069.544.874-90); Ricardo Augusto Martins (108.582.066-17); Ricardo Cesar Ferreira Duarte Junior (059.474.544-67); Ricardo Medeiros (083.197.844-92); Ricardo Taoni Xavier (042.164.271-89); Ricardo Taveira (282.132.338-75); Richard de Oliveira Martins (382.452.788-07); Rinaldo Zaina Junior (135.525.218-01); Rita Cleomendes dos Santos (120.666.805-91); Rita Maria Vasconcelos Silva (114.150.453-72); Rita de Cássia da Penha Rodrigues (848.329.327-72); Rivaldo Bevenuto de Oliveira Neto (041.899.944-99); Rivus Ferreira Arruda (062.326.964-33); Roberto Tadashi Kono (093.275.348-59); Robison Carlos Silva Costa (111.125.464-80); Robson Borges Rua (927.223.692-49); Rodolfo Luiz Bezerra de Araujo Medeiros (055.794.844-45); Rodolfo Xavier de Sousa Lima (600.424.393-02); Rodrigo Januário Jacomel (904.110.722-34); Rodrigo Moura de Avelar Baltar (047.974.214-60); Rodrigo Pita Rolle (389.291.908-98); Roger Barros da Cruz (945.675.222-49); Rogerio Orlandeli (142.587.428-21); Romulo Bonifácio Aleixo (654.976.942-68); Romulo dos Santos Cavalcante (066.658.714-01); Ronaldo Cesar Duarte (073.147.894-01); Ronei da Silva Lopes (092.459.806-93); Rosangela de Sousa Ferreira (169.212.038-75); Roseli da Rocha Paixao de Almeida (560.130.862-49); Rosilda Rayane de Franca Rodrigues (085.300.824-86); Rubiane Giovani Fonseca (005.088.349-61); Sabrina Silva Zacaron (039.632.056-28); Saimon Claudio Sterf Pires (635.636.901-97); Saint Clair Gomes Bernardes Neto (706.899.201-30); Samir Mansour Moraes Casseb (728.392.952-53); Sanderson Jose Costa de Assis (083.325.394-80); Sanderson Molick Silva (068.085.434-70); Sebastião Elan dos Santos Lima (043.560.843-65); Sergio Beltrão de Andrade Lima (694.612.441-34); Sheila Katherine Venero Ferro (236.164.868-74); Sherlyane Louzada Pinto (945.018.402-00); Sidemar Fideles Cezario (089.011.454-48); Sidney Gomes do Nascimento (024.542.442-33); Silvia Kalyma Paiva Lucena (069.687.154-81); Simeão Lopes Ferreira (342.592.648-93); Sol Sousa Estevam (708.003.592-91); Solange Hassan Ahmad Ali Fernandes (014.254.758-17); Sônia Maria da Silva Araújo (159.094.332-53); Stephanie Caroline Leopoldo de Cordova (073.206.444-95); Suelen Cristina Nino Fernandes (830.463.992-00); Suelen Rosa Pelissaro (225.864.538-75); Suellen Emilliany Feitosa Machado (018.357.633-08); Suzana Cinthia Silva Oliveira de Albuquerque (087.613.984-54); Suzana Sabino da Silva (143.691.157-52); Suzana Souza Campos (601.848.762-49); Sylvia Ferreira Marques (045.774.326-33); Tabata de Alcantara (175.960.548-46); Talles Costa de Oliveira Sousa (037.477.793-44); Tamara Lima Martins Faria (743.747.022-53); Tamara Tais Três (048.107.519-45); Tarciana Ribeiro Arruda (026.486.614-25); Tatiane Martins Oliveira (098.506.366-10); Tayanne de Fátima Almeida Tabosa dos Reis (025.817.292-44); Tereza Cristina Albuquerque Pires (772.397.503-10); Tertuliano Leite Rolim Junior (066.616.324-37); Thaianny Cristine Dias Valente (982.054.552-87); Thais Castilho Taiacol Candido (407.033.658-35); Thais Maria Yomoto Ferauche (278.586.638-01); Thais Marques Lima (012.471.293-22); Thais Rosental Gabriel Lopes (054.945.486-19); Thaissa Hamana de Macedo Dantas Soares (095.552.434-25); Thales Branche Paes de Mendonca (942.752.702-15); Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos (055.326.014-61); Thiago Adriano Machado (081.445.894-75); Thiago Augusto de Oliveira Correa de Moraes (309.822.568-84); Thiago Bruce Rodrigues (056.270.667-41); Thiago Soares Marques (388.880.438-88); Thiago de Albuquerque Fiamenghi (382.551.138-35); Thiago de Novaes Franca (278.230.158-62); Túlia Fernanda Meira Garcia (696.496.933-00); Túlio Martins de Oliveira (002.184.261-27); Valdislaine Maria da Silva (074.244.416-39); Valéria dos Santos Moraes Ornellas (817.960.649-04); Valter Victor Cerqueira Moitinho (042.146.905-67); Vanessa Fonseca (395.365.338-55); Vanessa Viana da Nobrega (082.572.094-06); Venicios Oliveira Alves (086.711.706-08); Verônica Maria Ferreira (774.937.533-34); Victor Gustavo Ramos Costa dos Santos (019.001.633-73); Victor Paiva Teixeira (791.281.142-72);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Vincenzo Ciccarelli (237.822.678-00); Vincenzo La Bruna (718.785.944-94); Vinicia Garzella Metz (033.305.620-56); Vinicius Eufrasio de Oliveira (095.554.506-41); Vinicius Santos Andrade (287.245.758-52); Vinicius de Souza Lucas (137.767.257-37); Viviane Fagundes Fernandes (082.048.094-09); Wagner Leite Ribeiro (079.954.134-67); Walter Barbalho Soares (055.479.324-50); Walter Ferreira da Silva Junior (102.683.414-78); Wanessa Shoraya Silva Santos (003.488.762-89); William Goncalves de Siqueira (223.888.148-47); William Sbrama Perressim (350.752.828-22); Wiviane Sousa Rocha de Almeida (787.219.033-87); Yasmin de Souza Tosta (023.011.761-93); Yngrid Rayane Freitas do Nascimento (017.110.234-77); Yuri Max Vieira Batista (089.031.754-25); Yuri Simonini Souza (914.171.804-63); Zenóbia Santos de Abreu (151.203.968-36); Zilana Teixeira Marcelino (031.232.254-29).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo; Instituto Nacional do Seguro Social; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Universidade Federal do Pará; Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14035/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal, constantes na lista 30/2022, relacionados nos autos.

1. Processo TC-028.987/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ademir Magalhães Viana (711.613.411-53); Adinael Lima Neres (069.387.755-32); Adriana Aparecida Gomes (110.579.658-20); Adriana Gosmann Leme da Costa (028.691.339-95); Adriana da Luz Lobo Brito (029.834.114-00); Adriane Silva e Silva (802.532.882-15); Adriano Dicesar Martins de Araújo Gonçalves (858.375.041-68); Adriano Eduardo de Castro Barbosa (110.359.737-07); Adriano Esperandio da Silva (033.148.509-56); Adriano Gama Varjão (052.773.605-81); Adrieli Drager da Silva (115.179.079-69); Adrielle Alves Cardoso (120.909.836-98); Aesio Ramalho Cerqueira (274.456.788-40); Airton Cerqueira Grangeiro (725.068.652-68); Alan Arminio Leal Sousa (037.814.003-52); Alan Fernandes Yamashita (080.906.386-78); Alan Francyswagner Canevari Moreira (891.021.501-15); Alan Máximo dos Santos (022.831.925-01); Alan Soares Barbosa (096.970.134-97); Alberto Afonso Pompeo (990.145.640-15); Alberto José Paes Leme Jota (959.468.291-49); Alcides de Souza Filho (281.395.478-08); Aldacir Machado Freitas (952.657.910-00); Aldo Bruce Figueiredo Fajardo (112.533.524-61); Aldrin Taylor Campos Bittencourt (405.670.818-50); Alefe Vinicius Alves Nogueira (544.707.388-08); Alesandro Dantas Araújo (119.091.764-51); Alessandra dos Anjos Lima (392.464.558-27); Alessandro da Conceição Santiago (003.034.192-29); Alessandro da Silva Coutinho (998.095.756-53); Alesson Jose Rodrigues dos Santos (109.183.544-63); Alex Fabiano Cassemiro (616.183.301-87); Alex Luis Malaquias de Souza Terra (011.875.841-18); Alex Sampaio Kurz Lobo (161.550.467-27); Alex da Silva Maroco (086.581.306-06); Alexandre Alexandrino Xavier (756.409.371-49); Alexandre Alves Xavier (266.046.598-36); Alexandre Leschot Frederick (428.226.828-01); Alexandre Soares Tatsumi (037.264.691-33); Alfredo de Sousa Costa Junior (392.175.928-54); Aline Alves de Lima Collis (303.697.028-24); Aline Gomes da Silva (118.258.574-40); Aline Melo Gomes Dias (028.279.165-50); Aline Veloso dos Santos Silva (075.325.679-74); Aline da Rocha Taborda Silva (053.622.527-39); Alisson Assis de Souza (012.518.944-37); Alisson Gabriel Santos Batista (953.787.742-68); Alisson Rodrigues Carvalho (053.741.353-76); Altair Fagundes de Oliveira (748.087.610-68); Alysson Alexander Pires (031.133.001-00); Alysson Guimaraes Dinardo Abreu (097.069.146-76); Amanda Goncalves Gomes (057.948.795-48); Ana Beatriz Silva Leite (049.504.631-01); Ana Carolina Braga de Almeida Martins (125.682.347-33); Ana Carolina Figueira de

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Paula Gandur (124.673.107-01); Ana Carolina Rufino Pinto da Gama (109.161.847-06); Ana Clara Bezerra Oliveira (069.614.623-16); Ana Clara Emsters (269.407.918-09); Ana Ligia Ribeiro Vasconcellos Farath (221.702.318-70); Ana Paula da Luz Cunha (358.873.368-03); Ana Rosa do Nascimento Santos (004.468.917-97); Anderson Fritz de Castro (865.752.521-68); Anderson Santos de Oliveira (215.782.368-94); Anderson Sodré de Assis (126.379.627-39); Anderson Wagner Braz (857.265.914-53); André Augusto Zanata (029.566.961-65); André Diniz Correa (005.623.890-83); André Gomes de Menezes (019.720.406-69); André Lucas da Silva Monteiro (138.797.917-59); André Luiz dos Santos (024.470.657-36); André de Oliveira Nascimento (003.006.451-12); Andrea Suemi Gales Tokuyochi (374.642.408-98); Andressa Ferreira de Souza (439.102.328-84); Andressa Miguel Borges Bruning (023.860.999-54); Andressa de Freitas Fontes (383.984.188-77); Andrett Ricardo Souza da Silva (520.447.182-00); Andrey Antunes Bortoti (064.660.009-58); Angélica Firmino de Abreu (133.790.988-25); Ângelo Daniel Alves Moreira (109.158.206-84); Ângelo Soares Portelo (030.629.655-17); Ângelo Thiago Regis de Sousa (026.836.484-21); Aniel Mota da Costa (064.521.885-50); Anna Luiza Valente de Pinho (036.881.971-00); Antônio Bruno da Silva (082.643.304-95); Antônio Deusimar Silva Junior (042.587.043-00); Antônio Henrique Franco Delforno (424.971.898-03); Antônio Marcos Rodrigues (025.832.961-08); Antônio Mutti de Carvalho (022.943.075-93); Antônio Porfirio da Gama Junior (084.605.254-73); Antônio Ronaldo Santos Bezerra (055.143.423-60); Antônio Silvério de Oliveira Filho (059.054.681-33); Ariadne Bueno dos Santos (237.274.298-10); Ariano de Albuquerque Miranda (205.324.558-19); Arilson Sartorelli Ribas (117.210.558-86); Arthur Garrier Tavares da Silva (106.371.347-10); Arthur Henrique Cavalcanti de Castro Carvalho (064.642.864-04); Arthur Olinto de Souza (062.102.894-01); Arthur Pasvenskas Marcos (227.226.958-39); Arthur Teixeira Maia (653.759.044-20); Artur Maximiano da Silva (055.086.474-14); Arua Sanção Fazendeiro (350.823.938-12); Augusto Daldosso (287.165.988-57); Benjamin de Jesus Andrade de Oliveira (437.204.472-00); Bernardo Augusto Martins Borges (146.033.017-07); Brehmer de Souza Machado (020.969.412-29); Brenner Rocha Angelino (023.518.871-90); Breno Oliveira de Souza (058.336.065-35); Bruna Consuelo Ferreira Leal (078.929.976-36); Bruna Fernanda Sora (070.522.399-06); Brunno Moreira Geda (083.563.174-52); Brunno Soares da Silva (002.538.282-95); Bruno Cabral Peixoto (119.602.877-02); Bruno Cavalcante da Rocha Leao (052.202.144-11); Bruno Coelho dos Santos (996.278.922-20); Bruno Duarte Barbosa (009.843.032-78); Bruno Eidi Cezar Enomoto (324.649.958-60); Bruno Henrique Calanca Panage (405.628.898-41); Bruno Henrique de Araújo Sousa (088.664.369-41); Bruno Kanashiro (043.253.789-95); Bruno Keizh Yamaji (319.941.368-47); Bruno Nogueira de Almeida (034.555.531-76); Bruno Oliveira Boiko (437.897.288-37); Bruno Rocha de Souza (082.452.146-39); Bruno Siqueira Sorratini (405.317.988-28); Bruno da Hora Almeida (064.186.696-81); Bruno de Azevedo da Silva Oliveira (142.546.237-55); Caian Marques Siqueira (033.790.300-07); Caio Augusto Vieira Gomes Silveira (398.620.828-36); Caio Guebres de Arruda Mendes (419.735.718-46); Caio Vinicius Picolo de Souza (442.333.788-67); Caique Bastos da Rocha (034.639.565-86); Caique Lopes Santos da Paz (027.942.195-88); Calebe do Nascimento Lino (709.355.681-74); Camila Faria Guilherme Mosconi (385.376.028-76); Camilla Parmignani Afonso (093.464.029-70); Camille Eduarda Marchioli Pontes (519.476.758-77); Carla Menezes Pinheiro Kojima (012.201.123-64); Carlos Alexandre Goncalves Ferreira (042.354.906-56); Carlos Alexandre de Souza Mancini (348.445.578-07); Carlos Eduardo Barros Mendonça (006.867.503-81); Carlos Eduardo Guzzo (009.488.760-85); Carlos Eduardo Krapf (837.632.010-68); Carlos Eduardo Moncken Michel (145.420.117-71); Carlos Eduardo Santos Barbosa (021.081.385-79); Carlos Eduardo Silva Pinheiro (023.252.261-82); Carlos Eduardo de Oliveira (080.861.329-43); Carlos Fernando Cruz Nascimento (007.686.173-24); Carlos Henrique Batista de Oliveira (134.451.817-64); Carlos Henrique Eller Cruz (035.965.001-50); Carlos Henrique Gomes Pereira da Silva (130.008.404-94); Carlos Henrique Nogueira de Lima (037.087.581-88); Carlos Ygor Felix da Cruz (016.853.753-24); Carolina Carvalho do Nascimento (306.839.978-58); Carolina Xavier Tavares Ferreira (418.547.238-20); Carolina da Silva Terolese (297.020.508-47); Caroline Helene Sales Jauffret (522.974.202-00); Caroline Nascimento Minchillo (098.094.776-60); Cassius Vieira Correa (014.241.010-18); Castorina Adriania da Silva (950.218.926-49); Catarina das Chagas Leitão Salgado (026.329.154-57); Cauã Fellipe Almeida Mendes (041.251.675-67); Cauã Melo Feitoza (072.883.205-45); Cesar Augusto de Abreu Rego (015.812.473-11); Cezar Olivir Trevizan (063.285.849-46); Charlene

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Aparecida dos Santos (321.919.938-00); Charles Ismael Nunes (332.396.048-33); Charlles Álvaro Verzola Silva (043.496.689-42); Christian Alexsander Gomes Araújo (093.003.216-09); Christianno Lima Cunha Amorim (065.582.606-89); Cibele Batina Rabelo (063.321.399-35); Cicero Emanuel dos Santos Oliveira (037.897.953-13); Cinthia Araújo Ferreira da Silva (362.199.518-83); Cintia Aparecida Vilas Boas Ribeiro (314.669.028-41); Clarice Rodrigues Viegas (850.435.592-68); Claudemar Timoteo Teichmann (907.282.110-68); Claudia Estevão da Silva (445.627.338-02); Claudiano Gustavo da Silva (042.441.514-35); Claudinei José Souto (004.784.766-20); Claudio Henrique Sousa Braga (717.439.873-15); Claudio Irineu da Silva Junior (045.276.931-07); Claudio Roberto dos Reis (040.797.946-81); Clayton Ferreira de Albuquerque (079.357.664-44); Cleidivaldo Santana Bento (298.187.088-22); Cleiton Almeida da Silva (018.304.071-63); Cleiton Pereira Duarte (031.247.601-90); Clenilson dos Reis da Silva (071.199.577-08); Clerice Angel Fernandes do Nascimento (002.591.292-59); Cosme Tadeu Paulino Pinto (091.605.597-30); Crislei Maciel Machado (091.378.349-83); Cristhian Felipe Ribeiro (085.133.329-09); Cristiane Vasconcelos dos Santos (296.035.858-90); Cristiano Alberto Bebber (003.560.160-48); Cristiano Raiter Castro (014.330.340-69); Cristiano Zardi Nemer (270.523.138-20); Cristiano de Andrade (832.051.360-04); Dailza Patricia Franco Belo (809.169.452-00); Daliam da Silveira Ribeiro (095.520.786-01); Dalton Marcelino dos Santos (591.981.506-00); Dalvan Luiz Silva Pereira Junior (145.679.727-16); Daniel Afonso dos Santos (307.907.738-56); Daniel Augusto Lopes Lobato (692.860.862-53); Daniel Carneiro Curci (281.801.838-23); Daniel Coimbra dos Santos (705.131.141-73); Daniel Collato Marcelino (350.695.568-35); Daniel Destro (322.383.898-81); Daniel Fernando Vieira de Paula (066.672.076-22); Daniel Gomes Silva (035.280.161-16); Daniel Lima Queiroz (050.835.511-79); Daniel Montalvao Bomfim (081.287.165-06); Daniel Santos Ribeiro (185.257.467-46); Daniel Siqueira Santos (388.375.138-36); Daniel de Faria Cavalheiro (305.311.838-66); Daniela Ferraz Santos (007.351.962-65); Daniela de Paula e Silva (426.480.378-02); Daniela de Santana Alves (058.829.045-95); Daniele Otilia Wrobel Barreto (051.924.599-74); Danielle Oliveira de Souza (005.982.252-00); Danilo Alves Sena Oliveira Silva (026.957.431-06); Danilo Carlos Albertino (365.725.698-96); Danilo Dovidio Carvalho (431.233.748-90); Danilo Leite Mendonça Souza (487.501.688-35); Danilo Martins Vieira (325.706.588-47); Danilo Pereira da Silva (402.580.318-67); Danilo Santos Melo (717.337.441-34); Danilo Silveira de Almeida (352.789.148-07); Danilo Vieira Filho (304.220.368-97); Danilo dos Santos Paixão (372.006.148-58); Darlan Luís da Conceição Ferreira (086.523.884-74); Davi Braga da Rocha (783.555.832-72); Davi Braz Araújo (120.094.786-06); Davi Duarte Ribeiro Silva (117.465.156-35); Davi Oliveira de Andrade (162.263.197-80); Davi Silva Costa (095.420.414-03); David Alysson Silva Santos (024.991.235-08); David Ângelo de Oliveira Bueno (446.136.738-01); David Joade Lima Melo (013.853.412-89); David Pasello de Mendonça Bentancour (227.908.918-18); David de Melo Almeida dos Reis (047.779.511-03); David de Souza Scussel (068.976.859-17); Davson Sobral Carvalho de Oliveira (051.974.004-12); Dayana Amadio Silva (231.707.558-89); Dayse Raquel dos Anjos de Medeiros (701.317.184-01); Debora Cristina Xavier da Silva Rodrigues (110.157.576-00); Debora Thais da Silva (079.194.116-70); Deborah Cristina Guedes dos Reis (026.465.691-14); Deborah Malard Rocha Lopes (068.746.966-02); Deibith da Silveira Wegner (002.018.830-74); Deividi Luiz Santiago (058.059.331-28); Delaine Silva Santos (034.756.415-18); Denis Pereira do Monte (702.206.174-22); Denise Chmielewskij Franco (012.817.700-43); Denise Maria de Assis Araújo (061.974.336-05); Denise de Camargo Marcelino (446.780.628-82); Derik Cerqueira da Silva (230.398.558-75); Diana da Silva Queiroz Paiva (000.619.882-19); Diego Alves Tabosa (609.223.243-01); Diego Arruda Chagas (074.571.104-96); Diego Cesar de Moraes (230.695.998-69); Diego Henrique Souza de Abreu (088.608.386-90); Diego Nunes Castilho (369.157.688-58); Diego Patrick Tosin de Cristo (061.530.649-73); Diego Pedrosa de Matos (096.796.126-27); Diego Rodolfo Freitas (321.657.278-12); Diego Tito Morais de Andrade (061.320.995-81); Diego de Jesus Costa (058.012.755-92); Diego dos Santos Cintra (405.088.088-12); Dieimes Donato Serafini de Sousa (026.912.736-44); Dimitri Godoy Barbosa Leite (689.227.441-20); Diógenes Martins de Siqueira (344.158.178-40); Diogo Gutierres de Almeida (035.876.561-77); Dionara Pexe Plens (021.933.241-07); Dionatan Rusch (006.639.080-00); Dirceu Barbosa da Silva (022.646.405-96); Diwaney Dias Couto de Oliveira Amaral (072.114.917-01); Domingos Savio Pinheiro Macena Junior (766.034.072-72); Dorcival Soares de Freitas (161.524.078-00); Douglas Pedroso de Souza (008.736.710-66); Douglas Ribeiro Flores (858.750.310-34); Douglas Silva da Fonseca (960.650.287-20);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Eberson Luís Busanello (002.263.770-24); Eder Luiz Bailona (908.098.401-97); Edgard Jose Leite Fonseca (435.051.206-34); Edilson Souto de Holanda (951.282.474-49); Edson Jose Benatto (837.277.019-00); Edson Romio (030.072.500-05); Edson Thiago Bonassoli (070.226.869-04); Edson da Silva Peron (361.772.318-70); Eduarda Cristina Fernandes Marciano (146.819.937-43); Eduarda Victoria Bispo Silva (051.282.601-35); Eduardo Alves Oliveira (314.964.288-46); Eduardo Alves da Silva (839.859.562-00); Eduardo Alves do Prado Reis (041.007.161-76); Eduardo Augusto Contarini Moura (051.330.471-18); Eduardo Augusto da Silva (088.263.989-76); Eduardo Borges Soares (043.967.671-10); Eduardo Campos de Jesus (010.515.351-66); Eduardo Dias Marques (034.630.221-84); Eduardo Henrique Teixeira (119.120.666-10); Eduardo Langier Salem (084.864.567-70); Eduardo Luis Dolinski de Lima (092.653.889-60); Eduardo Marcel Resende (088.358.596-03); Eduardo Otesbelgue (035.568.380-60); Eduardo Portilho Garcia (033.481.121-09); Eduardo Rogério da Silva Dias (872.895.801-25); Eduardo Tripode de Oliveira (394.183.858-05); Eduardo de Lima Seixas (074.541.439-70); Eduardo de Souza Lima (717.732.901-34); Edwilson Alexandre Cruz (425.601.698-86); Efraym Henrique Rodrigues Reyna (027.636.702-29); Egon Fabricio de Castro Lima (040.603.833-33); Eguinaldo Bernabe Marques (044.117.589-97); Elaine Maria Hauschild (010.166.200-98); Elaine Vanessa Castro de Carvalho (037.656.402-47); Elaine de Fatima Rodrigues (086.671.006-09); Elberson de Souza Alves (009.831.702-40); Eliabe Soares Teixeira (220.305.088-88); Eliane Assis de Lima (338.395.598-20); Elisabete Amador da Silva (078.360.704-09); Elisama Rodrigues da Silva (295.348.928-23); Elisangela Ribeiro Vinceste (146.732.438-89); Elislene Fernandes de Souza (029.915.123-93); Elivelton Marcos Nascimento (093.271.926-05); Eliza Lima Alves (701.240.886-35); Elizeu Alves Siqueira (111.048.678-26); Ellen Maria de Assis (405.570.048-29); Elmiro Jose de Souza Filho (076.986.256-05); Elton Verissimo de Almeida Torres (776.487.655-00); Emanoel Francisco Lima do Nascimento (070.578.444-41); Emanuel Holanda Barroso (001.694.691-07); Emanuele Ciota (074.912.139-44); Emerson de Almeida Rodovalho Marques (191.822.548-69); Emilio Antônio Haas (685.686.900-25); Emily dos Santos Messias (427.488.308-65); Endrigo Correa da Silva (000.024.690-57); Endryw Marcial Goncalves (030.566.015-25); Enildon Santos de Oliveira (062.381.105-70); Eric Henrique Batista de Almeida (072.658.336-78); Eric Juliani Kihara (118.573.249-78); Eric Magalhães Leal (446.401.118-78); Erica Almeida Vieira (011.253.235-74); Erick Lucas Menezes de Lima (065.554.951-03); Erick Norio Morikawa (149.803.408-06); Erick Santos da Silveira (026.094.240-51); Erik Hackmann (469.828.968-89); Erito José de Souza Junior (033.330.555-89); Ester Avila de Araújo (124.199.527-31); Ester Schuster Yates (952.423.680-04); Ethan Geraldo Barcelos Silva (099.630.086-40); Eva Ferreira Alves (963.381.801-04); Everson Júnio da Costa Pereira (042.791.891-02); Everson de Souza Moreira (401.048.818-28); Everton de Abreu Oliveira (325.990.918-45); Everton de Brito Avelino (299.432.908-54); Ewaldo Monteiro de Castro Neto (058.980.279-80); Ewerton Barbosa (194.345.758-18); Ezequiel Alves de Oliveira (036.056.864-51); Fabiano André de Medeiros (004.393.820-50); Fabiano Batista da Silva (982.899.422-49); Fabiano Zavan Mansano (385.673.088-52); Fabienne Barbosa dos Santos Lopes (957.952.001-15); Fabio Batista (319.616.768-26); Fábio Marqui Sanches (432.778.878-39); Fábio Nunes do Nascimento (791.349.981-87); Fábio Origuella Passare (136.944.938-08); Fábio Sá Monteiro (781.558.355-53); Fábio Vicente (124.364.229-74); Fábio de Paula Freitas (891.601.181-72); Fábio de Souza Barreto (077.948.937-39); Fábio dos Santos Estrela (001.273.130-79); Fabricio Augusto Fernandes Muniz (000.524.066-28); Fabricio Horn da Silva (950.436.590-68); Fabricio Leonardo Delamare (076.891.776-03); Fabricio Rodrigues Garcia (013.531.130-60); Fabyanne Gomes Pimenta (513.670.172-20); Fadua Kenia de Castro Dantas (034.934.943-60); Felipe Aguiar Marques (127.867.607-47); Felipe Amarilla Teles (067.686.859-29); Felipe Augusto Cabral (379.382.818-24); Felipe Augusto Faccini (420.849.598-70); Felipe Augusto Leite (401.273.368-00); Felipe Cabral Gomes da Silva (044.450.185-11); Felipe Feitosa da Silva (327.746.838-07); Felipe Maia Fernandes da Cruz (025.916.741-08); Felipe Menger Nunes (028.271.620-32); Felipe Perotti Netto (047.589.701-30); Felipe Pires Felinto (071.931.174-83); Felipe Venturini Cavali (343.928.468-90); Felipe de Alencar Siqueira (418.818.758-14); Felipe de Sousa Rocha (036.272.031-27); Fernanda Batista Barros Nunes (025.677.262-25); Fernanda Janaina da Rosa Felisbino (020.302.650-04); Fernanda Teixeira Gomes Nunes Ferreira (120.297.947-59); Fernando Max da Silva Ervedosa (980.265.692-53); Fernando Oliveira Dias Costa (216.331.668-80); Fernando Rodrigo Alberghini (268.994.788-97); Fernando dos Reis Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

(033.000.381-03); Filipe Antônio dos Santos Viegas Ribeiro (167.726.857-33); Filipe Gabriel da Costa (060.593.371-55); Filipe Gamba da Costa (837.411.430-49); Filipe Moreira Couto Monteiro (061.629.826-96); Filipe Shamir Amorim de Souza Cavalcanti (084.909.154-31); Filipe Soares Fernandes (019.043.575-55); Filipe dos Santos Pereira de Souza (058.114.897-57); Filipi Martins Fonseca (045.305.031-00); Flávia Neide Ortiz (256.079.118-88); Flávio Carlos Lipski (619.713.240-00); Flávio Mamoru Akagui (129.650.868-46); Francisco Artur Viana dos Santos (052.351.401-84); Francisco Chauerbe Silva (047.092.263-00); Francisco Cosmo dos Santos (047.256.843-41); Francisco Italo dos Santos Nascimento (072.951.123-59); Francisco Lima Lopes (879.705.463-15); Francisco Marcelo da Costa Crispim (806.441.202-15); Francisco Wesley Viana Caetano (604.143.603-89); Francisco Willian Lopes Soares (068.641.273-70); Francisco de Almeida Cunha (197.294.212-34); Francisco de Assis Ferreira (674.403.714-53); Franklin Leandro Silva Alves (936.769.725-20); Frederico do Lago Nogueira Dias (084.011.476-11); Gabriel Baracho de Oliveira (082.971.984-99); Gabriel Barreto Adão (129.238.127-27); Gabriel Camargo de Oliveira (041.236.640-16); Gabriel Elisio Castro Coelho (605.635.923-97); Gabriel Henrique Moreira (322.457.798-35); Gabriel Lima Andrade (073.509.933-23); Gabriel Lira Morais (014.912.992-07); Gabriel Luiz Schmitz (028.133.660-13); Gabriel Mantoani Sobral (333.105.368-66); Gabriel Max dos Santos Rosa (040.060.921-56); Gabriel Passos da Cruz (058.708.865-62); Gabriel Pereira da Conceicao (048.833.075-06); Gabriel Rodrigues Mariano de Lima (072.824.363-63); Gabriel Souza Negretti (022.388.982-20); Gabriela Coelho Martins (729.192.301-82); Gabriela de Melo Alves (102.120.289-44); Gabriella dos Santos Nunes (042.311.161-21); Gabrielly Zanini Pereira (447.119.988-96); Geilson Bruno Pestana Moraes (035.139.443-57); Geisiele Maria Vieira Leite (318.386.218-22); George Alberto da Silva Almeida (009.968.034-32); Geovane Amaral Alves dos Santos (791.296.172-00); Geraldo Magela Costa Silva (108.846.436-03); Geul Silva Cerqueira (966.869.793-68); Ghabriel Alcantara Paulo da Silva (431.054.728-19); Gilberto Andre Rodrigues Junior (372.108.228-10); Gilberto Ferreira Gregório (251.125.558-82); Giliard Balduino (946.074.432-04); Gilmar Salomão Damasceno Junior (989.412.243-49); Gilson Bento Goncalves (000.913.861-79); Gilverson da Silva Moura (821.643.041-87); Gislene Garcia Nunes Ferreira Pontes (943.851.061-34); Gladson Nogueira Reis (001.176.831-24); Glauco Goiapoti Ferreira Campos (714.770.121-68); Glauco Pugialli Cerejo (867.835.057-15); Gleison Batista dos Santos (011.783.661-38); Graciane Mendonca de Souza (007.274.091-40); Gracieli Regina Zanco (077.833.129-69); Gracione Alves de Almeida (024.688.741-96); Graziella Garcia (064.987.786-10); Guilherme Araújo Rocha (145.801.007-43); Guilherme Augusto Elmo Correia (084.279.359-35); Guilherme Cunegatto Palmeira (030.750.370-44); Guilherme Euripedes Silva Ferreira (353.108.088-17); Guilherme Kerges (056.933.479-90); Guilherme Pottker (017.498.580-02); Guilherme de Souza Candido (098.048.259-37); Gustavo Belem e Mascarenhas (056.781.485-83); Gustavo Brum Schwingel (006.843.860-54); Gustavo Nascimento Passos (038.134.505-03); Gustavo Pinheiro (079.009.989-69); Gustavo Rocha Lima de Magalhaes Mascarenhas (060.990.886-36); Gustavo Yuri Sousa Reis (075.101.563-60); Gustavo de Castro Mesquita (095.003.346-40); Helder Tavares Alexandrino (144.131.957-36); Hélio Bruno da Fonseca Junior (004.978.032-83); Hélio Vasconcelos Rodrigues (095.190.704-27); Helton Joni Martins do Nascimento (035.507.899-63); Henrique Costa Soriano (498.734.298-75); Henrique Felix Cavalheiro (089.555.159-44); Henrique Martins dos Santos (483.351.178-96); Henry Pereira de Souza (414.846.878-41); Herbson Cavalcante de Melo (014.179.514-00); Higino da Costa Soares (012.464.972-63); Higor Zanon Zandonadi (142.406.517-86); Homero Jose Pires Ribeiro (635.478.647-04); Hudson Azeredo Barcelos de Mendonca (138.973.887-66); Hugo Machado Valeiro (190.706.507-54); Humberto Aguiar Figueiredo Neto (005.419.359-17); Hyang da Cunha Melo (846.262.082-15); Iane Cunha Oliveira (065.599.145-00); Idailto Assis de Oliveira Filho (054.006.465-30); Igor Andrade de Freitas (050.357.415-59); Igor Carvalho Nangino (060.628.086-35); Igor Cesar da Silva de Oliveira (116.431.367-39); Igor Maycon Silva Rodrigues (064.284.423-29); Ilmara de Souza Santos (023.993.915-86); Isac Guedes de Andrade (023.190.271-90); Isadora Almeida Cruz (013.213.295-80); Isadora Nonato de Pina Tavares (036.028.351-97); Isis Vanessa Monteiro (014.266.935-08); Israel Bispo dos Santos (908.438.865-87); Israel Jacó Freitas de Melo (041.749.223-57); Itala Carla Albuquerque de Santana (082.728.664-39); Ítalo Rogerio de Oliveira Barbosa (969.898.582-49); Itamar Junior Jorge Teixeira (104.059.607-00); Ivan Carlos Silva Melo (099.276.104-24); Ivan Heller da Silva (155.156.507-27); Ivana Butura Tavares Galdino (296.367.818-50); Jabio Ricardo da Silva

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

(342.348.668-65); Jade Ricardo Castelo Branco Nascimento Barreto (054.271.355-10); Jailane Pelaes de Souza (015.040.262-76); Jaison da Rocha Sodre (012.574.440-42); Janeclea Freitas de Oliveira (074.275.794-37); Jaqueline Araújo Silva (066.777.843-80); Jaqueline Ribeiro Lemos (026.048.300-19); Jean Nicolas Laffeach (236.334.838-96); Jeferson Getúlio Francisco Alves (027.921.272-01); Jenifer dos Santos (023.069.340-70); Jeova de Souza da Cunha (022.135.855-20); Jessica Cardoso dos Santos (139.272.447-32); Jessica de Cassia Rodrigues Dias (052.642.079-09); Jhonattas Cremm Bueno Pires (386.022.038-10); Jhonnatas Cardoso da Silva (037.694.761-66); Jhonny Samuel Kurz de Campos (228.351.438-07); Joalisson Oliveira Araújo (066.488.925-52); João Carlos Mello de Souza (056.468.141-54); João Cornelio de Souza Junior (070.180.749-08); João Correa (253.959.248-17); João Eduardo Ficagna (699.378.182-49); João Felipe Gomes Vieira (038.982.113-63); João Guilherme de Souza Ramos (070.510.894-55); João Gustavo Haenel Neto (287.397.148-70); João Lucas Rezende dos Santos (076.163.306-57); João Lucas Santos Braga (141.826.587-01); João Manoel Balta de Mello (012.340.831-83); João Marcel da Silva Figueredo (350.423.678-70); João Marcos Domingues Real (305.040.068-43); João Marcos Santana Ribeiro (794.912.515-20); João Maria Santos Barros (030.441.754-88); João Mateus Santos Feitoza (036.437.575-22); João Olavo Marques Chitero (381.417.298-10); João Paulo Pereira (096.951.469-70); João Pedro Dourado Cataruci Rondeli (423.672.088-40); João Pedro de Castro Araújo (036.391.191-00); João Victor Aguiar Oliveira (123.221.687-93); João Vitor de Cordeiro Bentes Gonçalves (007.833.032-70); Joaquim Peixoto Neto (119.492.267-86); John Michael Ghisleni (420.967.118-51); Jonas Bruno Cursi de Caires (352.302.168-59); Jonas Gonçalves Rodrigues Junior (059.904.783-64); Jonas Rech Tedesco (005.305.290-09); Jonatas Carvalho de Castro (021.546.271-88); Jonathan Celestino de Almeida (062.200.501-42); Josafa Santos dos Reis (026.127.615-86); José Adeildo do Nascimento (074.219.568-67); José Araújo Wagner (036.569.970-55); José Augusto Baungart (102.218.178-59); José Augusto Donzella (120.766.858-39); José Carlos Jesus Maciel (397.418.888-64); José Carlos Marques Cantanhede (136.882.587-70); José Daiane Sereno dos Santos (030.747.825-44); José Edivaldo Marculino de Oliveira (531.422.171-34); José Elionilson Barbosa Marcos (041.514.643-79); José Fernando da Silva (092.204.174-13); José Henrique Hoefel Correa (449.015.180-20); José Jesus Alves (003.172.631-37); José Lourenço Diniz Alves Junior (036.166.963-13); José Lucas Castro Leite (604.406.323-23); José Luiz Sarmento Rodrigues Junior (013.225.442-55); José Machado Arruda Neto (804.776.231-15); José Mauricio Silva Lima (358.450.233-00); José Santos Brito Junior (011.960.685-26); José Tiago Alves dos Santos (025.792.545-79); José Victor Vieira de Melo dos Santos (063.052.574-93); José Vitor Guimarães dos Santos Carneiro (032.405.035-65); José Walter Rodrigues da Silva Filho (075.317.484-79); Josianne Brizo do Nascimento (130.333.477-11); Josiel Jose da Silva (047.812.243-85); Jovenilton Mendes dos Santos (059.085.564-67); Joyce Rodrigues Sena (352.592.798-32); Júlia Beck (046.076.899-98); Júlia Boni Soares (411.887.688-40); Júlia Vieira Ferreira (449.323.928-00); Juliana Gomes Gandini (145.415.697-01); Juliana Lima da Costa (068.708.765-17); Juliana Rego Landahl Cabral (914.599.823-04); Juliana de Carvalho Coutinho (093.446.187-20); Junior Cesar Vera da Silva (888.757.331-04); Jupiter Koroa Lima Cunha (036.009.731-69); Jussara Aparecida Farias Gomes Figueiredo (271.198.888-03); Kamila de Oliveira Cham (342.016.958-24); Karen Cristhiane Goncalves Campelo Castro (814.975.982-49); Karen Giovanna Furtado Melo (058.632.134-93); Karina Bacchieri (633.451.530-68); Karlos Svendsen Diniz Filho (703.744.534-70); Kate Cristina Alves Silva Oliveira (280.649.958-50); Katheryne Stephen Goncalves Vieira (342.328.728-41); Katiuscia Ferreira Faustino (891.259.161-49); Kelvin Trindade (021.104.610-80); Kessia Tayna Azevedo Rodrigues da Silva (982.527.123-04); Keven Ramos Silva (023.306.785-09); Kezia Araújo dos Santos (054.539.161-09); Kleber Francisco de Lima Gabriel (040.656.191-57); Klecyo Ricardo Aguiar Xavier (031.718.671-09); Lael Ferreira Neto (689.328.471-34); Larissa Abbud Vieira (747.664.062-49); Larissa Kelly Amaral Martins (418.437.728-92); Larissa Nogueira Linhares (086.967.876-09); Larissa Ozelin (009.542.389-31); Lauana Araujo Barrozo Gomes (055.130.857-55); Laura Noronha Inacio (700.592.166-62); Leandro Ataide Victor do Espirito Santo (028.334.646-90); Leandro Dunzer Gimenes (230.108.978-98); Leandro Pereira da Costa (372.681.248-21); Leandro Santana Soares (302.396.398-39); Lehur Santos Souza (070.316.906-84); Leonardo Araújo da Costa Neto (138.046.787-00); Leonardo Cruz de Oliveira (310.825.618-19); Leonardo Moreira Queiroz (743.601.082-49); Leticia Alexandre da Silva Camargo (369.244.608-01); Leticia Sabrina

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

de Melo Souza (049.872.603-79); Leticia de Moura Souza (393.394.118-03); Lidia Piske Baptista (625.132.659-04); Ligia Cristina das Neves (059.260.264-82); Lilian Cristine de Moraes Pereira (105.327.606-03); Lisiane Regina dos Santos (292.813.138-80); Livia Cristina Barreto de Magalhaes (129.589.757-11); Livia Subtil Santos Saliba (007.349.091-10); Lourenço Nataniel Pinheiro Portella (018.979.290-64); Luan Feitosa Lima Satiro (013.907.825-81); Luana Miranda Aires (003.735.842-10); Lucas Avelino Cesar Santos (059.381.094-50); Lucas Costa Franca Silva (113.030.717-46); Lucas Freitas Amora (698.676.401-44); Lucas Medeiros de Pádua Melo (949.188.562-68); Lucas Rafael Bueno dos Santos (102.602.929-58); Lucas da Silva Santos (015.032.062-03); Lucas de Araújo da Cruz (069.607.009-06); Lucas de Souza Valença (097.025.294-33); Lucas dos Santos Farias (926.926.212-04); Luciano Alves da Silva (059.631.284-98); Luciano Gomes de Amaral (026.886.916-27); Luciano da Costa Garcia (957.361.230-53); Luciano de Melo Aguiar (810.515.901-59); Luciene Fagundes Oliveira (016.339.990-50); Ludmila Lima Ribeiro Fontes (822.290.665-87); Luís Carlos Freitas Lima Pinheiro (095.668.774-12); Luís Claudio Ribeiro de Oliveira (011.490.607-60); Luís Henrique D Aurelio da Silva (233.538.528-32); Luís Henryque Oliveira Nascimento (050.397.813-26); Luiz Augusto da Silva (069.040.609-64); Luiz Augusto de Moraes Rayol (809.049.122-72); Luiz Carlos Valente Linhares (827.662.070-15); Luiz Claudio Pereira de Souza (765.986.597-87); Luiz Eduardo Amorim Coelho Cavalcante (609.280.413-10); Luiz Eduardo Franco Cardoso (199.250.378-83); Luiz Eugenio Gurjão Barbosa Praxedes (664.411.703-10); Luiz Fernando Soares Cunha (002.075.851-05); Luiz Gustavo da Silva Vaz (033.150.091-47); Luiz Henrique da Silva Cardoso (102.893.506-46); Luiz Michel Barbosa Costa de Souza (127.428.157-16); Luiz Numeriano Santiago Barbosa de Farias (052.943.434-28); Luma Maria dos Santos Souza Meireles (375.624.838-09); Mac Emmanuel Santos Prata (030.778.345-61); Magda Cristina dos Santos Idalgo (667.023.563-15); Magda Mattos Liqui (069.019.617-23); Manoel Leandro Sousa Albuquerque (023.601.353-09); Manoel dos Santos Ferreira Junior (924.151.215-68); Manuelle Nonato de Almeida (121.792.556-24); Marcel Alves de Lima (050.407.686-80); Marcela Monize Oliveira de Faria Pires (006.061.801-92); Marcele Souza de Lima (095.779.097-01); Marcell Ferreira Leite (604.436.593-03); Marcello Barral de Oliveira (116.729.527-78); Marcello da Silva Justiniano (071.272.137-12); Marcelo Alexandre Joanoni (190.243.488-97); Marcelo Antônio (102.467.608-00); Marcelo Barbosa Borges (983.168.776-00); Marcelo Dias Pereira (344.224.778-03); Marcelo Henrique do Rozário Câmara Junior (017.809.064-63); Marcelo Santos da Silva (805.426.542-53); Marcelo Soares de Oliveira (973.943.431-20); Marcelo de Castro Silveira (936.201.527-72); Marcelo de Lima Moreno (095.125.218-65); Marcia Érica Lopes Magalhães de Sousa (592.957.912-15); Marcia Rocha Mendes (012.657.396-41); Marcio Aparecido Alves de Paula (096.334.066-25); Marcio Coelho Serrão (610.417.502-34); Marcio Cunha Carlomagno (057.343.019-57); Marcio José Moreira Franca (066.516.946-93); Marcio de Carvalho Torres (164.209.838-86); Marco Alexandre Pereira Batista (106.933.177-52); Marco Fernandes da Silva (033.200.081-88); Marcos Alexandre Diorato Pinto (018.632.087-63); Marcos Eduardo Campos Rebelo (627.563.112-00); Marcos Venício Soares da Rosa (172.740.187-52); Marcos Vinicius Dutra de Sousa (755.789.301-82); Marcos Vinicius Franca dos Anjos (060.958.295-00); Marcos Vinicius Gomes de Araújo (035.264.411-70); Marcus Antônio Cardoso de Jesus (819.268.801-10); Marcus Vinicius Almeida Pinto (498.773.038-33); Marcus Vinicius Lima Zuazola (035.791.087-78); Marcus Vinicius Nascimento Santos (058.693.135-03); Marcus Vinicius Pizzimenti (303.835.308-65); Marcyella Fernandes Rodrigues (008.296.351-73); Maria Anita da Silva (030.349.880-36); Maria Caroline da Silva Franzoi (368.261.678-08); Maria Diana Ferreira do Vale (067.941.443-60); Maria Eduarda de Brito Araújo (119.799.114-01); Maria Fernanda Jaloretto (005.300.161-33); Maria José dos Reis e Sá (418.047.241-49); Maria da Conceição Batista dos Santos (765.129.244-87); Maria da Conceição Frota Araújo (391.449.253-87); Maria de Fatima Goncalves Tenorio (007.370.054-16); Mariana Pontes de Sousa Santos (069.798.254-88); Mariana Rodrigues de Souza (074.761.694-92); Mariana de Assis Ribeiro Gomes (096.322.386-05); Marilia Belmiro Henrique (979.152.704-00); Marina Gil Guedes Chaves (135.429.107-75); Mario Luiz Dias Gouveia (727.280.511-00); Marlon Kray Santos (291.166.398-55); Marlon Peterson Emerick Franco (982.062.302-20); Marlos Rodrigo Ferri (028.416.099-79); Marye Nicoli Miola (022.322.650-56); Massayuki Takahashi Gomes (163.289.698-21); Mateus Rabelo Borges (783.097.865-49); Matheus Barbosa de Oliveira (362.906.468-00); Matheus Beling Dávila (022.055.670-98); Matheus Queiroz Ribeiro

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Moraes (145.009.117-23); Matheus Vinicius Lima Deziderio (060.941.725-82); Matheus dos Santos Cunha (057.501.523-32); Matheus dos Santos Lopes (369.319.568-41); Mauricio Tiba (079.176.988-74); Mauricio de Jesus Lima da Silva (027.018.505-41); Max Gabriel Florindo Gomes (131.363.687-89); Maycon Marques de Sousa (117.490.437-26); Maynara Suani Carneiro Alves da Silva (700.656.542-18); Micael Ramos Queiroz (095.302.526-84); Michel Felipe Cunha Santos (042.906.895-66); Michell Viana do Nascimento (073.805.714-27); Michelle Yumi Cesar Santos (305.447.548-40); Midiam Nascimento Gomes (876.649.174-68); Mikael Jose Souza de Jesus (043.975.445-30); Miqueias Oliveira Cardozo (823.296.642-49); Mônica Cristina Silva de Farias (522.891.332-72); Monique Aparecida Brito Santos (005.308.645-76); Nadabe Flores de Freitas Junior (030.983.761-80); Narcizio Ferreira de Souza (916.024.592-15); Narjara Prestjord Silva (380.870.978-23); Nata Ricardo Nepomuceno dos Santos (364.851.828-37); Natali Bolivar da Rosa (021.579.390-08); Natália Tabareli Hirata (458.579.108-62); Natan Mauri Binoti (125.897.987-09); Natanael Silva Cardoso (637.534.642-87); Nathalia Albino de Souza (502.228.708-00); Nazaré Soares Araújo Souza (972.336.171-04); Nelson Luiz Dall Oglio (047.784.508-84); Niara Silva Fonseca (839.970.915-87); Nickolas Jordão do Nascimento Fonseca (094.859.184-61); Nicolas Gomes Evangelista (065.266.361-36); Nicolas Roberto Tavares da Silva (426.078.518-40); Nilson Pires dos Santos (848.935.751-04); Odalecio Dias (716.303.762-72); Omar Penna Moreira Filho (029.138.738-12); Oraldo Gonçalves da Silva Neto (094.309.286-86); Orlando Marques Fontenele Junior (797.813.651-53); Osmar Moncorvo Campos Egbert Vliese (163.807.907-21); Ozeias Chagas (783.732.129-49); Paloma Cosendey (057.740.457-14); Paloma da Silva Alves (135.076.096-06); Patrik Ray Santos Ferreira (738.720.322-91); Paula Pinhoni Andaloro (369.905.848-40); Paulo Cesar Silva (853.610.897-53); Paulo Henrique Dutra Cabral (865.302.752-15); Paulo Henrique de Morais Sousa (609.155.823-41); Paulo Lopes de Souza Junior (113.758.054-28); Paulo Renato Nunes Louro (803.342.880-53); Paulo Roberto Valença Miranda Junior (035.917.565-12); Paulo Rocha Fonseca (995.302.441-34); Pedro Afonso Sampaio Pinto (054.477.387-09); Pedro Clemente de Olinda (039.116.954-89); Pedro Fontes Montano (120.108.597-74); Pedro Henrique Carvalho de Souza (017.014.996-06); Pedro Henrique Costa Araújo (022.083.606-05); Pedro Henrique Oliveira Soares (149.528.977-02); Pedro Henrique Silva Santiago (100.922.146-90); Pedro Henrique da Costa Freitas (603.761.753-89); Pedro Lacerda Lima (132.062.357-31); Pedro Rodrigues de Araújo (002.610.306-04); Peter Riquelme Silva (831.731.292-53); Priscila Lima Araújo (056.259.283-04); Priscila de Cassia Tavares Silva (331.794.408-05); Radames Rigatto (980.293.040-72); Rafael Antônio Pereira (399.951.588-09); Rafael Araújo dos Santos (121.286.467-07); Rafael Augusto Marrega Correa (351.927.978-96); Rafael Becker Machado (127.680.506-36); Rafael Dantas Silva (045.320.365-50); Rafael Gomes Virissimo de Melo (133.646.497-66); Rafael José Alves (404.239.028-57); Rafael Rodrigues de Freitas (122.630.006-58); Rafael Santos Carapeto (823.217.600-87); Rafael Teixeira de Lima (112.915.337-10); Rafael de Souza Barbosa Mendonca (068.706.116-45); Rai Vasconcelos Araújo (032.909.403-30); Raiham Oliveira de Souza (020.249.145-51); Ralf Gunter Rotstein (075.804.689-80); Ralf de Santana Santos (017.721.965-33); Ramonna Mickaelly Silva Santos (067.974.104-60); Rancicley Silva Portela (362.680.688-07); Raphael Matos Braga (997.332.932-53); Raphael Silva de Lima (111.219.237-98); Rayane Brasil Barbosa (062.368.775-56); Rebeca Costa Alves (029.717.511-47); Reinaldo Ribeiro Barbosa (055.908.327-05); Relbson dos Santos Silva (019.854.353-06); Renan Henrique Camilo (363.920.688-64); Renan Italo Leite Gurjao (083.881.294-57); Renan Soares Cavalcante (058.242.233-78); Renato Bruno Ferreira Cavalcanti (051.961.844-06); Renato Hernandes Silva (137.779.228-54); Renato Leao Ramos (258.186.928-33); Renato Silveira Nunes Junior (043.700.995-52); Renato Zapparolli de Souza (092.669.158-90); Renato de Freitas Oliveira Carrasco (319.303.438-09); Reneo Augusto dos Santos (058.130.486-18); Ricardo Antônio de Moraes Mota (285.285.798-75); Ricardo Ferreira Alves (004.223.219-82); Ricardo Ferreira Paizan (060.649.559-29); Ricardo Leite Lima (004.488.633-08); Ricardo Ribeiro de Campos (222.907.508-08); Ricardo Saboia dos Santos (154.399.547-08); Richard Setubal Faria (921.666.601-34); Rita Vanessa Avila de Souza (011.684.430-24); Ritheley Chaeney de Paiva Silva (735.054.471-53); Roberto Alves Pequeno (716.695.821-91); Roberto Kennedy Litaiff Filho (869.051.042-72); Roberto Rene Pereira da Costa (935.004.326-20); Robson Costa Garcia (698.563.541-53); Robson Soares Ferreira (141.142.177-97); Rodrigo Augusto Abramo (264.986.398-65); Rodrigo Baldo Martins (370.957.598-20); Rodrigo Eusebio Pereira (037.317.541-85); Rodrigo Fogaça de

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Brito (005.662.262-78); Rodrigo Nedel (002.199.040-90); Rodrigo Souza Martins (068.006.873-24); Rodrigo da Silveira Rodrigues (401.506.660-04); Rodrigo de Sousa Serafim da Silva (398.776.698-03); Roger Santa Rita Sacramento (859.634.805-07); Roger Silva de Oliveira (688.893.482-91); Rogerio Diniz (162.057.368-70); Rogerio Uehara Marcus (418.283.338-40); Romario Fernandes Tavares (072.051.503-37); Romualdo Alves Barbosa Junior (053.470.633-94); Romulo Souza Damasceno (099.158.025-79); Romulo Wernersbach Lange (143.637.187-22); Romulo de Santana Bispo (053.504.955-26); Ronaldo Bittencourt Amui de Oliveira (031.379.361-10); Rudimar de Sa Duarte (006.058.970-18); Rui Adriano Marinho de Castro (092.474.384-03); Samanta Brugnolo de Almeida (394.664.258-62); Samanta Pereira Nishi (964.877.552-49); Samir Boujamaa Damiri (057.842.611-00); Samuel Muca do Vale Pereira (890.695.012-87); Samuel Vieira Veloso Pereira da Silva (072.711.831-59); Samuel de Castro Salles (131.678.406-17); Samyra Allah Santos (370.535.128-19); Sansao de Sena Silva (030.237.173-70); Saulo Vinicius da Silva (076.181.686-01); Savio Freire Verdiano (044.578.585-36); Sergio Diego de Franca (048.671.094-79); Sergio Ricardo dos Santos (034.208.445-30); Shelmon Edson Canuto Oliveira (603.588.413-05); Sidney Fonseca Braga (073.675.257-94); Silas Almeida Pedreira (059.407.205-01); Simone Torres de Medeiros (028.061.797-69); Solon Moraes Lins (938.241.301-49); Stephano Laurentino Ferreira (050.302.783-97); Sulamita Jemima Silva de Souza Leite (059.826.895-21); Suzane de Oliveira Silva (100.698.477-11); Tácio Araújo de Freitas (948.764.872-00); Tales Augusto Diehl (026.539.450-37); Tamile de Marco Farinon (039.179.531-70); Tamyrez Pires da Silva Barbosa (146.516.147-36); Tatiana Aparecida de Jesus Silva (329.683.498-21); Tatiana Viegas de Oliveira Costa Falcão (074.468.794-24); Thais Martinelli (030.964.050-42); Thalisson Torres de Oliveira (945.537.852-34); Thamires Maria Duque Souza (153.031.847-57); Thayenne Carvalho Bomfim (003.535.985-42); Thaywan Lima Martins (071.888.831-65); Thiago Catonio de Abreu (072.449.094-97); Thiago Esdras dos Santos Farias Silva (122.842.187-09); Thiago Francisco de Souza Areco (282.318.958-09); Thiago Gomes Silva (889.901.252-00); Thiago Moraes da Silva (400.522.428-89); Thiago Oliveira Ribeiro (010.607.665-58); Thiago Pereira Gouveia (067.908.204-26); Thiago Pinheiro da Silva (017.713.231-08); Thiago de Sousa Silva (703.608.721-82); Thompson Matoso da Silva (732.934.159-20); Tiago Ferreira Gomes (027.266.061-21); Tiago Martelli (366.322.278-05); Tiago Pereira Carivar Magalhaes (029.028.735-90); Tiago Rosaes Barboza (048.268.131-47); Tiago Xavier Dantas Leal (059.107.075-82); Tiago de Jesus Pinto Ferro (861.910.465-96); Vagner de Souza Costa (218.404.898-47); Valdeci Mauricio Barbosa (043.680.488-30); Valdeilson dos Santos de Almeida (018.820.491-10); Vanderci Ricardo Caetano (359.526.088-09); Vanessa Correa Brambila (020.203.102-01); Vanessa Santos Antunes (056.348.477-29); Vanrley Guimarães da Conceição (031.639.852-70); Verônica Guilherme de Abreu Abreu (133.184.096-18); Vicente de Paula Teixeira Neto (544.547.353-87); Victor Alexandre de Castro (064.686.459-99); Victor Bastos Prado (048.718.764-46); Victor Cardoso Orlando (365.208.748-84); Victor Cavalcanti Fernandes Ferreira (054.003.081-39); Victor Freire Arraes (030.529.335-40); Victor Gustavo Valiati Dantas (022.264.192-41); Victor Hugo Andrada Pracovnik (107.891.566-01); Victor Hugo Guerra Ferreira Garaluz (054.909.099-19); Victor Ramos Costa (137.977.677-57); Victor Soussa Peixoto (057.458.005-00); Vinicius Alves Ferreira (063.845.555-30); Vinicius Alves Primo (372.768.128-47); Vinicius Alves Vieira (115.349.577-58); Vinicius Ariel Ferreira de Souza (336.176.718-02); Vinicius Augusto da Silva (090.810.259-37); Vinicius Azevedo Monteiro de Barros (104.464.854-62); Vinicius Bachmann Laguzzi (349.442.708-95); Vinicius Brambatti Molossi (038.605.690-07); Vinicius Franca Brant (263.072.418-29); Vinicius Garcia Fernandes Molina (042.517.591-09); Vinicius Lazzaretti (052.791.089-95); Vinicius Moes de Souza (970.450.633-34); Vinicius Ramos da Silva (128.660.127-47); Vinicius de Sousa da Costa (177.900.067-70); Vinicius dos Santos Lima (401.745.338-45); Vithor Hugo Batista Lemos (025.751.042-70); Vitor Carlos Santiago Barreto (070.735.645-80); Vitor Chaves Silva (119.101.076-70); Vitor Gabriel Miranda (396.784.298-37); Vitor Macedo de Medeiros (358.729.078-42); Vitor Manoel Nogueira Alvares (052.617.189-88); Vitor Noronha Aguiar (123.717.886-00); Vitor Quinto Martins (110.599.477-57); Vivaldo Tadeu Dias Andrade (028.879.684-59); Viviane Lopes de Souza (092.120.597-08); Wadson Dutra Dias (078.472.496-26); Wagner Brisolla Aith (318.190.768-57); Wagner Pinheiro dos Santos (037.934.411-48); Wallace Gabriel Alves Cunha (099.209.019-97); Walleska Maria Acerbi (330.386.668-66); Walter Alexandre dos Reis (363.719.438-47); Walter Prestes Correia Junior (609.945.849-20); Wanderson Ferreira Santos

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

(117.831.874-50); Wanderson Patrik de Sousa Gomes (040.703.143-00); Wanderson Pereira Silva (003.104.032-27); Washington Alves do Nascimento Junior (400.102.788-77); Washington Henrique Nepomuceno (098.486.214-58); Weberson Ferreira da Cunha (113.546.956-31); Welington da Motta (068.120.509-11); Welinton Daniel de Oliveira Silva (434.714.108-48); Wellington Carlos Soares Porto (034.575.811-00); Wellington Oliveira Feitosa (015.227.985-79); Wellington Shoiti Sakita (018.664.611-92); Wellinson Alves dos Santos (360.674.418-88); Wellisson Manoel de Santana (471.337.198-00); Welliton Rodrigues Vieira (040.257.780-92); Wesley Ceron Bairro (117.203.969-06); Wesley Machado Aguiar (041.510.801-20); Wesley Prieto Jordao (729.528.651-91); Wesley Vieira da Silva (025.092.981-35); William Aires da Silva (607.320.633-02); William Ferreira Dantas (665.099.633-53); William Seiji Lemes Nagata (088.574.129-38); Willian Fidelis Toledo (295.841.218-04); Wilson Martins Batista (371.523.908-51); Wylliam Araújo Scherer (028.877.742-55); Ygor Henrique da Silva (129.461.676-58); Yorhan Beuter Adriano (052.277.599-36); Yosef Luiz Lopes Tuting (954.831.522-04); Yuri Paz Pires Gois (369.083.378-71); Yuri Rodrigues Pereira (702.822.674-33); Yuri de Souza Odaguiri Enes (065.076.091-37).

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.; Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14036/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal, constantes na lista 26/2022, relacionados nos autos.

1. Processo TC-028.990/2022-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abdon Jose Correa Filho (128.983.056-85); Aclenia Maria Nascimento Ribeiro (025.230.093-90); Adriana Langlois Madruga (572.273.650-34); Adriana Maria de Carvalho (942.073.564-87); Adriana Prado Fernandes (745.792.402-78); Adriane Rangel Barbosa (056.103.631-44); Adriano da Silva Lourenço (054.510.459-92); Adriely Nunes Bernardes (123.105.476-03); Adysson Alcantara de Albuquerque (054.908.274-32); Aedra Kapitzky Dias (057.847.697-58); Affonso Marin Neto (056.462.489-65); Afonso Maria dos Santos de Souza (721.461.336-00); Agamenon Almeida Hemerly (037.066.045-58); Aida Rodrigues de Oliveira (051.786.756-73); Airla Ketlin Santos Alves (057.339.551-98); Akila da Silva Carvalho (054.018.503-52); Akla Patricia Belarmino da Silva (024.031.593-60); Alan Jefferson Alves Reis (059.295.963-52); Alan Penha de Jesus (025.403.073-45); Alan Rafael Mannrich Huber (076.335.659-00); Alanna Tamires dos Santos Dantas (077.088.604-31); Alberto Luiz de Brum (653.484.430-34); Aldilene Balieiro Santiago (735.776.692-68); Alessandra Chaves Terra (000.052.190-60); Alessandra Pereira Cardoso (072.213.377-48); Alessandra Vaz Kisner (001.106.820-50); Alessandro Domingues Heubel (383.828.858-02); Alessandro Gomes de Freitas (049.350.761-27); Alessandro Peixoto de Alencar Daniele (030.067.243-80); Alexandra Pereira de Castro Ribeiro Machado (019.091.601-05); Alexandre Alves de Castro Lima (857.792.725-30); Alexandre Martins Malinosky (121.014.857-96); Alexandre Nicolas Pedrosa Cavalcante (066.736.634-21); Alexandre Stasczak Strieski (086.577.119-74); Alexandre Vieira Martins (040.942.649-06); Alexandre da Silva Martins Trieste (013.927.215-12); Alexandre de Jesus Machado (112.402.036-59); Alexia Tayane Menezes de Melo (097.744.814-29); Alexsandra Silvino Dias Costa (047.579.006-51); Alice Louzada Pasquali Rosa de Oliveira (820.725.580-34); Alice Oliveira Freitas (014.389.570-25); Alicejayde Sousa Nojosa Pereira (664.058.663-00); Aliete da Silva Ramalho (007.055.263-05); Aline Bezerril Freire de Lima (065.737.394-00); Aline Blank de Souza (110.616.957-35); Aline Braga Rodrigues (057.296.326-22); Aline Branco Camargo (085.221.794-33); Aline Carniato Dalle Nogário (015.152.540-46); Aline Cruz de Medeiros (795.778.732-00); Aline Kegler (014.082.930-05); Aline Ribeiro Galho Coutinho

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

(014.457.270-21); Aline dos Reis Baptista (054.452.777-12); Alisson Mateus de Oliveira Magalhães (054.057.563-18); Alisson Soares de Araújo (037.894.301-45); Alisson de Souza Sá (008.848.245-60); Allan Pereira Pacheco (091.712.216-03); Alyce Aparecida da Silva (099.221.546-33); Alysson Rodrigues dos Santos (056.451.103-07); Amanda Cristina Pereira Moreira (084.921.686-92); Ana Beatriz Castilho Moreira Guedes (138.147.037-82); Ana Beatriz Rezende Rosa (136.145.266-82); Ana Carolina Cordera (845.675.620-20); Ana Carolina Lopes Alves Duarte (702.180.841-02); Ana Carolina Lopes Starling (042.746.111-16); Ana Carolina Vieira (102.856.416-38); Ana Caroline Escórcio de Lima (049.689.163-45); Ana Caroline Lima de Melo Sousa (009.989.843-88); Ana Caroline Rocha Semião (018.686.093-59); Ana Clarice Mariz Medeiros de Oliveira (048.070.524-03); Ana Clarice Mariz Medeiros de Oliveira (048.070.524-03); Ana Claudia Maia da Silva (061.618.493-05); Ana Claudia de Morais Loyola (006.894.391-13); Ana Cristina Cumpri Cordeiro Camargo (315.412.648-19); Ana Cristina Emidio Antônio (226.475.348-02); Ana Gabriela Barreira Barreto (011.257.795-43); Ana Gabriela de Sousa Silveira (042.692.201-80); Ana Keila Marques Brandao Silva (842.820.103-04); Ana Lucia Vanderlei Guimarães (592.133.964-49); Ana Maria Della Rocca (063.751.909-40); Ana Marta Gomes de Aquino (033.394.305-86); Ana Paula Gonçalves Garay Molina (877.320.501-00); Ana Paula Souza Santos (920.664.022-49); Ana Rafaela Souza Rodrigues (003.577.372-37); Analisa Alvarenga Alves dos Santos (033.215.166-24); Anderson Ferreira de Rezende (002.913.621-09); Anderson Oliveira da Silva (015.678.321-56); Andiara Cabral Rodrigues de Souza (069.228.635-77); André Attie Cury Hanna (086.612.056-46); André Attie Cury Hanna (086.612.056-46); André Chagas de Almeida Junior (921.181.352-20); André Goncalves Honorio Carvalho (054.086.823-07); André Gonçalves Honório Carvalho (054.086.823-07); André Luis Prado (145.476.778-24); André Machado de Araújo Lima (045.085.893-67); André Pastana Beraldo (352.924.888-60); André Rafael Luzete (020.752.091-70); André Rogério Graça (280.451.058-10); André Ronchoni Salmazo (006.972.311-78); André de Faria Silva (147.672.067-31); André de Oliveira Penna (974.773.111-87); Andrea Paixão de Oliveira (009.119.675-24); Andrea Pereira da Silva (035.554.383-44); Andrea Santos Dumont de Araújo (600.176.293-73); Andrea Santos Timoteo Silva (043.154.864-18); Andrea Santos da Silva (073.410.907-58); Andrea de Paula Souza (946.206.605-15); Andressa Fagundes Jacome (114.335.706-02); Andressa Kelly Ferreira e Silva (022.268.663-45); Andressa Prim (053.518.959-19); Andressa Rallia Aquino Soares (035.528.144-93); Andrew Aurelio Pinto de Almeida Costa (832.326.132-68); Andrews Duarte Noronha (068.924.983-70); Andreza Rodrigues de Farias (028.366.870-96); Andrezza Gabriela dos Santos (063.543.411-33); Ângela Beatriz de Sousa (986.185.551-34); Ângela Nunes de Souza Silva (802.170.014-91); Ângela Silva Degani de Oliveira (023.743.920-40); Angeliane Alves Silva (100.689.874-39); Angélica Vieira de Jesus Brandao (029.630.985-02); Antônio Donizetti de Sena Pereira (031.423.996-07); Antônio Fran Coelho da Silva (020.654.233-07); Antônio Luiz Cabral dos Santos (910.304.474-20); Arikleber Freire da Silva (993.732.545-53); Arthur Ataide Lopes (029.304.371-03); Arthur Rodrigues Bezerra (036.662.681-70); Augustinho Pinheiro de Lima Junior (815.825.012-20); Augusto Ferreira Neto (011.598.205-11); Augusto de Carvalho Bezerra (515.736.362-15); Bárbara Dan Menezes (124.239.727-25); Bárbara Machado Zimmermann (008.503.110-04); Bárbara da Silva Gama (464.298.858-01); Beatris Borges da Silva (054.756.683-29); Beibiane Lemes de Souza Neres (015.014.411-32); Bianca Farias Dantas (060.151.174-35); Bruna Boaventura Costa (430.863.648-58); Bruna Gabriela Messias Milani (403.651.468-70); Bruna Monalisie Mendes Amâncio (116.497.546-39); Bruna de Sousa Lima (122.805.076-76); Bruno Alexandre Mendes Cardoso (113.510.277-51); Bruno Cordeiro de Toledo (010.345.071-84); Bruno da Silveira Bartollo (010.423.160-23); Camila Ferreira de Moura (006.364.631-50); Camila Mororo Fernandes (021.605.193-24); Camila Pederiva Rossignoli (014.981.726-60); Camila Trevizani (047.904.755-30); Camila Vicente (091.347.269-77); Camila da Costa Nahum (008.199.072-35); Camila de Oliveira Portela (719.887.931-49); Camilla Crosara Ramalho de Oliveira (071.283.266-18); Carlos Alberto da Silva Junior (055.044.644-39); Carlos Eduardo Cerqueira Rolim (005.578.085-70); Carlos Eduardo Soares (004.557.943-16); Carlos Henrique Fernandez Cruz (006.103.960-80); Carmem Rejane Lux Soares (866.105.207-63); Carolina Kmentt Costa (011.547.910-41); Carolina Vieira Peixoto da Silva (015.645.661-37); Caroline Secatto Tres (087.091.597-54); Cassia Patrocinio Chagas (070.547.726-60); Catia de Oliveira Gomes (638.838.131-68);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Celia Regina Santos Dias (516.770.595-91); Cesar Augusto Andrade Assunção (073.118.906-08); Chanes da Silva Moreira (009.470.440-60); Chrislainny Costa da Silva Pinheiro (052.017.744-40); Cinthia Tais do Socorro Baia Trajano (688.970.062-72); Cinthia Tiemy Cardoso Maier (011.528.939-98); Clarice Martins Lima Maebara (040.815.839-51); Claudia Marli Dondoni (074.963.927-07); Claudiana Aparecida Figueiredo (290.857.018-13); Claudiana Duarte Souza (000.607.765-01); Claudiane de Lima dos Santos (034.640.374-01); Claudiney de Arruda Cruz (700.376.719-87); Claudio Rezende dos Santos (043.765.656-01); Cleber Rogerio de Sa Novais (868.704.831-91); Cleiton Diniz Barros (010.508.804-80); Cleiton Maciel (268.263.478-81); Cleiton Vargas dos Santos (072.412.074-24); Cleiton Vargas dos Santos (072.412.074-24); Cleomar Silva de Carvalho (011.706.175-14); Cleverson Gomes do Carmo Junior (095.571.737-00); Cley Andresson Costa Leite (808.551.803-15); Cora Coralina Silva Gontijo (076.805.536-96); Cosme Junio Martins Maia (053.820.247-58); Cristelites Marilia Silva Araújo Gurgel (868.536.353-53); Cristiana Gomes de Oliveira (008.335.203-18); Cristiane Estevam Martins (967.999.604-25); Cristiane Ferreira Pires Franco (500.760.783-53); Cristiane Goncalves Tavares (090.663.287-03); Cristiane Nunes Mattei (019.632.191-39); Cristiane Queiroz de Oliveira Santos (800.586.553-87); Cristiano Salles Rodrigues (072.397.167-67); Daiana Isabel da Silva Rodrigues (080.444.506-02); Daisan de Jesus Serra Weber (787.066.615-72); Daniel Climaco Marques (062.684.683-84); Daniel Guedes Colacio (671.003.843-20); Daniel Monteiro Queiroz (871.919.702-00); Daniel Morais de Oliveira Junior (056.474.273-24); Daniel Nascimento Soares (036.160.715-69); Daniel Pereira dos Santos (057.816.759-06); Daniel Vieira Pinto (635.023.723-49); Daniela Angelica Calado Cavalcanti (047.795.934-25); Daniela Buriol (025.361.090-70); Daniela Eliodoro dos Santos (004.026.026-76); Daniela Florencio da Silva (392.435.318-24); Daniela Maria Cavalcante Silva (752.379.623-00); Daniela Maria da Costa (086.662.197-00); Daniela Marta da Silva (136.548.826-84); Daniela Vieira Bernardo Silva (100.806.286-30); Daniela de Sales Carneiro dos Santos (105.971.567-86); Daniele Beltrao de Araujo Lucena (096.968.014-75); Daniele Oliveira de Melo (002.161.990-50); Daniella Ferreira Moreira (146.214.637-64); Danilo Cleber Nunes de Lima (082.671.554-06); Danilo Gomes Fernandes (008.290.624-67); Danilo Gomes Quadros (042.021.785-13); Dannylo Soares Paiva (063.348.094-07); Darlene dos Santos Lima (368.991.448-59); Dayana Cristina Bagiani Garcia (355.154.008-01); Dayane Raquel de Paula (067.133.469-79); Debora Alves da Cunha (055.148.641-46); Débora Conceição Botelho (841.619.732-68); Degmar Aparecida Netto Rossi (652.420.921-49); Denise Chaves dos Santos Dias (002.028.181-10); Denise Marques Xavier de Fontes (009.820.464-56); Diana Patricia Giraldo Rios (060.093.187-00); Diana da Silveira Cândido Ribeiro (107.116.177-67); Diego Bomfim Dias (018.958.125-50); Diego Fonseca Cordeiro (017.578.663-10); Diego do Nascimento Otto (984.123.702-44); Diogo Goncalves de Freitas Coelho (104.685.167-51); Dionatam Pinto Alves (008.174.082-40); Djayna Serra Nunes (643.264.623-53); Duane Carolina Gomes Morilla (030.203.651-20); Edinei Fernandes Ribeiro (955.545.641-00); Edivaldo Almeida de Araújo Junior (076.622.284-52); Edivanea Maria Matos da Silva (042.624.125-80); Edjane Santos Juliano (028.617.885-00); Ednaldo Ferreira Marques (941.164.155-53); Edson Gonçalves Ferreira Junior (032.356.201-92); Edson Leal Campos (007.620.154-62); Eduardo Oliveira Marino (093.520.977-85); Eduardo de Azevedo Siqueira (609.756.101-63); Edvaldo Jesus dos Santos (009.451.565-45); Elaiza Niely dos Santos Bezerra (083.724.964-39); Eliana Martins (043.459.986-70); Eliene de Souza Santana (071.175.344-00); Elisana Goulart Gomes (002.609.570-03); Elisangela Regina dos Santos Nunes (281.997.858-45); Elizabete Martins Neris (241.147.661-20); Elizandro da Silva Mukai (001.228.290-18); Ely de Souza Camargo (195.093.688-06); Emanuela Cordeiro de Menezes (024.917.113-97); Emanuella Machado Silva (024.154.721-07); Emily Evani da Silva (016.431.994-80); Enan Sales Magalhaes (124.609.647-14); Erick Freitas Curi (965.323.006-91); Erick Gama da Silva (050.178.345-83); Erico Luís Dantas Diógenes Saldanha (640.338.053-20); Erika Amorim Melo Moreira (043.985.437-75); Erika Colombara Penha (310.284.198-80); Erika Milhorin Oliveira (036.415.646-54); Erivania Virtuoso Rodrigues Ferreira (010.766.784-32); Ernesto Ferrari Junior (038.046.249-44); Euda da Silva Gomes (101.804.014-59); Eugenia Pereira Bispo (813.887.645-04); Ewerton Lucas Serrao Farias (030.896.622-80); Ewerton da Silva Quartieri (024.233.680-97); Fabiana Damacena Carvalho (010.098.235-23); Fabiana Damasceno Almeida (098.910.476-10); Fabiane Cristina Ferreira (380.704.018-85); Fábio Alves dos Santos (079.614.124-09); Fabiola de Souza Dutra (058.186.017-90);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Fabiula Campos Dell Orto (031.811.527-14); Fabricio Otavio Gaburro Teixeira (024.507.167-93); Fagner dos Santos Oliveira (022.357.783-99); Fátima Regina Ferreira (430.735.819-87); Fátima Rosane Islabao Vieira (006.466.970-05); Felipe Ferreira Lima (067.046.056-73); Felipe Lopes de Oliveira Vasconcelos (659.226.033-53); Felippe Oliveira Costa (025.315.885-07); Fernanda Cristina Gialaim Purcino dos Reis (338.707.008-07); Fernanda Ferreira de Oliveira Santos (117.443.904-10); Fernanda Frota Leitao Fortuna (136.918.497-25); Fernanda Pimentel Stefani (995.230.601-63); Fernanda Souza Magalhães (024.876.385-75); Fernanda Souza Resende (099.581.996-37); Fernanda de Jesus Soares (601.671.703-76); Fernando Alves Sipauba (053.393.483-42); Fernando Ferroni Machado (303.824.128-85); Fernando Henrique Ferretti (371.713.978-90); Fernando da Silva Oliveira (097.714.896-31); Flávia Barbosa Monteiro (052.824.165-65); Flávia Farias Santos (018.729.705-32); Flávia da Silva Villas Boas (804.965.715-91); Flávio Albert Santos de Andrade (016.214.005-30); Flávio Albert Santos de Andrade (016.214.005-30); Forrest dos Santos Lima (181.075.417-82); Francimeire dos Anjos Gomes (038.324.384-08); Francini Keri Silveira (008.589.369-25); Francisca Cleonice Silva Barros (608.195.693-80); Francisca Eneslafe Amaro Cosme (744.713.173-34); Francisca Marilia de Sousa Paula (033.536.423-31); Francisco Martins de Oliveira (010.165.743-98); Frank do Carmo Guedes Junior (017.128.152-70); Gabriel Andrey Lopes Silverio (069.547.701-32); Gabriel Dotta (009.317.919-79); Gabriel Sprenger Dalla Stella (413.941.658-03); Gabriel de Oliveira Faria (107.701.106-73); Gabriel de Oliveira Faria (107.701.106-73); Gabriela Borges Carvalho (051.296.773-31); Gabriela Meireles Leitzke (028.030.730-64); Gabriela Scalia Gervasio (080.218.796-02); Gabriela da Silva Scopel (137.285.387-10); Gabriela de Oliveira Lemos (027.289.643-86); Gabrielle Assaiante Terukina Marmol (311.390.798-59); Gabrielle Melo Cavalcante (063.289.713-97); Galdevina Soares da Silva (977.315.603-68); Geiza Graciele de Jesus Teixeira (079.874.436-70); George Henrique Calapodopulos (028.300.876-82); Geysa Vieira Sanches Silva (106.721.017-26); Gilbran Costa Guimaraes (053.199.404-08); Gilda Kelliany Batisaco Lirio (898.914.491-49); Gilmar dos Santos (041.356.575-08); Gisa Mangoni Reverbel (931.497.000-00); Gisela Matos Franco (736.085.641-87); Gisele Caitano Maia (049.838.896-47); Gisele Cenzi (065.269.996-03); Giselle Cristina de Almeida Franco (060.746.626-06); Giselle Matias de Carvalho (068.346.024-29); Giselle Segatto da Costa Lopes (035.452.866-14); Gislayne Vieira Almeida (035.910.883-07); Gislene da Silva Alves (041.676.506-81); Givanildo Amaro Barbosa (020.683.945-61); Givanildo Amaro Barbosa (020.683.945-61); Gizete Cavalcante Pina de Almeida (076.972.964-97); Gladisson Garcia Aragao Souza (048.644.875-45); Gladston Janio Ferreira Paixao (006.457.903-46); Glaucelaine da Silva Teixeira (102.495.727-61); Glaucia Amâncio da Silva (079.817.276-26); Glaucia Moreira Felix (027.689.815-08); Glaucia Noblat de Carvalho Santos (008.251.325-25); Gledson Ferreira de Lima (012.976.094-33); Gledson Ferreira de Lima (012.976.094-33); Gleyce Cynthia Ferreira de Carvalho (037.324.201-83); Gracilene Barbosa Vasconcelos de Medeiros (014.294.253-77); Gracilene Barbosa Vasconcelos de Medeiros (014.294.253-77); Grasiela Bierhals Lucas da Costa (019.589.630-03); Graziela Luiza de Lima Dias (312.613.858-61); Guilherme Felipe Staudt (081.993.059-83); Guilherme Monteiro de Barros (089.547.156-64); Gustavo Marquesi Costa Roque (373.824.968-05); Gustavo Nunes de Andrade (123.981.506-90); Gustavo Santos Araujo (013.705.805-50); Gustavo Selenko de Aquino (065.056.629-79); Helania Juca Lima Bulcao (924.143.893-20); Helder Groenwold Campos (060.697.669-89); Heloisa Helena Carvalho Raposo Soares (645.172.093-34); Herta Janine Batista Costa (075.848.284-18); Hillary Christopher Pereira Lustosa (065.279.723-77); Ianto Alberto Machado Silveira (001.576.085-57); Iaponyra Afonso Querino Alves (054.453.944-33); Idalina de Freitas Pucci (349.858.868-07); Ingrid Correa Rockel Amarilha (707.121.901-04); Ingrid Muniz Medeiros da Silva (038.200.281-45); Irenilde Ribeiro da Silva Ferreira (306.231.618-77); Isabel Cristina Reis e Silva (024.322.353-63); Isabel Cristina da Silva Barros (050.261.154-54); Isabel Gerhardt (006.465.341-22); Isabella Miranda Clemente (063.952.976-35); Isabelle de Araújo Terto (045.595.783-54); Isabelly Matos de Queiroz Fulop (387.337.218-58); Ismael Levy Bernardo da Silva (033.532.933-02); Iury Viana Santana (025.964.213-48); Ivana Tabalipa Giublin (066.149.329-69); Ivaniel Matias Almeida (019.978.712-38); Ivanildo Souza da Silva (985.609.215-91); Ivanize Mariana Masselli dos Reis (346.490.298-64); Ivone Oliveira da Silva (004.256.095-02); Izadora Lisboa de Carvalho Fernandes (077.769.874-92); Jadernildes Silva dos Santos (868.346.571-34); Janaina Isis de Oliveira (875.866.491-20); Jander Vinicius Vieira (010.797.211-50); Jaqueline Gomes de Andrade Oliveira (021.701.041-51); Jaqueline Rodrigues da Rosa

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

(015.463.860-92); Jarleni da Silva Gomes Lima (044.272.023-81); Jarlison Feitoza de Brito (004.910.322-93); Jean de Menezes Braz (016.894.250-08); Jeremias Santos Mandinga (861.597.105-67); Jersiana Silva Vidal Vital (115.872.786-00); Jessica Alves Nascimento (036.828.045-44); Jessica Amanda de Sousa Manzoli (051.984.111-59); Jessica Camila da Silva (021.393.703-41); Jessica Fernanda Alves de Oliveira (098.574.126-02); Jessica Ivone Nunes da Silva (082.114.499-51); Jessica Lima Franca (068.644.774-36); Jessica Maria Batista das Virgens (048.706.245-08); Jessica Scandiuzzi Veronez (348.511.478-21); Jessica da Silva Prates (046.182.673-99); Jessika dos Santos Barbosa (023.608.421-61); Joabe Reis de Jesus (067.358.875-06); Joaci Barbosa (620.315.461-04); Joaci Cabral Almeida Junior (020.788.605-90); Joaci do Nascimento Pereira (620.114.053-00); Joanna Darlen de Sousa Pereira (025.260.493-85); Joanna Maria de Arruda Rodrigues (008.848.143-35); João Batista da Silva Filho (028.372.573-70); João Carlos Fonseca Valente (019.682.182-70); João Ivo Xavier Rocha (025.202.863-50); Joao Paulo Ribeiro Coutinho Honorio (055.991.394-09); João Paulo de Sales Oliveira (016.195.671-80); João de Souza Malan (002.152.241-32); Johnathan Longaray Neves (012.804.910-35); Jonas Alves Cardoso (052.457.133-30); Jonas Rodrigues (794.243.507-59); Jonathan Pereira de Sousa (122.864.824-70); Jordana Ramalho de Vasconcelos (046.204.544-78); Jorge Luiz Firmo de Paiva (076.615.736-95); Jose Flavio Viana Guimarães (617.698.946-91); José Pires Dutra Junior (080.801.814-03); José Roberto Ferreira da Silva (653.373.525-04); José Victor Sarnaglia Santiago (139.931.827-66); Joseane Carneiro dos Santos (914.074.865-00); Joselita Santos da Silva Ribeiro (071.262.927-08); Josiane Gomes da Silva (020.324.836-88); Josiane Marica da Cunha (829.220.041-04); Josiane da Cruz Andrade de Macedo (057.201.149-04); Josias Soares de Souza (052.794.574-93); Josilene Severina do Nascimento (046.023.224-09); Joyce Rodrigues da Silva (064.369.146-41); Joyce Soares de Souza (036.331.041-00); Jucielly Oliveira do Vale (045.527.631-56); Jucimara Ramos Pereira (822.503.835-53); Júlia Guasti Pinto Vianna (137.915.257-78); Júlia Mara Martins (219.614.288-30); Júlia Serafim Fernandes (013.596.764-30); Júlia Silveira Vianna (012.822.880-67); Juliana Bucaneve (072.011.189-78); Juliana Eduardo Dias Palhares (099.333.847-08); Juliana Ferreira de Amorim Rocha (104.406.646-67); Juliana Kelly Ferreira Teixeira (013.956.673-22); Juliana Lopes Soares (010.681.660-88); Juliana Miqueleto dos Santos (300.106.278-98); Juliana Motta de Castro Santiago (000.548.931-86); Juliana Pires dos Santos (026.734.139-36); Juliana Raisa dos Santos Ipiranga Rodrigues (009.110.442-48); Juliana Silveira de Brito (070.658.776-63); Juliana Werb (009.196.820-81); Juliana da Silva Eler (032.054.026-00); Juliana de Araújo Leite Nogueira (040.885.611-47); Juliane Stenzinger Bergamim (033.201.479-78); Julilane Costa de Souza Oliveira (464.098.903-20); Julilane Costa de Souza Oliveira (464.098.903-20); Julimeiri Mazzini Budo (740.354.790-04); Júlio Cesar Franco Filho (142.834.087-43); Júlio Cesar Gama Nascimento (074.024.097-83); Júlio Cezar Bezerra de Souza (075.686.047-48); Júlio Eden Davi Lopes Araújo (023.476.723-55); Juracy Galvao Barros Neto (029.374.392-41); Kaio Lucas Alves Romão (084.239.076-60); Kalil Chuchene Netto (070.759.009-43); Kamila Verena de Jesus Vitoria (047.426.375-42); Kamilla Lilian Pereira Ribeiro (010.537.992-17); Karen Stephanie Santana Magalhães Viana (029.128.111-71); Karina Araújo do Nascimento (059.006.014-71); Karina Ferri Obermuller (057.392.467-84); Karina Hartmann Eurich (068.549.189-79); Karine Amanda de Arruda (071.428.929-94); Karoline Bento Ribeiro (071.329.846-40); Karolinny Costa Goncalves (030.996.913-13); Katarina Marcia Rodrigues dos Santos Fonseca (043.062.594-47); Katiuscia Hellen Chaves Reinaldo (027.368.474-40); Katy Anny Mendonca Ramos (003.452.360-09); Keila Cristina dos Santos (010.878.481-99); Keila Maria Lima Miguel Lorenzi (031.318.531-07); Keite Ivi Moura da Cunha Lemos Alves (036.437.384-98); Kelli Cristine Osório Silva (778.922.833-15); Kelly Cristine Merscher Beninca (089.554.577-23); Kelly Jessica Trindade Costa de Oliveira (013.403.155-56); Kelly Lara Bastos (107.054.337-30); Kelly Laste Macagnan (012.387.560-93); Kethleen Gomes Wandekoken (142.481.367-08); Ketlyn Buss (095.217.759-55); Kevia Katiucia Santos Bezerra (019.189.714-04); Keyla da Silva Andrade (052.590.236-84); Keyse Rafaela Nascimento dos Santos (531.202.802-91); Kleber Claudio Nakayama (785.751.681-34); Laercio Pereira Campos de Oliveira (055.758.965-79); Lais Elvas Soares (003.704.723-06); Lais Fernanda de Souza Janeis (364.213.648-61); Lais Silva Lima (053.482.713-65); Laise dos Santos Pereira Pierre de Messias (666.768.943-00); Lannay Ferreira da Silva (047.093.959-18); Larissa Correa Marques (030.132.663-09); Larissa Goulart Cortez (371.472.278-59); Larissa Goulart Cortez (371.472.278-59); Larissa Marcondes (075.273.369-94); Larissa Pires Jacome

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Gornattes (832.846.561-20); Larissa Smith Rocha (004.530.895-00); Larissa Vanessa Ferreira Memoria (013.944.753-90); Larissa da Costa (058.687.299-00); Larissa de Melo Freire Gouveia Silveira (077.001.454-23); Laura Inaica Rosa Delavechia (004.594.140-89); Laura Karina Ribeiro Borges (116.296.106-66); Lauricelia Camargo da Silva (023.017.511-20); Layana Vieira Nobre (013.551.923-31); Lázaro Pereira Barros (556.153.331-20); Leene Lima Pinheiro Alves (657.967.483-00); Leiciane Ribeiro Terra (024.775.191-07); Lenilson Jose Campos Florencio Junior (727.943.304-97); Lenita Pereira Ferraz (349.129.078-39); Lenita de Melo Lima (126.702.627-83); Lenystonys Verissimo Santos (013.319.364-03); Leomar da Silva Souza (684.051.542-72); Leonardo Coelho Rosa (070.002.236-85); Leonardo Saboia Paz (600.250.823-61); Leonardo Santos de Almeida Alves (101.448.177-56); Leonina dos Martyres (003.908.881-25); Lessandro Canezin Guideli (094.543.979-23); Leticia Cordeiro Lima (059.846.757-22); Leticia Felipe Domingues (358.997.898-83); Leticia Iamada Mizuno (056.023.531-35); Leticia Pereira de Azevedo (028.392.285-05); Leticia Souza Santana (023.922.001-30); Leticia de Paula Gomes (123.910.706-40); Licia Maria do Nascimento (074.636.544-60); Liege Camargo Alves Kurrle (754.329.190-87); Ligia Divina de Jesus (021.324.771-24); Ligia Maria Nacarath (099.717.746-23); Lilia Mendes Vieira Coelho (028.973.383-93); Lilia Mendes Vieira Coelho (028.973.383-93); Lilian Cristina Silva Santos Magri (046.939.046-86); Lilian Santos Soares Dutra (077.212.994-03); Lisiane Keslen Roque (107.102.859-65); Lisiane Vitória da Rosa (958.557.770-49); Livia Bittencourt dos Reis (103.912.446-12); Livia Grimaldi Abud Fujita (071.034.026-55); Lizandra Farias de Medeiros (056.562.894-19); Liziane Lemos Jandt (020.438.910-06); Lorena Magalhaes Chaves (067.108.293-08); Lorena Novaes Conceição Silva (015.097.275-07); Lorena Ramos Leal (066.937.154-86); Lorena Silva Nunes (034.817.495-03); Lorrane Caroline Braga Rodrigues (073.804.266-80); Loyane Cristine Canedo Araújo Mendonça de Morais (028.501.311-48); Lua Severo Martins (084.439.679-60); Luan Kellvin Canuto da Mota (056.371.705-09); Luan Rodrigues Nunes (027.226.142-43); Luana Cristina Menezes Carvalho (032.293.055-31); Luana Guimarães de Souza Pires (040.382.085-59); Luana Pedro do Nascimento (124.737.207-38); Luana Santana de Araujo (331.283.898-37); Lucas Alves de Oliveira Matos (036.225.381-12); Lucas Boeno Oliveira (080.856.166-96); Lucas Caldeira dos Santos (843.488.795-91); Lucas Cerqueira Coelho (062.326.385-81); Lucas Cesar Pereira Vale (042.489.681-85); Lucas Eduardo Rodrigues Palma (087.328.406-24); Lucas Eduardo de Araujo (073.685.619-64); Lucas Ferreira Beirigo (380.291.838-01); Lucas Fiegenbaum de Oliveira (026.381.800-41); Lucas Henrique Colombo (386.382.898-47); Lucas Marcolongo Gomes Cortat (143.574.147-17); Lucas Rezende Mendes Ventura (127.044.976-13); Lucas Ribeiro Martinez (012.154.419-24); Lucas Santos Silva (992.811.982-15); Lucas Solyano Almeida de Oliveira (054.565.963-93); Lucas Souza Smidt (035.220.805-80); Lucas Vatanabe Pazinato (077.577.109-01); Lucas Vieira de Aguiar (054.224.323-71); Lucas Vinicius Yokoo Salatta (332.338.718-05); Lucas da Silva Santos (234.215.128-41); Luciana Cabral de Araujo da Trindade (022.424.891-00); Luciana Kesia de Oliveira Silva Fernandes Costa (721.934.504-63); Luciana Leite Cunha (080.334.796-04); Luciane Saraiva Fagundes (757.670.900-68); Luciano dos Santos Cruz (042.919.443-90); Lucivalma Gomes da Silva (411.056.305-44); Ludmilla Ventura Lirio (119.364.697-90); Luís Carlos Beda do Nascimento (035.874.681-76); Luís Carlos Beda do Nascimento (035.874.681-76); Luís Felipe Ferreira da Silva (026.767.691-38); Luís Henrique Porificação dos Santos (039.136.171-67); Luísa Cardoso da Silva Campos (124.106.147-52); Luiz Gonzaga do Nascimento Neto (084.528.724-96); Luzenilda Francisca de Souza (922.323.101-91); Maira Gabriela Perego (365.468.568-40); Manoela Dantas Domingos (151.593.697-08); Manuela Correa de Araújo (070.683.274-43); Manuella Fernandes Coutinho da Silva (019.820.531-78); Marcelen Palu Longhi (313.926.468-20); Marcelle Cristina Santos Oliveira (037.762.996-06); Marcello Frederico Carloni Santos (011.137.771-41); Marcelo Felipe de Melo Oliveira (388.141.518-14); Marcelo Gomes Bessa (027.360.160-17); Marcelo de Souza Franco Bernoldi (221.145.148-97); Márcia Cristina Costa Mendes (646.856.913-34); Márcia Pereira da Silva (783.750.531-04); Márcia de Castro Costa (234.158.352-00); Marciana Rubira da Silva Maciel (002.596.070-96); Marcileia Silva de Arruda Cardoso (930.260.481-00); Marcio Fernando Maciel da Rocha (456.574.325-68); Marcio Rufino Barbosa Junior (112.008.887-90); Marcos Aurélio Ogando de Oliveira (087.681.958-77); Marcos Paulo Fernandes Patricio (010.373.643-33); Marcos do Patrocinio Padilha (280.970.188-10); Marcus Fábio dos Santos Pacifico (646.479.192-34); Marcus Vinicius Pereira dos Santos (788.197.252-15); Maria Alice da Silva Nascimento (320.674.292-72); Maria Aparecida Farias

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Souza (059.952.437-56); Maria Augusta Souza Fayal (674.573.802-30); Maria Auxiliadora Doria de Carvalho (662.015.605-30); Maria Clara Rodrigues Lima Medeiros (035.180.693-81); Maria Cristina Santos Neves (023.095.385-90); Maria Cristina Teixeira Mendes (575.549.862-87); Maria Érica Holanda Luz Cavalcante (025.113.061-40); Maria Fernanda Victoria Alves (328.222.938-05); Maria Gislene Pereira de Oliveira (822.310.283-87); Maria Isabel de Souza Bomfim (046.009.554-47); Maria Izabel Trindade dos Santos (460.226.602-97); Maria Libório Pereira Leite (039.069.115-19); Maria Raniele Alves Leite (044.794.634-02); Maria Tereza Melo Badaró (063.669.856-42); Maria de Fátima de Aguiar Mateus (788.789.264-34); Maria de Jesus Costa Salgado (001.766.453-57); Maria de Lourdes Vieira (408.127.236-00); Mariana Alves Nascimento (037.507.265-90); Mariana Collodetto Soares (045.129.121-26); Mariana Fontes Santana (036.967.285-27); Mariana Godinho Goes Lourenco (105.186.447-07); Mariana Miranda Valadares de Almeida (091.146.287-24); Mariana Rodrigues Zangrando (104.640.907-76); Mariana Taconelli (367.592.558-79); Mariana da Silva Zilio (021.866.791-40); Mariana de Amorim Vieira Bento (042.832.081-32); Mariene Araújo Marques Costa (039.781.031-84); Marilia Bulhões Calheiros (060.368.414-93); Marilyn Souza Reis Nunes (825.481.290-04); Marina Gomes (050.612.853-95); Mario Silva Cardoso (104.140.487-50); Maristela Muller Weege (755.215.630-91); Marta da Silva Brod (955.051.800-00); Mateus Barp (096.231.149-90); Mateus Filipe Alves Barbosa (129.092.346-90); Mateus Henrique Morais Simões (040.860.541-32); Mateus Schafhauser (085.564.069-39); Mateus Tito Burnett (069.597.323-10); Mateus dos Santos da Silva (164.711.617-19); Matheus Bezerra Matias de Albuquerque (113.830.754-84); Matheus Marins da Rocha Borges (116.776.376-92); Matheus Pimentel de Aguiar (850.891.415-68); Matheus Rodrigues de Assis (126.836.677-36); Matheus Roos Vale (031.974.691-78); Matheus Veras Guterres Mendes (014.257.313-25); Matheus da Costa Félix (734.700.821-20); Matheus da Nobrega Braga Barroso (066.969.973-00); Matheus da Silva Martins (054.124.961-48); Matheus de Moraes Felisardo (413.702.538-00); Mauricio Felisberto Borges (068.270.079-79); Mayara Telino Soares (075.429.604-07); Maysa Teotonio Josafa Simao (013.035.016-86); Meire Brito dos Santos (364.124.571-00); Mery Elen Printes de Oliveira (730.235.152-04); Michelle Egidio da Costa Matsunaga (024.597.171-80); Michelle Fernanda da Silva (400.807.128-86); Mickaelle Cristina Capuchu da Costa (030.719.763-80); Milena Zarate Jeffery (025.132.821-08); Miriam Alves da Silva (117.724.246-09); Miriam Cristiane de Jesus Drygla Oliveira (962.007.749-00); Miriam Maraninchi Alam Siegert (573.789.830-04); Moacir Ribeiro de Castro Junior (171.697.708-81); Murilo Matos Daflon Moura (120.080.857-67); Mylena Ferreira da Silva Nascimento (704.399.251-69); Naeme José de Sá Filho (120.870.277-73); Najara Paiva dos Santos (947.190.982-15); Nandressa Felipe Nobre (076.023.523-60); Narjara Tamyres Pedrosa Melo (999.196.301-44); Nata Ivison Silva (028.403.695-16); Natália Cristina Guerra Rocha (075.113.434-14); Natália Gesualdo Lopes (080.971.826-02); Natália Gomes de Aguiar (017.791.753-96); Natália Gonczarowska (097.958.836-74); Nathalia Agazzi Trindade (002.648.790-07); Nathalia Silva Ramos (021.267.481-11); Nayane dos Santos de Jesus Lacerda (002.068.231-00); Nayara Adriane dos Santos Arruda Salles (027.848.631-23); Nayara Suely Hilario de Souza (027.044.103-48); Ney Grequi Franco Figueiredo (807.168.222-53); Nicole Leite Lucas (073.962.784-81); Nidia Paola Lima Leandro (003.825.973-70); Nilton José de Almeida Costa Junior (014.996.443-96); Nilva Maria da Costa Mascarenhas Lustosa (783.927.486-20); Nohemi Bruna Silva Freire Mendes (160.723.217-04); Norman Eduardo Colina Manzano (600.697.653-67); Núbia Aparecida Carneiro de Almeida (093.254.916-05); Odilene Silva Costa (596.867.232-34); Otávio Luiz Gusso Maioli (095.490.167-30); Pablo Mauricio Martins Dias (039.727.516-13); Pablo Vinicius Vieira da Silva (032.486.613-56); Paloma Lopes Fonseca (045.560.271-95); Pamela Nogueira da Silva Vilela Ferreira (013.417.721-52); Pamela de Oliveira Pena (412.129.488-23); Pascoal Melo Malcher Junior (742.334.752-34); Patricia Alves Oliveira de Souza (050.183.229-77); Patricia Ancioto da Costa (400.147.298-81); Patricia Marinho Miranda (041.706.545-01); Patricia Martins do Espirito Santo (987.207.325-20); Patricia Mota de Lima (090.233.074-88); Patricia Naves de Resende (085.894.566-50); Patricia Shirley Alves de Sousa (041.095.083-12); Patricia Veleda Duarte (621.147.510-15); Patricia de Oliveira Costa (005.239.535-93); Patrick Andresson Souza Barbosa (034.106.812-80); Patrick Rojas Goncalves (716.617.601-63); Paula Cristina dos Santos Wolff (037.659.929-41); Paulo Henrique de Paula Caldeira (019.992.166-01); Paulo Marcone Cardoso de Oliveira Bentes (048.527.774-38); Pedro Fernandes Sanmartin Prata

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

(017.579.600-90); Pedro Gabriel Vieira Silva (011.166.701-19); Pedro Henrique Mello Cunha (155.274.167-24); Pedro Henrique Santos Evangelista (083.002.266-05); Pedro Henrique Steffanello (017.847.030-95); Perichdey Weslley Cruz Leitão (052.465.693-22); Philipe Barbosa Assunção (600.735.133-50); Pietro Antônio Paiva da Silva (011.075.022-50); Poliana Carla Batista de Araújo (701.395.964-29); Priscila Guilherme de Oliveira (413.399.608-93); Priscila Lourenco da Penha (953.325.373-87); Rafael Alves Vidal de Lima (044.885.643-30); Rafael Andrade Lopes da Silva (051.354.225-60); Rafael Cavanellas Fraga (124.534.337-84); Rafael Silva Santos (027.291.105-42); Rafaela Caroline Amador Ferreira (811.971.362-15); Rafaela Godinho Pereira (023.557.660-37); Rafaela Gomes Santos (061.341.563-96); Rafaela Pereira Veloso (088.318.556-38); Rafaela Pereira dos Santos (626.520.743-18); Raiane Gomes (048.984.241-04); Railan Moraes Nahum Vieira (015.697.102-01); Raisa Barbosa de Andrade (083.342.114-06); Raquel Alves da Rocha do Monte (674.369.433-91); Raquel de Almeida Sales (569.748.332-53); Raul Alexandre Muller (064.486.504-07); Raul Jorge Marques de Sousa (610.234.053-18); Ravelane Neves Silva (052.710.065-06); Rayane Barros Galvao (045.499.153-31); Regivane da Silva (967.568.705-30); Renan Alex Fernandes de Oliveira (077.896.644-50); Renata Cardoso Pereira Lazzarini de Oliveira (672.039.497-53); Renata Francisco Pereira (028.134.726-38); Renata Gleice Rondon Zanuncio (006.053.481-89); Renatha de Sena Rosa Lago (013.892.813-45); Ricardo Jardim Peixoto (936.143.220-68); Ricardo José Silveira de Oliveira (692.851.010-20); Rita de Cássia Borges dos Santos Silva (035.080.874-09); Rita de Cássia de Oliveira Lima (866.864.293-68); Rivaldo de Jesus Souza Oliveira (608.582.213-81); Rivia Rachel da Costa Grilo (031.515.551-52); Roana Maciel Goveia dos Santos (671.079.743-00); Roberta Alves Gomes (796.535.294-04); Roberta Brito (099.244.307-51); Roberta Ribeiro Souto (093.092.136-47); Roberto Andrade Lima (015.186.322-97); Rocherlana Campi Langa (114.179.377-69); Rodrigo Alves da Silva (033.122.386-41); Rodrigo Carneiro Donicht (902.376.500-10); Rodrigo Cortez Torres Silva (032.652.823-76); Rodrigo Emanuel Bruno Clemente (032.903.331-08); Rodrigo Lessa Pena Nascimento (099.183.627-82); Rodrigo Santos de Araújo (083.072.894-59); Rodrigo de Oliveira Marcuci (082.313.777-51); Rogerio Akira Yokoyama (053.106.539-10); Romulo Augusto da Silveira (358.920.643-87); Ronayra Vanessa de Sousa Rodrigues Brito (062.520.153-18); Rosana Alves Martins (038.246.233-58); Rosana Loureiro (599.086.610-00); Rosana Maria Martins (339.337.568-71); Roseli Ferreira Brandao Franca (475.194.792-34); Rosilei Dallmann (621.041.360-91); Rosilene Soares de Morais (938.217.511-34); Rubenilto Justino de Oliveira (665.632.755-91); Rubia Rodrigues Silveira (071.147.116-97); Rubria Liziero Picoli (099.403.966-27); Sabrina Moraes de Barros (004.138.490-31); Sabrina de Paula Vitor Efigenio (087.042.216-21); Sabrina de Ramos Barcellos Fonseca (014.808.150-98); Samantha Medina de Oliveira (029.796.230-24); Samara de Oliveira Xavier Barbosa (035.432.655-47); Sandra Sirlei dos Santos Dias (592.948.170-91); Sandro de Oliveira Soares (011.725.476-29); Sara Helen Alves Gomes (008.455.642-00); Sara Patricia dos Santos Torres (009.804.363-38); Sarah Xavier Vasconcelos de Fialho Rodrigues (064.485.024-83); Sayonara Gomes de Oliveira (838.186.695-20); Sayonara Maria Soares de Souza (007.353.794-24); Selma Bispo dos Santos (777.892.535-49); Sergio Henrique Oliveira dos Santos (862.169.292-91); Sheiliana Ferreira dos Santos Alves (074.688.207-67); Silia Caldeira Benevides de Oliveira (060.138.577-25); Silvia Alice do Nascimento Araújo (214.366.902-00); Silvia Cristina Garcia de Moura (315.326.608-55); Silvia Elane Macena de Araújo Lima (036.478.764-37); Silvia Elane de Sousa dos Santos (617.600.643-00); Silvio Santana Cabral (710.761.402-97); Sivaldo Vieira de Araújo (719.163.266-68); Stanlei Luiz Mendes de Almeida (101.187.856-99); Stephanie Caroline Gigliotti Jacinto (368.672.138-47); Sueli Fadini (086.770.357-10); Sueli da Silva Reis (385.565.611-87); Suellen Arra Porto (016.919.816-21); Suellen Signorelly Assunção (073.078.326-07); Sydney Dias Ferreira Junior (112.391.497-43); Tais Assis de Oliveira (025.320.805-07); Tais Regina da Silva Rocha (019.371.852-90); Tais Vieira Ribeiro (059.062.057-64); Taise Raupp Xavier da Silveira (005.392.639-07); Talita Dantas Barbosa (026.643.195-07); Tamiris Baptista Sampaio (089.499.354-22); Tânia Alves Ferreira Petrucelli (050.056.406-06); Tânia Custodio dos Santos Silva (401.581.758-32); Tânia Lucia do Valle (009.523.937-51); Tarsila Ferreira Bezerra (041.336.941-20); Tatiane Costa Carneiro (043.675.655-21); Tatiane Nascimento Silva (117.404.456-00); Tatiara Regina Souza Henriques (021.832.915-67); Tatyara Tozi Oliveira (118.721.587-22); Tatylani Eufransino Freitas (009.650.353-01); Tayane Claro Silva Cardoso (043.675.875-09); Thais Garcia Rosa Carneiro (116.782.647-76); Thais Gomes Teixeira de Paula

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

(018.656.946-73); Thais Gomes Teixeira de Paula (018.656.946-73); Thais Porphirio de Oliveira (141.445.707-38); Thaissa Raynana Torres Vale (000.932.533-62); Thaissa Torrezini (804.731.300-25); Thamiris Leal Coimbra (059.941.201-11); Tharllen Ferreira dos Santos (060.464.095-19); Thatyane Mariano Rodrigues de Albuquerque (092.364.874-75); Thayane Espindola Perez (996.212.821-87); Thayane Gonçalves Rodrigues (106.843.766-95); Thaynara Quixabeira Oliveira (071.931.246-92); Thiago Andrade Ribeiro (946.461.202-91); Thiago Augusto da Silveira Carvalho Noleto (641.963.803-87); Thiago Costa Maia (047.352.843-62); Thiago da Silva Carneiro Monteiro (018.236.541-77); Tiago Castro e Couto (051.545.986-01); Tiago Dutra Goncalves (958.493.861-49); Tiago Gomes Viana (861.244.285-04); Tiago Vieira (027.237.253-67); Tiara Furtado dos Reis Machado (011.816.350-71); Ticiana dos Santos Freitas (013.911.725-31); Tiere Oliveira Simao (113.369.804-27); Tiziane Cotta Machado (458.738.605-72); Valéria Karlly Gomes Rocha de Souza (060.007.784-57); Vanderleia da Silva (117.418.324-11); Vanessa Mendes de Resende Barros (089.566.896-36); Vanessa Nicolini Manfroi (833.305.260-68); Vanessa Tibolla Moretto (045.631.345-11); Vanessa Valois de Souza (017.944.629-02); Vanessa Vieira Marins (053.831.417-66); Vanessa da Rosa Campara (021.339.800-16); Vanessa de Jesus Araujo Almeida (108.315.737-08); Vanilsa Rodrigues Gomes (079.326.817-66); Vinicius Ariel Lima Oliveira (396.834.218-65); Vitor Alberto Lemes Monteiro (078.399.056-17); Vitor Fiorin de Vasconcellos (120.334.467-86); Vitor Ramos Navarro (118.518.917-30); Vivian Lara Silva Neves (046.260.753-47); Vivian Santos Carvalho Oliveira (071.035.426-60); Viviane Bezerra Freire (074.846.887-03); Viviane Carvalho Alves (013.563.573-00); Viviane Clarice Silva de Morais (103.600.996-37); Viviane de Oliveira Crosara (094.789.246-05); Wagner Gomes da Silva (113.067.417-77); Wagner Silva Santos (028.604.835-35); Wagner Silva Santos (028.604.835-35); Wanderson Lima Formiga (077.675.424-67); Washington Vieira Santos (532.119.015-15); Welcy Cassiano de Oliveira Tobinaga (057.834.077-12); Wellington Sabino Ramos (310.878.708-01); Wellington Sabino de Souza (090.887.644-09); Wendy Rayanne Fernandes dos Santos (035.095.661-81); Weslei da Silva Araújo (025.695.881-56); Wesley Gondim Barros Soares (010.994.741-08); Williana Nascimento Azevedo (094.081.307-66); Wilma da Costa Santos (048.088.204-55); Yasmim Alves Rocha (043.027.991-45); Yorhana Joaquim dos Santos (116.589.789-00); Ytallo Juan Oliveira Cardozo (022.759.265-42); Yuri Caetano Barbosa (604.370.763-26); Yuri Vinicius Teles Gomes (090.144.716-10).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal; Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14037/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária relacionada nos autos.

1. Processo TC-006.781/2023-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Solange Brígida Lunardi Sponholz (944.395.409-53).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 14038/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários relacionados nos autos, com a determinação abaixo.

1. Processo TC-034.643/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Cimei Gomes de Sousa Fernandes (166.041.991-34); Floracy Maset Haikel (078.507.268-39); José Paulo do Nascimento (374.353.297-20); Magda Filomena Giacco da Silva (397.193.247-91); Suleica Iara Hagen (964.274.699-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. para o ato de Pensão civil de BENEDITO SILVANO FERNANDES, determinar à Auditoria Especializada de Pessoal (AudPessoal) que adote medidas para efetuar correções no Sistema E-Pessoal relativamente ao campo 'Motivo da Aposentadoria (NA DATA DO ÓBITO)' na aba Dados Gerais do ato 115930/2020 para que conste a seguinte redação: Onde se lê: 'Invalidez/Incapacidade permanente', leia-se: 'Voluntária'.

ACÓRDÃO Nº 14039/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária relacionada nos autos.

1. Processo TC-034.709/2023-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Cecília Cristiane Ferreira Souza de Oliveira (586.853.324-00).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14040/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária relacionada nos autos.

1. Processo TC-034.722/2023-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria de Loudes do Nascimento Pereira (848.290.367-53).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 14041/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-034.883/2023-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Iguassina de Souza Campos Pinheiro (121.170.051-87); Maria Apparecida Terra Miklos (296.522.168-95); Maria Christina de Baena Fernandes (512.163.617-20); Maria Inês Coaglia Trindade (031.483.326-95); Maria Terezinha Pinheiro Paulino Ramos (686.447.606-53).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14042/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários relacionados nos autos.

1. Processo TC-034.928/2023-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Amarília Sales de Farias (087.063.604-91); Angelucia Correia Farias de Oliveira (023.022.504-78); Itajaí Ferreira Cavalcante (218.196.023-20); Joyciara de Miranda Dias Bezerra (704.297.424-79); Maria Carmelita de Carvalho Sobreira (192.656.544-49); Maria Flávia Lopes (010.274.884-55).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14043/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-035.793/2023-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Adelina Marcondes Santos (172.015.272-15); Conceição Santiago Macedo (875.419.126-20); Izabel Ruiz Romão (098.672.278-24); Marilene Ananias do Nascimento (841.498.507-63); Vânia Gomes Guarabyra (025.119.157-58).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14044/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários relacionados nos autos.

1. Processo TC-035.895/2023-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Ana Maria Macieira Pereira Ferreira (346.805.431-91); André Luís Melo Ferreira (057.085.253-63); Heitor Brasileiro Lobo (076.874.231-51); Levi Brasileiro Lobo (078.737.821-66); Maria Alice Tavares Fernandes Dias (248.070.378-97); Maria Luiza de Santana Daneu (001.013.814-50); Neuzice Vidal Pereira (787.199.255-49); Pedro Americo Pereira Ferreira (057.100.713-90).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14045/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários relacionados nos autos.

1. Processo TC-035.911/2023-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adair Lucia da Silva Lubas (314.013.761-34); Carminda Maria de Moraes Amorim (550.793.261-15); Gislaine Maria de Amorim (058.426.011-33); Luana Cristina Moraes de Amorim (058.426.211-69); Lucas Moraes de Amorim (058.426.091-18); Marcos Vinicius Moraes de Amorim (058.426.441-00); Mateus Felipe Moraes de Amorim (058.426.331-75); Nataliane Moraes de Amorim (058.426.531-09); Pedrosa Catarina Pinto dos Reis (274.971.861-91).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14046/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária relacionada nos autos.

1. Processo TC-035.932/2023-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Irani Neves da Silva Salamei (020.842.229-31).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14047/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-035.989/2023-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Isaquelani de Oliveira (912.834.347-68); Solange Ramos Coelho (339.861.775-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14048/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários relacionados nos autos.

1. Processo TC-036.011/2023-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Bruno Pasotti Fernandes Flora Pinto (441.140.058-89); Gisele Pasotti Fernandes Flora Pinto (120.137.858-36).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14049/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários relacionados nos autos.

1. Processo TC-036.097/2023-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alzira Bernardo Santana (593.020.034-34); Iago Oliveira Remigio (111.310.264-03); Isabela Oliveira Remigio (111.309.784-19); Jorge Farias Remigio (125.632.264-49); José Marconi Bezerra de Souza (498.584.834-49); Maria Amável Baracuhy Barbosa (325.177.264-34); Marinete Lopes da Silva Souza (991.626.284-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 14050/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-036.141/2023-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Rosemary Souto Maior Ferreira (460.174.967-00); Zuleika Lobo Maia (252.894.117-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14051/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-036.146/2023-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Irene Machado Fiuza (231.623.926-91); Maria Eustáquia Teixeira (803.248.516-34).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14052/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-036.171/2023-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Arlete Freitas Martins (969.441.967-00); Edirce Jardim Leal (064.265.996-62); Julieta da Costa Luduvichack (066.016.339-09); Maria Domingas Tavares de Souza (184.682.762-00); Noemia do Souto Gonçalves (069.713.047-99).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 14053/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-036.181/2023-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Dalgisa Magno Europa Lobato (639.248.702-68); Elzira Lazara Domingues (236.716.612-91); Geralda Soares da Silva (888.811.483-15); Maria José da Silva (014.723.164-79); Maria de Lourdes dos Santos (969.269.106-34).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14054/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-036.200/2023-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Francisca Pereira Martins dos Santos Lopes (183.474.521-72); Girlania Lucia Gontijo Ferreira (756.626.986-00); Margarida Carmina Bezerra da Silva (314.321.404-00); Marley Garcia Bomfim (573.624.241-91); Rossana Stanizio Frattini Ramos (471.582.981-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14055/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art.143, II do RI/TCU, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária relacionada nos autos.

1. Processo TC-036.233/2023-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria Aparecida Ribeiro (731.586.666-34).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Lavras.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 14056/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-036.536/2023-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Expedita de Oliveira Lelis (764.503.921-34); Lucinei Januário de Aragão (799.990.181-49).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14057/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-038.739/2023-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Maria de Jesus Faria da Silva (199.971.322-20); Suellem Krystne da Silva Ferreira (024.534.422-52).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14058/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-038.740/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Lelia Freire Fontes (000.378.557-27); Lúcia de Fatima Pereira da Silva (931.218.304-49); Lúcia de Jesus Esteves Cruz (127.236.637-52).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14059/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários relacionados nos autos.

1. Processo TC-038.786/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Francisco Esteveson Pereira Cândido (271.105.081-53); George Delgado Negreiros (060.753.417-65); Maria Izabel Negreiros (554.124.087-53); Maria Zélia Sousa Damasceno (031.809.424-01); Rivelto Verissimo da Silva (900.701.437-49); Zenaide Rodrigues da Rocha Verissimo (428.522.777-00).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14060/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária relacionada nos autos.

1. Processo TC-038.817/2023-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Josy do Socorro de Lemos (538.172.812-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14061/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, I, ‘a’, do RI/TCU, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em autorizar a anotação do registro tácito sem possibilidade de revisão de ofício do ato de concessão de pensão especial emitido em favor de Lauro Baba, e considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito do ato de concessão de pensão especial a Lourdes Custodio de Oliveira Souto, encaminhar cópia desta deliberação, assim como da instrução da unidade técnica, (peça 16), ao órgão jurisdicionado e aos interessados para conhecimento, e arquivar os autos.

1. Processo TC-013.388/2011-8 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Lauro Baba (130.432.228-90); Lourdes Custodio de Oliveira Souto (565.268.228-00).

1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 14062/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, I, 'a', do RI/TCU, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em autorizar a anotação do registro definitivo do ato de reversão de pensão especial de ex-combatente nos autos, encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade técnica, (peça 17), ao órgão jurisdicionado e à interessada para conhecimento

1. Processo TC-013.392/2011-5 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessado: Tania Maria de Medeiros Fazio (645.028.055-72).

1.2. Órgão/Entidade: Sexta Região Militar.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14063/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados no item 1.1, e fazer a determinação constante do item 1.7 referente ao instituidor Renato Mello de Almeida, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.405/2023-4 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Deize Vieira dos Santos (025.414.368-74); Iara Vieira dos Santos (025.414.338-59); Liliane Gomes Silva (494.674.257-34); Talma Regina Cavalcanti Ferreira (432.222.857-72); Teneuza Maria Cavalcanti Ferreira (104.007.707-25); Teresa Cristina Cavalcante Ferreira (752.621.267-15); Zelia Batista da Cruz Cavalcante (267.393.057-49).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Unidade Técnica que verifique quanto ao ato de concessão instituído por Renato Mello de Almeida, se os indícios de acumulação identificados nos sistemas internos, por meio da plataforma DGI Consultas, podem macular a legalidade da pensão, uma vez que o artigo 30 da Lei n.º 4.242/1963 prevê a concessão ao beneficiário que não tenha meios próprios de prover a subsistência ou que não perceba rendimentos dos cofres públicos.

ACÓRDÃO Nº 14064/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de pensão militar pelo Comando do Exército;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do Ministério Público junto ao TCU (MP/TCU) pela ilegalidade do ato em razão da majoração de proventos para o posto hierárquico imediatamente superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em vista da invalidez posterior à reforma do instituidor, com impacto no respectivo ato de pensão militar em exame;

Considerando que a situação está em desacordo com a orientação adotada no acórdão 2225/2019-TCU-Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, que iniciou extensa jurisprudência desta Corte (a exemplo, acórdãos 6010/2022, 5996/2022, 798/2022, 1749/2021 e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

13184/2019 todos da 1ª Câmara e 5007/2022, 24/2022, 18555/2021, 17931/2021 e 4417/2020, todos da 2ª Câmara, dentre outros);

Considerando que a referida orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas pela Corte Cidadã nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

Considerando, adicionalmente, a constatação, nos pareceres uníssonos constantes dos autos, de ilegalidade concernente à acumulação indevida de proventos/vencimentos com a pensão militar em exame pela beneficiária Isolda Garcia Brasil (CPF 330.270.997-87);

Considerando que a redação original do art. 29 da Lei 3.765, de 04/05/1960, permitia a acumulação: a) de duas pensões militares; ou b) de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos, aposentadoria ou pensão proveniente de um único cargo civil;

Considerando que o art. 29 da Lei 3.765/1960, com a redação dada pela Medida Provisória 2.215, de 31/08/2001, passou a permitir a acumulação: I) de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos ou aposentadoria; ou II) de uma pensão militar com a de outro regime, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal;

Considerando que a jurisprudência deste Tribunal consolidou o entendimento de que, em qualquer das situações acima descritas, é ilegal a acumulação de três rendimentos, devendo o benefício previdenciário do INSS ser computado no limite estabelecido no art. 29 da Lei 3.765/1960, nos termos dos acórdãos 4847/2017 e 3653/2011 (rel. Ministro-Substituto André de Carvalho), e 3038/2022, 7942/2018 e 8721/2017 (rel. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), todos da 2ª Câmara, bem como dos precedentes do Superior Tribunal de Justiça (v.g. AgRg no Resp 989.802/RJ e no Resp 1.434.168/RS) e dos Tribunais Reginais Federais (v. Apelação Cível nº 2005.33.000084718 - TRF 1ª Região e Apelação em Mandado de Segurança 70012 - TRF 2ª Região);

Considerando jurisprudência deste Tribunal no sentido de que "os atos de concessão de reforma e pensão militar, embora tenham correlação, são atos complexos independentes de tal sorte que, uma eventual irregularidade que não tenha sido analisada em um ato de reforma apreciado pela legalidade pode ser reavaliada em um ato de pensão militar" (voto condutor do Acórdão 5263/2020-TCU-Primeira Câmara, de relatoria do ministro Vital do Rêgo) ,

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva dos interessados, uma vez que foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-TCU-Plenário, não sendo o caso, também, de ocorrência de apreciação tácita da legalidade;

Considerando a presunção de boa-fé dos interessados;

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão militar em favor dos interessados identificados no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-011.973/2022-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Isolda Garcia Brasil (330.270.997-87); Marilia Lezama Brasil (893.289.497-34); Monica Brasil Dolabella (783.214.337-15).

1.2. Órgão: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelo pensionista, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.7.2. determinar ao Comando do Exército que:

1.7.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal;

1.7.2.2. regularize para o posto de major a graduação do instituidor que serve de base para o cálculo dos proventos da pensão militar;

1.7.2.3. oriente a pensionista Isolda Garcia Brasil sobre a possibilidade de optar, a qualquer tempo, pelos benefícios legalmente acumuláveis, nos termos das disposições do art. 29 da Lei 3.765/1960, comprovando eventual opção ao Comando do Exército;

1.7.2.4. cadastre novo ato de concessão de pensão livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.2.5. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação ao beneficiário, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

1.7.2.6. informe ao interessado que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o Tribunal não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

1.7.3. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

1.7.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal;

1.7.2.3. cadastre novo ato de concessão de pensão livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.2.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação ao pensionista, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

1.7.2.5. informe ao interessado que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o Tribunal não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

1.7.3. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 14065/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de pensão militar emitido pelo Comando do Exército, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CF/1988.

Considerando que a unidade técnica e o Ministério Público de Contas manifestaram-se pela ilegalidade do ato, tendo em vista a majoração indevida de proventos para o posto/grau hierárquico imediatamente superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em virtude de incapacidade/invalidez posterior à reforma do instituidor;

Considerando que o instituidor da pensão foi inicialmente reformado por limite de idade de permanência na reserva e que, posteriormente, no ato de alteração, teve a fundamentação legal da reforma modificada para reforma por incapacidade definitiva, tendo a base de cálculo para o recebimento dos proventos sido elevada com fundamento no art. 110, § 1º, da Lei 6.880/1980;

Considerando que, como bem assinalou a unidade técnica, não há amparo legal para tal procedimento;

Considerando que, por meio do Acórdão 2.225/2019-TCU-Plenário, da relatoria do E. Ministro Benjamin Zymler, pacificou-se o entendimento no sentido de que a melhoria prevista no art. 110, § 1º, da Lei 6.880/1980 não se aplica a militar que já se encontra reformado no momento da invalidez;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso II, 143, inciso II, e 260, § 1º, do RI/TCU, em:

a) considerar ilegal ato de pensão militar emitido em favor de Iraci de Almeida Sa, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7;

d) dar ciência desta deliberação ao órgão de origem e a Iraci de Almeida Sa.

1. Processo TC-016.171/2023-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Iraci de Almeida Sa (091.597.113-53).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Comando do Exército, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado e comunique as providências adotadas ao TCU, no prazo de trinta dias, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 353/2023;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação a Iraci de Almeida Sa, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-se de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU, caso seja provido, não impede a devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

1.7.1.3. emita novo ato, livre das irregularidades apontadas, e submeta-o ao TCU, no prazo de sessenta dias, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 14066/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão inicial de pensão militar emitido em 14/3/2022 pelo Ministério da Defesa - Comando da Marinha, instituído por Edson de Holanda Henriques em favor da beneficiária Waldenice Souza Henriques (cônjuge), encaminhado a esta Corte em 24/8/2022;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal e do Ministério Público de Contas pela ilegalidade do ato em razão da majoração de proventos para o posto

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

hierárquico imediatamente superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em vista da invalidez do beneficiário posterior à reforma;

Considerando que a situação está em desacordo com a orientação adotada no acórdão 2225/2019-Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, que iniciou extensa jurisprudência desta Corte (a exemplo, acórdãos 6010/2022, 5996/2022, 798/2022, 1749/2021 e 13184/2019 todos da 1ª Câmara e 5007/2022, 24/2022, 18555/2021, 17931/2021 e 4417/2020, todos da 2ª Câmara, dentre outros);

Considerando que a referida orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas pela referida Corte nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

Considerando que este Tribunal, por intermédio do acórdão 1414/2021-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva da interessada, uma vez que foi enviado há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-Plenário, não sendo o caso, também, de ocorrência de apreciação tácita da legalidade;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada.

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do RI/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão militar em favor da interessada identificada no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade instrutiva.

1. Processo TC-035.017/2023-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Waldenice Souza Henriques (980.563.367-53).

1.2. Órgão: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

1.7.1. dispensar a reposição dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pela interessada, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao Comando da Marinha que:

1.7.2.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze dias), todo e qualquer pagamento decorrente das irregularidades apontadas, conforme art. 19, caput, II, da IN TCU 78/2018

1.7.2.2. regularize para o posto de 2º tenente a graduação do instituidor que serve de base para o cálculo dos proventos da pensão militar;

1.7.2.3. no prazo de 15 (quinze dias), comunique a esta Corte as providências adotadas, sob pena de solidariedade na obrigação de ressarcimento das quantias pagas após essa data, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.443/1992, nos termos do art. 19, caput, II, e § 2º, c/c art. 6º, § 1º, da IN TCU 78/2018;

1.7.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, cadastre novo ato no sistema e-Pessoal, em substituição ao ato objeto desta decisão, com indicação expressa das alterações procedidas para saneamento das irregularidades e do número deste acórdão, submetendo-o à apreciação deste Tribunal, e adote as demais medidas corretivas pertinentes, em consonância com o art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.2.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação à interessada, informando-a que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recursos admitidos pela Lei 8.443/1992 não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos, e encaminhe a este Tribunal, no mesmo prazo, a comprovação dessa comunicação, na forma do disposto no art. 21 da IN TCU 78/2018;

1.7.3. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 14067/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de pensão militar pelo Comando da Marinha;

Considerando as propostas uníssonas Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do Ministério Público junto ao TCU(MP/TCU) pela ilegalidade do ato em razão da majoração de proventos para o posto hierárquico imediatamente superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em vista da invalidez posterior à reforma do instituidor, com impacto no respectivo ato de pensão militar em exame;

Considerando que a situação está em desacordo com a orientação adotada no acórdão 2225/2019-TCU-Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, que iniciou extensa jurisprudência desta Corte (a exemplo, acórdãos 6010/2022, 5996/2022, 798/2022, 1749/2021 e 13184/2019 todos da 1ª Câmara e 5007/2022, 24/2022, 18555/2021, 17931/2021 e 4417/2020, todos da 2ª Câmara, dentre outros);

Considerando que a referida orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas pela Corte Cidadã nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva das interessadas, uma vez que foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-TCU-Plenário, não sendo o caso, também, de ocorrência de apreciação tácita da legalidade;

Considerando a presunção de boa-fé das interessadas;

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão militar em favor das interessadas identificado no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-036.550/2023-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Ana Paula Frutuoso de Andrade (904.143.574-34); Luciana Cristina Frutuoso de Melo (671.603.874-49).

1.2. Órgão: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelo pensionista, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao Comando da Marinha que:

1.7.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal;

1.7.2.2. regularize para o posto de segundo sargento a graduação do instituidor que serve de base para o cálculo dos proventos da pensão militar;

1.7.2.3. cadastre novo ato de concessão de pensão livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.2.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação às beneficiárias, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.7.2.5. informe às interessadas que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o Tribunal não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

1.7.3. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 14068/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, "a", do RI/TCU, com fundamento nos art. 8º, 10 e 11 da Resolução TCU 344/2022, e de acordo com os pareceres constantes do autos, ACORDAM, por unanimidade, em reconhecer a ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória no processo, arquivar os autos e encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade técnica e parecer do MP/TCU, ao município de Barra Mansa/RJ e ao responsável, para conhecimento.

1. Processo TC-004.747/2023-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Roosevelt Brasil Fonseca (560.847.577-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego; Prefeitura Municipal de Barra Mansa - RJ.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14069/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, "a", do RI/TCU, com fundamento nos art. 8º, 10 e 11 da Resolução TCU 344/2022, e de acordo com os pareceres constantes do autos, ACORDAM, por unanimidade, em reconhecer a ocorrência da prescrição intercorrente das pretensões punitiva e ressarcitória no processo, arquivar os autos e encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade técnica e parecer do MP/TCU, ao Instituto Nacional do Seguro Social e aos responsáveis, para conhecimento.

1. Processo TC-008.503/2023-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Jadir Euzebio Vago (620.991.917-00); Maria Jose Kinake Bernardino (525.524.977-72); Robson Santos Rosa (911.147.567-68).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - Vitória/ES - INSS/MPS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14070/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 212, c/c o art. 169, VI, na forma do art. 143, V, "a", todos do RI/TCU, e de acordo com o despacho do relator e a manifestação do Ministério Público emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a presente tomada de contas especial, uma vez verificada a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, bem como dar ciência desta deliberação, assim como da instrução da unidade instrutiva (peça 100-102), do despacho do relator (peça 103) e da manifestação do Ministério Público (peça 104) aos responsáveis e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

1. Processo TC-009.334/2021-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.1. Responsáveis: Carlos Alberto Almeida da Silva (569.285.567-49); Joaquim Maia Brandão Junior (301.760.267-20); Ítalo Fortes Avena (039.467.974-15).

1.2. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14071/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, "a", do RI/TCU, com fundamento nos art. 8º, 10 e 11 da Resolução TCU 344/2022, e de acordo com os pareceres constantes do autos, ACORDAM, por unanimidade, em reconhecer a ocorrência da prescrição intercorrente das pretenções punitiva e ressarcitória no processo, arquivar os autos, e encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade instrutiva e parecer do MP/TCU (peças 123-126) aos responsáveis e à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, para conhecimento.

1. Processo TC-020.999/2023-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Ricardo Chaves Lima (212.950.773-53); Wagner Alves Frazão Junior (297.418.312-34).

1.2. Entidade: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14072/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor de Carlos de Franca Vilela e Max Rodrigues Lemos, ex-prefeitos do Município de Queimados, no Rio de Janeiro, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos federais repassados para a construção de unidades habitacionais no município;

Considerando a aprovação da Resolução-TCU 344/2022 que estabelece a prescrição intercorrente na situação de paralisação injustificada do processo por prazo superior a 3 anos (art. 8º, da Resolução-TCU 344/2022);

Considerando que o presente processo ficou paralisado, na fase interna da tomada de contas especial, pelo prazo superior a três anos, no intervalo entre a notificação ao município, em 1º/8/2013, e a notificação de um dos responsáveis, em 15/9/2017, sem a identificação de outros atos interruptivos no referido intervalo (peças 7 e 8);

Considerando a manifestação da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU no sentido de arquivar o presente processo, em razão da configuração da prescrição (art. 1º, da Lei 9.873/1999 c/c os artigos 2º e 11 da Resolução-TCU 344/2022);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, e o art. 11 da Resolução-TCU 344/2022, em determinar o arquivamento do processo, em razão da consumação da prescrição intercorrente, em linha com os pareceres precedentes.

1. Processo TC-021.134/2019-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Carlos de Franca Vilela (402.505.397-72); Max Rodrigues Lemos (750.616.007-20).

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Suzilady Geara Reis de Miranda (115.715/OAB-RJ).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14073/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, "a", do RI/TCU, com fundamento nos art. 8º, 10 e 11 da Resolução TCU 344/2022, e de acordo com os pareceres constantes do autos, ACORDAM, por unanimidade, em reconhecer a ocorrência da prescrição intercorrente das pretenções punitiva e ressarcitória no processo, arquivar os autos, e encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade instrutiva e parecer do MP/TCU (peças 91-94) à responsável e ao Ministério do Turismo, para conhecimento.

1. Processo TC-030.073/2022-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Marta Eleonora Aragão Ramalho (380.402.394-00).

1.2. Entidade: Município de Bananeiras/PB.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14074/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 212, c/c o art. 169, VI, na forma do art. 143, V, "a", todos do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a presente tomada de contas especial, uma vez verificada a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, bem como dar ciência desta deliberação aos responsáveis, ao município de Anhembi/SP e ao Ministério da Pesca e Aquicultura.

1. Processo TC-031.319/2022-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Gilberto Tobias Morato (031.842.708-74); Miguel Vieira Machado Neto (147.898.378-74).

1.2. Entidade: Município de Anhembi/SP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 14075/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, "a", do RI/TCU, com fundamento nos art. 1º, 2º e 11 da Resolução TCU 344/2022, e de acordo com os pareceres constantes do autos, ACORDAM, por unanimidade, em reconhecer a ocorrência da prescrição quinquenal das pretensões punitiva e ressarcitória no processo, arquivar os autos e encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade técnica e parecer do MP/TCU, ao Ministério do Esporte e aos responsáveis, para conhecimento.

1. Processo TC-031.333/2022-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.1. Responsáveis: Instituto Cultural Educacional e Profissionalizante de Pessoas Com Deficiencia do Brasil - Icep (03.333.505/0001-66); Sueide Miranda Leite (270.817.531-91).

1.2. Entidade: Secretaria Especial do Esporte (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. informar ao Ministério do Esporte sobre a necessidade de providenciar a baixa da responsabilidade pelo débito apurado nos autos, nos termos do art. 16 da IN TCU 71/2012.

ACÓRDÃO Nº 14076/2023 - TCU - 1ª Câmara

Considerando o teor dos arts. 6º, I, e 19 da IN TCU 71/2012, alterada pela IN TCU 76/2016, que autoriza o arquivamento dos processos de tomada de contas especial cujo valor do débito, atualizado monetariamente, seja inferior a R$ 100.000,00 (cem mil reais) e pendentes de citação válida no âmbito do TCU;

Considerando que os débitos que não forem objeto de instauração de tomada de contas especial em razão do disposto nos incisos I e II do art. 6º da IN TCU 71/2012 deverão ser registrados no sistema e-TCE (§ 4º, art. 11, da DN TCU 155/2016, c/c art. 24 da Portaria TCU 122/2018);

Considerando que a proposta da unidade técnica, ratificada pelo parecer do Ministério Público junto ao TCU, é no sentido do arquivamento do presente processo, em atendimento aos princípios da racionalidade administrativa e da economia processual;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 169, VI, 199, § 2º e 213 do RI/TCU, no art. 93 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 6º, I, 15, I, e 19, ambos da IN TCU 71/2012, e na forma do art. 143, I, V, "a", do RI/TCU, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar o presente processo, sem julgamento do mérito, sem baixa da responsabilidade e sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado os responsáveis Átila Cordeiro Câmara e João Paulo de Castro Carneiro Xerez Silva, no valor original de R$ 57.992,25, com data de ocorrência em 25/7/2018 (peça 63, p. 7), para que lhes possa ser dada quitação, encaminhando-se cópia deste acórdão, assim como da instrução da unidade técnica (peça 6 3), aos responsáveis, ao Município de Maranguape/CE e à Caixa Econômica Federal.

1. Processo TC-031.533/2022-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Átila Cordeiro Câmara (854.609.583-34); João Paulo de Castro Carneiro Xerez Silva (039.250.233-05).

1.2. Entidade: Município de Maranguape/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência à Caixa Econômica Federal que o arquivamento dos presentes autos não exime a autoridade administrativa de adotar outras medidas administrativas ao seu alcance ou requerer, ao órgão jurídico pertinente, as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso (§ 2º do art. 6º da IN TCU 71/2012);

1.7.2. dar ciência à Caixa Econômica Federal que os débitos que não forem objeto de instauração de tomada de contas especial em razão do disposto nos incisos I e II do art. 6º da IN TCU 71/2012 deverão ser registrados no sistema e-TCE (§ 4º, art. 11, da DN TCU 155/2016, c/c art. 24 da Portaria TCU 122/2018;

1.7.3. dar ciência à Caixa Econômica Federal da necessidade de informar, em seu relatório de gestão do próximo exercício, as providências adotadas, no presente processo de tomada de contas especial, conforme art. 18, inciso II, da IN-TCU 71/2012.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

ACÓRDÃO Nº 14077/2023 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de representação com solicitação de medida cautelar, formulada pela empresa licitante Gac Projetos e Construções Ltda., acerca de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 24/2023 (PE 24/2023), sob a responsabilidade do Instituto Militar de Engenharia (IME), cujo objeto foi a contratação de serviço comum de engenharia para remoção e substituição do sistema de impermeabilização das lajes de cobertura do IME e substituição do sistema de drenagem de águas pluviais;

Considerando que a representação atende aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c os arts. 235 e 237, VII, do RI/TCU;

Considerando que a empresa representante alegou que foram apresentadas ao IMI três impugnações ao edital de licitação, as quais foram ignoradas em seu mérito, e respondidas mediante pareceres técnicos contraditórios, contendo informações distorcidas, que não sanearam as omissões de documentos, especialmente das plantas do projeto básico que deveriam constar do Anexo 11 do edital; porém, não foram disponibilizadas;

Considerando que a representante acrescentou que: i) as razões que levaram à impugnação da Tomada de Preços 1/2023 (TP 1/2023), cujo objeto foi idêntico ao do PE 24/2023, teriam motivado a impugnação deste último, sendo que a impugnação anterior foi considerada procedente; ii) nem mesmo as plantas disponibilizadas na TP 1/2023 constaram do edital do PE 24/2023, e iii) diversas cláusulas contidas na TP 1/2023 foram suprimidas do PE 24/2023, o que tornou inviável a elaboração do projeto executivo atinente à contratação;

Considerando que a empresa representante requereu medida cautelar para suspensão do PE 24/2023 e, no mérito, a sua anulação e o fornecimento das plantas do projeto básico que são indispensáveis para a confecção do projeto executivo e, consequentemente, para a execução do objeto contatual; bem como, a apuração da reponsabilidade pela aludida omissão;

Considerando que, de fato, o Anexo 11 não se encontra disponível entre os arquivos referentes à licitação, no Portal Compras.gov.br;

Considerando, porém, que: i) outros meios de busca de informações, como pedidos baseados na Lei de Acesso à Informação, poderiam ter sido utilizados pelos interessados, de modo complementar; ii) o termo de referência do pregão estabeleceu a realização de vistoria nos itens 4.9 a 4.15, permitindo o licitante tomar conhecimento das condições passíveis de influenciar na formulação de sua proposta; iii) mesmo que os arquivos não estivessem em sua totalidade no portal Compras.gov.br, no momento da vistoria, seria possível suprir a necessidade de eventuais informações necessárias, obtendo-as junto à contratante;

Considerando ainda, por se tratar de modalidades de licitação distintas adotadas na TP 1/2023 e no PE 24/2023, sendo a primeira regida pela Lei 8.666/1993, enquanto o segundo, pela Lei 14.133/2021, é natural que haja cláusulas distintas nos respectivos editais, além do fato de que as cláusulas suprimidas que teriam trazido prejuízo ao certame não foram indicadas pelo representante;

Considerando, por fim, que houve a participação de 22 empresas no certame, cujo preço estimado inicialmente de R$ 1.873.080,69 foi reduzido para R$ 1.099.689,86; que não houve a interposição de recursos no âmbito da licitação e que o pregão encontra-se homologado desde 17/10/2023, à empresa Nano Bits Serviços Especializados Ltda., não havendo indícios de prejuízos à competitividade do certame;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235 e 237 do Regimento Interno do TCU, em relação ao processo a seguir especificado, em conhecer da representação, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, considerar prejudicado o requerimento de medida cautelar formulado pela representante, por perda de objeto, expedir a ciência objeto do subitem 1.6, dar ciência deste acórdão aos interessados e arquivar o presente processo, de acordo com os pareceres constantes nos autos.

1. Processo TC-037.224/2023-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Instituto Militar de Engenharia.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.

1.5. Representação legal: Gustavo de Andrade Cavalheiro, representando Gac Projetos e Construções Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. dar ciência ao Instituto Militar de Engenharia (IME), com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, com vistas à adoção de medidas internas para prevenção de outras ocorrências semelhantes, de que a inserção de documentos de licitações no portal Compras.gov.br, em formato não editável, a exemplo de imagem de documentos físicos que não possibilitam a pesquisa de conteúdo nos arquivos, bem como a incompletude do edital de licitação e de seus anexos no sítio oficial de compras do governo infringem, além do princípio da transparência, a regra estabelecida no art. 8º, § 3º, inciso III, da Lei 12.527/2011, bem como contraria precedentes do TCU (Acórdão 934/2021-TCU-Plenário, Relator E. Ministro Bruno Dantas, e Acórdão 2129/2021-TCU-Plenário, Relator E. Ministro Benjamin Zymler).

ACÓRDÃO Nº 14078/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, e 169, V, na forma do art. 143, V, "a", todos do RI/TCU, e de acordo com os pareceres da unidade instrutiva emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, indeferir o pedido de concessão de medida cautelar, considerar prejudicada a apreciação do seu mérito, por perda de objeto, em razão da revogação do certame, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 13), ao representante e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

1. Processo TC-037.663/2023-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Antônio Ferreira dos Santos, representando Unit Br Produções & Consultoria Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 17 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pelo Presidente e a ser homologada pela Primeira Câmara.

ALINE GUIMARÃES DIÓGENES
Subsecretária da Primeira Câmara

Aprovada em 11 de dezembro de 2023.

BENJAMIN ZYMLER
Presidente

(Publicado no DOU Edição nº 237 de 14/12/2023, Seção 1, p. 239)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 75119133.